



PUC RIO

ARY BAND

SUPERVISÃO PSICANALÍTICA: UM ESTILO?

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 26 de julho de 1994

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

N.Cham. 150 B214s TESE UC

Autor Band, Ary.

Título Supervisão psicanalitica



Ex2 PUC-Rio - PUCB

00088243

ARY BAND

SUPERVISÃO PSICANALÍTICA: UM ESTILO

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Sérvulo Augusto Figueira

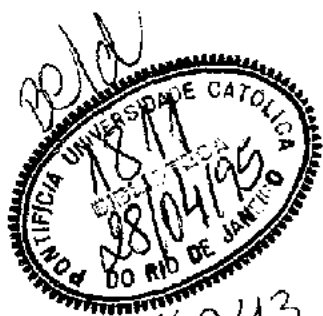
Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1994

VC 60795-8

ac 60 217



2012

88243

150
8214A
TESE VC
2x 2

A Beth e ao Diogo

Meus agradecimentos

- a Sêrvulo Augusto Figueira, orientador da tese, por aceitar o inusitado.
- à PUC/RJ, que tudo propiciou.
- ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, pelas facilitações.
- à CAPES, pelo útil apoio financeiro.
- a Carlos Paes de Barros, iniciador e incentivador, pela amizade com que iluminou caminhos incipientes e pela honra de escolher-me para representá-lo.
- a Joel Birman, marco divisor, pela tranquila solidez da estrela que orienta o navegante.
- aos supervisandos, por sempre me fazerem mudar.

RESUMO

A falta de uma teoria da supervisão psicanalítica é comentada, introduzindo-se um estilo específico de realizá-la, tendo como características básicas a ênfase na busca permanente de significados "a posteriori" para os acontecimentos inconscientes envolvendo o campo transferencial estabelecido entre o analista e seu analisando. Desta maneira, isenta-se o supervisor de tentar colocar-se como mestre a ser seguido e imitado, e de procurar estabelecer previamente alvos analíticos a serem atingidos pelo supervisando em seu trabalho.

ABSTRACT

The absence of a psychoanalytic supervision theory is commented, and a specific stile to do it is introduced, having as basic characteristic the emphacic in a permanent search of senses "a posteriori" for the inconscius happenings environing the transferential champ established between the analyst and his analysand. By this, the supervisor is freed from trying to put himself as a master to be followed and imitated and from trying to establish previously analytic objectives to obtain by the supervisand in his work.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - LUGAR DA ESCUTA E DA TRANSFERÊNCIA	7
2.1 - CAMPO PSICANALÍTICO	8
2.1.1 - Associação livre	8
2.1.2 - Objetivos da clínica freudiana	11
2.1.3 - Espaço psicanalítico	16
2.2 - CAMPO TRANSFERENCIAL	21
2.2.1 - A resistência transferida	21
2.2.2 - Ascensão e queda da contratransferência ..	23
2.2.3 - Campo transferencial	26
2.3 - LUGAR DO ANALISTA: FUNÇÃO E DESEJO.....	29
2.3.1 - Com Freud	29
2.3.2 - Instituto Psicanalítico de Berlim	33
2.3.3 - A corteza da dúvida	36
2.3.4 - Neutralidade	38
2.3.5 - Desejos	41
2.3.6 - Regras	45
2.3.7 - "A posteriori"	49
2.3.8 - Estruturas	50
2.3.9 - O sentido da busca	52
2.3.10 - A continuidade da busca.....	53
2.3.11 - Problemas, enigmas e ritmo	55
2.3.12 - Estilo	57
3 - ESCUTA DE UMA ESCUTA	59
3.1 - SURGE O CONTROLE	60
3.1.1 - Tripé de transmissão	60
3.1.2 - Freud, primeiro controlador	63
3.1.3 - Controle	65
3.2 - SUPERVISÃO PSICANALÍTICA	70
3.2.1 - Nomenclatura	70
3.2.2 - Necessidade e singularidade	80
3.2.3 - Análise quarta	87
3.2.4 - Supervisão em análise	91

3.2.5 - Supervisão instituída	95
3.2.6 - Apriorismo e aconselhamento	101
3.2.7 - Freud supervisor	106
3.2.8 - As minutas	107
3.3 - UM ESTILO	115
3.3.1 - Apresentação	115
3.3.2 - Supervisão ou análise	120
3.3.3 - O sentido da busca de sentido	127
3.4 - CONSEQUÊNCIAS	136
3.4.1 - O que se passa	136
3.4.2 - Funções	157
4 - CONCLUSÕES	183
4.1 - ESCUTA	184
4.2 - SUPERVISÃO	186
4.2.1 - INTRODUZINDO	186
4.2.2 - DESCREVENDO E VALORIZANDO	189
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

ABREVIATURAS E OBSERVAÇÕES

A) ABREVIATURAS

SE: THE STANDARD EDITION OF THE PSYCHOLOGICAL WORKS OF SIGMUND FREUD, Hogarth, London, 1971	pg 9
IPA: International Psychoanalytic Association (Associação Internacional de Psicanálise)	pg 34
América: Estados Unidos da América do Norte	pg 64

B) OBSERVAÇÕES

negrito: as palavras em negrito indicam ênfase dada por mim

"aspas": as palavras entre aspas são citações

'aspas simples' em citações: as "aspas" que fazem parte do texto citado, são assim substituídas, para não se confundirem com as que as caracterizam

[colchetes]: as palavras entre colchetes são adições meus, mesmo quando aparecem no interior de uma citação

[colchetes] nas Referências Bibliográficas: indicam, para os textos de Freud, o ano em que foram escritos, segundo Strachey, quando houver discrepância para o ano da primeira publicação

(parênteses) nas Referências Bibliográficas: indicam o ano em que o texto foi originalmente publicado, quando houver discrepância para o ano de edição ou de tradução

1 - INTRODUÇÃO

"A originalidade própria do pensar está na força de se apoderar pensamentos já pensados, de se aturar o que se acobita, e se desenvolver o que se atura no recôndito de sua intimidade. É então que os pensamentos alcançam por si mesmos o nível a que pertencem, o que chamamos originário." (Heidegger, 1977)

X está em análise há dois anos.

Ela foi criada pela mãe e por uma tia, irmã da mãe, pois a seu pai viu apenas uma vez quando tinha dois anos de idade; ele abandonou mulher e filha em seguida.

Casou-se com um homem rico e inseguro e abortou espontaneamente quatro vezes, passando a não mais poder ter filhos. Separou-se e casou-se novamente, com uma pessoa frágil e doente.

Começou uma análise justamente após um "ataque de coração" do segundo marido, que quase morreu, o que a desesperou.

Durante a análise, nunca deixou de pedir que a analista lhe desse opiniões sobre suas decisões de vida.

Aos 48 anos, estudava numa das mais cotadas universidades do Estado, mas não acreditava que fosse terminar, pois não conseguia se preparar para as provas, mal conseguindo ir a algumas aulas. Sentia-se tal como na infância, quando a mãe tentava leva-la para a escola, no caminho para o trabalho, e ela gritava, acabando por conseguir acompanhar a mãe ao invés de ir para a escola.

Numa determinada sessão em que contara ter deixado de fazer uma prova por medo, a analista não conseguiu se refrear e disse, zangada, não ser possível que depois de dois anos de análise ela ainda não tivesse crescido, que ainda continuava a fazer a mesma coisa que fazia na infância, não querendo se adultizar e que assim jamais terminaria o curso não sendo possível que não se responsabilizasse pelas suas coisas. Depois de dizer tudo isso, deu-se conta do que tinha feito e envergonhou-se.

Levando o caso para sua supervisora, esta lhe diz, também zangada, para jamais fazer isto de novo, pois saíra de seu papel de analista, assumindo uma postura de mãe, o que não era compatível com a função que procurava exercer. Com a recomendação de tratar disso urgentemente em sua análise, e magoada com a reprimenda, ela se despediu para não mais voltar, depois de estarem trabalhando juntas desde que X iniciara sua análise.

Estes eventos foram assim narrados para um grupo acadêmico de psicólogos clínicos _entre os quais alguns psicanalistas de longa prática_ tendo sido unânime a opinião de que analista e

supervisoras eram péssimas profissionais e que deveriam ambas agir de forma completamente diferente de como agiram; teriam, disseram, de ter tido "atitude mais psicanalítica".

Estas situações foram igualmente apresentadas numa reunião clínica de uma instituição psicanalítica, tendo surgido comentários críticos do tipo: "... este pessoal acadêmico! ...".

Observação posterior de uma colega psicanalista: "... estas instituições psicanalíticas! ...".

Vale assinalar que a quase totalidade das pessoas participantes destes acontecimentos é composta de psicanalistas envolvidos seriamente e por muitos anos com a prática psicanalítica.

Nestes extratos esquemáticos pode-se perceber a existência de uma semelhança de forma entre as diferentes reações, que se pareceram porque as pessoas envolvidas cederam à tentação de estabelecer o que era certo e o que era errado de cada situação. Elas quiseram decidir se caberia ou não ter-se feito o que já havia sido feito.

Esta coincidência parece indicar a presença de um determinado estilo, de uma determinada visão do processo analítico; algumas das características desta visão nos são oferecidas para inferência neste esquema, apesar de sua apresentação sucinta.

Por exemplo, a pré-ocupação com o que caberia ser feito e com a adequação das atitudes apontadas a um contexto psicanalítico aceitável; tratar-se de uma atitude "a priori", ou seja, em que se utilizam os eventos passados como referenciais para estipular o que se pretenderá fazer depois; o já ocorrido é criticado em termos de como deveria ou deverá ser feito.

Estamos portanto, num contexto de normatização, isto é, de normas a serem seguidas para garantia de uma boa psicanálise; ao serem elas desrespeitadas, haveria de se recuperar o bom caminho, apontando os erros cometidos, para que se tenha atitudes psicanaliticamente corretas. Como consequência, temos a visão do analista como uma espécie de observador externo ao processo vivido pelo analisando, capaz de

examina-lo e orienta-lo sem com ele se misturar em suas idiossincrasias.

Da mesma forma, teríamos também um supervisor que se manteria na postura de profissional experiente, mais seguro, servindo de esteio para as inseguranças do analista que a ele recorre, apontando seus enganos e indicando-lhe as atitudes adequadas, teórica e clinicamente.

Não é esta, entretanto, a única maneira de considerar as situações apresentadas; não é este o único estilo possível de fazer psicanálise.

O que se tenta fazer neste texto, e que se pretende que caracterize uma apropriação específica do trabalho psicanalítico, é apresentar uma visão dos trabalhos analítico e de supervisão sem questionar se cabem ou não certas atitudes tomadas, sem nenhuma esperança de uma determinação "a priori" dos passos corretos, sem se interrogar sobre a procedência eficiente das ações do analista e do supervisor, sem tentar obedecer previamente a nenhuma regra de técnica psicanalítica, sem retirar o analista da arena em que mergulha na relação com seu analisando e, finalmente, sem colocar o supervisor num pedestal de mestre a ser seguido e imitado pelo supervisando.

Este esquema situacional introduzido pode ser pensado com base naquilo que lhe é realmente básico, isto é, na relação analítica entre analista e analisando. A partir daí pode-se refletir a respeito dos eventos que se sucederam como estando nela apoiados estruturalmente, permitindo-nos assim entendê-los de forma que façam sentido. Isto quer dizer que, se as coisas aconteceram de uma determinada maneira, caberia buscar sentido para estes acontecimentos e não tentar corrigi-los. Tudo que aconteceu, teria inexoravelmente de ocorrer; isto porque ... ocorreu.

Assim agindo, a maneira de lidar com os eventos do esquema acima narrado adquire uma especificidade, indicando a existência de uma forma determinada de trabalho psicanalítico, forma esta que cabe descrever, apontando sua possibilidade de inserção no campo da psicanálise e justificando sua viabilidade para o contexto da teoria e da clínica psicanalíticas.

A presença deste estilo no trabalho de supervisão psicanalítica é que constitui o tema aqui em pauta. A perspectiva é de explicitar uma forma específica de realizar o que se está chamando de supervisão, forma esta que se

caracteriza por estar baseada no campo transferencial estabelecido no trabalho analítico que o analista-supervisando faz com seu analisando, pela maneira "a posteriori" com que se considera os acontecimentos daí selecionados para fazerem parte das situações de supervisão e por uma acentuação permanente e radical na busca de significação para a trama inconsciente apontada por estes acontecimentos e pelos que se passam nas próprias reuniões de supervisão.

Para chegar a isto, alguns passos preliminares e necessários tiveram de ser dados. Não se trata de um apanhado abrangente do complexo trajeto freudiano, nem de uma investigação com a finalidade de daí extrair importantes conclusões teóricas. Muito ao contrário, a intenção que se apresenta, numa primeira parte, é a de tentar pinçar, no imenso mundo da psicanálise, alguns subsídios especificamente selecionados para que possa haver compreensão e aceitação das razões que justificam a adoção do estilo de supervisão anunciado. Propositadamente, então, é rápida e curta a passagem por esses passos preliminares.

Este texto divide-se em duas partes: uma que tem a função de explicitar o campo de trabalho psicanalítico que ampara as idéias aqui apresentadas e outra onde a supervisão é investigada em suas vias conhecidas, até atingir a exposição do estilo de que fala o título deste texto.

A primeira parte, então, trata de apontar como se constitui o espaço psicanalítico que pavimenta, com sua singularidade _isto é, com seus métodos, objetivos e transformações_, a estrutura clínica e conceitual implicada neste trabalho, ou seja, o campo transferencial em que este espaço se baseia, e qual o lugar que tem de ocupar, em consequência, o analista que se apóia nestes referenciais.

Em primeiro lugar são indicados os princípios e as tramas conceituais que constituem a psicanálise e que permitem usar a concepção de campo transferencial aqui estudada, apontando as razões que levaram a falar dele como sendo a estrutura básica na qual se apóia o estilo de trabalho apresentado. O caminho a ser seguido, para isto, se inicia pela rápida menção às vicissitudes do método que singulariza a psicanálise _o método da associação livre, que Freud chamou de "regra fundamental da psicanálise"_ e pela sucinta descrição dos objetivos clínicos que Freud vai alternativamente escolhendo, e onde se pode

acompanhar a evolução das descobertas e as resignificações de alguns conceitos freudianos fundamentais.

Da transferência à contratransferência e desta para o campo transferencial, e assim ficam marcados os principais acessos da via de crescente complexificação da clínica psicanalítica, trazendo à tona a inserção também sempre crescente do analista no campo instaurado pelo seu analisando o campo transferencial.

Um terceiro passo que daí decorre é a discussão sobre a função do analista no seu trabalho. Trata-se do questionamento a respeito do lugar ocupado pelo analista no trabalho com o analisando, levando-nos a procurar, na história da psicanálise, tanto em Freud quanto em seus sucessores, as formas pelas quais este lugar pode ser ocupado e como se tenta responder à pergunta sobre o que deseja o analista.

Numa segunda parte, pode ser acompanhado um fragmento de história do surgimento da supervisão e sua entronização como um dos pés do tripé da transmissão psicanalítica, junto com a análise pessoal e o estudo da teoria e da prática. É feita também uma pequena incursão aos tipos de trabalho de supervisão que se faziam na época de Freud e que se vem fazendo até agora, na medida dos escritos disponíveis a respeito e do interesse que possam despertar para este contexto. A expectativa existente ao fazer esta pequena investigação é a de tentar encontrar teorias explicitadoras do trabalho de supervisão que pudessem satisfazer aos estilos de analista e de supervisor compatíveis com os campos aqui explicitados.

Finalmente, introduz-se a estrutura que caracteriza o estilo de supervisionar que aqui se apresenta, fazendo-a acompanhar das justificativas que as teorias psicanalíticas propiciam; encerram este trabalho, os comentários sobre as consequências deste enfoque, tanto em termos do que se faz na supervisão quanto em relação às funções nela exercidas.

2 - LUGAR DA ESCUTA E DA
TRANSFERENCIA

2.1 - CAMPO PSICANALITICO

2.1.1 - ASSOCIAÇÃO LIVRE

O método da psicanálise é aquele que Freud chamou de "a regra fundamental da psicanálise", isto é, "a associação livre"¹.

James Strachey, editor da SE², considera que a associação livre já aparecia em embrião em 1895³, através do conceito de "catexia viajante, desinvestida": uma parte da mente estaria podendo estabelecer livremente _isto é, sem nenhuma ligação prévia com outras representações _ uma corrente de associações.

Falando a respeito da descrição que Freud faz do atendimento de Frau Emmy von N., Strachey assinala⁴, ainda em 1895, um possível primeiro momento clínico para o futuro conceito, já que a paciente associou espontaneamente, mesmo sem Freud ter enunciado sua "regra fundamental", como posteriormente iria fazer com os primeiros pacientes dela informados.

A "regra" é anunciada e enunciada em 1900⁵, e, em 1901, Freud, conversando com um jovem acadêmico, onde este, desafiado a explicar as razões para um esquecimento que tivera naquele momento, mesmo estando fora de um contexto terapêutico, lhe propõe fazer uma espécie de livre associação de idéias⁶.

Nas notas prefaciais do "caso Dora", ele informa que, desde os "Estudos sobre a Histeria", revolucionou-se a técnica

¹Embora a idéia seja apresentada pela primeira vez no segundo capítulo da Interpretação dos Sonhos (Freud, 1900, pg101-21), Freud a justifica apenas na terceira de suas conferências americanas (Freud, 1909c, pg29), colocando-a com estas palavras somente na Dinâmica da Transferência (Freud, 1912a, pg107), e comentando-a em uma nota de rodapé de Começando o Tratamento (Freud, 1913, pg135).

²Ao longo deste trabalho, sempre que aparecer a sigla SE, ela estará significando: THE STANDARD EDITION OF THE PSYCHOLOGICAL WORKS OF SIGMUND FREUD, Hogarth, London, 1971.

³Numa nota de rodapé do item 6 da parte II do Projeto de 1895 (Freud, 1895a, pg37a).

⁴Numa outra nota de rodapé no item (2) do capítulo II dos Estudos sobre a Histeria (Freud, 1895b, pg36).

⁵No capítulo II da Interpretação dos Sonhos (Freud, 1900, pgs101-102).

⁶No segundo capítulo da Psicopatologia da Vida Cotidiana (Freud, 1901a, pg9).

da psicanálise com a substituição do método catártico pelo da associação livre⁷, "única técnica possível" (Freud, 1901b, pg12).

A livre associação de pensamentos proposta ao analisando, trouxe a possibilidade de utilização de um método novo, diferente tanto do método catártico, que Breuer iniciou e que depois compartilhou com Freud, quanto da sugestão empregada pelo próprio Freud.

Freud utilizou o método catártico idealizado por Breuer, quando a hipnose⁸ era o instrumento pelo qual se tentava reverter o processo de "dissociação de consciência" (Freud, 1909c, pp19-19), onde o afeto despertado num momento psiquicamente traumático não se descarregava por razões hereditárias, tanto nas explicações de Breuer quanto nas de Janet (idem, pgs21-22), ficando estrangulado e obrigando ao seu esquecimento _dissociação_ e, em consequência, à geração de sintomas histéricos. Era a hipnose que permitia acesso a estas memórias esquecidas e, por abreação catártica, propiciava a descarga necessária, levando com isto _eventualmente_ à remissão de sintomas (idem, pgs19-20).

Freud ficou insatisfeito com este instrumento de trabalho _a hipnose_, por ser "temperamental", pouco eficaz, e originador de reações negativas aos esforços do analista (idem, pg22). Tendo aprendido com Bernheim que estas memórias que procurava podiam ser alcançadas sem o auxílio da hipnose, passou a utilizar o método da sugestão, onde a autoridade do médico seria suficiente para convencer o paciente de que poderia se lembrar se fizesse um bom esforço para tal (idem, pgs22-23).

Freud logo se deu conta do desgaste a que este tipo de trabalho levava e de como se mantinham todas as desvantagens que o haviam feito abandonar a hipnose, inclusive por perceber

⁷Há entretanto uma afirmação, colocada em nota de rodapé (Nunberg e Federn, 1962, pg227), que considera "O Homem dos Ratos" (Freud, 1909b) como sendo o primeiro caso de análise feita em 1907 com o auxílio da associação livre.

⁸Em 1889 Freud foi a Nancy (França) para visitar Bernheim, figura de grande relevo no conhecimento da hipnose, técnica que utilizou como instrumento terapêutico de 1887 a 1896, conforme nos informa Strachey em nota de rodapé no capítulo II dos Estudos sobre a Histeria (Freud, 1895b, pg110).

⁹Era a mente humana em sua globalidade que recebia a denominação de "consciência" pelos cientistas da época. Dissociação de consciência foi uma expressão introduzida por Janet, e endossada por Breuer e Freud, para dar conta da "double conscience" (da existência de 2 grupos psíquicos) indicada pelo poder que tinha a sugestão pós-hipnótica de se fazer obedecer sem que dela houvesse lembrança (Freud, 1909c).

que a sua aparente eficiência também se devia a seu caráter impositivo, sugestivo.

Foi a percepção da existência de uma força que resistia ao acesso às memórias perdidas que lhe permitiu explicar dinamicamente a dissociação de consciência responsável pelo esquecimento e pelo sintoma, através da descrição do hipotético processo de recalçamento: impulsos desejosos _"idéias incompatíveis"_ entravam em conflito com a estrutura já estabelecida de um eu, gerando um sofrimento que o princípio do prazer-desprazer obrigava a evitar. Livrar-se desses incômodos impulsos era uma tarefa complicada para a mente humana, já que não eram externos; um inimigo externo pode levar à fuga ou ao enfrentamento, mas quando o inimigo é interno, como fazer? Freud imaginou que a mente funcionaria como se a idéia incompatível fosse externa, expulsando-a para fora da consciência, indo constituir, junto com as outras que sofressem o mesmo processo, um segundo grupo psíquico, o inconsciente (Idem, pgs 24-27).

A construção desta explicação para a psicopatologia da histeria, permitiu a Freud fazer uma reflexão tão simples quanto brilhante. Disse ele que não acreditava que alguém pudesse estar sofrendo e buscando ajuda de um outro, sem que aquilo que ele falasse então não tivesse algo a ver com este sofrimento e, portanto, com as memórias esquecidas procuradas naquela época, já que estas é que seriam responsáveis, em última instância, pelo sofrimento. Assim sendo, pensava, não haveria nenhuma razão para que se adotasse atitudes que tentassem arrancar as lembranças buscadas à força; bastaria escutar _fosse lá o quê fosse que os pacientes quisessem ou pudessem trazer para o médico.

E foi assim que o médico passou a ser analista e o paciente a analisando, ou seja, foi assim que nasceu _depois de um longo processo de chegada_ a psicanálise.

Com este método o da associação livre Freud praticamente concluiu todo um extenso caminho de dissociar a psicanálise da mãe medicina. Nesta, o método anamnético, interrogativo, que a caracteriza, funciona pela iniciativa do médico, que questiona e dirige, indicando o que o paciente deve fazer para se poder chegar a diagnóstico e tratamento favoráveis. Na psicanálise, o analisando é que traz o que puder para seu encontro com o analista, sendo então ele o responsável pela instauração da estrutura básica daquela relação.

Este método somente vai se configurar como está até hoje em 1909, na terceira conferência americana de Freud^(Idem, pg32), já que é aí que ele deixa aberta a possibilidade de não mais anunciá-lo para o analisando.

É curioso observar que a atenção flutuante, uma contrapartida, para o analista, da associação livre, ou seja, uma forma de livre escuta do analista, somente bem mais tarde, em 1912, é que vai ser instituída^(Freud, 1912b, pg111).

2.1.2 - OBJETIVOS DA CLINICA FREUDIANA

É com Anna O, pseudônimo utilizado por Breuer para designar sua paciente Berta Pappenheim, por ele tratada de 1880 a 1882, que começa a (pré)história da futura clínica psicanalítica freudiana. Breuer e Freud publicaram em 1893 sua "Comunicação Preliminar", posteriormente incorporada aos "Estudos sobre a Histeria"^(Freud, 1893b, cap1), para dar conta da descrição e das explicações teóricas e clínicas do caso. Neste contexto o do método catártico, o que se buscava era a elucidação racional dos sintomas e a tentativa de conseguir, com o instrumento da hipnose, rememoração afetiva dos momentos psico-traumáticos considerados naquela época como responsáveis por um "estrangulamento de afetos"^(Idem, pg17). A interpretação¹⁰ é aí anunciada^(Idem, pg246) e a transferência, como falsa conexão, surge pela primeira vez, mas sem a crucial importância que posteriormente vai mostrar ter^(Idem, pgs32-33).

Em 1905¹¹ Freud publica um artigo onde assinala como as palavras podem influenciar os outros e obter mudanças mentais^(Freud, 1890, pgs283-292); há um primeiro indício da importância crescente que será dada à relação médico-paciente. Ele fala da confiança, da fé, da afeição que o médico busca obter de seu paciente, e principalmente da recomendação de se dar preferência, no uso da hipnose, ao médico da família, mais próximo destes sentimentos que qualquer outro^(Idem, pgs291-299).

¹⁰É curioso observar que Strachey, no seu tão completo índice geral de assuntos da obra freudiana, localiza^(SE, vol XXIV, General Subject Index, pg309) o primeiro aparecimento do termo em Sobre a Psicanálise^(Freud, 1911), ou seja, 16 anos depois de seu efetivo surgimento.

¹¹Strachey nos revela, na introdução a um artigo de Freud^(Freud, 1892, pg63), que este texto na verdade é de 1890 e não de 1905, como foi publicado na SE.

Caracteriza-se assim a tendência, até então não enfatizada, de valorizar a relação entre médico e paciente no trabalho clínico.

Em 1903 Freud considera como objetivo de seu trabalho a remoção¹² de todas as amnésias, repressões e resistências, para poder tornar o inconsciente acessível à consciência. Reconhece, entretanto, que, na prática, isto equivaleria a buscar restaurar a capacidade do paciente de levar uma vida ativa e prazerosa (Freud, 1903, pg253).

Em 1910, ele introduz a idéia de que o analista dá ao analisando uma "idéia antecipatória consciente" (Freud, 1910b, pg142) de que este poderia descobrir sobre si, com base na sua semelhança com as idéias inconscientes recalçadas, é a interpretação que reaparece, teorizada, novamente com a intenção de descobrir e suplantiar as resistências entre consciente e inconsciente.

Além da revalorização deste poderoso instrumento de ação do analista, surge algo aí que irá provocar grandes transformações nos destinos da clínica psicanalítica: Freud percebe que o inconsciente do analisando exerce influência no inconsciente do analista, o que o leva a pensar na existência de uma contrapartida ao fenômeno da transferência. Ele adverte para o risco de obstaculização do processo clínico a que isto conduziria, indicando a necessidade de reconhecer e evitar esta "contratransferência" (idem, pg142), o que se poderia conseguir através do que chama aí de "auto-análise", ou seja, pela investigação da própria mente. Aí já estaria o embrião da futura obrigatoriedade de análise para o pretendente a ocupar um lugar de analista¹³.

Querendo prevenir a possibilidade de se fazer apenas uma pseudo análise, Freud também coloca a informação que o analista presta ao analisando sobre o inconsciente, como sendo apenas uma etapa do tratamento analítico, etapa esta que se faria somente após o preenchimento de duas condições básicas: ter havido conveniente preparação para o analisando estar ele mesmo quase entrando em contato com o recalçado e ter formado suficiente transferência com o analista a ponto de não fugir do tratamento (idem, pg225).

¹²Trata-se de um absolutismo que obviamente não se mantém na sequência dos textos freudianos.

¹³Usos e transformações da noção de contratransferência serão estudados no capítulo seguinte.

Já no ano seguinte preocupa-se em que a psicanálise não se transforme em um conjunto de regras a serem seguidas em todas as situações (Freud, 1911a, pg 91). Veremos mais adiante como esta questão é crucial para o delineamento da prática psicanalítica.

Em 1912 afirma que a luta pela cura é travada na esfera da transferência já que

"...é impossível destruir alguém em ausência ou em efígie." (Freud, 1912a, pg 105).

No mesmo ano, Freud mais uma vez mostra sua preocupação com a possibilidade de se referenciar o trabalho psicanalítico pelo estabelecimento de regras, dizendo que suas recomendações baseavam-se na sua experiência (Freud, 1912b, pg 111), não representando portanto generalizações técnicas. Freud privilegia então a habilidade em contraposição ao hábito; é o estilo do analista que é aí valorizado. Neste mesmo texto ele recomenda que, para não haver preocupação em memorizar tantos dados de tantos analisandos, nem selecionar demais contratransferencialmente o que é ouvido, o analista possa estar, na relação com seu analisando, em um estado de "atenção flutuante", uma contrapartida da associação livre do analisando (idem, pg 111).

Além disso insiste na necessidade do analista se analisar (idem, pgs 115-117) e se mostra contrário ao que se poderia chamar de "confissão contratransferencial" (idem, pg 117). (Sand, 1984, pg 281), isto é, que o analista tente se oferecer como modelo para obter maior exposição do analisando. Mais ainda, propõe que o analista tente ser opaco, espelho, neutro portanto, diante do analisando (idem, pg 118). Também neste texto, lembra que não compete ao analista decidir o que pode ser bom para o analisando, explicitando portanto pela primeira vez, embora incipientemente, a preocupação com os desejos cabíveis para o analista em seu trabalho (idem, pgs 118/119).

No ano seguinte ele lança a analogia do jogo de xadrez com a análise, dizendo que tal como no jogo, a análise teria regras sistemáticas apenas no começo e no fim; isto para novamente marcar a idéia de que a análise não pode ser considerada como um conjunto de regras técnicas a serem seguidas fielmente (Freud, 1913, pg 123).

Mais um ano e Freud revela seu desinteresse pelo momento de deflagração do sintoma, o que caracteriza extraordinário distanciamento da busca, até então inexorável, das exatas memórias esquecidas dos traumas psíquicos (Freud, 1914a, pg 147). A neurose de transferência, atualização, no aqui e agora da

sessão analítica, da neurose do analisando, passa a ser considerada nuclear para o trabalho analítico^(Idem, pg134).

No mesmo ano Freud trata do amor na transferência, afirmando que o analista não deve retribuir a demanda de amor de seu analisando, pois isto significaria o fracasso do tratamento pelo reforço das resistências; a abstinência do analista, ou seja _não atender às demandas do analisando_ é que garantiria a continuidade do trabalho^(Freud, 1914b, pgs164-166). Lembrando o conceito de contratransferência, ainda visto exclusivamente como obstáculo à análise, ele diz que, das importantes batalhas a serem realizadas pelo analista, uma é contra as forças da sua própria mente, que buscam afastá-lo de seus objetivos analíticos^(Idem, pg170).

Em 1917, mais uma vez Freud retira do analista a incumbência de aconselhar ou guiar seu analisando, voltando a atribuir-lhe a tarefa de substituir coisas inconscientes por coisas conscientes, para levantar recalques e remover pré-condições da formação de sintomas. Para conseguir isto, repete, busca-se reconhecimento das resistências _o que somente se consegue se a interpretação se coaduna com o que existe dentro do analisando^(Freud, 1917, pgs431-432)_ e a partir daí, procura-se revivência, na transferência, dos conflitos originadores do processo recalcador, o que permitiria trabalho interpretativo transferencial^(Idem, pgs448-451). Diz ele:

...a transferência é o campo de batalha onde se encontram todas as forças em luta^(Idem, pg454)14,

frase que reafirma o que já dizia em 1912^(Freud, 1912a, pgs105-108).

No ano seguinte ele polemiza com quem acredita que se deva interferir na reorganização da vida psíquica do analisando, afirmando enfaticamente que o analista somente analisa, sem se preocupar com a síntese, sempre a ser feita por aquele^(Freud, 1918a, pgs139-141). Além disso propõe a manutenção de uma certa privação, de modo que o analisando permaneça com abundância de desejos insatisfeitos; volta portanto a falar de abstinência, mas aí dizendo que ela é um princípio fundamental do trabalho psicanalítico^(Idem, pgs142-144). Aponta novamente que o analista não deveria incentivar ser imitado pelo analisando^(Idem, pg145) e sugere que ele seja ao mesmo tempo ativo e não apenas passivo^(Idem, pg165).

14A tradução para o português, em todas as citações em língua estrangeira, é de minha responsabilidade.

Somente em 1937 são discutidas as sérias questões do término da análise e das limitações do trabalho analítico. Ele volta a enfatizar a análise pessoal como sendo a principal fonte de preparo para aquele que deseja ser analista (Freud, 1937a, pgs 247-249) e torna a lembrar a necessidade de o analista não interferir com a realidade dos sujeitos que trata (idem, pg 250).

Algo absolutamente novo nos é apresentado em "Construções em Análise", ainda de 1937: de início utilizando como sinônimas as noções de reconstrução e construção para explicar o que faz o analista, logo abandona a primeira, permanecendo apenas a última, que fica inclusive como título do artigo (Freud, 1937b, pgs 257-259). Com isto, ele abre mão definitivamente da busca do que realmente teria ocorrido na infância, da história verdadeira da neurose e da procura da memória esquecida do trauma psíquico, como sendo os objetivos do trabalho do analista. A ilusão da construção seria suficientemente convincente e efetiva _quando bem organizada_ para recobrir fragmentos da experiência esquecida e para se substituir às realidades rejeitadas.

Freud coloca, finalmente, o analista como aliado externo do eu enfraquecido do analisando, que luta contra o isso e o supereu¹⁹, que buscam afastá-lo da realidade externa, empurrando-o para a psicose; a situação analítica é vista como uma guerra civil em que há um pacto entre o eu do analisando, que promete franqueza, e o analista, que promete, além da descrição, suprir sua ignorância através das interpretações, devolvendo-lhe então o "domínio sobre as províncias perdidas da mente" (Freud, 1938, pgs 172-173).

Algo de importância para o futuro da clínica psicanalítica surge neste trabalho, quando ele nos diz que é indiferente o resultado desta luta, pois, qualquer que seja seu vencedor, o que interessa é que o campo de domínio do eu se expanda, diminuindo o gasto desnecessário de energia (idem, pg 179); não enfatizar os resultados imediatos e concretos do trabalho do analista vai se mostrar bastante profícuo para que novas concepções do processo analítico possam aparecer após Freud.

¹⁹Foi mantida, neste texto, a tradução francesa para as palavras alemãs "Ich", "Es" e "Über-Ich" de Freud: eu, isso e supereu, respectivamente.

2.1.3 - ESPAÇO PSICANALITICO

Esta rápida passagem pelo método de trabalho da psicanálise e pelas transformações que os objetivos psicanalíticos de Freud sofreram, permite-nos estabelecer algumas das principais características do seu campo de trabalho:

- 1) O método adotado por Freud tem como uma de suas mais importantes consequências o fato de a psicanálise se destacar decididamente da medicina. A associação livre caracteriza-se por levar a uma análise das representações psíquicas e não mais a uma atuação sobre o organismo, como é típico da medicina. O que é representativo da estrutura psicopatológica é que vai ser alvo de interesse do psicanalista.
- 2) Com isto, abandona-se a figura de alguém _o médico, o psiquiatra, o terapeuta_ que teria o poder de saber sobre o sujeito mais que este^(Biran, 1991a, pg45).
- 3) O sujeito _o analisando_ tem espaço para ele próprio buscar conhecer a verdade de seus desejos. O analisando deixa de ser apenas interpretado e passa a ser intérprete.
- 4) A psicanálise freudiana instituiu seus instrumentos de trabalho próprios, basicamente interpretação e construção. Ao se falar de interpretação, porém, não se trata de referência a um trabalho de deciframento com um código previamente conhecido pelo analista. A interpretação tem por função manter o analisando em contato com a história de sua subjetividade, aberto à busca de sentido e procurando novas possibilidades de mais interpretações, de novos enigmas. Ela se caracteriza então pela tentativa de encontrar uma inscrição já existente, de algo já previamente simbolizado. A construção é criada pelo analista para preencher lacunas na história _ou

melhor, na pré-história ^(Idem, pg86) do analisando. Onde faltam registros mnêmicos, a construção os substitui miticamente, mas não de forma arbitrária, e sim apoiada em uma boa experiência transferencial. ^(Freud, 1937b, pg260; Birman, 1991a, pgs88-89). Ao contrário da interpretação, ela é a criação, por parte do analista, de algo novo no campo psíquico do analisando, promovendo uma inscrição antes inexistente ^(Birman, 1991b, pg235). Com este precioso instrumento criado por Freud, deixa de haver portanto, na psicanálise, interesse em buscar conhecimento da história verdadeira da neurose. Assim, o analista se vê diante da obrigação de lidar não somente com os registros a serem acessados pelas interpretações como também com o que não tem inscrição e que ele tenta preencher com suas construções.

Jacques Lacan nos traz a possibilidade de ter à mão uma outra ferramenta psicanalítica _o corte da sessão_ introduzida em função de uma lógica indicadora da necessidade de se ter um instante de olhar e um tempo para compreender prévios ao momento de concluir; este corte é que propiciaria o campo temporal necessário para a conclusão almejada ^(Lacan, 1945).

- 5) O sofrimento do analisando tem sentido, mas não um sentido apriorístico, fechado, fixo, e sim algo a ser encontrado nas particularidades da sua subjetividade, em termos de um código exclusivamente interno, singular. As tramas inconscientes é que vão ser apontadas para que este sentido possa ser constantemente buscado.
- 6) O afastamento da medicina também acarreta uma mudança de estratégia, indo do olhar para a escuta ^(Birman 1991b, pgs158-161); ao contrário do médico que centraliza todo seu aparato clínico em torno da importância atribuída à visão, o analista chega a obscurecer seu ambiente de atuação e a colocar o analisando deitado no divã, de costas para si, de

modo a acentuar a preponderância do falar/escutar sobre o olhar.

7) A reflexão que leva Freud a adotar o método da associação livre aponta para uma equivalência estrutural entre o que é dito ao analista pelo analisando que está sofrendo e os seus sintomas, já que é o mesmo processo que explica ambos. O campo psicanalítico se caracteriza, portanto, por uma abordagem galileiana, de campo (Lowin, 1939, pgs 23-35), onde é única a lei que explica o funcionamento mental, seja ou não considerado patológico o que estiver em pauta. Não existiria então o que se poderia chamar de normalidade, qualitativamente diferente de uma estrutura psíquica presumivelmente patológica.

8) Não se pretende então corrigir defeitos psíquicos nem extirpar arestas sintomáticas, e sim abrir espaço para que o sofrimento fale e para que seja ouvido.

9) Há uma contrapartida à associação livre _a atenção flutuante_ que representa a expectativa que se tem da forma pela qual o analista se inclui no espaço em que a associação livre é seu método de trabalho. Em outras palavras, o analista não fica como um observador externo ao processo analítico, sendo esta sua inclusão algo que faz parte integrante do próprio processo.

10) Não somente o analista não é apenas um observador externo _mesmo que atento_ como, ao trabalhar com o analisando, ele também se vê mergulhando em si mesmo (Berman, 1991a, pg 16B). A análise do analista, portanto, caminha em paralelo com a análise de seu analisando; isto entretanto não impede que o analista tenha obrigatoriamente de fazer sua análise pessoal, como condição "sine qua non" para ser considerado como tal.

11) O analista trabalha em abstinência. Isto significa não atender às demandas _quaisquer que

sejam do analisando; mas também significa que o analista não procuraria atender às suas próprias demandas suscitadas no trabalho com o analisando. Em outras palavras, a abstinência é que é responsável pelo fato de que nem analista nem analisando possam satisfazer-se pulsionalmente em seu encontro ^(idem, pg205).

12) O analista não sabe o que é melhor para o analisando, e portanto não o aconselha nem guia, não interferindo com sua objetividade de vida. É no plano da subjetividade que o analista se movimenta. Daí que não há interesse psicanalítico pelas soluções de vida adotadas pelo analisando pela síntese, como dizia Freud em função de sua análise.

13) Da mesma forma, o analista não se apresenta como modelo a ser seguido ou imitado pelo analisando, já que isto serviria apenas para aumentar a resistência; o analisando poderia, por exemplo, interessar-se mais pelo que apresenta o analista do que por si, considerando-se muito pouco capaz de conseguir algo que se aproxime do que lhe está sendo mostrado.

14) Tudo isto se passa no plano da transferência, que comanda e determina as vicissitudes deste amplo campo de trabalho, de luta e de ação. Se não for assim, um dos principais instrumentos do analista a interpretação será apenas uma comunicação consciente e racional do que ele está descobrindo sobre o analisando; e isto, diz-nos Freud, serve apenas como um cardápio que não mata a fome ^(Freud, 1910a, pg225).

15) A análise não é feita segundo um conjunto de regras, fixas ou maleáveis. Não há nenhum preceito técnico a ser necessariamente adotado pelo analista para que se possa considerar como tal.

16) O conflito psíquico é inerente ao ser humano (Freud, 1909c, pgs21-28), de modo que o analista não pode tentar amenizar a dramaticidade do espaço no qual tem de trabalhar.

A associação livre como método, a abstinência como postura e a transferência como campo de ação, é que garantem que o trabalho feito com os instrumentos (interpretação, construção, corte, etc.) de que dispõe a psicanálise, seja efetivamente psicanalítico.

O ponto de partida, entretanto, para que alguém possa realizar este trabalho, é uma análise pessoal, já que, para poder sustentar um processo subjetivo, há que se submeter a uma experiência estruturalmente equivalente (Freud, 1895a, pgs188-190).

O espaço psicanalítico aqui considerado, é constituído então de forma bastante específica e original, trazendo em seu interior a instituição de um campo de trabalho dramático onde se organiza sua movimentação clínica. Para conhecer em seus meandros este campo _o campo transferencial_ vamos examinar um pouco mais detidamente o que nos convém daquilo que Freud chamou de transferência, sem deixar de fora, inclusive, sua tão importante variante, a contratransferência.

2.2 - CAMPO TRANSFERENCIAL

2.2.1 - A RESISTENCIA TRANSFERIDA

Como vimos mais atrás, é nos "Estudos sobre A Histeria" de 1895 que Freud introduziu o fenômeno da transferência, como sendo uma falsa conexão, isto é, como uma interferência indesejada e canhestra, um obstáculo a afastar. Esta falsa ligação se daria por uma impossibilidade de relembrar as memórias dos traumas psíquicos, levando a uma revivência, na análise, daquilo que ainda não podia ser descarregado; o passado seria então atualizado como uma ação, no contexto analítico, caracterizando esta postura como uma resistência. Num primeiro momento, portanto, a transferência se apresenta apenas como um obstáculo ao trabalho do analista, como uma resistência a ser vencida.

O "caso Dora" (Freud, 1901b) é que permitiu a Freud, justamente pelo seu insucesso, mudar a direção do conceito. Neste trabalho, ele foi surpreendido por se ocupar exclusivamente daquilo que tinha coerência, deixando de lado a transferência que se mostrava indicada nos sonhos da analisanda. Apesar de se ter dado conta desta transferência, Freud achou que havia tempo suficiente para cuidar dela depois. Dora abandonou a análise antes deste momento chegar, tendo esta frustração lhe permitido captar a importância e a urgência de se instrumentar a transferência (Idea, pg 117).

De obstáculo ao processo ela se transforma portanto em expressão reveladora inconscientemente da estrutura de funcionamento do sujeito. A análise da transferência passa então a ser fundamental para a obtenção de uma organização eficiente do instrumento por excelência da psicanálise, a interpretação. Esta, que antes era utilizada como artifício racional de decodificação, passa a se apoiar na transferência para se estruturar de forma completamente diferente. O analista passa a se interessar não somente pelo que é inconsciente, mas pelo que, além de o ser, também se dirige para ele ou para o processo.

Analisar a transferência, porém, significa captá-la em sua significação, isto é, a transferência tem de participar ativamente do trabalho de análise, que é de articular sentidos para que haja permanência no plano da simbolização (Baran e

Nicolas, 1982, pp591. A trama aparentemente irreconhecível tecida por estruturas inconscientes é dado um sentido a que somente a transferência dá guarida, apesar das armadilhas com que ela se apresenta à disposição do analista: se não a utilizarmos para a guerra contra as resistências, ela pode nos brindar apenas com um breve sucesso inicial enganoso, em função da sugestão que ela também caracteriza, isto é, da influência sobre o analisando que ela traz implicada (Freud, 1917, pp452-453). Na psicanálise, este poder de sugestão é utilizado de forma a transcendê-lo, ou seja, de modo a que ele ajude no combate contra as resistências para que se possa caminhar na direção de possíveis mudanças estruturais e não apenas para obter vitórias terapêuticas aparentes e breves.

A transferência, mesmo tendo passado a ser o lugar da batalha analítica, não deixa de ser também talvez por isto mesmo o espaço onde a resistência mais eficientemente se refugia. Na medida em que o processo analítico anda, maior é o escape regressivo da resistência, com uma tendência crescente de buscar encontrar, na relação transferencial, satisfação para as pulsões. E isto aponta para o que Freud dizia a respeito da batalha analítica ter de se realizar no aqui e agora da transferência, já que é aí que se representa claramente a verdade psíquica, o estilo da subjetividade do sujeito em causa. Falar da verdade do sujeito, portanto, é sempre falar de verdade simbólica, representada.

Freud absolutiza tanto o valor que atribui à transferência como meio de instrumentar o trabalho psicanalítico, que chega a dizer que somente quando se a utiliza é que se estaria fazendo o que chama de psicanálise (Freud, 1913, pp143).

Em 1912 ele indica a transferência como uma obrigatoriedade da estrutura subjetiva dos seres humanos, não restringindo portanto sua presença ao campo do trabalho analítico, isto é, não a apontando mais unicamente como uma característica da estrutura patológica, como fizera em 1901 no caso Dora. Todo sujeito, nos diz Freud, pulsa de forma singular, tem suas formas de ser; a transferência apontaria para isto (Freud, 1912a, pp97-100). Mais uma vez Freud valoriza, na complexa rede em que se move a mente humana, o estilo do sujeito, a sua singularidade.

No que se refere à clínica psicanalítica, porém, a transferência não se mantém solitária no campo. Em 1910 ela passa a receber uma oigna companhia.

2.2.2 - ASCENSAO E QUEDA DA CONTRATRANSFERENCIA

Ficou assinalado, no capítulo anterior, ter sido o conceito de contratransferência de muita relevância para a história da psicanálise, por ter ele culminado na radicalidade da necessidade de análise pessoal para quem quer ser analista.

Mas, tão importante quanto isto, a contratransferência também tem o mérito de introduzir o analista na cena de ação, deixando de ocupar o lugar de observador; ele entra na arena, passando a fazer parte do processo.

O termo foi utilizado pela primeira vez em março de 1910, em Nuremberg, no 2º Congresso Internacional de Psicanálise, tendo ficado registrado em "As Perspectivas da Terapia Psicanalítica" da seguinte maneira:

"Outras inovações na técnica se relacionam com o próprio médico. Tomamos conhecimento da 'contratransferência', que surge nele como consequência da influência do paciente nos seus sentimentos inconscientes, e estamos quase inclinados a insistir para que ele reconheça esta contratransferência em si e a sobrepuje. Agora que um considerável número de pessoas está praticando psicanálise e trocando observações umas com as outras, percebemos que nenhum psicanalista vai além do que seus próprios complexos e resistências internas permitem; conseqüentemente exigimos que ele comere sua atividade com uma auto-análise e que a aprofunde continuamente enquanto observa seus pacientes. Todo aquele que falhar em produzir resultados numa auto-análise desse tipo, pode imediatamente desistir da idéia de tratar pacientes pela análise." (Freud, 1910b, pgs 144-145)

Freud então usa poucas palavras para dizer que aquilo que ele chama de contratransferência é fruto da influência do analisando nos sentimentos inconscientes do analista, e que este deverá reconhecê-la e sobrepujá-la; para isto ele necessita procurar conhecer-se bem [pela auto-análise, como diz nesta ocasião], já que suas próprias características o limitam.

Somente em mais uma oportunidade Freud volta a escrever sobre o assunto, para dizer apenas que o analista não deve corresponder à demanda de amor de analisandos [a tendência a fazê-lo sendo contratransferencial], já que não se trata de encanto pessoal e sim de transferência (Freud, 1914b, pgs 160-161).

Freud trata o conceito apenas como um obstáculo, como resistência, mas desta vez de parte do analista. Tal como a transferência, a contratransferência surge exclusivamente como

impedimento ao prosseguimento do processo, mas, diferentemente da primeira, ela vai permanecer na psicanálise freudiana como um fator exclusivamente episódico e imediatamente evitável durante cerca de 38 anos. Por todô este tempo, ficou mantida a idéia de um analista se pretendendo ser neutro ao máximo, buscando rapidamente abafar quaisquer manifestações de seu inconsciente.¹⁴

Somente em 1948 é que começa a aparecer uma nova forma de encarar a contratransferência, quando Heinrich Racker lê, na Associação Psicanalítica Argentina, um trabalho intitulado "Contribución al problema de la contratransferencia" (Parrotta, 1982, pg244).

No ano seguinte é Paula Heimann que lê, no 16º Congresso Psicanalítico Internacional de Zurich, um texto seu sobre contratransferência (Heimann, 1950).

Ambos trazem como novidade o fato de considerarem a contratransferência como uma das ferramentas mais importantes do trabalho do analista, não sendo então algo somente perigoso e evitável a qualquer custo.

Mas, enquanto Racker a considera como sendo

"...toda resposta psicológica do analista diante do paciente" (Parrotta, 1982, pg244),

Heimann a vê como

"...a totalidade dos sentimentos que o analista vivencia com seu paciente" (Heimann, 1950),

mais abrangente, portanto, que Racker.

Lucía R. Martinto de Paschero relaciona as fontes de sentimentos que o analista tem no seu trabalho com o analisando:

"...algo original correspondente a catexias em busca de objeto (libido livre)..., ...uma reação à transferência do analisando (contratransferência no sentido original)... e a própria transferência do analista..." (Heimann, 1982, pg491).

Ela chama de "contratransferência total" aquilo que inclui estas três fontes, tentando portanto dar conta de tudo que o

¹⁴O primeiro exemplo clínico conhecido, tanto de transferência quanto de contratransferência, talvez seja do próprio Breuer: em novembro de 1882 ele conta a Freud o caso de Anna O, que havia interrompido abruptamente cinco meses antes, pelo mal estar que lhe causara o erotismo que para ele ela dirigira. Jones nos conta que Breuer, ao abandonar Anna O, optou por uma espécie de segunda lua de mel com a esposa, daí surgindo como consequência uma filha; ele considera a possibilidade de que o suicídio desta filha, aos 60 anos de idade, teria origem nas circunstâncias de seu nascimento, fruto de culpa contratransferencial do pai (Jones, 1961, pgs238-239).

analista possa sentir em relação a seu analisando, para incluir no conceito de contratransferência, tal como propunha Paula Heinmann:

Parece-me que, considerar a transferência incluída na trama contratransferencial, traz uma importante e ampliadora modificação ao conceito freudiano.¹⁷

Alguns poucos anos depois de Racker e Heinmann, Lacan também nos fala de uma necessidade "corajosa" de indicar o ser do analista como elemento não negligenciável nos efeitos da análise (Lacan, 1953, pg243).

Levantava-se assim o tabu de que a contratransferência revelaria a patologia do analista (Heinmann, 1962, pg474), na medida em que, ter sentimentos na relação com o analisando passa a fazer parte legítima do processo analítico. Nenhum analista escapa da participação nos acontecimentos transferenciais em seu trabalho com o analisando. Além disso, lançou-se a idéia de que o analista possa ter a si mesmo _enquanto parte do processo_ como uma das principais fontes de interesse do seu trabalho analítico.

Uma vez iniciada, a investigação do conceito não mais parou, e os textos sobre a contratransferência passaram não somente a serem escritos em grande quantidade, como também a provir de autores de vários países, como por exemplo, Inglaterra (Bálint e Bálint, 1939; Heinmann, 1950e1959; Pines, 1963), França (Clancier, 1981; Grunberger, 1978; Janin, 1988; McCougall, 1983; Silvestre e outros, 1984; Slama, 1989), Argentina (Arbiser, 1977; Casio, 1963; Jaab; Brisco, 1983; Brinberg, 1958; Jarast, 1945; Langer, 1997; Perrotta, 1982; Racker, 1959; Ralla, 1982; Weissmann, 1982), América (Arlow, 1985; Chediak, 1979; Dahl e outros, 1978; Devereux, 1980; Epstein e Felner, 1979; Hunt e Issacharoff, 1977; Kernberg, 1975; Loewald, 1956e1966; McLaughlin, 1988; Tyson, 1986; Wolf, 1972), Suécia (Basch-Kahre, 1983), Brasil (Araony, 1978; Band, 1984; Correa, 1989; Moreira, 1988). Com isto ficou difícil falar de transferência sem incluir a contratransferência; a dupla transferência-contratransferência tornou-se inseparável no discurso psicanalítico.

O analista, portanto, passou a entrar no campo do analisando e aí ficou, já que, como transferência, o que vive nesta relação adquire a legalidade necessária para poder também pertencer a este contexto que antes se restringia ao analisando.

¹⁷Fidias R. Casio lembra (Weissmann, 1982, pg493) que Luis López-Ballesteros y de Torres, traduzindo Freud (Freud, 1948), usa para a palavra alemã "Gegenübertragung" o termo "transferência recíproca" e não "contratransferência", como os demais autores fizeram.

Como vemos, o conceito foi ampliando sua abrangência: com Freud, a contratransferência era uma reação específica do analista à transferência do analisando; para Racker ela continua como resposta ao analisando, mas não mais restrita à sua transferência; em Heinmann passa a caracterizar o total dos afetos que o analista vive em seu trabalho com o analisando; e com Paschero faz-se a discriminação desta totalidade.

Esta evolução trouxe um alargamento do conceito de tal ordem, que não seria difícil supor-la como anunciadora de seu desaparecimento, para que em seu lugar pudesse surgir um campo estruturado.

Toda a luta que diversos autores realizaram para tentar mostrar que a contratransferência não é apenas uma resistência e sim um recurso importante à disposição do analista, encontra um desfecho inglório nas palavras de Lacan, que afirmou ser a contratransferência uma impropriedade conceitual, uma impostura (Lacan, 1958, pg 385). Michel Silvestre, um outro psicanalista francês, também incomodado com o conceito, sugeriu chama-lo de "conceito parafreudiano", na medida em que somente teria se convertido em conceito maior para os discípulos de Freud, pois este não o desenvolveu, resolvendo o problema de que sua descoberta era consequência pela regra da abstinência (Silvestre, 1984, pg 10). O que Lacan e Silvestre propuseram, representou na verdade o cancelamento do conceito.

2.2.3 - CAMPO TRANSFERENCIAL

A abrangência atingida pela noção de contratransferência aponta portanto para a necessidade de sua substituição por um conceito mais amplo, mais estrutural.

Manter a teoria da contratransferência, significaria considerar que haveria algo no analista que se diferenciaria qualitativamente daquilo que é emocionalmente vivido pelo analisando; esta diferenciação é indicada pela própria escolha de diferentes nomes para as experiências vividas por um e por outro, o que significaria facultar ao analista poder considerar-se à margem do processo, vendo-se como observador e juiz do analisando. Não sendo esta a visão aqui considerada, a noção de contratransferência é então substituída pela concepção mais abrangente de campo transferencial, para tentar dar conta da inserção do analista no contexto de seu trabalho.

Como já vimos, o método adotado no trabalho analítico é o da associação livre, onde o analista aguarda que o analisando indique o início do processo, o que é diferente do método da medicina, em que é o médico que faz as perguntas e que decide como se inicia a investigação. Além disto, o analisando é quem se coloca como foco do interesse do analista, pois vem procurar ajuda para sua impossibilidade de dar conta sozinho de suas coisas. Mais ainda, o analista se propõe a escuta-lo para poder lhe propiciar o auxílio buscado. Conclui-se então, a partir destas simples considerações, que é o analisando quem instaura a estrutura do campo que ele e o analista vão compartilhar. Trata-se portanto de um campo que abrange a ambos, analisando e analista, com todas as alternâncias possíveis de trocas inconscientes, mas que se organiza a partir do que o analisando tem para trazer.

Como consequência disto, sempre que o analista se refere à transferência com que trabalha, ele está na verdade mencionando um campo transferencial que o abrange; mais ainda, ele está se referindo a um campo transferencial instaurado pelo analisando e, portanto, organizado basicamente em torno de suas idiossincrasias.

Vimos a importância, tanto do surgimento da noção de transferência quanto da acanhada introdução do conceito de contratransferência, para a expansão do campo psicanalítico. A contratransferência, mostrando-se excelente instrumento de trabalho clínico por valorizar o que se passa com o analista no seu encontro com o analisando, trouxe, entretanto, algumas questões a serem consideradas, como por exemplo, o que se refere à neutralidade do analista.

O analista, ao tentar se manter neutro, estaria buscando escapar à sua inserção num campo transferencial, como uma forma de lidar com as dificuldades que a situação analítica lhe traz. A idéia de contratransferência coloca o analisando como aquele que transfere e o analista como o que contratransfere, isto é, como aquele que estaria fazendo algo qualitativamente diferente, o que já sabemos não caber neste contexto. Neste sentido, não é surpreendente que não se tenha feito uma lista das fontes de afetos do analisando em sua relação com o analista tal como Paschero faz para este, já que somente os afetos vividos pelo analista é que seriam alvos do interesse qualificativo dos que consideram a teoria da

contratransferência para a busca de compreensão dos fenômenos psicanalíticos. O analisando teria todo o direito de viver amplamente seus afetos no campo em que se insere, enquanto que o analista teria de tê-los explicados, investigados e evitados, para que se pudesse garantir eficiência analítica. A neutralidade — qualquer que seja a forma pela qual ela se apresenta ou se disfarça —, embora aparentemente permita ao analista se desfazer dos riscos que o pertencimento ao campo de trabalho traria, faz com que ele se veja submetido aos rigores de uma fiscalização exigente, impeditiva daquilo que Freud chamou de atenção flutuante, no que se refere ao que ele próprio vivencia quando trabalha como analista.

Isto portanto nos remete às extensas questões sobre a clínica psicanalítica, quanto à função com que se deveria ocupar o analista, como deveria fazer para exercê-la e quais os obstáculos com que então se depararia.

2.3 - LUGAR DO ANALISTA: FUNÇÃO E DESEJO

Pergunta Manoel Tosta Berlinck:

"...seria importante que se pensasse qual seria o eu adequado ao psicanalista. Ou melhor dizendo, em que específica ilusão fundamental de totalidade o psicanalista se baseia para produzir e sustentar o dispositivo psicanalítico?" (Berlinck, 1989, pg75)

Esta pergunta traz como questão a maneira como um analista chega a se considerar como tal e o que faz para que possa assim ser considerado.

É desta identidade que trata este capítulo.

2.3.1 - COM FREUD

Na época de Freud o contexto científico vigente era aquele caracterizado pelo método hipotético-dedutivo das ciências consideradas naturais. Este era o único modelo de que dispunha para suas investigações, modelo este que exerceu portanto forte influência na forma de enunciar e justificar suas descobertas.

As primeiras descrições que fez de seu trabalho clínico, mostram-no como alguém que buscava saber o que se passava com seu paciente, para poder atuar adequadamente, no sentido da remoção dos sintomas perturbadores. Para isto, ele tinha de mergulhar na investigação de seu objeto de interesse _no caso o funcionamento da mente humana_ para poder reconhecer bem, e tratar eficientemente, as anomalias trazidas pelos pacientes. Era um observador examinando o objeto de sua investigação, tal como se fazia numa ciência naturalista, tal como se fazia na medicina. O contexto em que se formara caracteriza, então, justificadamente, a tendência inicial a procurar elucidar intelectualmente os sintomas e a conseqüente busca de um código decifrador que lhe permitiria trilhar uma senda lógica e racional na direção de uma cura compatível.

É extraordinário, porém, o fato de que ele possa ter subvertido tão amplamente as especificidades do meio a que pertencia; isto vale não somente para o conteúdo de suas belas descobertas _tão decantadas ao longo dos tempos_ como também

pela maneira como foi transformando sua inserção, ou seja, a do analista, no processo que ia criando e modificando e onde ia construindo as sapatas que futuramente garantiriam a construção de pavimentos por parte dos continuadores de sua obra.

Mesmo neste início, Freud já anunciava embrionariamente a futura substituição radical deste modelo, ao apontar o médico da família como sendo o mais indicado para exercer a função de psicoterapeuta, valorizando assim uma relação entre este e seus pacientes, diferenciada da relação observador-observado com que até então buscava trabalhar.

A descoberta da transferência, de início anunciada com um caráter "periférico" (Biraan, 1984a, pg32), vai, entretanto, se mostrar posteriormente constituindo um marco fundamental nos destinos da clínica psicanalítica. É na transferência que vai residir a esperança, delineada nos primeiros anos de investimento, de conseguir influenciar, com palavras, aqueles que procuravam sua ajuda, com a finalidade de obter a transformação das misérias mentais em infelicidades comuns. É através dela que Freud vai desencadear enfaticamente a necessária descontinuidade (Biraan, 1989, pgs109-118) de modelo, passando daquele que considerava a razão e os preceitos da ciência natural como inexoráveis (Chertok e Stangor, 1989, cap1), para um outro em que a racionalidade e o observador são desalojados de seu pedestal e em que o próprio pedestal é desmontado, para dar lugar a algo completamente diferente. É com a transferência, portanto, que os imperativos da neutralidade começam a ser abalados.

A noção de contratransferência, tal como introduzida por Freud, talvez também possa ser considerada, além do que já foi dito antes, como uma intensa e duradoura reação contra a quebra desta busca de neutralidade, desta tendência a deixar o analista fora do campo onde "a batalha se trava". Talvez, justamente por ser uma atitude reativa, tenha na verdade redundado no reforçamento deste rompimento, pois, contrariamente à sua primeira tendência, o conceito acabou levando à percepção da importância da presença do analista no campo psíquico instaurado pelo analisando.

Os objetivos clínicos que surgem a partir de 1905, depois da publicação do "caso Dora", revelam uma dinâmica do trabalho psicanalítico bastante inovada, com a transferência ocupando um lugar estratégico (Biraan e Nicólas, 1982).

O analista até então tinha a gigantesca responsabilidade de saber tão amplamente como funcionava a mente humana

qualquer mente humana e de saber intervir esclarecedoramente de tal maneira, que sua intervenção seria suficiente para eliminar os sintomas.

Agora sua responsabilidade muda, mas as dificuldades não são menores, pois não somente tem de saber manejar a transferência para que, sob a forma de neurose de transferência, seja mola de um processo de desagregação de certezas repetitivas, como principalmente tem de suportar ser dela receptor, já que isto coloca em cheque sua "estrutura libidinal" (Birman, 1984a, pg35), isto é, sua capacidade de suportar o burilamento inevitável de sua subjetividade.

A transferência vem abalar inclusive o referencial da rememoração como critério seguro para o caminho em direção à cura. O trabalho analítico fica mais incerto, menos apoiado em uma realidade esquecida a ser redescoberta.

Não me parece ser por acaso que a atenção flutuante tenha tido seu aparecimento retardado em relação à associação livre, já que o modelo científico existente era o da lógica, do terapeuta observador, externo ao processo vivido pelo paciente; sete anos se passaram desde o começo da ênfase da transferência como figura operacional básica do trabalho analítico, até o surgimento da atenção flutuante como postura essencial para que o analista possa dirigir o processo. Com a introdução da atenção flutuante, as nuances do trabalho analítico ficam bastante alteradas: o investimento na possibilidade de o analisando encontrar seu caminho singular para poder "viver mais ativa e prazerosamente", agora inevitavelmente acarreta a entrada em cena da singularidade questionada do analista. Este passa a ocupar um lugar específico dentro de uma nova estrutura, lugar este para o qual tem de se preparar adequadamente, principalmente através de sua própria análise.

O surgimento da atenção flutuante parece ser portanto o primeiro momento da tentativa de estabelecer uma forma de ocupação de um lugar fora de um modelo racional, egóico, isto é, sem que a "arrogância da consciência" (Freud, 1909c, pg32) esteja dando as cartas.

Também não me parece coincidência que justamente nesta época aparece a preocupação de Freud em alertar para não tomarem o que fazia como protótipo do tratamento analítico. A "batalha analítica", sendo travada agora num campo marcado pela transferência, não irá mais permitir _embora Freud não o

perceba imediata e claramente que se tente uniformizar neutramente os analistas. A singularidade será intocável: o analista se apresentará imprimindo ao seu trabalho um estilo próprio, não havendo portanto sentido em estipular regras apriorísticas para determinar o encaminhamento do processo.

Por outro lado, já vimos como Freud nos falou da importância da fé que o analisando necessita ter em seu analista para que o processo ande; esta fé, que não somente permitia que se fosse hipnotizado, como também mostrava sua presença marcante na transferência, é que faz com que o analisando acredite que o analista saiba tudo que se passa com ele inclusive a respeito de seus desejos e que seja suficientemente mágico para livrá-lo de seu sofrimento. É inclusive a recorrência à tentativa de concretização desta imagem de sujeito altamente poderoso e onisciente que, em primeira instância, parece caracterizar uma demanda de análise (Silvestre e outros, 1984, pg26).

O tema do desejo vai então aparecendo, na psicanálise, de forma gradativa e incessante, mostrando-se cada vez mais importante. Freud propõe que o analista se abstenha de retribuir quando confrontado com as demandas de amor do analisando, e também fala da necessidade de mantê-lo desejante; temos aí então já presente, embrionariamente, o objetivo clínico de favorecer o desejar do analisando, mas, como contrapartida, também temos a tentativa de suspensão dos desejos do analista.

Com esta abstinência, o que o analista busca é que o analisando se mantenha em constante movimento psíquico, o que também já era anunciado incipientemente por Freud no "Esquema da Psicanálise", quando se mostrava desinteressado dos resultados concretos e imediatos de seu trabalho como analista; o que importava era que o analisando tivesse suas energias encaminhadas numa direção de expansão. Aí também Freud se adiantou, dizendo que o analista não pode se encarregar dos destinos das energias liberadas isto é, da síntese de maneira que esta expansão terá de se fazer da maneira que for possível para o analisando. Daí decorre algo que Freud também assinalou e que é a recomendação de que o analista não intervenha diretamente na realidade do analisando.

A psicanálise foi se transformando bastante ao longo dos anos pós-freudianos, mas podemos reconhecer em Freud indícios embrionários de várias destas modificações; ele é, portanto,

como palavra originária, nosso referencial fundamental, responsável pelas transferências originárias dos analistas ...mas, esperemos, não um oráculo impedidor de criação^(Bisraan, 1982, pp40-42).

2.3.2 - INSTITUTO PSICANALÍTICO DE BERLIM

Em 1918, no Congresso de Psicanálise realizado em Budapeste, foi recusada uma proposta para que fosse considerada obrigatória a análise pessoal dos candidatos a analista. Em 1920, Karl Abraham, então presidente da Associação Internacional de Psicanálise¹⁸, escreve a Freud dizendo ter sido considerada condição fundamental para admissão ao Instituto Psicanalítico de Berlim, uma formação neuropsiquiátrica, médica portanto, em detrimento de outras condições _estar em análise pessoal e conhecimento da literatura psicanalítica_ que, com isto, passaram à situação de secundárias.

Somente em 1925 é que a análise pessoal passou a ser obrigatória.

Mesmo sendo mais tarde aceitos como candidatos, os que não tinham o diploma de medicina eram na verdade considerados como analistas de segunda ordem, sempre tutelados, pois seus diagnósticos e indicações tinham de ser aprovados por um psicanalista médico, além de não poderem tratar de casos graves.

Estes fatos dão uma idéia das tendências norteadoras dos que organizavam os primórdios das instituições psicanalíticas e que também foram os fundadores do Instituto Psicanalítico de Berlim, criado em 1920 como uma policlínica e, segundo M. Balint, "mãe e modelo de todos os [institutos] que se seguiram" (Colaninno, 1983, pg28).

A ideologia reinante, além de levar a uma demora em reconhecer a necessidade da obrigatoriedade de análise do analista, privilegiava a medicina, tanto na seleção dos critérios de admissibilidade quanto no próprio funcionamento institucional, ao contrário do que propunha Freud desde 1890 (Freud, 1890, pg284) e que

¹⁸Daqui por diante a ela me referirei como IPA (International Psychoanalytic Association), tal como é conhecida internacionalmente no meio psicanalítico.

iria ratificar estrondosamente em 1926, na "Questão da Análise Leiga" (Freud, 1926).

Curiosa e contrastantemente, porém, o primeiro didata deste Instituto, Hanne Sachs, não era médico.

O próprio Ernest Jones, contemporâneo e biólogo de Freud, que se opunha à exclusividade dogmática da medicina, deixa indicada uma preponderância quando diz, em 1936, que:

"...e favoreci constantemente a admissão de membros não médicos de talentos especiais, em circunstâncias especiais e com regulações especiais sobre a prática..." (Biraan, 1989, p.134).

Os que não fossem médicos precisariam ser considerados especiais e teriam de ser tratados de forma especial para que fossem admitidos como membros de uma instituição psicanalítica.

Em Berlim, entre a direção e os candidatos, a relação era rigorosamente de mestre para aluno, havendo uma forte hierarquia separando os que sabiam dos outros. A direção da instituição tinha poderes quase absolutos sobre seus candidatos, podendo aceitá-los ou não, com base em apenas três entrevistas, estabelecendo tempo mínimo de análise, impondo analista, decidindo acesso a etapas sucessivas, obrigando a escolha de controladores¹⁹, retirando-lhes pacientes se os julgassem incompetentes e obrigando-os a aguardarem autorização para se intitularem analistas.

Como consequência óbvia, formavam-se pessoas, dóceis e submissas às autoridades supremas, mas que quase certamente teriam de ratificar o conceito freudiano de "identificação com o agressor" em seu trabalho de analistas, agindo de forma análoga com seus analisandos. Fanny Colomoos acha que os psicanalistas de Berlim, ao quererem se mostrar muito respeitáveis, em função da celebridade com que a figura de Freud os envolvia, confundiram rigor com rigidez formal (Colomoos, 1989, p.27). Isto se mostra contrastante com a história primeva da psicanálise, pois os analistas da primeira geração os mesmos que instituíam estas determinações, puderam se constituir como analistas sem nenhuma institucionalização formal que sancionasse seu desejo de o serem.

Além disso, tão preocupados estavam com rigor, com organização de cursos, com estatísticas, com regulamentações enfim, que o trabalho clínico ficou em segundo plano. Sandor Radó, por exemplo, não fala de transferência nem de

¹⁹Este termo será estudado mais adiante.

contratransferência quando descreve o "curso prático" oferecido pelo Instituto (Radó, 1920, pgs 147-152).

Colonomos enfatiza a postura da direção do Instituto como caracterizada por transformar o trabalho criativo e dinâmico de Freud num ritual de passagem, como outro qualquer, sem espaço para o imprevisível, em busca de um atestado de reconhecimento "altamente investido pelo ideal institucional" (Colonomos, 1985, pg 35).

Esta visão crítica da forma de institucionalização da psicanálise é antiga; Michael Bálint, nos anos 40, já falava dos efeitos sobre o supereu que a análise didática provocava, transformando os candidatos a analistas em profissionais obedientes, conformistas, sem espírito crítico, como consequência de um supereu intransigente, rígido e submetedor (Biraan, 1989, pg 127).

A instituição-mãe de todas as instituições psicanalíticas revelava, portanto, desde seu nascimento, grave pobreza quanto ao que considerava ser o cerne da transmissão da psicanálise.

Estas recordações talvez ainda hoje caracterizam o ritmo organizativo de algumas instituições psicanalíticas, onde os analistas se consideram possuidores de um código interpretativo utilizado para decifrar o discurso do analisando, sabedores portanto, do inconsciente de seus analisandos, aplicando uma psicanálise acabada, sem surpresas e sem transformações (Biraan, 1989, pgs 12-19). Estas instituições provavelmente estão até hoje se ressentindo do estilo de mãe que tiveram.

Freud sempre se manteve coerente na defesa de uma psicanálise como doutrina segura e sólida, mas também de uma psicanálise jovem e dinâmica, apontando permanentemente para mudanças, para perspectivas futuras. É esta polaridade, mesmo que complexa, que se apresenta como fundamental para que a psicanálise não fique estagnada e afundada no pântano da arrogância e da afirmação a qualquer custo. Há que se solidificar e firmar, mas sem perder o movimento. Dúvida e incerteza, em doses não paralisantes, sempre comandam a saudável necessidade de investigação.

2.3.3 - A CERTEZA DA DÚVIDA

É apoiado na radical necessidade da dúvida que se estrutura a visão, preponderante neste texto, do lugar que o analista ocupa.

Tomemos como referencia a "paixão pela ignorância" de que nos fala Lacan, que propõe que o desejo do analista se encaminhe para levar o analisando, cada vez que traz um conhecimento estabelecido, a imediatamente percebê-lo como desconhecimento (Hollis, 1982, pgs. 495-496).

Lacan afirma que:

"A interpretação não visa tanto o sentido quanto reduzir os significantes a seu não-senso, para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito." (Lacan, 1964, pg. 201)

Então, quebrando estas certezas de forma permanente, o analista poderia conseguir manter a continuidade da análise; e isto porque, embora de início alimentando a ilusão de que tem todas as respostas, esta constante derrubada de certezas é que faria com que ele pudesse ir sendo paulatinamente desalojado deste trono inexistente em que o analisando estaria sempre tentando mantê-lo. Está aí a ideia de que, no trabalho analítico, a certeza fecha as portas e a incerteza rompe com o que estiver fechado, obrigando algo a se mover.

Não se trata porém de uma apologia à ignorância, ao desconhecimento, nem de questionar conhecimentos do analisando sobre o mundo em geral; trata-se daquilo que ele pode saber de si e portanto de movimento constante de saber.

O que se espera conseguir assim é que o analisando não pare de se movimentar psiquicamente. Espera-se mantê-lo pulsando e, para isto, talvez a maneira mais eficiente seja o questionamento incessante de suas certezas. É esta pulsação que mantém o analisando em atividade, em produção, em permanente processo de busca.

Em consequência, para se tornar sujeito de uma análise, o analisando necessita transformar seu sofrimento em enigma e não apenas tê-lo como dado. Não se trata de problemas a serem resolvidos de uma vez por todas e sim de poder perceber-se como alvo permanente de suas próprias investigações.

Birman afirma:

"O desejo de saber do analista e do analisando é o que instiga o processo, mantendo o seu movimento e instituindo algo da ordem da interminabilidade da análise." (Birman, 1980, pg27)

Em um artigo sobre psicoterapia breve, Jurandir Freire Costa diz que

"A lógica interna da atividade psicoterápica é a da criação permanente de sentido. A psicoterapia é uma prática criadora de sentidos múltiplos, de enunciados identificatórios que o sujeito descobre, descobre, se apossa e aplica a si mesmo, modificando desta forma o conteúdo e a consciência de sua história e de sua existência." (Costa, 1978, pg232)

O que é enfatizado pelo trabalho psicoterápico, então, é uma criação descobridora e identificatória de sentidos que permanecem após sua "descoberta" fixamente atribuíveis ao analisando. São significações encontradas que satisfazem e se aplicam. São sentidos fechados, certos.

Não é isto que aqui se propõe. A busca de significação de que se trata aqui jamais tem por objetivo encontrar significações para os acontecimentos psíquicos em pauta no processo analítico. Não se trata de encontrar soluções para problemas, nem de estabelecer conhecimentos certos do analisando sobre si. Não se trata, portanto, de uma psicoterapia. Trata-se de enigmatizar, de buscar, de pulsar.

Espera-se que o analista suporte permanecer no campo da dúvida, para que seja possível a descoberta do novo; há uma constante busca da verdade, busca esta cuja forma faz parte constitutiva da própria verdade (Birman, 1984a, pg14), mas com a certeza de jamais encontrá-la. A idéia de que o sentido poderia ser finalmente encontrado, é uma idéia esclerosadora e emperradora de busca e de movimento.

O saber decorrente da experiência psicanalítica caracteriza-se por ser inacabado e incerto. Isto vem ao encontro da exigência que Freud fazia de que a psicanálise não se transformasse numa "Weltanschauung" numa concepção de mundo por não almejar uma totalização e nem querer limitar a verdade ou recusar as ilusões (Katz, 1969, pg48), embora tivesse sempre lutado pela especificidade do que construía (Idea, pg53).

Diz Chaim Samuel Katz:

"A psicanálise como produção instável, longe da homogeneidade e do equilíbrio, é exatamente aquilo com que os psicanalistas têm de se haver quando estão diante dos casos

concretos, e não querem não poder transformá-los numa pasta homogênea." (idem, p.64)

Para viver a experiência analítica desta maneira, o analista necessita se preparar para conseguir resistir às dificuldades sem cair na impotência. As tradicionais instituições psicanalíticas poderiam então constituir um lugar onde esta preparação fosse implementada e compartilhada, permitindo a existência de um estado de investigação entre os pares, para melhor assumir a difícil responsabilidade que caracteriza este trabalho. Elas acabam se tornando, entretanto, muitas vezes, um espaço de certezas e de repetições, justamente o contrário do que a psicanálise se propõe, impedindo-se de se surpreenderem com o inusitado que alarga, escolhendo geralmente o já trilhado que petrifica. O que assim se transmite é o medo, a procura angustiada de garantias, o não arriscar, o não buscar.

Como, entretanto, pode o analista realizar este trabalho, aparentemente tão exigente em matéria de controle psíquico?

2.3.4 - NEUTRALIDADE

Em 1912 Freud propunha para o analista a postura opaca de um espelho, de uma neutralidade portanto, que fizesse com que o analisando não pudesse se guiar pelo que nele conseguisse "ler".

Dois anos depois, ele nos convence de que o analista não deveria responder às demandas que lhe são feitas pelo analisando; somente uma atitude de abstinência permitiria o prosseguimento da análise.

Mais três anos e ele afirma não caber ao analista aconselhar nem guiar.

Em 1918 ele retorna à abstinência, agora como princípio fundamental.

Em 1937 Freud continua a dizer que o analista não deve interferir na vida que o analisando leva fora da análise.

Esta rápida e fragmentária passagem por estas idéias de Freud mostram que até o fim de sua vida ele se preocupou com uma postura do analista que propiciasse as melhores condições para que o processo analítico pudesse se efetivar. E isto quererá dizer que o analisando deveria ter espaço para se colocar o mais singularmente possível.

Para Lacan, o interesse que demonstrou pela neutralidade também se mostra como uma busca continuada de uma posição estável para o analista.

Em 1948 ele diz que o analista se abatem de responder ao analisando em forma de conselho ou de projeto, e que oferece ao diálogo com este,

"...um personagem o mais possível despojado de características individuais; nós nos apagamos, saímos do campo onde poderia ser percebido este interesse, esta simpatia, esta reação que procura quem fala sob a vista do interlocutor, nós evitamos qualquer manifestação de nossos gostos pessoais, nós escondemos aquilo que pode denunciá-los, nós nos despersonalizamos, e tendemos, para isto, a representar para o outro um ideal de impassibilidade." (Lacan, 1948, pg106).

Trata-se aí de uma neutralização ampla e sem vacilações, do analista como sujeito; procurando ficar escondido e disfarçado, o sujeito-analista realiza um esforço continuado de se fiscalizar para manter-se neutro, muito neutro, isto é, analista-não sujeito. Acredito que a idéia básica de Lacan, subjacente a esta tentativa, seria a de afastar a possibilidade de um trabalho de características psicoterapêuticas, onde se tem a vivência ilusória do eu analista-sujeito como mola condutora do processo analítico.

Em 1957, Lacan diz que o analista se neutraliza para que o Outro possa ocupar o lugar do outro, para que

"...ele não seja nem um nem outro dos dois que estão aí, e se ele se cala, é para lhe deixar [ao Outro] a palavra." (Lacan, 1957, pg106).

A neutralização se refere agora ao outro da relação dual cotidiana, e que, na relação analítica, desaparece para que um ser poderosamente onisciente possa surgir em seu lugar, como resultado de uma articulação significante da interpretação. É o Outro, e não o outro, que está sendo ouvido pelo analisando, que assim se coloca genuína e profundamente ao falar para o analista-Outro, ou seja, para aquele que ele sabe que sabe tudo sobre ele e que vai poder conduzi-lo ao paraíso psíquico almejado. Trata-se de uma visão que indica a possibilidade de um simbolismo puro, em que a trama das relações significantes é altamente valorizada.

No ano seguinte, atribuindo à neutralidade proposta para o analista a condição de abnegação, diz Lacan, empregando como

metáfora para o jogo da análise uma figura de jogo de cartas, o morto do bridge:

"...tal é o laço, digamos de abnegação, que impõe ao analista a prenda da partida na análise. ...os sentimentos do analista têm apenas um lugar possível neste jogo, o do morto; se eles forem reanimados, o jogo prossegue até que se saiba quem o conduz." (Lacan, 1958a, pg569).

O que se neutraliza aí são os sentimentos do analista. Este teria de escamotear seus afetos para que o analisando não os utilizasse como guia para se colocar na análise.

Ainda no ano de 1958, respondendo a um trabalho de Lagache, Lacan pronuncia uma conferência onde anuncia uma nova modificação na área da neutralidade do analista: investigando a diferenciação entre ideal do eu e eu ideal, ele aponta (Lacan, 1958b, pgs675-681) para a necessidade de se desbotar o Outro, que antes tanto colorira; ele se preocupa que o analisando possa se guiar pelo analista-Outro para se colocar na direção de um ideal ilusório. O Outro então, diz-nos Lacan, tem de ser barrado, neutralizado. O analista teria de se apagar como grande figura ilusória a ser seguida (Lacan, 1958b, pgs667-681).

Pode-se constatar que, em todos os textos acima pinçados de Lacan, o que se tenta neutralizar para o analista, é o seu imaginário. Lacan parece buscar se cercar de garantias de que o imaginário do analista não vá distorcer sua percepção e sua capacidade de bem utilizar os instrumentos que a psicanálise coloca à sua disposição em seu trabalho analítico.

Finalmente, em 1960, Lacan recua um pouco dessas suas posições crescentemente neutralizadoras do imaginário do analista, para dizer que a neutralidade consistiria em preservar para o analisando a dimensão imaginária do não domínio, isto é, de uma necessária imperfeição do analista:

"...uma vacilação calculada da 'neutralidade' do analista, pode valer para uma histórica mais que todas as interpretações, com o risco da perturbação que daí pode resultar. Bem entendido, desde que esta perturbação não leve à ruptura e que o que se segue convença o sujeito que o desejo do analista não tenha a ver com o caso. Esta observação não é certamente um conselho técnico, mas uma visada aberta sobre a questão do desejo do analista para aqueles que não saberiam de outra maneira ter a idéia: como o analista deve preservar para o outro a dimensão imaginária de seu não controle, de sua necessária imperfeição..." (Lacan, 1960, pg224).

A concepção de uma "vacilação calculada da neutralidade do analista" traz à tona algumas questões bastante relevantes para a posição a ser ocupada pelo analista.

A histórica, por querer fazer do analista um mestre^(Lacan, 1992, p. 225), obrigaria este a mostrar-se atingido pela cicatriz da castração^(Bransky, 1992, p. 16), necessariamente imperfeito portanto, para que ela pudesse perceber a inutilidade de sua demanda; mas, para que isto se tornasse possível, seria necessário que o analista se mostrasse desejante. Isto acarreta que o analista, ao invés de se colocar como objeto que causa desejo, ou seja, ao invés de fazer semblante de objeto, faria semblante com sua pessoa, isto é, estaria se colocando como quem imagina que é, em termos estratégicos. Com esta atitude, ele estaria conseguindo preservar, no analisando, a sua imagem imperfeita.

Por um lado, parece evidente tratar-se de uma "confissão contratransferencial", como vimos no capítulo 2, onde o analista se esmera em mostrar-se como modelo-guia para as atitudes que considera adequadas para o analisando, na esperança de que este o acompanhe na auto-exposição.

Por outro lado, apesar da negativa de Lacan, também se pode considerar que o que está sendo feito, pela proposta da "vacilação calculada da neutralidade", é realmente uma sugestão técnica para controlar os resultados esperados de um trabalho analítico; Lacan, que vinha insistindo na necessidade de se manter fora de cena os desejos do analista, mesmo que fosse o desejo de analisar, mostra-se subitamente complacente com estes mesmos desejos, desde que se caracterizem como um estratagema técnico.

Estas observações nos levam a poder considerar que Lacan, ao instituir o conceito de "vacilação calculada da neutralidade do analista", passa a valorizar os desejos do analista como algo também constituidor do cenário analítico.

Veremos, mais adiante, como isto pode ser bastante útil para que encontremos uma forma psicanaliticamente favorável para estruturar o lugar ocupado pelo analista.

2.3.5 - DESEJOS

Apoiando-se num contexto teórico do funcionamento da experiência analítica em que acredita mas que é inegavelmente questionado ao longo de seu trabalho

clínico, o analista espera conseguir que o desejo de análise permaneça existindo para o analisando. Seus desejos se silenciam então para que possa surgir o desejo do analisando, e ele aceita ocupar a posição transferencial em que o analisando o coloca. Isto quer dizer que ele se posiciona de forma a que o desejo do analisando possa gradualmente se deslocar da sua figura transferencial para pessoas de seu cotidiano.

Na verdade, de qualquer maneira o analista ocupa um lugar específico no campo transferencial instituído pelo analisando.

A subjetividade do analista é parte de seu trabalho, e seu narcisismo está em cheque; ele não pode garantir um acesso imparcial de observador ingênuo, puro à subjetividade do analisando, pois seus desejos, querendo ele ou não, também demandam. Sua estrutura egóica é tão especular, imaginária, quanto a do analisando, sendo também fruto de seu narcisismo (Costa, 1988, pp.154-163); os dois são igualmente desamparados e submetidos a uma experiência intersubjetiva (Birman, 1991a, pg.222), na qual o analista também tem mobilizadas suas angústias fundamentais (Idea, pg.237).

Lacan, ao colocar em pauta o teor do desejo do analista (Lacan, 1964, pg.17), afirma que esta questão não pode ser deixada fora dos limites do campo psicanalítico:

"O desejo do analista, em cada caso, não pode de modo algum ser deixado fora de nossa questão, pela razão de que o problema da formação do analista o coloca." (Idea)

O próprio Lacan, entretanto, é quem propõe que o analista se situe no lugar do morto, fingindo-se então de morto (Lacan, 1988a, pg.509), para com isto tornar-se inquietante para o analisando. A idéia básica é que o analista trabalhe na direção de manter o analisando como sujeito desejante e, para que se preserve este seu "compromisso com a ética do desejo" (Birman, 1987, pg.84), ele pretende matar todos os seus desejos exceto o de analisar, isto é, exceto o desejo de propiciar -- ao analisando -- que possa gradualmente ir se percebendo como um sujeito que deseja; trata-se de ajudar a fazer com que o desejo do analisando apareça de forma menos distorcida e desconhecida do que aquela que o recalque lhe impõe. Mesmo o desejo de curar, do ser analista, é capaz de se mostrar como impedidor do processo analítico (Birman, 1989, pg.147), já que, ao se preocupar com o lugar que exerce, ele pode perdê-lo por estar mais ocupado com a imagem que tem do que seja ser analista que com o desenvolvimento da capacidade desejante do analisando. Ao invés de querer suprimir

os sintomas, de tentar curar, o analista se interessa por eles, isto é, dá-lhes significação.

Nesta concepção, calar, silenciar, fingir de morto, não responder às demandas do analisando, suspender seus desejos, não ter nenhum projeto terapêutico, caracterizam a forma pela qual o analista busca fazer com que o analisando, fascinado inicialmente pelo que imagina poder receber do outro com quem está, seja obrigado, a duríssimas penas, a procurar nele mesmo a solução para o enigma em que seu sofrimento passou a se transformar quando veio se analisar.

Num debate sobre o tema da contratransferência, Diana O. Zamorano de Inglesini afirma que a causa deste desejo do analista é um fenômeno de fato, que já existiria na própria estrutura do processo analítico (Waisseann, 1982, pg 506); Freud, nos ensinou que é através da análise do recalçado que se chega ao desejo inconsciente (Freud, 1907c, pg 21-28), indicando portanto que o desejo não é um dado e sim algo que necessita de um trabalho de análise para que a ele se chegue. Em consequência disto, o desejo de não desejar também teria de ser analisado para cada analista. Além disso, é no campo onde é suscitado este desejo o campo transferencial que ele deve ser investigado.

Levanta-se então esta importante questão: é possível para o analista ocupar este lugar de não desejante? Poder-se proibir os desejos do analista? Seria função do analista tentar fingir-se de desmemoriado, isto é, de não desejante? Ter-se-ia finalmente chegado à melhor estratégia para a realização do processo analítico, onde o analista como sujeito não pode surgir como um sujeito qualquer e onde o analista que tenta se desubjetivar não consegue fazê-lo plenamente?

Esta é uma questão fundamental para a clínica psicanalítica, levando-nos a uma zona bastante conflitiva do alcance e do posicionamento que pode adotar um sujeito que exerce sua função de analista.

Vários autores tentaram dar conta desta questão:

O americano Harry Stack Sullivan, por exemplo, falava de observador-participante, isto é, do analista como aquele que se distancia suficientemente do processo que comanda, justamente para que possa ter a necessária clareza que todo comandante precisa ter, mas sem deixar de ser alguém que dele faz parte (Sullivan, 1959, pg 39).

O inglês Wilfred Ruprecht Bion tentava colocar a postura de atenção flutuante que Freud recomendava, em termos de um

analista sem memória e sem desejo (Grinberg, Sor. e Bianchedi, 1973, pg14). Dizia ele:

"O primeiro passo para o analista é impor a si mesmo uma disciplina positiva no sentido de repelir memória e desejo...o que se requer é um ato positivo de abstenção de memória e desejo." (Bion, 1970, pg39)

Há então, de um lado, um lugar complexo de analista em que este seria não desejante, não sujeito, desubjetivado, um morto fingido; e isto em nome da prioridade dada ao desejo do analisando que, ele sim, seria incentivado a expressá-lo o mais retumbantemente possível. De outro lado, haveria o analista como sujeito, isto é, um desejante como outro qualquer, cujos desejos, quaisquer que sejam, são passíveis de uma investigação analítica.

O analista teria de oscilar permanentemente entre estes dois polos, ora sujeito ora morto, sem o que ele não poderia atender aos complexos requisitos da função que busca exercer. O analista tentaria ser um lugar _e portanto não ser um sujeito_, mas não durante todo o tempo.

Lacan, de uma forma não explicitada, opta por uma solução conciliatória deste tipo. Por exemplo, na Subversão do Sujeito _como visto acima_, apontando para a necessidade de o analista propositadamente abrir mão _vacilar_ da neutralidade que vinha propondo até então, ele se mostra conciliador, na medida em que admite a presença dos desejos do analista para certas circunstâncias operacionais do trabalho analítico.

Laurence Bataille também gosta da idéia, anunciando-a metaforicamente:

"...ele [analista] guia a embarcação com um remo cujas duas pás são presença e ausência, a fim de favorecer o progresso da fala." (Bataille, 1987, pg105)

Haveria alguma possibilidade de serem atendidas as exigências aqui apontadas para a postura de um analista sem que ele tivesse de tentar se automatizar, se desumanizar?

Seria possível que alguém, por mais treinado que estivesse, pudesse ocupar o lugar do não desejo, mesmo que em caráter episódico, alternativo? A desubjetivação seria alcançável? Assintoticamente, talvez?

Mas, parece-me, ninguém, nem o analista, pode escapar voluntariamente de sua condição humana, por mais que tente ou por mais que finja fazê-lo. Conseguir fazê-lo significaria domínio do próprio inconsciente por uma atitude consciente,

voluntária, treinável, ou, na linguagem da segunda tópica, seria a vitória do eu, do poder ilusório da estrutura que deveria estar a serviço do que Freud chamou de princípio de realidade.

Isto lembra as histórias do Barão de Munchhausen, que, com suas pseudo soluções positivistas (Lowry, 1987, pg31) dizia conseguir escapar aos perigos da vida; conta o Barão que, ao se ver atolado em um pântano, montado em seu cavalo, safava-se do perigo, e ao cavalo também, puxando-se pelos próprios cabelos (Burguer, 1987, pgs74-76). O analista que pretende se fingir de morto, também diz que consegue fugir aos perigos da relação analítica, quando na verdade ele somente está se forçando a aparentar uma determinada atitude, esfriada, automática, sem deixar de ser o sujeito que é, já que seu inconsciente não se deixa domar pelos ditos munchhauseanos com que procura convencer-se.

Tal como a hipnose escondia as importantes resistências ao trabalho do médico que buscava, no método catártico, as memórias perdidas dos traumas psíquicos, tentar se desobjetivar escamoteia os importantíssimos para a própria cena de ação clínica acontecimentos subjetivos do analista. Freud percebeu que as resistências indicavam justamente a estruturação do processo de recalcamento responsável pela manutenção da inacessibilidade à consciência; da mesma forma, a desobjetivação, se possível fosse, impediria acesso aos afetos do analista, tão importantes para indicar a estruturação do campo que constitui o analista e analisando em seu trabalho de análise.

Tudo o que já foi dito até agora neste trabalho, não nos coloca, porém, numa posição muito distante da postura do analista que é indicada logo acima; a maneira como ela é colocada é que nos faz pensar que este lugar do analista é apontado como mais uma regra a ser seguida, ou seja, a regra de como ocupar um lugar de analista.

2.3.6 - REGRAS

Já vimos como Freud se preocupou em enfatizar que a psicanálise não podia ser encarada como um receituário sofisticado a ser aplicado de maneira uniforme. Ele sempre defendeu a idéia de que aquilo que se faz na clínica psicanalítica não pode ser visto como um trabalho técnico. Seus

chamados "escritos técnicos" indicam a apresentação de sua maneira de clinicar, de seu estilo, tal como ele mesmo faz questão de assinalar (Freud, 1912b, pg111), não se justificando portanto o papel, a eles atribuído, de conjunto de normas freudianas que teriam de ser fielmente obedecidas se se quisesse ser considerado como psicanalista.

Embora tendo seu método, seu campo de trabalho, sua postura requerida e suas pré-condições, a psicanálise não é uma técnica a ser repetida sempre da mesma forma pelos analistas, para que se pudesse garantir que é dela que estaria se tratando. Justamente ao contrário, ela se caracteriza pela flexibilidade e pela inexistência de um código interpretativo psicanalítico único (Biraan, 1991a, pgs206-207).

Bataille, autora de grande importância no campo lacaniano, fornece-nos excelente exemplo de como se pode transformar uma busca de liberdade em uma atitude aprisionada pela regra.

Defensora do "tempo lógico", ela lembra que o artigo que lançou o conceito (Lacan, 1945) foi escrito em plena euforia de liberdade, logo após o término da segunda guerra mundial. Depois de resumir a lógica utilizada por Lacan para justificar a necessidade de realização de um ato analítico e de fazer um pequeno histórico de sua adesão ao dispositivo, ela escreve algumas frases bastante significativas:

"...Cheguei a me preocupar muito mais com o ponto sobre o qual se interrogaria a sessão do que com que horas eram." (Bataille, 1987, pg118).

"...A questão se tornava: como interromper uma sessão? A partir de que critérios? Ainda hoje não tenho muita certeza." (idem, pg119).

"...Com frequência, interrompo uma sessão...simplesmente porque é preciso interrompê-la." (idem).

"...E no entanto é bem preciso que se interrompa todas as sessões." (idem, pg123).

"...e eu interrompo aí a sessão. Quanto a mim, não vi nada ali. Pois bem, pode acontecer que na sessão seguinte se descubra que as associações seguiram seu curso no que se verifica ser significativo para a paciente...Também pode ser que ela tenha se ressentido dessa interrupção como uma crítica às suas dificuldades...Ela pode também ter negligenciado completamente sua última frase...e voltar à questão que a atormentava previamente..." (idem).

"...aliviado da pesada obrigação de fazer um ato interpretativo em cada sessão." (idem).

"...isso vai ao encontro da idéia de que o psicanalista, interrompendo as sessões a seu bel-prazer, se atribuiria um poder devastador e manteria o paciente num estado de dominação debilitante." (idem, pg 125).

Um recurso psicanalítico, novo e interessante _o corte da sessão baseado no tempo lógico lacaniano_, nascido sob a égide da tentativa de fugir ao aprisionamento do horário da sessão _fixo e sem parâmetros situacionais_, transformar-se, como indicam estes fragmentos, numa regra obrigatória, buscada de qualquer maneira. Mesmo não vendo nada que justifique o corte, ele é feito assim mesmo, na expectativa de que algo psicanaliticamente favorável aconteça; ele é feito porque...tem de ser feito, e porque alivia fazê-lo.

As hipóteses que ela coloca para a reação da analisanda diante de sua interrupção podem não se realizar; ao invés disso, pode acontecer, por exemplo, ela se sentir escravizada, dominada, pelo poder enorme e "devastador" que o analista se atribui, ficando assim mais distante do domínio de sua vida desejante; se isto porventura acontecesse neste caso, talvez se tivesse de considerar a possibilidade de que outros instrumentos de trabalho analítico fossem mais adequados à situação.

Nenhum dos instrumentos compatíveis com o campo da psicanálise pode ser erigido em dispositivo único, absoluto. Não pode ser considerado herege quem prefere outros recursos psicanalíticos, seja qual for o lado em que se esteja ao usar a palavra outros.

A denegação que parece estar presente no último fragmento das citações acima, talvez indique que se trata mesmo de variedade de possibilidades, isto é, da necessidade de que cada analista possa utilizar os instrumentos psicanalíticos com que tem intimidade e segurança e da maneira que acredita.

Perde-se assim, pela normatização que esta visão implica, um instrumento psicanalítico que, utilizado em acordo com os invariantes²⁰ do espaço psicanalítico, poderia juntar-se à interpretação e à construção para enriquecer as alternativas de manuseio analítico, ampliando mais o instrumental psicanalítico disponível para ação.

²⁰Conceito este também questionado (Figueroa, 1991)

O surgimento do ato analítico lacaniano é bem-vindo, se não se apresentar como exclusivo, e portanto obrigatório. As imposições "técnicas" _mesmo tendo sua existência impecavelmente assegurada pela lógica_ levam de roldão, com a água suja da assertividade autoritária, o bebê do método psicanalítico. Perde-se o que distingue a psicanálise de qualquer outra forma de trabalho psíquico: a liberdade desejante da associação livre. Com isto arrisca-se a ter mais um campo de trabalho clínico preche de normas a serem estritamente seguidas se se almeja ter uma verdadeira psicanálise. Em nome da quebra de certezas, institui-se a psicanálise certa.

2.3.7 - "A POSTERIORI"

Freud não estabeleceu preceitos normatizadores do trabalho analítico. Suas recomendações caracterizam _como vimos acima_ seu estilo, longe portanto do enquadramento rígido que algumas áreas da psicanálise pós-freudiana adotaram.

Se a psicanálise fosse um conjunto de engendramentos técnicos a serem obedecidos, teríamos de realizar nosso trabalho de forma apriorística, ou seja, de modo a determinar previamente o que deveria ser feito. Como não se trata de um receituário técnico, é portanto num momento posterior aos acontecimentos que se pode reconhecer _isto é, dar significado a_ as estruturas em ação no campo de trabalho.

Os próprios princípios norteadores do processo analítico é que levam a perceber que um papel que se aproxima metaforicamente do morto do jogo de bridge está acontecendo, o que é bem diferente de estipular que ele deve acontecer. Em outras palavras, o analista não age com prévia determinação, tecnicamente estipulada, e sim pela maneira como o fato de estar ocupando um espaço psicanalítico como analista, leva-o a agir. Trata-se portanto de uma estrutura à qual ele pertence e que é por ele também organizada, e não de obediência normativa.

Ao usar o método da associação livre, manter-se numa postura de abstinência, trabalhando em função do campo transferencial, utilizando-se dos instrumentos que a psicanálise colocou à sua disposição e tendo se submetido à experiência original de investigação de seu próprio inconsciente, espera-se que o analista realize seu trabalho de

forma a que o desejo do analisando impere, sem que seja necessário instigá-lo previamente para que isto suceda.

A postura investigativa do analista, após o fluir das situações, vai permitir que ele perceba e entenda as características do campo transferencial em que está imerso; e esta posterioridade ajuda a permitir que possa manter-se em seu lugar de analista, exercendo suas funções.

A atuação analítica, por ele realizada a partir de uma visão "a posteriori", certamente será produtiva, na medida em que não se apóia em nenhuma atitude de vigilância contrariadora do método da associação livre.

Sandor Ferenczi, que parecia abandonar o "a posteriori" do método freudiano com sua psicanálise ativa, atribuía-lhe entretanto a função de quebrar gelos porventura existentes ao longo do processo, para poder logo voltar ao labor analítico interpretativo, ordenado pela associação livre. Método, postura e campo de ação, permaneceram então os mesmos para ele (Ferenczi, 1921, pg 176).

É afirmação, comum na psicologia, de que há necessidade de o terapeuta estabelecer uma aliança com seu paciente, contrapõe-se a idéia de que o analista percebe que sua forma de trabalhar trouxe no tempo passado mesmo, ou seja, a percepção é "a posteriori" à tona a existência de uma importante vinculação entre ele e o analisando.

Uma consequência importante para a ênfase na posterioridade do trabalho psicanalítico é o fato de que, tal como para Marx, que considerava, na sua famosa 11ª tese de Feuerbach, ser necessário mudar o mundo e não compreendê-lo (Marx, 1845), para o analista em cena não interessa teorizar e sim agir analiticamente. Caso assim não fosse, ele lá estaria apenas como observador, não se integrando ao campo de trabalho.

Neste sentido, Freud, ao contrário do que mostra a maioria dos "cartoons" sobre a figura do analista, preconizava que não se tomasse notas durante a sessão de análise, justamente para que a atenção não se desviasse do encontro entre analista e analisando, pois que, se tal ocorresse, deixaria de ser atenção flutuante, perdendo-se oportunidades de interpretar (Freud, 1912b, pg 113). As teorizações, as conceituações, ficam para depois das ocorrências do cenário analítico. Mesmo a tentativa de reconhecimento dos critérios psicanalíticos, indicadores de que a experiência analítica está em andamento, somente "a posteriori" se justificaria fazer.

Com um trabalho em que a busca de compreensão é realizada, em geral, após os acontecimentos analíticos, organiza-se um campo onde pode ser reconhecida a estrutura de uma abordagem psicanalítica.

2.3.8 - ESTRUTURAS

Diz Bataille^(Bataille, 1987, pg 98) que não pode e não quer responder do lugar em que a coloca o analisando.

Ela mesma, entretanto, informa que:

"Idealmente, o psicanalista não deveria estar aí senão como suporte...há falta." (idem, pg 105).

Esta sua frase parece indicar uma idealização, ou seja, uma tentativa assintótica, e não uma possibilidade realizável.

Neste sentido, o analista poderia até responder do lugar em que o analisando o coloca, já que este lugar, na verdade, se caracteriza por ser o lugar do campo transferencial. E, sendo assim, o analista não necessitaria se vigiar, se fiscalizar, para evitar seja lá o que for.

O analista tentaria captar, "a posteriori", o significado dos acontecimentos analíticos, fossem quais fossem, e, ao invés de tentar se confrontar com o analisando, deflagrando uma luta para não aceitar o que lhe é exigido inconscientemente, aponta o lugar em que este o colocou ou tentou colocar. Aponta a transferência, interpreta-a, executa um ato analítico, constrói, utiliza enfim quaisquer dos instrumentos que a psicanálise põe à sua disposição; mas "a posteriori" e não tentando evitar que ocorra a situação que o ameaça, pois esta evitação leva a um confronto, a um estado de luta, bastante indesejável para o prosseguimento do processo analítico. Toda atitude analítica obedecendo portanto aos princípios que norteiam a existência de um campo psicanalítico, permite a continuidade do processo, sem que haja necessidade de querer garanti-la por formas apriorísticas de trabalho.

O analista não responde a demandas, é verdade; mas isto não é encarado de forma absolutista. Se respostas houver, ao invés de lutar para evitar as que viriam em seguida, apoiar-se nelas utilizando o instrumental psicanalítico, permite que elas também possam servir de excelente referencial para que melhores e mais produtivas atitudes analíticas se façam.

Trata-se, em outras palavras, de uma estruturação existente do campo de trabalho analítico. Como já vimos antes, em virtude da postura adotada abstinência e do método empregado associação livre, o analisando instaura um campo de trabalho específico; ao qual também passa a pertencer o analista.

Na medida em que o analista vai insistindo em ocupar um lugar marcado por certas características estruturais, o manejo com que o ocupa é decorrente de uma estruturação interna que vai se firmando com esta insistência. O sujeito que deseja ser analista e que age para tentar se-lo, busca permanentemente ocupar este lugar, ou seja, está sempre se organizando internamente para poder tentar ficar em acordo com as características exigidas pelo lugar.

Mesmo as instituições psicanalíticas criticadas pela sua rigidez normatizadora e pela ojeriza às diferenças ameaçadoras (Birman, 1992b), na verdade estariam sempre defendendo suas estruturas já estabelecidas, de tão difícil modificação. O mesmo se poderia dizer do emprego a qualquer preço que Bataille faz do tempo lógico, na medida em que ela se sente tendo de cortar de toda maneira. São estruturas já montadas e, justamente por isso, muito difíceis de se modificarem.

Libertando-se os judeus da escravidão no Egito, Moisés os conduz para uma longa peregrinação pelo deserto para que a geração que vivera na escravidão pudesse se extinguir, de modo a que aquela que a sucedesse não recebesse da anterior o legado de uma vida escrava; para que a estrutura desfavorável já estabelecida tivesse tempo suficiente para poder ser substituída por outra mais favorável. Seriam necessários cerca de 40 anos para que isto pudesse se realizar.

O analista insere-se num lugar específico, e que o é, não somente pelas características do espaço a que pertence o campo psicanalítico mas também por ser marcado estruturalmente pelo seu encontro com o analisando o campo transferencial.

A associação livre leva a esta estruturação e a atenção flutuante a postura do analista permite que ele se reconheça e se aceite como estando estruturalmente capturado; suas atitudes então não poderiam indicar erros e sim estruturas existentes, das quais é muito difícil escapar.

Eventualmente, a ordem interna do sujeito que está ocupando um lugar de analista pode estar capturada por outras inserções, e, quando isto acontece de forma tão intensa a ponto

de dificultar, ou mesmo de impedir, a ocupação da posição de analista, outras coisas podem se passar, tal como a necessidade de abandonar _seja naquele momento ou para sempre_ aquele atendimento...ou a profissão.

O lugar de analista _ou a posição de analista_ ou ainda a figura de analista_ é indicativo de uma estrutura a que o sujeito que quer ser chamado de analista se submete, quer queira quer não.

O analista, na verdade, não necessitaria se preocupar em escapar da estrutura que o abrange, buscando apenas percebê-la e descobrindo significados _mesmo_ que efêmeros_ nos acontecimentos dela decorrentes.

2.3.9 - O SENTIDO DA BUSCA

Voltando à paixão pela ignorância citada mais acima, como é que ela se manifesta? Ou, em outras palavras, como o analista pode operacionalizá-la? Seria recusando as afirmativas do analisando e encaminhando-as para a ordem do erro?

Creio ser bastante produtivo que ele se mantenha permanentemente em atitude de busca, isto é, sempre investigando mais, sempre querendo mais luta pelas significações. Quanto mais o analisando puder se encaminhar nesta direção, mais ele terá de refletir sobre seus assujeitamentos, mais ele se move psiquicamente.

Diz Lacan:

"A interpretação...é uma interpretação significativa e que não deve faltar. Isto não impede que não seja esta significação que é, para o advento do sujeito, essencial. O que é essencial é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante _não-senso, irreduzível, traumático_ ele está, como sujeito, assujeitado." (Lacan, 1964, pg237)

"A transferência é impensável, a não ser tomando-se partido do sujeito suposto saber...Ele é suposto saber aquilo a que nenhum poderia escapar, uma vez que a formula _pura e simplesmente, a significação." (Lacan, pg239)

Esta significação, que o analisando supõe ser somente acessível para o analista, é que lhe vai sendo paulatinamente possibilitada, desfazendo, ao longo do processo analítico, a suposição idealizada. E isto pode ocorrer se o analista se dispõe a permanentemente encaminhá-lo na direção de uma incessante busca de significações para suas vicissitudes

existenciais, e não para fixar algumas delas quaisquer que sejam.

Na verdade, então, o que é buscado não é o sentido, a significação, e sim a busca.

É esta busca permanente, sempre remetida à própria história, que permite que um analisando se mantenha pulsando.

A referência à história do analisando, indica que não se busca qualquer significação, que não podemos introduzir, como analistas, seja lá o que for. A estrutura envolvendo nossas intervenções têm de ser compatíveis com as estruturas psíquicas de nossos analisandos, para que se tenha efeitos psíquicos.

É de pulsação que se trata. É a pulsação que precisa se fazer representar como desejo e este como demanda. É a ampliação do campo simbólico do analisando que é almejada na postura aqui indicada.

O que o analista pretende é que o analisando descubra a satisfação de pulsar e de poder inserir estas pulsações num mundo significante: é à uma vida produtiva e prazerosa que se quer chegar na prática (Freud, 1903, pg 255).

Mas, como saber se estas considerações, na verdade, não constituiriam apenas justificativas para que mais uma regra seja estipulada, ou seja, a regra da necessidade de buscar?

2.3.10 - A CONTINUIDADE DA BUSCA

Carlos Augusto Nicéas escreve que:

"Com Lacan, a questão do sujeito, sendo endereçada ao analista operando através da interpretação, isto é, operando do lugar do Outro, ele, analista, será, em consequência, interpelado no que ele quer como analista e não no que ele sente como pessoa." (Nicéas, 1990, pg 45).

Novamente surge a diferenciação entre analista-analista e analista-sujeito, na tentativa de neutralizar suas tarefas, de modo a que não seja ele muito afetado, em suas tarefas, pelo seu imaginário. Repete-se a questão de alguém poder deixar de sofrer esta influência, por estar ocupando um lugar de analista.

Há aí, porém, uma nuance que me parece importante considerar, quando se diz que o analista não será interpelado

²⁴Os grifos são meus.

no que sente como pessoa. Não ser interpelado como pessoa pode ser entendido não como não poder ser um sujeito e sim que isto não vai ser levado em conta no que se refere ao seu trabalho como analista. Como fazer então para que a interpelação seja feita ao analista que tenta se-lo no campo que constitui com seu analisando, e não ao sujeito que pensa e sente como qualquer sujeito, e que está provisoriamente ocupando um lugar de analista?

Continua Nicéas, tentando dar conta desta questão:

"...ao analista, na sustentação ética de sua prática clínica, só lhe resta contar com o que Lacan designou como desejo do analista, compreendido nos termos de uma função que lhe permite a produção de um ato que seja propriamente analítico...o ato analítico exige, em sua radicalidade, não se deixar interferir pelo inconsciente do analista. Só assim a transferência se constituirá numa via para o desejo do analisante." 22 (Lacan, 1990, pp.43-44)

Assim, isto é, com o ato analítico preconizado por Lacan, tudo se resolveria, na medida em que o inconsciente do analista não poderia mais interferir. O corte da sessão traria em si esta condição tão mágica de evitação do imaginário do analista; e por isso seria propriamente analítico. Somente atingindo este objetivo na influência de seu inconsciente pela via do ato analítico lacaniano é que o campo transferencial permitiria ao analista procurar caminho para o afloramento do desejo do analisando.

Mas, como podemos nos assegurar de que, ao cortar, o analista não esteja sendo influenciado por seu imaginário, por seu inconsciente, pelos seus desejos como sujeito?

Da mesma forma que a interpretação, o corte também não me parece imune a estas vicissitudes indesejadas para o trabalho analítico.

O ato lacaniano talvez não seja, como parecem fazer supor as palavras citadas, a única forma de tentar evitar a influência em pauta.

A busca permanente de sentido aqui sugerida é mais uma tentativa de lidar com estas questões; ela permite que não se considere o analista como sujeito, com suas idiossincrasias e desejos, já que tudo que ocorre inclusive com o analista é remetido ao campo transferencial para que ali se lhe busque sentido.

²²Os grifos são meus.

Pode-se dizer que, mesmo sabendo que o sujeito analista, com suas histórias e suas idiossincrasias, não pode ser segregado da função que exerce, esta atitude estipula que todos os acontecimentos de que participa serão investigados em termos desta busca permanente como constituintes do campo transferencial.

Trata-se de uma imposição. É assim que o analista como tal quer lidar com tudo: considerando tudo como parte do campo transferencial a que está submetido, buscando para tudo, portanto, sentido neste campo.

Se assim não fizesse, teria ele de se esmerar em se fiscalizar para poder fazer o que se espera que um analista faça, isto é, não se deixar influenciar pelo seu próprio imaginário, o que me parece bastante complicado conseguir.

Com a imposição proposta, o analista enquanto suportar esta tarefa remete-se permanentemente ao campo transferencial, sendo esta a condição que me parece lhe permitir a menor influência de seu inconsciente. O campo transferencial, instaurado pelo analisando, estará sempre motivando os sentidos buscados pelo analista, propiciando portanto a continuidade de um trabalho de incentivo ao afloramento do desejo do analisando, sem necessidade de autor-vigilância para bem ocupar um lugar de analista.

Como, entretanto, buscar esta direção de busca? Será que qualquer coisa que se fizer é válida?

2.3.11 - PROBLEMA, ENIGMA E RITMO

O analisando traz para o analista aquilo que considera um problema para ser solucionado, na crença de que este sabe como fazê-lo e de que tem então as condições de lhe propiciar alívio imediato para seu sofrimento. É o processo analítico que vai permitir a transformação desta busca de solução para seu problema em uma necessária tendência a se ver como enigma a ser decifrado; o trabalho de decifração a ser empreendido pelo analisando é que caracteriza esta produção psíquica sempre almejada pelo analista.

A questão que se coloca, porém, é quanto à forma pela qual se tenta realizar esta transformação de tendência.

Uma possibilidade é destruir constantemente a certeza do analisando por algum tipo de não aceitação; silenciando,

~~negando, cortando a sessão, etc.~~ O impacto causado por esta quebra de estruturas neuróticas já estabelecidas, pode entretanto levar a uma exacerbação das angústias possivelmente já incrementadas; o analisando pode se sentir intoleravelmente exigido por um ritmo muito diferente do seu. Como consequência, ele pode por exemplo se rebelar, ou se submeter, ou mesmo fugir, abandonando o trabalho. Se ele fica e se submete, há o risco de seu trabalho, ao invés de ser psiquicamente produtivo, transformar-se num processo de Sísifo, havendo trabalho com a finalidade única de haver trabalho.

Creio ser importante haver produção psíquica, mas não qualquer produção nem obtida de qualquer maneira. A possibilidade de o analisando lidar com suas coisas como enigmas e não como problemas e, principalmente, a possibilidade de ele se sentir inclinado a isto, parece-me mais viável através desta busca continuada de significações indicada no tópico anterior.

Duas restrições me parece terem de ser feitas, porém, para esta busca. A primeira é que ela seja feita preferencialmente a partir dos acontecimentos inconscientes do campo transferencial, isto é, o lugar onde o processo analítico se atualiza e se configura. A outra é que, ao invés de introduzir um ritmo exclusivo do analista, se possa reconhecer e acompanhar o ritmo do analisando. Para que o analisando não se fixe na mística de um analista poderoso e onisciente, pela tentativa de segui-lo e entenda-lo nos passos que introduz, transformando-se então num Sísifo eternamente aprisionado por um modelo de funcionamento que lhe é indicado, a busca de significação precisa estar em acordo, a cada momento, com as capacidades internas de velocidade psíquica do analisando.

Parece-me que Freud, ao afirmar que a interpretação somente se deveria fazer após instauração de suficiente dose de transferência por parte do analisando, estaria implicitamente reconhecendo a necessidade de acompanhar o ritmo de funcionamento psíquico do analisando.

Velocidade interna e ritmo são maneiras de indicar que cada sujeito tem impedimentos, tensões, medos e inibições que o caracterizam e que o levam a poder trabalhar psiquicamente de uma maneira singular, maneira esta que está implícita na instauração do campo transferencial que organiza com o analista.

2.3.12 - ESTILO

O lugar ocupado por alguém que se propõe a ser analista, tem certas características indicativas do campo psicanalítico que ele adota.

Se:

- o modelo do trabalho realizado é dado pela dupla associação livre-atenção flutuante
- a postura adotada junto ao analisando é a de abstinência, isto é, o não atendimento de suas demandas, mantendo-se-o, em consequência, em estado de suspensão
- o campo de trabalho é o campo transferencial, onde há um aqui e agora a ser enfrentado por ambos os protagonistas
- o pré-requisito que se faz ao analista é que tenha ele passado por um processo original de investigação de seu próprio inconsciente, então esta posição, assim organizada, traz algumas consequências, que constituem o estilo de analista aqui apresentado:

- as certezas são sempre questionadas para que se transformem em enigmas a serem decifrados e não problemas a serem resolvidos
- o analista está dentro do campo transferencial com todas as potencialidades do sujeito que é, o que acarreta que ele também faça parte do processo analítico, já que seus afetos, seus desejos, são indicativos também de como está organizado este campo
- trata-se então de uma estrutura que captura o analista, o qual, a partir daí, tem mais possibilidades de reconhecer sua constituição, não precisando portanto evita-la, ou seja, o analista não necessita tentar ser neutro
- ao invés de se fiscalizar para evitar que seus afetos interfiram no processo, ao invés de tentar introduzir uma técnica apriorística, ele busca, num "a posteriori", sentido para os acontecimentos ocorridos

-esta busca de sentido tem por função buscar e não encontrar, na medida em que é a ampliação de pulsação do analisando que é almejada, o que quer dizer querer ajuda-lo a fazer fluir seus desejos.

Trata-se, como pode ser visto, de um certo estilo de fazer análise; não é o único possível, mas é um estilo.

3 - ESCUTA DE UMA ESCUTA

3.1 - SURGE O CONTROLE

3.1.1 - TRIPÉ DE TRANSMISSÃO

Vilma Kovacs²³ informa-nos em 1936, que até então não se incluía a formação psicanalítica em nenhum programa de universidade, o que para ela representava uma vantagem, pois as sociedades psicanalíticas podiam com isto ficar livres para fazer experiências. Não se tratava somente de resistência e sim do fato de que as dificuldades de transmissão da psicanálise não permitiam a sua apropriação pela universidade (Kovacs, 1936, pg 94). Dizia ela que os estudantes de medicina examinam os corpos dos outros para aprender, enquanto que o analista somente pode descobrir as leis fundamentais que regem a psique humana ao examinar a si próprio. Apenas se investigando é que o analista poderia se convencer da existência de uma vida mental inconsciente que influencia o nosso comportamento humano; esta investigação é que seria o essencial do que se denomina formação psicanalítica. Ela lembrava que Freud analisou seus sonhos justamente para tentar se familiarizar com seu inconsciente, na esperança de descobrir a verdade que os determinava.

Em 1902, Freud fundou uma espécie de embrião de sociedade psicanalítica, juntando em sua casa, todas as quartas-feiras, um grupo de pessoas entusiasmadas com a psicanálise (Idem, pg 95). A partir daí, pouco a pouco foi crescendo o número de grupos de estudo de psicanálise que se constituíram em diferentes cidades como sociedades institucionalizadas, e que paulatinamente foram crescendo, ao seu desejo de investigação, a vontade de difundir a "nova ciência".

A psicanálise estreou em 1907 seu ensino oficial e sua primeira prática clínica institucionalizada, na Clínica de Zurich, fundada por Eugen Bleuler e onde surgiu o movimento para organizar um primeiro congresso internacional de psicanálise, que acabou por se realizar em Salzbourg no ano de

²³Vilma Kovacs, psicanalista húngara, aluna de Ferenczi, mãe de Alice Balint (mulher de Michael Balint), correu as asas de 1940 (Brebant, 1988, pgs 342-343). O artigo aqui citado e que serve de fonte para as informações que se seguem, foi publicado sem data em uma revista editada em 1969 na França. O texto faz referência a eventos ocorridos em 1935, tendo portanto sido escrito entre este ano e o ano de sua morte. Considerarei 1936 como ano possível para sua consecução, o que é confirmado por Conrad Stein (Stein, 1989, pg 14).

1908. Em Zurich, o ensino da psicanálise consistia exclusivamente da leitura de textos psicanalíticos e da tentativa de fazer associações mentais com um teste de associações de Wilhelm Max Wundt.

Em 1910, no segundo congresso internacional, o de Nuremberg, um movimento psicanalítico sistematizado passou a se organizar a partir das iniciativas de Freud, Carl-Gustav Jung, Abraham, Jones e principalmente Ferenczi, que sugeriu a criação da IPA, com a finalidade de

"...sustentar e encorajar a ciência da psicanálise criada por Freud, como pura disciplina de psicologia e na sua aplicação à medicina e à psiquiatria, mas também para promover a aquisição e a difusão do saber psicanalítico." (idem, pg 97).

É curioso recordar que, neste momento, existiam apenas 3 sociedades de psicanálise: Viena, Berlim e Zurich^(Katz, 1990, pg66).

Foi nesta ocasião que Freud disse que

"...parece que a condição necessária ao sucesso da aplicação da técnica psicanalítica seja a de que o médico comece sua formação analítica por sua própria análise." (Kovacs, 1936, pg97).

No terceiro congresso, de Weimar, em 1911, disse Freud:

"os analistas haviam aprendido a tolerar uma dose de verdade" (idem, pg96).

O quarto congresso, em Munich, mostrou, porém, que esta tolerância efetivamente não ocorria. Acusações, disputas e dissensões revelaram as paixões inconscientes que levaram a divisões que decepcionaram Freud, fazendo com que ele percebesse que também os analistas eram sujeitos à resistência às inquietações causadas pelas "verdades". Cooperação e discussão científica viram-se substituídas por conflitos pessoais, tal como para qualquer leigo, tal como para qualquer analisando.

Em 1918, no quinto congresso internacional, em Budapest, Herman Numberg propôs a oficialização da análise do analista, mas foi somente em 1922, no congresso de Berlim, que a análise pessoal do analista _a chamada análise didática_ tornou-se realmente obrigatória; e foi aí então que se decidiu pela instituição de uma comissão, em cada sociedade, para cuidar da formação psicanalítica, aceitando ou recusando candidatos e escolhendo os analistas didatas dos candidatos.

Achava-se que esta análise didática não precisava ser tão aprofundada como uma análise qualquer _análise terapêutica_, diziam, em contraposição à análise didática_ e sim ser

considerada como uma forma de familiarizar o candidato, por meio da análise de seus sonhos, com os mecanismos de seu inconsciente, fazendo portanto "com que se contatasse com seu complexo de Édipo". A principal preocupação subjacente a esta obrigatoriedade, porém, era de conotação cautelosa, no sentido de que "...o caráter, ou a personalidade, do candidato permanecesse intacto..." (Idem, pg 98)

Mais uma vez apareceu a capacidade de visão de Ferenczi, ao se contrapor a este rigor "religioso" que se impunha na instituição psicanalítica, e defender a idéia de que uma psicanálise era em essência uma experiência, e uma experiência emocionalmente sofrida, tanto para o analisando quanto para o analista. O modelo de Ferenczi aproximava-se do modelo do artesão, sendo diferente e oposto, portanto, ao modelo médico.

O curioso é que Max Eitingon, futuro primeiro presidente da primeira instituição psicanalítica, afirmou, em 1925, no relatório sobre o Instituto de Berlim, que

"...uma psicanálise didática é simplesmente uma psicanálise, já que há somente uma técnica psicanalítica: a boa!" (N. Silvestre, 1987, pg 104)

Disse mas não fez, pois foi ele mesmo quem se encarregou de estabelecer padrões diferenciadores responsáveis pela dicotomia análise didática/análise terapêutica.

No congresso de Innsbruck, em 1927 _dedicado à formação de analistas_, concluiu-se que

"...os analistas deveriam ser mais completamente analisados que seus pacientes..." (Kovacs, 1936, pg 98)

o que representou uma vitória para Ferenczi, que havia sofrido muitos ataques dos adversários de sua defesa de uma análise didática "realmente penetrante" (Idem). O aprofundamento da análise do analista passou a ser encarado como de importância radical para que pudesse haver um analista. Fazer o candidato conseguir aceder à consciência suas tendências libidinais recalçadas, reconhecendo-se em sua estrutura caracterial, desenhou-se como objetivo de consenso (Idem). Com isto, diz Kovacs,

"...ele poderá adquirir suficiente elasticidade para penetrar as dificuldades de pacientes cujo caráter é totalmente oposto ao seu." (Idem, pg 97)

O aspecto cognitivo da transmissão da psicanálise, ou seja, o estudo dos conceitos psicanalíticos, jamais foi questionado quanto à necessidade para que alguém se torne psicanalista; desde sempre ele existiu, e, como vimos, com exclusividade no início. A análise pessoal, isto é, o processo analítico vivenciado por aquele que está tentando transformar-se em analista, sofreu longa trajetória para poder vencer os obstáculos a ele colocados e se impor com a naturalidade com

que passou a ser encarado, apesar do didatismo com que surgiu e que vem perdurando até hoje em muitas instituições.

Já a supervisão, última a se instaurar como fazendo parte de uma trinca responsável pela possibilidade de construção no sentido freudiano do termo^(Freud, 1937b) de analistas, viveu vicissitudes ainda mais truncadoras e que ainda hoje a fazem sofrer oposições questionadoras de sua necessidade.

3.1.2 - FREUD, PRIMEIRO CONTROLADOR

Antes de qualquer institucionalização, já se podia encontrar indícios fortes de algo que se anunciava como precursor do futuro controle, embora ainda sem nenhuma sistematização, e principalmente sem nenhuma das conotações poderosas e impositivas que esta denominação adquiriu posteriormente.

Em 1883, um professor Joseph Breuer conta uma situação clínica o caso de Anna O (Berta Pappenheim) para um aluno Sigmund Freud que escuta e se instrui. Alguma coisa de novo começa, ainda na esfera do ensino, embora Freud já estivesse nesta ocasião introduzindo o embrião de futuras mudanças, pois que opinava, provocando desvios de rumo com suas intervenções. Apesar de haver aí uma importante diferença para o que iria suceder posteriormente, na medida em que discutiam o caso do professor e não do aluno, este é sem dúvida um controle originário^(Aecher e Masson, pg159), que tem como uma de suas principais características o fato de que controlador e controlado colocam-se em um pé de igualdade tão grande que até publicam juntos os resultados de seus diálogos.

Em janeiro de 1901, Freud envia a seu amigo e confidente Wilhelm Fliess, o rascunho de "Fragmentos de uma Análise de Histeria" o famoso "caso Dora" ápice de uma série de trocas de situações clínicas que se faziam entre eles ao longo de vários anos pelo menos desde 1898^(Hilgolla, 1989, pg118); Freud estaria atribuindo a Fliess a possibilidade de ajudá-lo clinicamente a ser seu controlador na medida em que lhe pedia para comentar criticamente sua atividade clínica. Como consequência, revisou o texto, que somente quatro anos depois foi publicado^(Rubin, 1989, pg72). Entretanto, em agosto do mesmo ano, ao romper sua amizade com Fliess, interrompendo a correspondência que mantiveram por tantos anos, Freud perde em função da disputa pela autoria do conceito de bissexualidade seu "único público"^(idem, pg74) daquela

época. Parecia sentir, então, tristeza pela perda de um terceiro que considerava indispensável para estabelecer o valor das teorias que procurava instituir e a eficácia do trabalho clínico que empreendia. Isto era indicado pela frase angustiada, uma das últimas, que enviou a Fliess:

"Para quem então devo escrever agora?"⁽¹⁹⁰⁰⁾.

Em 1906, Freud empreendeu uma tarefa inusitada em vários aspectos: dedicou-se aos cuidados com a fobia de um menino de cerca de cinco anos de idade, a quem, entretanto, não tratou diretamente, fazendo-o através do pai^(Freud, 1909a). O "pequeno Hans" _na verdade Herbert Graf, futuro diretor de ópera nos Estados Unidos da América do Norte²⁴ e na Europa_ era filho do músico Max Graf, que mais tarde tornou-se psicanalista e membro fundador da Sociedade Psicanalítica de Viena. Max foi quem trabalhou com seu filho Herbert, sob a direção de Freud, que, portanto, pode-se dizer, supervisionou-o. Este então teria sido o único caso de supervisão de criança antes de Melanie Klein e Anna Freud.^(Ascher e Masson, pg159)

Em outubro de 1906, Jung é o primeiro a contar, com uma linguagem psicanalítica, uma história de doença psíquica ao grande mestre, ao lhe escrever uma carta onde lhe pede para opinar a respeito do tratamento realizado. Além deste pioneirismo, mostra-se importante também o fato de que ele aí expõe o que sente em relação à analisanda^(Majella, 1980, pg119), o que talvez constitua a principal razão para precisar recorrer a Freud²⁵. Este se envolve na situação, comunicando-se não somente com Jung mas também com a analisanda _Sabina Spielrein, futura analista_, não deixando entretanto de dar conselhos a Jung sobre o trabalho clínico.

Em 1907, Eitingon²⁶ visita Freud para consultá-lo sobre um atendimento seu que considera grave; mostrando a descontração que caracterizava esta etapa da história da psicanálise _em contraposição ao rigor exacerbado do futuro institucional_, as conversas entre os dois se fazem em longas caminhadas a pé.^(Roudinesco, 1982, pg 152)

²⁴Que daqui em diante chamarei simplesmente de América.

²⁵Somente em 1910^(Freud, 1910b) é que surge, para Freud, a preocupação com este tipo de situação, que vai então chamar de contratransferência.

²⁶Peer Synt do século XX, cujo o caso chama Elizabeth Roudinesco^(Roudinesco, 1982, pg152).

No primeiro congresso psicanalítico internacional _Salzbourg, 1908_, Freud expõe fragmentos do caso do "Homem dos Ratos", que acaba se tornando modelo para atendimento psicanalítico, para aplicação correta do método. Esta apresentação traz muitos visitantes, de várias partes da Europa, que pretendem se analisar com Freud, ou se aconselhar com ele quanto a trabalho clínico por eles realizado e cuja compatibilidade com a técnica freudiana querem verificar. A novidade é que esta procura não se restringe a Freud, atingindo também alguns dos seus primeiros seguidores _Ferenczi, Jones, etc._ que também já faziam fama (Mijolla, 1989, pg120).

3.1.3 - CONTROLE

Em "Sobre o Ensino da Psicanálise na Universidade" (Freud, 1918b), Freud se mostra dividido, sem saber se ficava alegre com a possibilidade da psicanálise ser aceita num lugar tão nobre quanto era a academia daquela época, ou se desprezava a oportunidade em função do reconhecimento de que ela não precisava da universidade para formar novos psicanalistas; estes poderiam conseguir atingir seu alvo a partir das reuniões científicas institucionais e com o auxílio dos colegas mais experientes. Este último foi afinal o caminho seguido pela psicanálise, que acabou se organizando em instituições bem específicas.

Desde 1902 já se vinham organizando diversos grupos de pessoas, em várias cidades da Europa _Zurich, Viena, Munich, etc._ e até da América _New York_, que se associaram formando sociedades de psicanálise. A IPA foi fundada em 1910, mas a primeira instituição psicanalítica dedicada a atendimentos públicos e à formação psicanalítica, foi o Instituto Psicanalítico de Berlim, fundado somente em 1920, como Policlínica de Berlim _que levou cerca de quatro anos para assumir seu nome definitivo_ (Katz, 1990, pg64), e inicialmente mantido pela vinculação com a Sociedade Alemã de Psicanálise.

Logo no início do funcionamento do Instituto de Berlim, surgiu, criado pelo próprio Freud, um primeiro passo no caminho de uma "formação prática" _a "análise didática", isto é, a análise pessoal que o pretendente a psicanalista tinha de fazer com algum analista que a instituição autorizava para isto. Inicialmente a análise didática se destinava a

"apurar no futuro analista seu próprio órgão psíquico" (Radó, 1930, pg148),

isto é, a refinar seu instrumento de trabalho. Pretendia-se então mostrar ao aluno como se fazia o tratamento, para permitir que ele, como disse Freud,

"...roubasse de seu analista a técnica e suas sutilezas" (idem, pg148).

Talvez daí tenha surgido a idéia de que análise didática e controle se confundiam (Roudinesco, 1982, pg152), pois, nas origens de uma e de outra, era a técnica que se buscava aprimorar.

Durante algum tempo a formação psicanalítica consistiu somente de leituras de textos sobre a psicanálise e desta análise didática, e, à primeira geração de analistas não se fez muitas exigências institucionais, como por exemplo aconteceu com James Strachey _tradutor e comentador da obra freudiana_, que se tornou analista em 1922 com apenas dois anos de análise com Freud, começando a atender sem qualquer experiência clínica nem nenhum controle.

Uma curiosidade da época refere-se à carta que Siegfried Bernfeld²⁷ endereça a Freud perguntando se deveria seguir o modelo berlinense de formação psicanalítica, isto é, fazer primeiro uma análise didática para somente depois começar a praticar a psicanálise; Freud responde que isto não tinha sentido e uma semana depois lhe encaminha um primeiro analisando (O. Silvestre, 1987, pg104). A análise pessoal ainda não começara a ser privilegiada na ocupação do lugar da transmissão da psicanálise (Bokanowski, 1989, pg75).

Este estado de coisas foi sendo mudado pelo Instituto, que posteriormente passou a oferecer também um curso teórico e, com a condição de se estar mais avançado na formação, um estágio clínico; neste estágio, os casos eram distribuídos entre os estagiários pela direção do Instituto.

Como o nome da instituição estava em jogo, Eitingon, seu presidente e rico fundador e mantenedor, convenceu-se da necessidade, não somente de saber o que faziam os iniciantes, como também de pessoalmente fiscalizá-los; Abraham e Ernst

²⁷Psicanalista dos anos 1920, que fazia parte do círculo de Otto Fenichel (Brecht, 1988, pg92).

Simmel tiveram participação ativa nesta decisão, enquanto Ferenczi criticou-a fortemente (Lina, 1990, pg20)28.

Considerou-se que os alunos precisavam aprender a adaptar o que viviam em sua análise didática aos casos que atendiam. Para isto necessitavam da ajuda de um prático experimentado (Radó, 1930, pg149).

Eram dois os objetivos que se considerava terem de ser atendidos: por um lado os próprios candidatos sentiam-se solitários em seu trabalho clínico, e por outro o diretor do instituto achava inevitável que se exercesse uma vigilância sobre o que eles faziam, para que se mantivesse a

"...reprodução da espécie analítica..." (Stein, 1989, pg14)

(Colondres, 1985, pg11)

Havia o objetivo de tentar impedir que se fizesse uma prática selvagem da psicanálise. O controle surgiu portanto como mensagem ao exterior, isto é, em referência à psicanálise em extensão. Estava em jogo então a questão da ética da psicanálise e da sua inserção social como prática psicoterapêutica.

Tanto a ajuda desejada quanto a fiscalização exigida não podiam, entretanto, ser feitas diretamente no trabalho de análise realizado por eles. Criou-se então uma forma indireta de corresponder aos dois requisitos: os estagiários relatavam amiúde para Eitingon os tratamentos que realizavam e este os aconselhava. Mais tarde, com o aumento do número de estagiários, alargou-se também o número de aconselhadores. O que surpreende das informações que Radó presta sobre estes acontecimentos, é que, algumas vezes, até a presença do paciente era admitida nestas reuniões (Radó, 1930, pg130).

A este tipo de trabalho, uma espécie de verificação técnica do que faziam os alunos do Instituto, deu-se o nome de "controle" e, ao "prático experiente" chamou-se de "controlador", concluindo-se a partir daí que esta era a melhor maneira de se fazer um ensino prático.

Como vemos, o primeiro controlador institucionalizado da história da psicanálise foi Eitingon; sua autoridade era suficientemente grande para até retirar os pacientes do aluno se este não lhe parecesse suficientemente competente, a fim de,

²⁸Posteriormente, Michael Balint também fez uma ácida crítica, num artigo lido perante a British Psycho-Analytical Society em 1947 mas publicado somente no ano seguinte (M. Balint, 1948).

como justificava então, poder proteger os pacientes da instituição²⁹.

Foi assim que surgiu a institucionalização do pedagógico controle, sob a égide de uma fiscalização hierárquica e poderosa, e

"sendo codificado antes de elucidar seus recursos e efeitos" (Zaitznan, 1989).

O candidato controlado tendia a ser submisso e a se identificar ao iniciador, sob o jugo de um supereu forte, ao invés de lhe ser propiciada uma relação da mesma ordem da que existia entre analista e analisando, isto é, onde se trabalhava para a constituição de um eu forte, liberal e crítico do analisando. Trata-se de um novo espaço onde é o ensino de estilo acadêmico que se processa e não de um campo em que seja levada em conta sua dimensão transferencial.

Em termos institucionais, sua criação carregou junto o surgimento de gula por diplomas, de carreirismos; mostrou-se muito interesse pelos títulos e menos pelo aprofundamento da teoria e da prática psicanalíticas. A uniformização de critérios de admissão, de ensino e de juízo de eficiência clínica, tirou o melhor da criatividade dos pretendentes ao treno da prática psicanalítica. Se a isto se acrescentar o desmatamento causado pela fuga do nazismo, principalmente para a América, acentuou-se ainda mais a burocratização da psicanálise institucionalizada, que perdeu muito, necessitando, a partir daí, sujeitar-se a normas para poder obter aceitação significativa (Hilfsohn, 1989, pg121).

É curioso lembrar que aqueles que se mostravam tão rigorosos nas exigências, não tinham sido exigidos da mesma forma.

Com as cisões francesas, que foram responsáveis pela criação de várias instituições com características diferenciadas, é que se foi fazendo uma espécie de depuração dos vícios típicos da IPA. Entretanto, ficou a tendência a se agrupar em torno de comandantes, de comitês secretos ou semi-secretos, com tiques de linguagem e ritos de passagem próprios. (Idem, pg122). E, como todos os analistas passam, de uma maneira ou de outra, pela contaminação das instituições

²⁹ Sem indicar sua fonte de informação, Stein afirma que, já no próprio ano de 1920, não se retirou mais os pacientes dos estudantes da policlíника considerados incompetentes (Stein, 1987, pg19)

psicanalíticas, a história da psicanálise sempre os afeta bastante.

Como a primeira geração de analistas não experimentou a situação analítica, parece ter havido, para ela, uma transferência negativa da segunda geração, que não se conformou com este "privilegio". Jones explica (Lins, 1990, pg 20) a pequena quantidade de escritos sobre a atividade de supervisão (o que até hoje parece estar acontecendo, embora em escala menor) como fruto de um desinteresse que Michael Bálint⁽¹⁹⁶⁶⁾ acredita estar encobrendo uma severa inibição causada, pelo menos em parte, pelo ressentimento dos analistas das primeiras gerações quanto a falhas na formação por eles recebida.

O nome de "controle" parece bem representativo do contexto em que foi criado. Mesmo a denominação "análise de controle" dada pela escola húngara de psicanálise da época, aí representada por Radó, que busca melhor aproximação do campo psicanalítico, parece apenas servir para amenizar um pouco o impacto causado por esta forma de fiscalização.

Apesar deste início, este aspecto da preparação prática para a construção de um psicanalista, permaneceu na história da transmissão da psicanálise com tanta importância que se manteve até hoje como um dos pés do tripé psicanalítico, ao lado da inquestionável análise do analista e do estudo da psicanálise.

A supervisão nasceu portanto através de dois caminhos bem diferenciados que se cruzam: como necessidade do analista de lidar com sua experiência clínica, levando-o a buscar verificação e reconhecimento para continuar com esta sua experiência, e como etapa obrigatória de uma transmissão institucional da psicanálise.

Mas isto que nasceu com a denominação de "controle" não está livre de questionamento, havendo quem desconfie se realmente pertence ao campo da psicanálise (Stein, 1988, pp 94-97), ou quem tente substituí-lo por algo bem diferente, como no exemplo da "análise quarta" de Valabrega, que ele cria para tentar aprimorar a eficácia da análise do analista (Valabrega, 1979).

3.2 - SUPERVISÃO PSICANALÍTICA

3.2.1 - NOMENCLATURA

Chamar de controle a verificação técnica da atividade clínica dos alunos do Instituto de Berlim e de controlador o "prático experiente" que os seguia e aconselhava, é perfeitamente coerente com o espírito de vigilância fiscalizatória que caracterizava a hierarquia vigente; a vontade de impedir qualquer "desvio" de conduta psicanalítica no seu campo de transmissão e o desejo de manter rédea curta sobre os candidatos a analistas, traziam a questão da busca de garantia ao seu nível mais claro de poder³⁰.

Apesar disto, foi possível se perceber, mesmo naquele momento autoritário, que havia algo a mais a considerar, além do cuidado com a inserção social da psicanálise e, em consequência, da ética psicanalítica regional. Refiro-me ao fato de que os pretendentes sentiam necessidade de compartilhar seu trabalho clínico com alguém que pudesse ajudá-los. A idéia de instituir um acompanhamento fiscalizador e pedagógico não impediu que, desde o início, tivesse havido espaço _pelo menos em termos de justificativa_ para que esta nova atividade psicanalítica _o controle_ se realizasse em função de algum desejo de quem exercia o trabalho prático.

O nome empregado, entretanto, deixa bem evidente sua origem numa relação normativa, paternalista, repressiva e as vezes sedutora, cujo modelo se pode encontrar nas relações pai-filho, mestre-aluno, administrador-administrado, juiz-testemunha, inquisidor-suspeito (Valabrega, 1989, pg31).

Em dicionário, o vocábulo de origem francesa controle aparece assim:

- "1) Ato ou poder de controlar; domínio, governo. 2) Fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc., para que tais atividades, ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas. 3) Fiscalização financeira...5) Autodomínio físico e psíquico. 6) Comedimento, moderação." (Ferreira, 1975, pg377)

Exercer domínio e fiscalizar a todos e a tudo, eis o cerne das idéias que a palavra abrange e, paralelamente, da atividade

³⁰Pseudo poder, diz Ivone Carsten Dias Gomes (Gomes, 1990, pg41).

analítica que ela patrocina. Mas o vocábulo também aponta para algo importante, já que nos fala de "poder de controlar", o que está muito bem representado pelo fato de que, uma vez institucionalizado o processo de construção de analistas, a instituição adquire este enorme poder de controlar este processo dos que a buscam para tentarem ser aceitos como analistas. Mais ainda, podemos ver que o termo indica também a função que este controle tem, qual seja, a de não permitir que os candidatos se "desviem das normas preestabelecidas" pela instituição, pois todo desvio ameaça a manutenção do poder. O nome aponta para um relacionamento anti-psicanalítico, já que favorece a instauração de uma relação alienante em que o controlado é passivo sem nada a dizer e o controlador é aquele que sabe. Trata-se de um sistema de homologação, de autorização hierárquica.

Os nomes e também as práticas estabeleceram-se a partir das normas de formação psicanalítica progressivamente adotadas pela IPA e seguidas pelas sociedades que lhe deviam obediência filial; em alguns países (Alemanha, França, Argentina, etc.) a psicanálise instalou-se com esta denominação controle e, apesar de todas as críticas feitas por muitas pessoas de peso nos correspondentes campos psicanalíticos, ela se manteve.

Este aparente paradoxo talvez nos coloque diante de um bom exemplo da importância dos primeiros acontecimentos, tal como descobrimos com Freud; uma vez iniciado um hábito, ele se institucionaliza ao longo do tempo. Mas isto não é suficiente para explicá-lo. Se lembrarmos que a psicanálise é fundada essencialmente na palavra, na linguagem, podemos acreditar, não somente que a palavra usada para esta tarefa tem uma importância histórica de origem, mas que ela também pode eternizar um certo tipo de prática relacional em função de atitudes conscientes ou inconscientes em ação.

O paradoxo também é observado por Colette Soler, que se surpreende com o insucesso das tentativas francesas de

"...corrigir as ressonâncias inquisitórias do termo controle e de substituí-lo por um outro vocábulo..." (Soler, 1989,

pg 108)

que ela sugere ser supervisão.

Nem mesmo a clínica lacaniana escaparia deste estigma, pois "lá onde o analista somente se autoriza por si mesmo" o uso do controle também se encontra solidificado, apesar de não se fazerem tão impositivos, como nas instituições filiadas à

IPA, a autorização e a aprovação prévias ao exercício da psicanálise.

Lembrando que o termo **controle** deriva, em francês, de "contre-rôle", isto é, "duplo registro que permite a verificação do primeiro", Soler considera que controlar é sempre um processo secundário que acrescenta ao que se faz, um procedimento de avaliação. Lembrando ainda que o controle instituiu-se como etapa obrigatória do que se acredita ser um curso de formação de analistas, e acentuando os "tropeços do saber" e o "engodo deste curso-tipo", Soler acaba por concluir que o termo, na realidade mascararia o temor de que o analista não se submetesse ao esquema de formação construído, levando então a esta tentativa de impedir sua independência por um controle (idem, pg109).

A partir destas idéias, podemos nos dar conta de que permanece até hoje a necessidade de manter uma estrutura de poder, estrutura esta que se manifesta principalmente pela institucionalização da atividade analítica de forma a impedir que os analistas que se decidiram a se-lo fujam às regras instituídas. Estas regras caracterizam a intenção de obrigar que se faça o agrupamento em torno da instituição, como condição para o acesso à autorização e à aprovação intitulatoras da profissão de analista.

Enfatiza-se bastante a situação de controle como etapa necessária para a formação institucionalizada do analista; fala-se então todo o tempo de "candidato", de "analista praticante" (Benetti, 1993, pg40), de "aluno", de "principiante", etc. Parece-me que é o desejo de romper com esta quase exclusividade que leva alguns outros autores a usarem as designações de "analista em controle" e "analista controlador" (Soler, 1989, pg112), de modo a abrir o leque de trabalho para os profissionais já em ação. Apesar da manutenção da noção de controle, uma abertura já se faz, na medida em que diminui consideravelmente, assim, o peso da hierarquia típica da situação. Além disto, mas não menos importante, temos aí a marca de um campo, isto é, estes nomes indicam claramente, pelo menos na intenção, que se trata de um trabalho psicanalítico.

Foi num texto de Kovacs que apareceu este conceito de "análise sob controle" (Kovacs, 1934) ou "análise controlada" ou ainda "análise de controle", termos que têm por principal característica, o deslocamento da vigilância, do controlado

para a análise em que ele é o analista. O controlador desvia a exclusividade de sua atenção fiscalizadora do controlado _visto até então como um aprendiz_ para enfocá-la, de forma mais abrangente, na relação deste com o analisando. Muda o enfoque _o que já é auspicioso_ mas não o espírito da atitude poderosa.

Este poder, tão rigorosamente mantido, talvez tenha algo de inerente à própria situação em pauta. A importante ilusão com que é envelopada a imagem do analista, o "sujeito suposto saber" de Lacan, a "fé no médico" que Freud indicava como fundamental para que este pudesse exercer sua função de analista, estão assinaladas neste poder que desponta das diferentes designações para o trabalho de supervisão, na medida em que se considerasse uma certa equivalência transferencial para os três poderosos responsáveis pela transmissão da psicanálise: analista, supervisor e orientador.

Estou me referindo, com isto, à analogia entre as duplas analista e analisando por um lado, e supervisor e supervisionado por outro. O supervisor, também passível de ser investido de uma ilusão por parte do supervisionado _seria o analista mais experiente, ocupando o lugar da identificação_ acata-a e incentivava, o que é perceptível pelos nomes que atribui a seu trabalho.

O que aí pode ser realçado é o fato de que o poder, a hierarquia que a situação de supervisão revela, não necessariamente teria de ser auto-referida, podendo servir para o desenvolvimento de uma busca transformadora, tal como ocorre com a transferência na análise.

Conrad Stein fala de "tratamento _ou cura_ controlado" ("cure contrôlée") (Stein, 1988), enquanto Claude Janin prefere "tratamento _ou cura_ supervisionada" ("cure supervisée") (Janin, 1988, pg 899). Aí, a ênfase também é deslocada do controlado para a relação, conservando-se o mesmo objetivo encontrado em Kovacs.

Mais uma tentativa se fez de evitar a denominação de controle, quando Valabrega considera a tarefa como sendo uma "experiência inter-psicanalítica" (Zaltzman, 1989, pg 43). Esta maneira de se referir à situação em estudo também tem o mérito de recordar que ela se processa no interior de um campo bem definido _o campo psicanalítico_, tendo portanto de obedecer às suas características estruturais. Traz entretanto uma dificuldade,

pois não se diferencia de outras possíveis formas de experiência inter-psicanalítica, deixando vaga a indicação daquilo que pretende nomear.

Chamar de "comunicação oral da experiência analítica" (Zelizerman, 1989, pp43) o que se constituiu inicialmente como controle, parece-me indicar uma tentativa de inverter os pólos, mantendo-os inalterados. As regras rigidamente organizadas que caracterizaram a instituição do controle seriam substituídas por meras comunicações daquilo que é vivido na experiência analítica. Para que não fosse esta a interpretação do termo, talvez se necessitasse dizer algo como comunicação oral da experiência psicanalítica e busca de significações para o que se passa tanto nela quanto nesta comunicação. Esta mudança, entretanto, não deixa de trazer uma denúncia importante, na medida em que aponta para uma motivação interior e portanto inevitável. O que era imposto de fora, passa a ser visto como uma atitude decidida por quem a deseja e em função deste desejo. Além disso, esta expressão também abre o leque de possibilidades de trabalho, na medida em que deixa implícita a idéia de que não se trata exclusivamente de iniciantes a serem paternalisticamente encaminhados e sim também de profissionais que se vêem diante do desejo de compartilhar sua experiência prática com um outro, não necessariamente mais experiente, mas certamente não afetado pelo pertencimento a um campo, como é o caso do analista com o analisando.

Os supervisandos são chamados de "usuários" ("users") por Jean-François Rabain, como sendo aqueles que se mantêm à parte das disputas institucionais, e que formam sua identidade profissional justamente em função da diversidade de opiniões (Rabain, 1989, pp67).

Por outro lado, Alain de Mijolla chama-os de alunos-analistas, querendo enfatizar este meio termo de caminho do estudante para a sua profissionalização (Mijolla, 1989, pp124).

O termo supervisão, cada vez mais tendente a se generalizar (Jinkis, 1979, pp172), que Lacan, pingando-o na sua origem inglesa, preferiu ao conceito de controle (*idos*), traz a idéia de um supervisando ativo e de uma lógica intra-psíquica, em contraposição ao controlado passivo; pelo menos é isto que nos diz Rabain num debate realizado num congresso sobre supervisão

psicanalítica^(Bokanowski, 1989, pg83). Ele chama o supervisor de "auditor-interventor"^(idem, pg84), o que me parece uma retomada da concepção da função de um fiscalizador eficiente que interfere à revelia do outro, nascida com o conceito de controle.

Já Antonio Sapienza considera a palavra supervisão como arrogante, na medida em que se refere a uma visão superior, de alguém que vê além do imediato e do habitual^(Sapienza e Forlenna Neto, 1990, pg44). É exatamente "plano superior", o significado básico que singulariza o vocábulo supervisão; não fosse por isto e ele não se diferenciaria do vocábulo controle, pois suas outras acepções _dirigir, orientar, inspecionar_ cabem igualmente nas que são apontadas para este último^(Ferreira, 1979, pg1339). Ele acha entretanto, que o termo supervisão pode ser visto de outra maneira, isto é, como "uma outra visão do que estava acontecendo", o que a coloca como uma tarefa em que ninguém controla nada^(Sapienza e Forlenna Neto, 1990, pg44). Super _ou superior_ e outra, na verdade são palavras que não têm nenhuma afinidade, não podendo portanto, em termos lógicos, se substituírem uma à outra. O que o autor faz é o que geralmente se faz: mantém-se a denominação e altera-se a definição, fazendo-se modificações, as vezes profundas, no instrumental conceitual. Isto inclusive é responsável por grandes confusões no estudo da psicanálise, pois um mesmo nome pode significar várias coisas, dependendo do grupo que o utiliza.

Mesmo considerando o caráter imaginário de um significado, haveria algum tipo de concordância, no interior de um grupo, para a compreensão de um determinado nome. Dar outra definição para um nome já existente, entretanto, faz com que os grupos transcendam, na diferença das definições, esta relativização. Por outro lado, mudar a palavra conservando o que a representa, seria apenas uma questão de eufonia.

A sociedade _qualquer que seja a especificidade do ângulo adotado: público, ciência, clientela, pares, etc._ está sempre esperando do analista algo compatível com as promessas de seu discurso; isto o coloca como sendo o tempo todo visado em sua ética. Para tentar garantir que esta ética se faça, a instituição o fiscaliza de tal modo que ele se torna super-visado^(Barros, 1989, pg19). Portanto, a figura do supervisor _que também poderia ser considerado, neste contexto, como um super-visor^(Benes, 1990, pg81)_ contrapõe-se a do super-visado, ou seja, o supervisando. Trata-se então da manutenção de uma atitude de vigilância, de fiscalização, de controle enfim.

A utilização de "analista-supervisor" e "analista em supervisão" (Lins, 1990, pg26) (Safouan, 1984, pg128) leva às mesmas considerações feitas acima para analista-controlador e analista em controle. Moustapha Safouan chama a supervisão de "análise de supervisão" pelas mesmas razões: trata-se de atividade inserida num campo psicanalítico e, além disso, não restringida a iniciantes.

O termo supervisão desagradou a Serge Lebovici _citado por Sonia Bracher_ que o considera inadequado por razões etimológicas, já que significaria, segundo ele informa,

"...o confronto entre alguém que está começando a ver e outro que pela idade e experiência vê melhor..."

(Bracher, 1990, pg54).

Com isto, a palavra referir-se-ia mais à confrontação que ao ensino, diz ele, levando-o a defender o uso da palavra controle, justamente por ter para ele a conotação de "tutor ou instrutor". Trata-se então de um autor que se interessa pelo que se pode auferir de pedagógico na tarefa em discussão e que encontrou com insatisfação, na hierarquia subjacente ao conceito, um indício da existência de um embate entre supervisor e supervisando.

Jinkis também questiona o uso do termo supervisão, pois considerou-o, num sentido didático, como apontando inevitavelmente para uma exigência regulamentar, institucional. Prefere então "auto-controle"; diz ele que controlar, numa linguagem psicanalítica, é sempre controlar-se _o que é corroborado por ser esta uma das acepções da palavra controle em dicionário, como visto acima (Ferreira, 1975, pg1339). Segundo ele, é a angústia frente à surpresa que leva a buscar controle; seria então um desejo de auto-controle com a função de combater a ansiedade que estaria motivando este direcionamento. A supervisão realizaria aquilo que falta, "aquilo que não pôde ser escutado de um pedido de controle" e isto a caracterizaria como "acting", ao contrário do que se passa na análise, onde se busca "simbolizar o real" (Jinkis, 1979, pg172). Continua Jinkis afirmando que a supervisão não é docência mas é aprendizagem, pois não se trataria de uma relação de conhecimento e desconhecimento e sim de fé e rebeldia; o analista estaria submetido ao supervisor _mas não à sua teoria_ para poder acreditar mais em seu saber (Lins, pg174). Parece evidente que ele se refere à supervisão institucionalizada e que tem por função ensinar, preencher inseguranças e oferecer garantias por parte de quem sabe.

O nome de supervisão também aponta para a existência de um dispositivo médico, onde ver é central para o trabalho prático e escutar é periférico, ao inverso da clínica psicanalítica, onde a escuta é que se mostra nuclear^(Biran, 1982, pg84). É na prática médica que o olhar se apresenta como ponto de partida de investigação. Lembrando que a psicanálise surgiu entre médicos e no seio do trabalho médico, parece-me razoável nela encontrar influências marcantes da medicina, tais como esta.

A idéia de deixar claro, pelo próprio nome, de que se trata de um campo psicanalítico, é que leva a introduzir a palavra "escuta", que tão bem caracteriza a atividade psicanalítica. "Escuta de controle" é mais uma denominação em pauta, constituindo-se num evidente controle da escuta do analista, com o argumento de não haver uma "medida-padrão" do ato analítico, isto é, das intervenções do analista^(Danetti, 1993, pg401).

A noção de uma "escuta assistida" ("écoute assistée")^(Barande, 1989, pg89) parece-me bastante interessante apesar de Bernard Sigg achar que ela lembra aparelho para surdez^(Idea, pg97), em primeiro lugar por colocar em evidência o método próprio da psicanálise, o método da associação livre, ou seja, um trabalho que se inicia pela escuta do analista e não por uma sua indicação anamnética, direcionadora. Mas, além disso, a idéia de assistir uma escuta é muito coerente com o tipo de trabalho que proponho neste texto, desde que a assistência em pauta não seja identificada com a passividade de um espectador ou com uma atitude de fiscalização. Nisto, fica implícito estar o verbo assistir como sinônimo de auxiliar e não de olhar.

Para Robert Barande, o analista busca, e recebe, auxílio para aprimorar sua capacidade de escuta psicanalítica; trata-se de um trabalho de sensibilização, externo ao processo analítico que o analista empreende com seu analisando, mas complementar à sensibilização, interna a este processo, que lhe foi aberta pela sua análise pessoal. Barande compara o termo que criou "escuta assistida" com outros que talvez também pudessem ser usados, como "segunda escuta", "escuta segunda" ou "segunda audição", que ele considera como sendo sinônimos do primeiro, afirmando que prefere este por razões de eufonia^(Idea, pg90). Creio que, mais que uma escolha menos feliz de sons, estes termos segundos, ao assinalarem apenas que a escuta que se faz tem uma

outra que a precede, deixam de indicar a atribuição inerente ao que se pretende conseguir com esta nova escuta.

Barande ainda ousa mais, na defesa de sua criação, quando, afirmando que o trabalho de escuta assistida é bastante favorável à uma confrontação de escutas alargadora do potencial de escuta do analista, revela sua opinião de que justamente por isto despertam muito interesse as supervisões coletivas (idee). Considero-o ousado porque, no que se refere às supervisões em grupo, costuma ser de desaprovação a atitude dos que escrevem a respeito. É justamente a supervisão em grupo que é o tipo de trabalho de que mais frequentemente me utilizo para tentar exercer meu estilo de supervisão.

Jean-Paul Valabrega, comentando a denominação de "análise assistida", ironicamente sugere que se possa usar também o termo "análise vigiada", apontando para uma substituição de palavra mas conservando inalterável o que a representa, ou seja, vigilância e controle. (Valabrega, 1979, pg78).

Pierre Fedida nos fala da ilusão objetivista, empírica, do termo "caso", lembrando que certos nomes utilizados _"caso", "cura", "doente", "paciente", etc._ caracterizam-se por serem representações de uma prática médica (Fedida, 1985, pgs1142-1143). Jean Cournut, comentando algumas das palavras usadas no contexto psicanalítico, lembra que "caso" imprime uma espécie de despersonalização à figura do analisando, "controle" tem "mau odor de policia" e "supervisão" engloba uma "visão" de "voyeur" e um "super" que se associa a protecionismo, à sanção e à hierarquia, seja de idade ou de experiência (Cournut, 1989, pgs132-133).

"Super" incomodou de tal maneira a Jacques Ascher e Monique Masson, que eles queriam chamar a supervisão de "laterovisão", apenas para evitá-lo (Ascher e Masson, 1989, pg160).

Mas Fedida também nos fala que o supervisor é um "prático", tanto quanto o analista _"analista do tratamento", como diz ele (Fedida, 1985, pg1141). São então dois práticos, um que trata e outro que ajuda a tratar, o primeiro na "análise de tratamento" e o segundo na "análise de supervisão" (idee, pg1149).

O termo supervisão é considerado por Mijolla como "pudico", provavelmente pela comparação com a agressividade implícita no termo controle. Para ele, a substituição de "análise de controle" por "supervisão", caracteriza uma passagem desta análise de controle para o controle da psicanálise, do analista primeiro para um controlador

absoluto (Nijolka, 1989, pp 130). O supervisor seria um super-analista que "sabe" e diz como se passam as coisas (Zaltzman, 1989, pp56).

Ao utilizar a expressão "tratamento supervisionado" ("cure supervisée") (Rabain, 1989, pp68), traz-se à tona a discussão sobre se o que é feito numa análise pode ser considerado uma cura. Mesmo que se leve em conta a diferença entre "guérison" e "cure", onde a primeira é reservada para o que se busca fazer na medicina e a segunda é empregada para designar o trabalho psicanalítico, parece-me ficar sempre um ranço de algo a ser consertado, algo que se tenta melhorar, lembrando a época em que Freud chamava as pessoas que procurava ajudar de "doentes" que precisavam ser curados de suas doenças.

Acredito que o que mais se aproximaria de um trabalho de supervisão psicanalítica no estilo aqui apresentado, talvez fosse a denominação de "escuta da escuta"; mas este título também teria de ser ajustado, pois que na verdade não se trata de uma escuta que está sendo escutada e sim da narrativa de uma escuta ocorrida. Chamaríamos então de escuta da narrativa da escuta? Ou, mais simplesmente, de escuta de uma escuta?

Esta reflexão pode ter o interesse de colocar em destaque que toda escuta é uma interpretação; trata-se sempre de uma escuta determinada, isto é, de uma certa leitura dos acontecimentos analíticos, e que é a leitura possível para aquelas pessoas e naquelas circunstâncias.

Diz Valabrega (Zaltzman, 1989, pp55) que se pode dar o nome que se quiser e praticar como se preferir, desde que haja um enquadre fixo e que possa ser discutido quanto ao próprio enquadre e quanto às melhores condições para realizá-lo.

Jorge E. Jinkis nos fala de um maniqueísmo conceitual, onde aparecem "bons" e "maus", de acordo com modismos alternantes. Esta adjetivação valorativa seria função, para ele, da idolatria por "algumas poucas palavras", que teria limite no que já é conhecido. Para dar conta das dificuldades e desencontros que isto causa entre os analistas, ele não tenta propor nada que seja neutro nem nada que seja da ordem de uma maior precisão semântica, isto é, nada que "encerre a supervisão em alguma noção higiênica". Jinkis acha que se deveria parar de "fazer das palavras os emblemas da enunciação" e de "fazer do sujeito da enunciação o suporte dos prestígios do enunciado" (Jinkis, 1979, pag168).

Concordando com as considerações de Valabrega e aceitando a recomendação feita por Jinkis, e, não querendo atribuir um valor grande demais às autoridades que convencem... por serem autoridades, prefiro não defender nenhuma das designações sugeridas, conservando-me conservador. Como no grupo cultural psicanalítico onde circulei enquanto me envolvia cada vez mais com a psicanálise, a palavra marcada foi supervisão, mantenho-me naquilo a que me habituei. Quando menos, pela dificuldade de encontrar algo suficientemente expressivo para indicar, com curta e portanto operacionável expressão, o que é feito no trabalho em causa.

Então, por não ter nenhuma razão clínico-teórica mais definida para escolher um dos nomes já conhecidos, e por não fazer parte dos objetivos do presente texto buscar designação mais adequada, mantenho aqui aquela com a qual fui habituado supervisão que não deve assim ser encarado como uma preferência e sim como um comodismo, como a manutenção de um vício de linguagem que ainda não encontrou razão maior para utilizar um substitutivo enfaticamente considerado como mais apropriado.

3.2.2 - NECESSIDADE E SINGULARIDADE

Danielle Margueritat, ao terminar suas supervisões institucionalmente obrigatórias, diz-se:

"Enfia só, meu paciente e eu." (Eisneroff, 1989, pg111).

Farece tratar-se aí de uma resistência contra imposição institucional; mas a sensação de alívio que ela descreve pode transcender à regra da instituição, referindo-se na verdade, mais amplamente, à supervisão propriamente dita.

Este desafogo permite que se coloque a questão: seria realmente necessária a supervisão?

Stein, comentando uma recomendação para o analista se submeter à supervisão ao começar um primeiro atendimento, acha que isto atestaria sua incapacidade, afirmando radicalmente que:

"...aquele que tiver o sentimento de ter necessidade de se repousar sobre um terceiro, faria melhor em não aceitar pacientes." (Idem, pg112).

Ele inclusive questiona a forma pela qual é instituída a supervisão, lembrando que não foram considerações

psicanalíticas que levaram à instituição do controle e à sua obrigatoriedade na transmissão da psicanálise. (Stein, 1988, pg15). É verdade; não somente o início de sua história tem conotação não psicanalítica, mas também o caminho adotado na institucionalização da supervisão revelou-se burocrático, apenas contratual, e que permaneceu, tendo como única finalidade perpetuar a estrutura institucional montada.

Este mesmo autor vai mais adiante em sua crítica à supervisão, dizendo:

"o respeito pelo paciente exigiria em primeiro lugar que sua psicanálise não seja considerada como um objeto de investigação" (Stein, 1988, pg231).

Mijolla rebate, afirmando não haver nada mais respeitoso em psicanálise que investir num paciente como objeto da "pulsão de investigação ("Forschertrieb")", pois por aí é que se chegaria à uma fecundidade teórico-clínica favorável para o paciente; nada mais desrespeitoso na psicanálise, insiste Mijolla, que o respeito excessivo (Mijolla, 1989, pg124). Ele acha que todo psicanalista sente prazer em falar de seus atendimentos com os pares que escolhe, o que é francamente propiciado pela situação de supervisão (Idem, pg125).

Stein, continuando suas arremetidas contra o dragão da supervisão, lembra haver analistas que se formaram sem nunca a terem feito, o que indicaria claramente ser ela perfeitamente dispensável (Zaltzman, 1989, pg53; Stein, 1988, pg98). Além disso, diz ele:

"...destacado da referência à instituição, o consenso quanto ao controle toza o caráter de uma ideologia, ou, para dizer as coisas mais simplesmente, de uma crença." (Stein, 1989, pg16)

Ou seja, a água mole da idéia de ser a supervisão um dos três indispensáveis pés do tripé formativo e transmissor da psicanálise, tanto bateu que a pedra dura da possibilidade de questionamento furou e permitiu a instauração da certeza de que ela é necessária, e, para muitos, obrigatória. Isto sem haver a necessária argumentação científica que a pudesse justificar.

Como parêntese, é interessante descobrir que a prática da supervisão também

"...era imposta na 'Escola de Lacan', apesar de que o princípio sobre o qual ela se funda o analista se autoriza por si mesmo implica na suspensão de todo procedimento de aprovação prévio ao exercício da psicanálise." (Galar, 1987, pg108).

o que teria sido uma das razões levando a dissidências na Escola de Lacan (Mannoni, 1988, pg86).

Esta mesma autora Colette Soler considera que a supervisão se aproxima muito da "impostura" (Soler, 1987, pg110).

Mas Stein ataca ainda mais, dizendo que a intenção oculta de toda supervisão é remediar a insuficiência da análise do supervisando, isto é, que o supervisor seria apenas mais um analista no circuito, um segundo analista numa segunda análise, e que esta então é que deveria ser a denominação do trabalho feito (Stein, 1988, pgs103-104). Isto é reafirmado quando diz que a demanda de supervisão é sempre uma demanda disfarçada de análise (Idea, pg 101), questionando então a existência da supervisão como necessária para que alguém se faça psicanalista.

Ele acha que:

"A atividade profissional de um psicanalista se inscreve no prosseguimento de sua própria análise... e o relato que ele pode ser levado a fazer frente a terceiros se inscreve ainda no prosseguimento de sua análise, quer ele o queira, quer não. A supervisão concerne portanto, à própria psicanálise daquele que a ela se submete..." (Idea, pg92).

Diz mais ainda que:

"Qualquer que seja a orientação do supervisor, ela permanece profundamente contraditória. A partir daí, convém indagar por que os psicanalistas jamais demonstraram imaginação suficiente para reconsiderar o princípio da necessidade e da utilidade da supervisão" (Idea, pg 94),

arrematando:

"Como o supervisor não está na posição do psicanalista ou pelo menos deixa de sê-lo no setor de sua existência oculto pela demanda de supervisão, não vejo no que tal colóquio tem a ver com a psicanálise, a menos que o aluno acabe por se transformar em paciente, vindo o supervisor a tomar a posição do psicanalista." (Stein, 1988, pg97)

As peremptórias afirmações que ele faz levariam à consequente idéia de que nada além de análise existiria no trajeto de constituição de um analista.

Dreio que, subjacente às suas palavras, estaria a idéia de que o analista é um sujeito como outro qualquer, que tem história, que transfere, que dá indícios de manifestações inconscientes; e, portanto, ao narrar suas experiências de analista, ele não as descreve ingenuamente, fazendo-o a partir desta história. Em outras palavras, tudo que o analista disser, de si e de seu trabalho, pode ser considerado como "se

inacrevendo no prosseguimento de sua análise", certamente servindo de excelente tema para sua análise pessoal.

Isto, entretanto, não quer dizer que somente nesta análise ele possa lidar com outras coisas. Há outros lugares no campo psicanalítico, além da análise pessoal, onde se atua psicanaliticamente.

Moustapha Safouan diz não ter provas da necessidade da supervisão para "a formação do analista", também lembrando haver alguns que não a fazem. Mas, questionado por supervisandos seus, ele radicaliza, achando que aqueles que perguntam qual a razão para se fazer supervisão, perguntam por motivos incertos, instáveis e problemáticos, talvez até inconfessáveis; mas os que "sabem" porque estão em supervisão, prosseguem seu trabalho sem se embaraçar com esta questão (Safouan, 1984, pg121). Para ele, a certeza é melhor e mais tranquilizadora que a investigação.

Enquanto isso, Jacques Ascher e Monique Masson provocativamente anunciam, sem explicações, que a supervisão é um mal necessário (Ascher e Masson, 1989, pg159).

René Yostain, por outro lado, louva a desmistificação da transferência que ele vê ocorrendo no trabalho de supervisão (Zaltzman, 1989, pg59). Creio que se trata do fato de que não se consideram isto é, não se trabalham as manifestações transferenciais na supervisão. Achando ser esta uma das muitas coisas importantes a acontecerem na supervisão, ele afirma:

"...a necessidade, a utilidade do controle não se coloca em dúvida; aliás, ninguém a coloca em dúvida." (idem)

Este autor, portanto, não somente é a favor da supervisão, como sequer admite que se a questione.

Também Heitor de Macedo, psicanalista brasileiro radicado na França, defende a importância do trabalho em supervisão, dizendo:

"Se conservarmos...o critério que permite a Ailhauser definir a psicanálise como uma ciência..., se concebemos...que a psicanálise é uma profissão, então fica evidente que esta experiência de compartilhar uma experiência é um dos epicentros de uma prática onde o valor do testemunho sempre é central e insubstituível." (idem, pg63).

Isto é perfeitamente compatível com a tristeza que Freud sentiu, por ocasião do rompimento de sua relação com Flóssia, na medida em que via como necessidade indispensável um terceiro com quem compartilhar seu trabalho clínico.

Há, entretanto, uma questão que fica em aberto nesta colocação. Jean-Claude Sempé lembra que:

"...a experiência não se transmite." (Sainhoff, 1989, pg108)

Como então compartilhar algo que é intransmissível?

Citando a pergunta de Prosper Chaboche

"Ser analista é não ter mais controles?" (Bokanowski, 1989,

pg83)

Rabain responde que:

"Ser analista é ter controles constantemente." (idem),

reafirmando portanto a idéia de que ser analista é estar permanentemente interrogando, o que é facilitado pela presença de um interlocutor; ou seja, compartilhar interrogações é sempre possível.

Jean Cournut lembra como é difícil a situação analítica, de caráter tão solitário para o analista, e onde há angústias, rejeições, entusiasmos, seduções, etc., ou seja, muitas armadilhas. Ele acha que o analista precisa ter uma referência, um apoio, um lugar onde possa descansar, se refazer e pensar, isto é, ter um porto confiável que permita elaboração e criação. Recorrer informalmente a colegas, participar de congressos e de grupos de trabalho, não seria suficiente, já que os acontecimentos emocionais constrangedoras dificilmente são expostos francamente de público (Cournut, 1989, pg152).

Diz ele:

"...a palavra pública, por natureza, distorce aquilo que se diz na intimidade". (idem)

Restaria então ir formalmente falar de seu trabalho clínico para um colega em quem confia, isto é, fazer sua supervisão. A supervisão, então, seria o único lugar onde se pode conhecer o funcionamento de um outro analista e de tornar conhecido algo de sua própria maneira de funcionar como analista, seja estando na posição de supervisionando, seja ocupando o lugar de supervisor. Ela dá certo, diz Cournut, porque rompe a solidão e institui um corrimão (idem, pg153). E ironiza:

"Parafraseando Freud recomendando que os analistas retosem a análise de cinco em cinco anos (era em 1937), eu diria que um analista não deveria se envergonhar de se colocar, de tempos em tempos, em posição de controlador ou de controlado..." (idem).

O mesmo autor, porém, informa ter feito uma experiência que considerou bem sucedida, do que chama de "inter-controle", ou seja, um controle igualitário, paritário, sem

meestre. Trata-se de uma interessante proposta em que há supervisão, mas sem supervisor; o analista é supervisionado por seus pares e todos se revezam na tarefa^(ideia, pg134). Além disso, ele lembra que a supervisão não precisa se submeter, como processo, a qualquer instituição, já que existe a possibilidade de se fazer uma "supervisão privada"^(ideia, pg135).

Victor Smirnoff enfatiza mais ainda a importância que atribui à supervisão, dizendo que:

"Quaisquer que sejam as supervisões, institucionais ou não, elas duram anos e constituem na verdade o 'tempo forte' da formação analítica. Daí que importa pouco que o controle seja uma 'obrigação', pois, na minha opinião, e de toda maneira, o controle é uma exigência analítica do mesmo nível que a análise pessoal."^(Smirnoff, 1989, pg144)

E mais:

"Não creio que ter 'feito' uma análise confira ao analisando a qualidade de analista, nem que a exegese dos textos permita que ele venha a se-lo."^(ideia, pg150)

Há então várias posições adotadas quanto à necessidade da supervisão; umas em oposição algumas delas virulentas_ e outras a favor. A gama de opiniões, porém, é ampla, extravasando o simplismo do sim e do não.

A supervisão pode ser considerada como: necessária, não somente necessária mas também obrigatória, não necessária mas indiferente, desnecessária e perigosa, impostura, demanda disfarçada de análise, útil apenas quando houver dificuldades, útil quando se a quer, interessante^(Zaltzman, 1989, pg55), etc.

Qualquer que seja a inclinação a respeito da necessidade da supervisão e do tipo de utilidade para ela encontrada, não creio ser preciso tomar partido por qualquer delas.

Stein, um dos mais acerbos depreciadores da supervisão, consegue dizer, falando a seu respeito, que reconhece haver situações fora da análise que também são psicanalíticas, já que o procedimento psicanalítico não tem de ser padronizado. Tal como Zaltzman, ele também considera que a supervisão _situação capaz de ser psicanalítica_ pode ser bastante interessante^(ideia).

Partindo da idéia de que a supervisão é algo interessante, isto é, de que a supervisão é uma situação demandada, desejada, mesmo que também institucionalmente imposta _até em sua origem autoritária esta demanda foi reconhecida por Eitingon_, chega-

se a conclusão acadiana de que a supervisão existe. Ela tem um lugar na história e na atualidade da difusão da psicanálise.

Da mesma forma que não faz sentido, no campo psicanalítico, dizer-se a um analisando que não case ou que case, também fica incongruente, neste mesmo contexto, dizer-se a um analista ou pretendente a analista, que não deve fazer supervisão ou que deve fazê-la.

Esta caricatura analógica não implica o abandono da tentativa de desimpedir ao máximo o terreno da psicanálise dos entulhos anti-psicanalíticos que atravancam o caminho de qualquer trabalho que se proponha a ser sério neste campo. Entre estes entulhos incluem-se, evidentemente, todas as atitudes que se opõem ao modelo de funcionamento específico da psicanálise a associação livre. Todas as imposições, sejam ou não de caráter institucional, impeditivas de liberdade e de criatividade, são combatíveis.

A supervisão, entretanto, está presente no campo da psicanálise, qualquer que seja o enfoque e a ênfase que se lhe possa outorgar. Ela existe e é buscada. Como tal, ela pode e deve ser investigada, questionada, descrita e operacionalizada se possível.

É apontado, em forma depreciativa, que a supervisão, qualquer que seja a nomenclatura adotada e a época considerada, jamais conseguiu ter um corpo teórico-explicativo sedimentado que pudesse dotá-la do que se poderia chamar de uma teoria da supervisão (Valabrega, 1989, pg32) (Zaltzman, 1989, pg44). Também é lembrado que, diferentemente da ocupação do lugar de analista, tão recomendado e cuidado, não há critérios estabelecidos de preparação e seleção para se constituírem supervisores (Garfouin, 1984, pg129); qualquer analista tem direito a exercer esta função, sem mais delongas, desde que queira e que encontre quem o queira para tal. Mesmo o estudo dos textos sobre a trama conceitual psicanalítica recebe atenção bastante afiada quanto à sua organização e ao seu aprofundamento; as instituições esperam-se em desenvolver maneiras sempre aprimoradas de estruturá-los, o que não costuma acontecer com o trabalho de supervisão.

Aparentemente é um contra-senso que um lugar tão importante, a ponto de se nivelar em tripé de transmissão, à análise pessoal e aos inquestionáveis seminários, seja tão mal cuidado e tratado com tanto desinteresse por sua sistematização. Talvez por isto é que se possa querer pedir sua

extinção (Stein, 1988 = 1989) ou sua substituição por uma espécie de elaboração da análise do analista, como é o caso da análise quarta de Valabrega (Valabrega, 1979 = 1989).

Este paradoxo, entretanto, talvez possa ser encarado como justamente indicando o caminho para a liberdade procurada para ajustamento à postura nuclear da psicanálise; psicanalistas ou candidatos associando-se livremente para buscar compartilhar e dialogar a respeito de sua prática. Sem sistematizações nem regras pré-fixadas, eles se encontrariam e decidiriam como e quando se escutar e trocar. Eles escolheriam para ajudá-los, caso assim decidissem, analistas que considerassem mais experientes, mais especializados, mais acessíveis, mais acolhedores, mais capazes de invocar explicações teóricas para os acontecimentos da clínica, mais dinâmicos, mais simpáticos, mais qualquer coisa que julgassem importante para sua sedimentação profissional, ou para lidar com alguma dificuldade eventual, ou mesmo para não ficarem sozinhos diante da desgastante tarefa de trabalhar inseridos num campo que os envolve visceralmente.

Mesmo quando a instituição impinge uma determinada forma de supervisionar, a ausência de uma estruturação teórica reconhecível para o trabalho, estaria apontando para esta liberação desejável na terra da psicanálise. Como se a imposição, tal como no processo de recalqueamento freudiano, sempre tivesse de fracassar, na medida em que deixa sempre o rabo de fora, isto é, revela indícios daquilo que tenta impedir de se apresentar.

Ao invés então de tomar partido por alguma direção, a questão da necessidade da supervisão pode ser substituída em função de sua existência e do desejo de liberdade apontado por sua singularização. Tratar-se-ia portanto de, em cada caso, estabelecer com a maior clareza possível, sua singularidade, seu estilo. O analista trabalhando como supervisor, terá um estilo a defender e a justificar, já que necessita ter como pré-requisito único o de poder se considerar incorporado ao campo de ação próprio da psicanálise.

3.2.3 - ANÁLISE QUARTA

Ao se queixar da falta de uma teoria da supervisão, Zaltzman faz exceção à análise quarta de Valabrega,

considerando-a como a única tentativa válida de preencher esta lacuna. (Zelzmann, 1989, pg 44)

Para Valabrega,

"o controle é o verdadeiro pivô da psicanálise, com a condição de definir seu objetivo de maneira rigorosa."

(Stein, 1988, pg102)

Mas, diz ele, esta situação pode se caracterizar por

"...uma relação de doutrinação mais ou menos autoritária.

Quando o controle não está centralizado de maneira muito diretiva no exercício do poder, torna-se então com frequência uma formalidade aborrecida, ou a lição dobrada de uma escolaridade obrigatória...as 'análises controladas' estão fadadas a fracassar..." (Valabrega, 1979, pg49)

Aumentando a carga, sustenta:

"O método e o resultado do controle são...profundamente alienados e alienantes...Será que eles [os controladores] têm outra meta que não seja impor e manter o seu poder sobre os alunos?" (idem, pg70)

Mostrando-se definitivamente cético, afirma então que

"...a situação de controle, a prática do controle, são profundamente criticáveis, e só os analistas responsáveis por esse estado de coisas se recusam a tomar consciência disso e a tentar modificar esse momento crucial, no entanto da formação, nas instituições que eles promovem." (idem)

Em função disto, e buscando rigor, ele propõe o que denomina de "análise quarta", uma experiência analítica que substituiria, com muitas vantagens, a supervisão, e onde ele enxerga quatro personagens em ação:

1. um paciente em análise;
2. um candidato que é o analista desse paciente;
3. o analista do candidato;
4. um outro analista... (idem, pg51)

A este último ele sugere chamar de "analista quarto", por ser o quarto da lista. A troca de nome de supervisor para analista quarto não é meramente semântica, na medida em que as funções deste analista quarto diferem completamente das funções do supervisor.

"Os 'analistas quartos' têm por função descobrir uma via de acesso ao candidato e ajuda-lo a identificar os pontos de contato e interferência da sua prática com a sua própria análise. Dessa modo, eles abrem também uma janela para o terceiro referente, ou seja, para a prática do analista do candidato; para aquilo que o

candidato releve dessa prática, para aquilo que ele lhe deve, aquilo que o torna dependente dela, em síntese, para o que ele faz dessa prática em sua formação" (idem)

Ao contrário da supervisão, onde se lida diretamente com a prática clínica do analista, Valabrega tenta então lidar com ela através da análise pessoal deste analista, justificando-se:

"...pois o candidato tem sempre uma tendência clara ou discreta a imitar e estereotipar certos traços da prática ou da técnica que lhe é aplicada pelo seu analista. O que...não deixa evidentemente de suscitar problemas, tanto para o candidato como para o analista, e nos remeteria à questão...da identificação com o analista. Esses problemas se encontram efetivamente negligenciados, omitidos, ignorados; seja como for, nunca são tratados, e a análise quarta seria precisamente a ferramenta para estudá-los." (idem, p.60)

Para ele, esta análise quarta seria

"...um estudo e um exame repetidos dos dados da análise do candidato, e necessariamente também da prática do seu próprio analista...a análise quarta...poderia ser denominada formadora na medida...em que...concederia necessariamente um privilégio à análise das zonas de surdez, aos desvios tendenciosos, e chegaria, em consequência, a identificar e situar as transferências inconscientes que circulam entre os quatro referentes." (idem)

Para tentar atingir estes objetivos, esta análise quarta se faria através do que Valabrega chama de "sessões inter-analíticas", que

"...deverão congregar dois, três ou quatro analistas..., um analista tomará a iniciativa de convocar uma reunião com este ou aquele colega interessado toda vez que um problema surgido na análise quarta, ou relacionado com a análise, ou em qualquer outra circunstância da formação, tornar aconselhável uma discussão interanalítica...também os candidatos devem ser estimulados a convocar sessões interanalíticas..." (idem, p.61-62)

Achando que desta maneira se tornaria possível uma teoria da formação psicanalítica (idem, p.64), Valabrega afirma que assim também se reintroduziria a dimensão analítica na prática teórico-clínica (idem, p.63), centrando a análise quarta na relação, no próprio ato analítico e não no analisando nem no analista (idem, p.64). Para ele, a análise quarta seria uma "confrontação interpretativa" que ameaçaria a posição do poder, da onipotência (idem). Sua principal função seria a de relativizar a análise, isto é, tentar evitar que a situação analítica se

torne abusiva em termos do poder exercido pelo analista sobre o analisando, impedindo que

"...o par analítico...se constitua eventualmente em par perverso." (idem, pp67)

revelando preocupação idêntica à de Eitingon, por ocasião da implantação institucional do controle.

Embora reconhecendo que somente a análise não seria suficiente para se ser analista (idem, pp67-72), Valabrega elimina a supervisão do campo psicanalítico, colocando em seu lugar uma tentativa de elaboração externa da análise pessoal do analista _uma espécie de passe lacaniano_ a partir da idéia de que toda análise encerrada deixa uma "transferência residual" (idem, pp88). Estruturalmente, sua função seria de sinalizar este resto de transferência, "constituído da contratransferência" (idem, pp90).

Se levamos à letra esta proposta, certamente teríamos de também investigar elaborativamente a verdadeira comissão que realiza a sessão inter-analítica, numa sequência infinita, além de termos de lidar com uma provavelmente confusa torre de babel, instaurada pela introdução de tantos novos personagens, cada um com suas idiossincrasias, num contexto já de si suficientemente complexo.

A análise quarta seria portanto uma extensão da análise pessoal do analista, onde se estaria tentando remover resquícios transferenciais que presumivelmente se apresentariam como obstáculos à sua prática clínica. Isto me parece uma tentativa perfeccionista, desajeitada, de eliminar o que é visto como resíduo, através de artifícios técnicos; desajeitada porque me parece impossível tentar impedir que o analista transfira na situação analítica que constitui com seu analisando.

A busca "a posteriori" de significações para sua participação neste campo transferencial, pode ser considerada um dos principais recursos com que o analista conta para exercer seu trabalho analítico. Creio que o que se pode fazer é lidar, o mais claramente possível, com o acontecimento, no lugar onde ele é especificamente captado, ou seja, na relação em que se fala das circunstâncias para as quais o jogo transferencial deve ser entendido.

Embora considerando louvável a tentativa de encarar estruturalmente o fazer-se psicanalista, creio que a transmissão da psicanálise tem vários elementos, diferentes abordagens, múltiplas atividades, que vão se mesclando e

integrando na criação de um psicanalista e na consecução de seu trabalho. A supervisão pode ser mais um destes elementos constituidores, não havendo necessidade de se restringir à análise. Em outras palavras, não é preciso que o analista, para que o seja, esteja sob exclusiva investigação de seu funcionamento inconsciente; este pode se referenciar na supervisão ao campo transferencial instaurado pelo analisando.

3.2.4 - SUPERVISÃO EM ANÁLISE

Os psicanalistas húngaros Ferenczi à frente, desde os primeiros anos do Instituto de Berlim, afirmavam-se a favor da supressão do recurso da supervisão, colocando-a no âmbito da análise pessoal do analista análise didática, acentuando tratar-se, na verdade, de uma demanda de análise de contratransferência (Nannoni, 1989, pg29).

Esta é uma questão ainda atual: seria a melhor supervisão aquela que se faz na análise pessoal do analista? Para conseguir sentir-se apoiado e ajudado em seu trabalho clínico, bastaria ao analista falar dos analisandos em sua análise? Seria suficiente para o analista ter sua contratransferência analisada, para poder dar conta de seu trabalho com o analisando?

Vilma Kovacs, psicanalista húngara, discípula e analisanda de Ferenczi que afirmava que o melhor supervisor é o analista didata (Sairnoff, 1989, pg143), considerava, em 1936, a supervisão como superficial. Para ela, o candidato a psicanalista, ao fazer sua análise pessoal e ao analisar, vivia os dois lados de um trabalho que aclarava suas "características de personalidade". Seria portanto mais adequado que o "controle" fosse realizado totalmente pelo analista didata, de modo a que análise didática e "análise de controle" fossem uma só. A análise do analista seria então a análise por excelência, constituindo o essencial da transmissão da psicanálise (Gstein, 1989, pg16). Ela achava muito difícil entender e seguir o trabalho clínico dos candidatos que supervisionava, depois de terem terminado sua análise didática; e as coisas se complicavam mais ainda se elas tivessem sido analisadas por outra pessoa que não ela. Dizia:

"...eu não conhecia nem o caráter nem os modos de reações do candidato, e não podia então saber a partir de que ponto de vista ele julgava as diferentes situações com que se deparava. Até

onde era ele capaz de penetrar no inconsciente de seu paciente?...Mesmo eu nem o candidato ficávamos satisfeitos e acabávamos por interromper [o trabalho]; ele podia também decidir continuar a ser analisado pelo analista que controlava seu trabalho." (Kovacs, 1936, pg101).

Kovacs não conseguia, portanto, conceber uma supervisão que não estivesse sendo realizada no interior de uma análise didática, que ela considerava como

"...a única base segura da formação psicanalítica, [como] a análise completa e penetrante do candidato." (Idem, pg102)

Stein acredita que ela exagerava na normatividade ao propor a seus analisandos que falassem de seus atendimentos, como suspeitava que ela teria feito, com a justificativa de analisar não somente sua transferência mas também sua contratransferência. Ele comparava com Françoise Dolto, que, embora não recusando que seus analisandos tivessem sua supervisão com outro analista, sugeria que eles fizessem, com ela, uma sessão complementar com a finalidade de falar de seus próprios analisandos (Stein, 1989, pg17).

Tentando exemplificar sua maneira de lidar com o tema, ele conta uma situação clínica onde, quando sua analisanda lhe falava de seus atendimentos, respondia com o silêncio, conseguindo como consequência _do que se vangloria_, que ela postergasse a recorrência à supervisão para depois de longos anos de prática clínica (Idem, pg18).

Não lidando com a demanda como sendo um tema qualquer de análise, expulsando-a dali e portanto negando à analisanda espaço para dizer o que viera falar, Stein obtém, como prêmio, a postergação de algo em que não acredita _a supervisão.

Mas, ao agir assim, impedindo que se faça a supervisão na análise, também se contradiz, tal como propugna no mesmo texto. A opinião que ele seguidamente nos mostra em seus escritos, é de que somente na análise caberia investigar sobre o que se passa com o analista no seu trabalho analítico. Ele questiona, por exemplo, a inflexibilidade da atribuição de resistência para a narrativa de atendimentos na análise (Idem, pg19); ele também acha que a supervisão seria menos possada na análise, já que, não havendo contrato de obrigação, o analista não tenderia a reificar as análises de seus analisandos (Cairnoff, 1989, pg111).

Querendo enfatizar a importância que atribui à supervisão dentro da análise do analista, Stein diz:

"Não concebo que na ocorrência [de um analista falar de sua prática a seu analista] um psicanalista possa se recusar ou reenviar sistematicamente seu interlocutor ao controle"^(10aa),

como se, à atitude aceitadora de ouvir analisandos falarem de seus atendimentos, houvesse como contrapartida somente a atitude rejeitadora, expulsadora, por parte do analista do analista.

Falar de seus analisandos em sua análise, é tão aceitável como qualquer outro tema que qualquer um possa levar para sua análise. Não concordar com supervisão dentro da análise do analista, não necessariamente significa "reenviar sistematicamente seu interlocutor" para a supervisão externa à análise. Depende do tipo de trabalho psicanalítico que está sendo feito; há maneiras de trabalhar em que isto não caberia, já que nelas não se envia ninguém a lugar nenhum jamais.

Hélène Deutsch³¹ nos conta que uma das vantagens apontadas pela turma de Budapest para que se escolhesse o analista didata para exercer o papel de supervisor, era que

"...o analista pode colocar seu analisando diante das dificuldades observadas durante a análise didática. Ele pode assim discutir com o candidato os problemas pessoais deste último, que, recorrentes após cada análise...podem ocasionar sérias dificuldades no trabalho do candidato." (Deutsch, 1927, pg87).

Ela acha, entretanto, que as vantagens da supervisão externa são maiores que as vantagens da supervisão dentro da análise do analista:

"...um outro controlador seria mais imparcial para julgar o candidato...

...avangaria a liquidação da transferência sobre o analista didata...

...o controle fornece ao candidato uma excelente ocasião de satisfazer o desejo...de retornar à primeira situação analítica com o analista didata, tendência que persiste bastante tempo depois da análise terminada...

...o controle fornece ao candidato uma excelente ocasião de satisfazer o desejo... de desviar o interesse do analista sobre seus próprios processos psíquicos."^(10aa)

³¹Nascida em 1894, ela morreu em 1932. O artigo aqui citado foi publicado sem data em uma revista editada em 1937 na França. Danièle Silvestre, entretanto, nos revela que se trata de uma apresentação feita em 1927, num congresso dedicado à formação de psicanalistas, e que veio a público somente em 1960 (D. Silvestre, 1987, pg104).

Além de se mostrar contrária à idéia de supervisão dentro da análise, ela também nos revela sua visão do que seja uma supervisão, ao nos dizer que era feita de modo a abranger as funções de julgar, de acelerar a dissolução da transferência na análise didática, de substituir sublimatoriamente a análise didática e de propiciar repouso ao supervisando.

O Instituto de Psicanálise de Viena, onde ela era responsável pela formação de analistas, não autorizava que análise didática e supervisão fossem feitas pelo mesmo analista, a não ser em casos especiais. Infelizmente não nos é informado sobre quais seriam as circunstâncias em que os casos eram considerados especiais.

Creio que, colocar a supervisão na análise do analista — o que aliás faria com que desaparecesse o que aqui se chama de supervisão — seria uma forma de considerar como inexorável a inserção exclusiva numa estrutura única de trabalho analítico. Seria quase desconsiderar outras formas de percurso psicanalítico que não fosse a análise pessoal, que adquiriria assim um caráter próximo do monolítico. O pretendente a psicanalista estaria se formando através de figuras de mestres, tal como os aprendizes de qualquer profissão objetiva, tendo aí então um único mestre. Não me parece que somente na análise se poderia dar conta do que se considera contratransferência do analista (Safouan, 1984, pgs 126-127), já que até mesmo este conceito depende do tipo de trabalho analítico que está sendo feito. Se se considerar, no lugar de contratransferência, o conceito de campo transferencial, é justamente numa supervisão externa ao processo analítico do analista que melhor se irá lidar com o que se passa inconscientemente com o analista em referência a seu trabalho com o analisando.

Safouan sugere que se deixe para o analista didata a decisão de fazer ou não supervisão com seu analisando candidato, pois seria ele o único responsável pelo risco que sempre existe de aceitar a função de "analista de supervisão" (idem, pg 129). Embora acreditando que o analisando é que tem a faculdade de selecionar conscientemente ou inconscientemente os temas que leva para sua análise, creio que Safouan estaria apontando para a questão da liberdade de ação; nada externo deveria impedir que os analistas levassem suas inquietações clínicas para seus analistas. Nisto, está-se deixando de lado, por enquanto, o que se passa nas instituições psicanalíticas.

Em função do método da psicanálise _o método da associação livre_ não me parece viável achar que certas manifestações do analisando _quando ele se refere a seus atendimentos clínicos_ possam ser tratadas diferentemente das outras, no que se refere ao instrumental psicanalítico de que dispõe seu analista. Parece-me razoável supor que tudo que for trazido pelo analisando para a sessão com seu analista será tratado como tema de análise, ou seja, com o repertório de trabalho conhecido como passível de ser considerado psicanalítico. Isto abrange interpretar, construir, cortar, etc.

A demanda de supervisão surge na análise com um valor referencial, tal como apareceu a transferência para Freud, ou seja, como resistência; qualquer tema que surge em qualquer análise pode ser encarado como manifestação de processos inconscientes. A temática do trabalho analítico do analisando não difere de qualquer outra que ele possa invocar em sua análise, e, portanto, terá de ser tratada da mesma maneira. é o sujeito que analisa que está em questão e não aquele que ocupa um lugar de analista.

Isto leva a que seja fora da análise que se busque trabalhar investigativamente em continuidade com o processo de análise. A supervisão feita pós-sessão, permite que o processo tenha prosseguimento pela inserção do analista em outro contexto, onde, como supervisando, ele tem oportunidade de compartilhar as ocorrências vividas, de modo que sua inclusão no campo transferencial seja examinada sem destacá-lo deste campo. Em outras palavras, é a ocupação de um lugar que aqui se coloca em jogo. Veremos mais adiante.

A trama institucional psicanalítica, porém, tem tido, em geral, conotação bem diferente.

3.2.5 - SUPERVISÃO INSTITUÍDA

Pelas regras da IPA _a poderosa instituição internacional fundada por Freud_ o candidato a psicanalista, para poder atender, tem de ser autorizado por uma comissão, que somente o faz se ele estiver em supervisão ^(Stein, 1989, pg11). Além disso, existe todo um sistema de aprendizagem com constantes avaliações _o curso didático_, que mantém o aprendiz de analista sob permanente vigilância, o que pode perfeitamente ser responsabilizado pela reprodução inevitável de um certo tipo de

indivíduo psicanalítico, já que é na instituição onde mais fortemente se constitui um sentimento de identidade psicanalítica.

Não é difícil imaginar a tensão vivida por muitos dos iniciantes, divididos entre o desejo de falar dos analisandos e a insatisfação com a impossibilidade de exercer sua liberdade de escolha. Ao invés de trabalhar para obter reconhecimento de seus pares quanto a seus potenciais de psicanalista, eles se vêm tomados pela expectativa incessante e ansiosa de serem aprovados, habilitados, autorizados, por quem de direito institucional. A tendência razoável é a de se formarem mais como discípulos que como psicanalistas.

Não é à-toa que a supervisão tem um papel preponderante na constituição das sociedades psicanalíticas; o supervisor é aquele que garante para a instituição a "qualidade analítica" dos analistas em formação. Isto quer dizer que o supervisor exerce a função de vigia dos preceitos institucionais, que garantem a manutenção da estrutura montada. A comissão controla o didata, que controla o supervisor, que controla o supervisando e o analisando, numa trama enredada de domesticação racional da prática analítica.

Não é por acaso que em muitas instituições o candidato não pode escolher seu supervisor, já que disto se encarrega a comissão de ensino da instituição (Brinberg, 1970, pg459). Como diz Maureen Brook:

"...inconveniência de o estudante ser completamente livre para escolher: 'pode haver o perigo dele escolher supervisores que seria particularmente confortáveis para suas necessidades...'"

(Bracher, 1990, pg 63)

Celso Antônio Vieira de Camargo, reproduzindo Eitington, inclusive na ênfase maiúscula da instituição, afirma que:

"...a supervisão é o momento para a instituição conhecer o trabalho do candidato, ter uma forma de avaliação sobre o que o candidato está fazendo." (Biolchini e outros, 1990, pg35)

enquanto Sapienza informa que:

"...um critério, então, para poder observar o desenvolvimento dentro do campo de supervisão é se o candidato vai se mostrando mais capaz de trabalho no sentido de continência e no sentido de observação do fenômeno psíquico que está acontecendo."

(Sapienza e Forlenza Neto, 1990, pg42)

e Crestes Forlenza Neto ameaça:

"...porque quando o indivíduo sente que está no fim da formação sente-se sobrecarregado pelo dever de apresentar alguma coisa, e, por vezes, ensaia tanto que é reprovado..." (idem), ameaça esta concretizada por Schreuder:

"...me convencer...da necessidade de aconselhar a Comissão de Ensino a rejeitar um candidato..." (Bracher, 1970, pg78)

A obrigatoriedade da supervisão, neste contexto, é mais uma lei que se promulga, no tortuoso caminho para o título de psicanalista. O supervisor é aí situado geralmente como

"...um simples professor investido de uma delegação de poder..." (Hijalla, 1989, pg127)

que tem de patrocinar para manter seu lugar, mesmo que

"...a preocupação e o cuidado de formar um psicanalista digno da imagem que ele tem da psicanálise acrescenta um peso de responsabilidade..." (idem)

Todo analista assim construído corre o risco de reificar o supervisor, a teoria psicanalítica, os textos de Freud e de outros pioneiros, os dizeres dos mestres, colocando tudo isto entre ele e seu analisando (Barande, 1989, pg90).

Safouan critica radicalmente:

"À menos que uma experiência, ainda por vir, mostre a necessidade, a institucionalização da supervisão só poderá ser uma escapatória que permite evitar a questão de sempre: a do desejo do analista." (Safouan, 1984, pg120)

Como requisitar uma supervisão, ou mesmo saber que se quer pedi-la, dentro deste sistema imperativo, em que a possibilidade de demanda é substituída pela obrigatoriedade?

Há instituições onde, não existindo análise didática, o primeiro contato do candidato a psicanalista com a sua organização é através de uma sua demanda de participar de supervisões. Mesmo aí, onde inclusive ele tem o direito de escolher seu supervisor, o candidato tem de aguardar decisão institucional quanto à sua admissão aos "controles", cabendo ainda à instituição validá-los e homologar sua formação (Sarnoff, 1989, pg149).

No Instituto Psicanalítico de Viena, na década de 1930, onde Hélène Deutsch era responsável pela formação de analistas,

"...aquilo que se chama 'análise sob controle' constitui a base em que repousa o essencial do ensino clínico em psicanálise." (Deutsch, 1937, pg84)

Era uma questão pedagógica portanto; dizia Deutsch que se tratava de propor aos candidatos qualquer coisa da ordem da

"propedêutica clínica", de que se encarregava um professor-controlador. Este tinha como uma de suas funções informar ao instituto sobre as aptidões do candidato, o que iria ajudar o analista didata deste a decidir quanto à possibilidade de a instituição considerar viável o desejo dele se tornar analista^(Ideo). Neste sentido, o controlador também poderia resolver o conflito existente entre as duas funções do analista didata _analista e professor_, já que ele seria mais imparcial para "julgar" o candidato.

Nesta instituição, considerava-se ser mais favorável que o candidato fizesse supervisão somente após terminar sua análise didática, abrindo-se exceção se se tratasse de análise didática de longa duração, ou quando o candidato fosse estrangeiro com seu tempo de estadia limitado, ou então se houvesse necessidade inadiável de ganhar seu sustento com a profissão^(Ideo, pg88).

Além disso, considerando-se satisfatória sua evolução "técnica", ele começaria a ser emancipado, isto é, não teria mais obrigação de fazer supervisão, a não ser de tempos em tempos, em situações mais delicadas, onde, sempre informado do que se estaria passando, o supervisor pudesse ajuda-lo, em atenta tutela. Achava-se também que, entre os quatro casos "devidos" à instituição _em que somente os dois últimos seriam supervisionados_, o candidato deveria atender casos típicos de histeria, obsessão e neurose de angústia, para que se lhe pudesse mostrar, em supervisão, "os diversos tipos de resistência e de transferência"^(Ideo, pg89).

Os "mais bem dotados", poderiam ter todo este processo controlador abreviado, enquanto que os outros, "mais fracos", teriam um certo limite de trabalho de supervisão, na medida em que

"Prolongar o controle analítico além de seus limites equivale a uma perda de tempo."^(Ideo, pg89)

Nada como um pragmatismo suficientemente eficiente, a ponto de permitir que se possa classificar os possíveis futuros analistas, tão clara e contundentemente, em mais e menos, seja lá o que quiser dizer mais e menos.

A supervisão, fosse o candidato bem ou mal dotado, tinha de ser feita uma vez por semana, o que também valia para o supervisor. Para este, a instituição era magnânima: ele tinha direito de ter seus próprios métodos de trabalho, sua própria técnica.

Como se achava que inicialmente aparecia de tudo menos o analisando na supervisão, dizia-se que a tarefa do supervisor era dificultada pelo fato de ter de

"...analisar o paciente invisível, como se se tratasse de uma análise direta, sem o que, suas intervenções e conselhos poderiam se mostrar sendo mais prejudiciais do que úteis". (Idem, pg 90)

Era considerado importante que o candidato conhecesse a teoria psicanalítica, para que o supervisor pudesse ter o "luxo de uma tarefa parcial" (Idem, pg 92), isto é, para que não se alargasse mais do que o considerado devido, aquilo que se esperava fosse circunscrito ao trabalho de supervisão. Mas, como o estudo de textos era negligenciado em prol da análise didática, e como quando esta atingia um "progresso suficiente" declarava-se o candidato "apto à formação prática", o "trabalho de controle" frequentemente era desviado de seus objetivos para tentar preencher as lacunas da teoria. Passou-se então a exigir uma formação teórica adequada antes de permitir o acesso à supervisão.

Mas, quais eram os objetivos da supervisão?

"...a função da análise sob controle ...é de substituir a observação clínica, toda tendência referente ao ensino teórico devendo ser excluída. A teoria deve parar no umbrai do controlador, para dar livre curso à observação das ocorrências psíquicas." (Idem)

A supervisão, portanto, era ainda vista tal como quando Eitingon a criou institucionalmente, ou seja, como tentando dar conta do fato de a análise ser uma situação impeditiva de juntar profissional e aprendiz no momento do trabalho. Dar conta significando precisar haver um controle do trabalho do iniciante, para que não se conspurcasse a fama de que já gozava a psicanálise, isto é, para garantir o controle social do candidato.

O que me parece mais importante, entretanto, para que se possa confrontar este estilo de supervisão, que faz parte da história da psicanálise antiga e, em alguns casos, também atual, com o estilo aqui em apresentação, é que se considerava o supervisor um

"...intermediário que deveria ser transparente, mas que é, bem frequentemente, pleno de um depósito perturbador, depósito que é necessário eliminar se queremos ver o paciente...este depósito é tão espesso para certos candidatos que o trabalho se mostra, cedo

ou tarde, impossível. É então necessário, seja reenvia-lo à sua análise, seja colocar em questão sua competência." (idem, p.90)

Que coisas interessantes nos são reveladas nesta citação! Primeiro, a idéia de que o supervisando, isto é, o analista em pauta, era visto como um "intermediário" entre seu analisando e seu supervisor; um mero "go-between" entre o visado e o supervisor.

Além disso, a ênfase colocada num "depósito perturbador", indica que certas características do sujeito supervisando atrapalham tanto o esforço de entendimento do analisando que têm de ser desmascaradas e eliminadas; e, é claro, isto deve ser feito pela forma tradicional de [não] lidar com as dificuldades de ocupação deste lugar complicado que é o de analista, ou seja, enviando-o para outro campo. Aqui não sei o que fazer, é a mensagem que se sugere quando se reenvia o supervisando à sua análise sempre que aparecem, na supervisão, consequências da existência de um campo tão bem caracterizado como é o campo transferencial.

Parece-me evidente que está aí, subjacente, o conceito de contratransferência tal como foi inicialmente descoberto por Freud, isto é, como obstáculo a ser eliminado imediatamente para não prejudicar o trabalho analítico. Aquilo que é considerado contratransferencial, ou seja, a influência do inconsciente do supervisando em sua narrativa, não pode estar presente, tem de ser expulso para outro espaço.

Faz parte de um outro estilo _este que está sendo apresentado neste texto_, a possibilidade de, ao contrário disto, poder-se valorizar justamente aquilo que aí se despreza; de se querer trabalhar enfaticamente o que anuncia e revela a natureza do campo de onde se origina o surgimento de reações que fazem parte do repertório psíquico do sujeito supervisando. Tal como fez Freud com atos falhos, sonhos, etc.

No tipo de trabalho que é aí representado por Hélène Deutsch, há a crença de que se possa ensinar uma técnica, de que se deve fiscalizar a eficaz aplicação das regras delimitadoras do que se faz em supervisão, determinando com segurança o que está certo e o que está errado, o que deve e o que não deve ser feito, utilizando os acontecimentos ocorridos para precaver futuras ações analíticas.

São muitos os exemplos que também apontam para esta forma apriorística de trabalho de supervisão (Aberastury, 1972; Dolin e outros, 1986; Giolli e outros, 1990; Lowald, 1956), indo das instituições psicanalíticas

tradicionais às instituições psicanalíticas norte-americanas, passando por uma vertente argentina, representada por León Brinberg (Brinberg, 1958, 1970 e 1975); cujo livro sobre o tema permaneceu por vários anos como a única obra traduzida a respeito de supervisão psicanalítica no Brasil (Grinberg, 1975).

Esta tradição pedagógica gerou uma forte expectativa para as tarefas de supervisão, em que supervisionar seria aconselhar, apontar o que deve ser feito, determinar o que é e o que não é correto, esclarecer dúvidas clinicoteóricas, oferecer-se como modelo a ser seguido e fiscalizar a competência clínica, teórica e ética do supervisando.

O poder que a hierarquia institucional propicia, pode ser observado quando um supervisor de uma instituição da IPA diz, ao falar sobre sugestões de organização de trabalho que são feitas a candidatos que querem com ele se supervisionar:

"...não faço uma imposição tipo 'ou fazesse como eu quero, ou não haverá supervisão'." (Perez, 1991, pg61)

A negativa não escamoteia o fato de que pensar nesta possibilidade significa que ela é viável, fazendo parte da organização institucional em causa.

Muitas são, entretanto, as correntes que se preocupam em delimitar um campo de trabalho psicanaliticamente construído para realizar a supervisão (Fedida, 1985; Lins, 1990; Mezan, 1985; Perrotta, 1975; Silvestre, 1987; Soler, 1987; Stein, 1988 e 1989), excluindo então a possibilidade de haver ensinamentos e regras apriorísticas que determinariam o trabalho a ser empreendido.

3.2.6 - APRIORISMO E ACONSELHAMENTO

"O que caberia dizer a um certo paciente que ameaçava interromper sua análise?

Eu lhe sugeri algo que ela poderia dizer."

(Stein, 1989, pg19)

Este diálogo entre um supervisor e sua supervisanda parece-me representar bastante bem um estilo de trabalho de supervisão caracterizado pela tentativa de descobrir "a priori", ou seja, "anterior à experiência" (Ferreira, 1975, pg120), quais as atitudes a serem tomadas no trabalho de análise, em busca da coisa certa. Mais ainda, revela-se aí uma aquiescência do supervisor em aconselhar o supervisando a agir segundo alguma prescrição sua. É um procedimento que aponta para uma atitude

do supervisor em que ele se oferece como modelo imposto a ser seguido pelo supervisando.

Mestre do pensamento e da técnica aconselhando seu discípulo (Perez, 1991, pg 1), eis o modelo. Pai condescendente fazendo ao filho sugestões, do alto de sua experiência de vida e no limiar de uma genealogia psicanalítica descendente.

O analista supervisor seria detentor de significações secretas, de códigos cuja chave possui e que lhe permitiriam prever e decifrar os acontecimentos da experiência analítica, podendo então ser o único a ter as boas respostas. Como único tradutor possível, ele se aproxima da mãe que traduz gestos e sons de seu bebê para tentar atender a seus desejos. O supervisando é incentivado à identificação pela imitação, à submissão e a aguardar o pulo do gato, isto é, indicações artificiosas à guisa de método. Trata-se da valorização do "saber fazer" em detrimento do seu "saber ser" (Renaud e Chouinard, 1988, pg 636) e de um "fazer saber" (Mezan, 1988, pg 19).

Supervisor como todo poderoso e como analista ideal invejado, que se expõe a "perverter sua condição de analista" (Sztajnberg, 1990, pg 15), na medida em que se propõe a ensinar psicanálise (Brinberg, 1975, pg 7), desempenhando então uma função pedagógica, antítese da estrutura do campo psicanalítico, onde se lida exatamente com o que não se sabe. Parte-se aí de uma forma de ver a psicanálise como um saber acabado, com conhecimentos bem definidos. E, ao impor-se como protótipo profissional, ele propicia, ao invés de desenvolvimento pela experiência vivida, um processo de deformação e de dificultação de potencialidade criativa. Engorda ao invés de crescimento (Sztajnberg, 1990, pg 18-19). Trata-se de uma supervisão que se dá, na linguagem de Leonardo da Vinci, "per via de porre", ou seja, de modo a introduzir sugestivamente algo que não existia antes, como uma camada externa de pintura adicionada a uma tela, em contraposição à que se faz "per via de levare", tal como na escultura, em que se abre caminho para a mobilização alargadora, na tentativa de buscar desvelamento (Freud, 1904, pg 255).

É justamente este modo de funcionar que leva um supervisor a dizer ao supervisando, quando por exemplo algo da ordem do afeto é por ele apresentado, que deve falar de sua contratransferência em análise e não ali; este estilo também se apresenta quando o analista informa, ao analista que é seu analisando, que algo indevido seja lá o que for que ele

considerar como indevido_ é trabalho para o supervisor e não para ele.

É grande a lista de idéias preconcebidas que descrevem este processo de supervisão.

Pode-se estipular previamente como devem ser os comentários do supervisor nas primeiras entrevistas e nas que se sucedem, assim como a maneira vigilante pela qual ele deve lidar com as atitudes narradas pelo supervisando e que ele considerer erradas; o supervisor pode se esmerar em informar o que teria dito se estivesse no lugar do analista, como também pode citar abundantes fatos de sua experiência, com a finalidade de ilustrar seus ensinamentos de técnica psicanalítica (Bracher, 1990, pg 53); pode-se determinar unilateralmente a periodicidade das supervisões ou que o relato, além de fiel, tenha de obedecer a certas restrições delimitadoras (Stein, 1989, pg 91).

Pode-se também generalizar as formas pelas quais o supervisando age e reage na relação que se estabelece entre ele e o supervisor _como por exemplo achar que haveria sempre uma atitude opositora de início e que seria gradualmente substituída por cooperação próxima, ou que o supervisor reconhece e evita a sedimentação de competição com o supervisando. (Bracher, 1990, pg 53)

Também faz parte desta lista o supervisor tentar "deixar claro" o significado do "material" trazido pelo analisando e narrado pelo supervisando, o que deixa claro que com isso se considera serem fixos os significados que possivelmente se encontrem naquilo que é trazido para a supervisão e que é, pesada e concretamente, designado de "material".

Busca-se uma prática ritualizada, onde saber e poder se confundem, na expectativa da produção de discípulos disciplinados, e onde se valoriza a eficiência em prejuízo da liberdade de direção. Como se

"...pássaros livres não soubessem cuidar de seus filhotes." (Gomes, 1990, pg 44)

Diz Foucault:

"...a instituição responde de modo irônico, pois ela torna os conesos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe, como para os assassinar de mais longe, formas ritualizadas." (idem, pg 49)

Silêncio, chegou o poder. Mas não se trata de silêncio de quem aguarda os acontecimentos e sim de vazio diante do poder abafador. É o silêncio da aceitação passiva do dominado, dos

domesticados pelos "textos sagrados" da lei, da reverência ao poder que vai determinar quem pode falar, o que pode ser dito e até quando; é o silêncio da moldura, do enquadramento. O supervisor formaliza e conduz diretamente os supervisandos a uma certa ordem do discurso, infantilizando-os. Assim fica garantido que nada de aleatório possa ocorrer. Quem falar à vontade e em qualquer lugar e momento, é dito Inoco ou incompetente. Procura-se "depurar" a supervisão de tudo que possa ser "dispensável e prejudicial", despojando o supervisando de suas "falsas concepções" (Peres, 1991, pg3), num verdadeiro "exercício de ascese", fazendo uma "profilaxia de complicações" (idem) ao alertá-lo das possíveis dificuldades que irá encontrar numa determinada situação clínica e decidindo com ele sobre o que deve informar ao analisando (idem, pg18). Tutela que lhes parece razoável, já que

"...os candidatos...ficam 'auto-referentes' e atribuem significados indevidos ao material do paciente" (Doin e outros, 1986, pg19)

Estabelece-se, na supervisão, um artificialismo, uma desvitalização, ficando cada um sozinho diante do outro, lidando com uma abstração iniciada por um deles. Fala-se de quadros e não de sujeitos. O genérico ofusca a visão do particular, transformando a possibilidade de apropriação de uma praxis em obediência a uma bula.

A objetividade com que os trabalhos se realizam serve para acentuar as funções de observação, de memorização e de síntese recapitulativa, típicas da clínica psicológica e da clínica médica. É uma prática de modelo médico em andamento, onde "paciente", "caso" e "cura" são as designações que indicam o modo de aprendizagem deste campo (Fedida, 1985, pg1142).

Como exemplo, faz parte do que se chama "supervisão oficial", da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro _uma instituição filiada à IPA_, o compromisso, que os candidatos devem estabelecer com seus analisandos, de que se faça pelo menos cinco sessões por semana (Doin e outros, 1986, pg3); os membros desta sociedade, porém, questionam esta regra, mas com a peculiaridade de que este questionamento se refere ao número 5, ou seja, discute-se a possibilidade de atenuar esta exigência, diminuindo a quantidade obrigatória (idem, pgs12-13 e 14). Coisas do mercado de trabalho, que levam a mudanças ... técnicas. Tenta-se resolver objetivamente os problemas

decorrentes da prática clínica, sem procurar entendê-los a partir do campo psicanalítico.

Falando sobre a necessidade de a prática da supervisão estabelecer um espaço adequado para facilitar o fluxo do processo, Marcelo Blaya Perez enumera, entre as condições que propõe para que isto seja obtido:

"...[quanto] ao tipo de paciente a ser usado pelo supervisionando..." (Perez, 1991, pg 5)

Mais adiante, o mesmo autor, no mesmo texto, diz que:

"O postulante à supervisão, ... apresenta-se para o primeiro encontro e diz ao supervisor que gostaria de utilizar um paciente de sua clínica que ..." (Idem, pg 6)

Trata-se mesmo de um contexto de uso, de utilização, tanto dos "pacientes" quanto dos "postulantes". O supervisor _tal qual um oráculo moderno_ seria um acumulador, ao longo de anos de experiência, de técnicas que, se bem utilizadas, presumidamente lhe permitiriam lidar com entraves psíquicos. Através deste poder que o repertório técnico lhe proporciona, ele controla, robotiza, escraviza, massifica e desindividualiza. A técnica é amorfa, sem plasticidade; é sucedânea do positivismo, supostamente neutra e sem valoração, desde que se faça a escolha adequada para a situação.

O desejo de alcançar a mesma posição que o saber propicia, faz com que este aprisionamento se mantenha, assim como a imagem de competência, e com que o supervisionando se ofereça para adiestramento, obedecendo aos rituais da supervisão que assim é impingida.

Há situações em que um controle, longe de ser imposto pelo supervisor, é exigido pelo supervisionando. Por exemplo, analistas inseguros diante de complexos atendimentos aparentemente inexplicáveis _principalmente pela sua inserção numa poderosa estrutura de campo, o campo transferencial_, sendo ou não iniciantes, demandam um controle que consideram necessário para que não se sintam perdidos; analistas que exigem um pseudo controle que lhes permita controlar o supervisor nomeado, para garantir aceitação institucional, já que ser reconhecido pela autoridade significa receber autorização como analista. São muitas as possibilidades, sempre presentes, de ganhos secundários a serem obtidos por quem demanda que se exerça controle sobre sua prática psicanalítica. O preço é a não-relação, o não-encontro, o monólogo, o isolamento, a solidão, o vazio. Quanto mais se aceita este esquema, mais ele se

aprofunda: mais controle, mais técnicas, mais regras a aprender, menos espaço para investigar e criar.

3.2.7 - FREUD SUPERVISOR

Pioneiro do movimento psicanalítico italiano, Edoardo Weiss (1889-1970), foi obrigado, em 1938, em função do poder crescente do fascismo, a abandonar sua terra natal para refugiar-se na América, deixando em Roma um número mínimo de seguidores da doutrina freudiana.

Weiss tinha um analisando que, depois de dois anos e meio de trabalho analítico, vivia muito melhor do que quando começara a análise. No começo do ano de 1923, ele foi em viagem de núpcias à Viena, onde quis se encontrar com Freud, para informá-lo pessoalmente de sua história e para lhe agradecer o sucesso do processo a que se submetia e que era inspirado nas idéias freudianas; teve duas consultas e ainda foi convidado a participar de uma reunião da Associação Psicanalítica de Viena. Nestes encontros, Freud o aconselhou a interromper seu tratamento com Weiss, considerando-o curado; obedecendo, ele viu alguns de seus sintomas reincidirem fortemente. Voltou a se tratar com Weiss, mas desta vez com pouco sucesso, o que nele despertou sentimentos hostis para com Weiss, Freud e a psicanálise. Weiss escreve a Freud, informando-o da transferência negativa e da falta de produtividade terapêutica consequente. Freud responde:

"...sua interpretação certamente é a correta. Na explicação somente está omitido o motivo impulsador...Não se pode decidir com segurança como terminará a situação; esperamos que o senhor mantenha a supressão...; pode-se supor um elevado sentimento de culpa...e também falar dele..." (Cowan e Pratts, 1979, pág.19-

201

Weiss tenta seguir as indicações de Freud mas sem conseguir frutos; percebe que Freud não o alertara para certas nuances importantes que passaram a se mostrar nucleares para o trabalho com o analisando. Este acabou por abandonar a análise, em "estado de ira", tendo inclusive de ser internado com grave crise de enfisema pulmonar.

Cerca de dez meses mais tarde, Freud escreve a Weiss informando ter recebido carta insolente do paciente, e dizendo:

"...talvez deva extrair-se desta experiência a advertência de...não solicitar colaboração de um paciente antes que termine a

cura...muitos pacientes se curam a insultos (como foras de abandonar a análise) ou o senhor teve a má sorte de tropeçar com um paranóico istente...; ao curar a neurose, liberou-se...a afecção mais grave...e contra isto não há proteção alguma." (Idem, pg22)

Vemos aí um Freud que supervisiona interferindo na realidade do analisando _contrariando o que dissera várias vezes antes³²_, interpretando-o e diagnosticando-o. Mais que um aconselhador, é um chefe que domina e intervém no trabalho do supervisando, alguém que comanda e que "sabe".

Weiss, comentando os acontecimentos, fala sobre o que teria aprendido com a interpretação de Freud e sobre o que deveria ter feito e não fez. Em nenhum momento questiona as interferências do mestre ou se revolta com elas. Mostrou-se assim um supervisando submisso, que acata qualquer atitude de seu supervisor, por mais contundente e interventora que seja.

Sendo de 1923, quando Freud já tinha, aos 67 anos de idade, uma fama suficiente para fazer com que fosse permanentemente procurado para dar sugestões e conselhos a respeito de situações clínicas de colegas respeitosos, este fragmento serve bem de exemplo para informar o estilo com que Freud trabalhava como supervisor. Sim, porque se trata claramente de um trabalho de supervisor, tarefa que Freud parecia apreciar bastante.

3.2.8 - AS MINUTAS

Freud supervisionava os discípulos com supervições coletivas, por cartas trocadas, em artigos considerados técnicos, e até com pai que fazia as vezes de analista do filho (Benetti, 1993, pg41).

Mas talvez o lugar onde a supervisão ficava mais marcada como tal, era nas famosas reuniões das quartas-feiras, que, apesar da diversidade de temas e formas utilizadas, eram quase sempre supervições freudianas (Ascher e Masson, pg159).

Iniciadas em 1902 por sugestão de Wilhelm Stekel, que fora analisando de Freud, estas reuniões _ que somente passaram a ser registradas a partir de 10 de outubro de 1906_ tinham por objetivo discutir problemas psicológicos, ou seja, eram de uma amplitude total, tudo se podendo fazer no campo da psicanálise.

³²Ver capítulo 2 da Parte 1.

Saindo de Viena em 1938, fugindo do nazismo, Freud confiou os manuscritos originais dos encontros a Paul Federn, então presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena, mas este também acabou se exilando, e antes de falecer _em 1952_, entregou-os a Herman Nunberg _que morreu em 1970_, que foi quem conseguiu começar a publicá-los _em 1962_, com a parceria de Ernst Federn, filho de Paul, e tradução feita por sua mulher, M. Nunberg. Estes rascunhos foram publicados _com o nome de Minutas da Sociedade Psicanalítica de Viena_ em 4 volumes, que vieram a público respectivamente em 1962, 1967, 1974 e 1975 (Nunberg e Federn, 1962, 1967, 1974, 1975).

Inicialmente informais, as reuniões foram realizadas na casa de Freud até 1910, quando a Sociedade Psicanalítica de Viena _que havia sido formada em 1908_ passou a se organizar menos amadoristicamente. De 1902 a 1906, estas reuniões _sempre às quartas-feiras de noite_ não deixaram registros, mas em 1906 Otto Rank foi contratado para secretariá-las, o que fez muito bem até 1915, quando teve de ir para o front da 1ª Guerra Mundial. De 1915 a 1918 as minutas ficaram fragmentárias e desinteressantes e de 1918 a 1933 apenas burocráticas, sem nenhum valor para a história da psicanálise. Em 1938, com a invasão da Austria pela Alemanha nazista, dissolveu-se a Sociedade.

Não se poderia intitular estes encontros, pois falava-se de tudo: dos analisandos, das dificuldades psíquicas dos participantes, de suas fantasias, de suas lembranças, da teoria psicanalítica, da comunidade científica, etc³³. Pode-se afirmar que, no início, a participação era um ato de ousadia, na medida em que a sociedade da época criticava asperamente e ridicularizava Freud e suas idéias, a ponto de alguns não quererem publicar textos psicanalíticos, enquanto outros o faziam sob pseudônimo.

As complicadas discussões eram sempre conduzidas por Freud, que

"...nunca perdeu controle do grupo como um todo...Com incomparável superioridade ele sabia como lidar com estas pessoas inteligentes mas emocionais. Ele era sempre capaz de colocar ordem no caos e acalmar os espíritos excitados. Frequentemente, com uma

³³A reunião de 15 de janeiro de 1908, por exemplo, é aberta por Rudolf Von Urbanischitsch _médico dono de clínica, que nesta ocasião ainda não frequentava a sociedade das quartas-feiras como membro_, que descreve seu desenvolvimento sexual até a época de seu casamento. (Nunberg e Federn, 1962, pg281)

observação, uma palavra, ele conseguia mostrar o ponto essencial de um problema....Dava a todos completa liberdade de expressar suas opiniões, mas não permitia que as discussões corresse sem rumo. Ele as dirigia com admirável habilidade, permanecendo sempre objetivo....Ele era extremamente tolerante com as convicções e idéias dos outros...Somente quando ficava evidente (para ele) que o edifício de sua psicanálise estava ameaçado, ele intereria inexoravelmente."(Nueberg e Federn, 1962, pgxxxiv)

Estas palavras devem dar uma idéia do lugar ocupado por Freud neste contexto. Ele era o centro, o núcleo, de tudo que se fazia em torno da psicanálise, e mantinha esta posição muito firmemente, mas também bastante paternalmente. Muitos se viram excluídos do grupo por tentarem se chocar com os conceitos que ele considerava essencial manter, para que não se desfigurasse a psicanálise em seus princípios básicos. Freud zelava pelo seu filho.

Elogia Nueberg:

"Somente um homem com tal visão poderia descobrir e ver as leis governando o intrincado labirinto da mente humana....Seus adeptos não podiam ver tudo o que ele via; eles não tinham sua visão"(Idem, pgxxxvi)

Nueberg aí talvez estivesse tendo uma boa visão do futuro, já que ele acentua amplamente a excepcional visão _a super visão_ que Freud tinha para os acontecimentos psíquicos.

Mas Freud não parecia ser megalômano:

"...como funcionava a mente de Freud...; observação combinada com arrojada fantasia limitada criticamente, uma necessidade de causalidade, de sistematização e integração. Ele não era um racionalizador de desejos ["wishful thinker"]; ele examinava criteriosamente o complicado material que se apresentava diante dele pelos seus alunos, até poder ver a realidade por trás da fachada. Ele não se comprometia enquanto não visse a verdade."(Idem, pgxxxix)

e sim muito cauteloso em afirmar "verdades". Freud inclusive usava muitos exemplos para mostrar suas idéias a respeito do que estivesse em discussão, fosse teoria ou trabalho prático(Idem, pg10).

Somente em 6 de novembro de 1907 aparece uma primeira apresentação de um atendimento; é Freud que apresenta o "caso do Homem dos Ratos", para ser discutido pelos presentes. Nas discussões observa-se que foram levantadas muito poucas questões clínicas, e, quando o fazem, todos dizem o que acham

que deve ser feito, sem tentar explicar os acontecimentos em função do contexto. Havia, além disso, ansiedade por respostas generalizadoras, que trouxessem soluções teóricas para possibilitar a compreensão do que se estava relatando. Depois de algum tempo em que se fez bastantes comentários, Freud tomou a palavra e respondeu a todos, na ordem das perguntas. A leitura das intervenções deu a impressão de ter havido alguma inibição pelo fato da situação clínica ter sido trazida pelo mestre.

Na reunião de 20 de novembro de 1907, a apresentação clínica é de Wilhelm Stekel. As discussões voltam a enfatizar questões teóricas, em detrimento da singularidade da situação clínica; parece-me que a idéia subjacente era a de que seria melhor para o analisando se seu analista se aprimorasse teoricamente. Faz parte do ritual elogiar o analista-apresentador, Freud à frente; talvez a inexperiência de todos em relação à psicanálise o levasse a incentivá-los. Os participantes fazem pequenas intervenções, Freud discursa longamente, dando verdadeiras aulas sobre teoria psicanalítica, e fazendo críticas do tipo

"...os sonhos não foram interpretados com precisão..." (Idem, pp30).

Stekel, o analista em pauta, não fazia parte das discussões, a não ser para informar sobre algumas reflexões teóricas que fez. Muito poucas eram as tentativas de encontrar explicações em termos localizados, isto é, em relação ao analisando, à sua história e às suas tendências, buscando-se quase invariavelmente, em termos teóricos, "elucidar plenamente o caso" (Idem); parece-me uma visão detetivesca da psicanálise, onde se procurava descobrir o que havia por trás dos acontecimentos. Freud, autoridade máxima, dava exemplos ilustrativos para o que achava em relação a cada questão levantada. Apesar das muitas críticas às idéias em pauta, desta vez ninguém disse, em momento algum, o que deveria fazer o expositor; talvez tivesse frutificado inconscientemente o exemplo de Freud.

O analista ficar um pouco à parte da discussão pareceu-me significativo; nesta época, sequer havia sido percebido o que somente três anos depois Freud iria chamar de contratransferência, de modo que a postura básica do analista de então era a de um observador externo, neutro. A atitude detetivesca talvez tivesse a função de ajudar a produção

elaborativa, já que o trabalho de investigação certamente era útil para auxiliar a elaboração e treinar a elaborar; mas, principalmente, tinha uma conotação estrutural, na medida em que estabelecia uma ênfase específica de trabalho "a posteriori". Em outras palavras, é o trabalho de busca de significações depois das sessões que aí se mostra iniciante. Isto parece ser corroborado por não se tentar formular atitudes técnicas apriorísticas a serem seguidas. Os exemplos que Freud introduz parecem implicar na recorrência permanente à experiência vivida, como fonte de busca de significados que permitam elucidação teórica dos eventos clínicos. Finalmente, a posição ocupada por Freud, um "sujeito suposto saber", parece indicar o lugar da transferência que caracteriza as figuras de analista, de supervisor e de professor, cada um com suas especificidades; o que apenas mostra que se está num campo psicanalítico.

Na semana seguinte, Stekel é novamente o expositor. Após a apresentação, Freud adianta-se e primeiro elogia, para depois fazer seus comentários. Ele se esmera em buscar significações inconscientes da infância e da sexualidade, introduzindo a noção de transferência do analisando para o analista. Como mestre inquestionável, ele diz o que está certo e o que está errado:

"A descrição do sintoma, os ativos para ficar doente, foram reconhecidos e apresentados corretamente. Mas Stekel não mostrou claramente o mecanismo..." (idem, pg 250)

Procura-se a verdade:

"Mittels suspeita que o paciente mentiu para Stekel." (idem, pg 252),

mas com ressalvas:

"Mitschmann afirma enfaticamente que o bom resultado não é prova de que a análise foi feita corretamente" (idem, pg 253),

e faz-se afirmações arbitrárias:

"...o desagrado das crianças pela mãe, em muitos casos, recua para o fato de que ela não os alimentou." (idem, pg 252)

Freud se mostra bastante enfático na exigência de maior precisão para justificar as explicações dadas. Não aceitando arbitrariedades, ele sempre exige explicações para os mecanismos que indicam o funcionamento psíquico do analisando; não as havendo, ele as dá. Creio que, mesmo quando se coloca como mestre que sabe o que está certo e o que está errado, o que o move é a vontade de implantar um sistema de incentivo à

investigação, na medida em que seus adeptos são ainda muito crus em matéria de lidar com razões inconscientes para os eventos que narram.

Em 29 de janeiro de 1908, é a vez de Alfred Adler fazer uma longa contribuição. Embora continuando a ocupar mais espaço que os outros, Freud desta vez restringe-se ao que considera o ponto mais importante, o problema da escolha da neurose, discorrendo teoricamente a respeito. Os demais participantes dizem coisas do tipo:

"As idéias usuais de grandeza geralmente retornam ao pai." (Idea, pg 293).

isto é, generalizam empiricamente.

Mas também buscarse _eles e não mais somente Freud_ substancialização teórica, ou seja, procura-se entender teoricamente os acontecimentos clínicos:

"Os argumentos teóricos não são fundamentados pelo que foi apresentado" (Idea)

Mas, o que parece mais interessante, para o escopo deste texto, é que os adeptos de Freud pareceram ter absorvido uma importante lição do mestre, já que não se admite mais afirmativas que não sejam elucidadas em função dos dados apresentados. Exigir-se significações:

"...Adler falhou em elucidar a circunstância em que o paciente somente pode se relacionar sexualmente com prostitutas se elas estiverem vestidas." (Idea)

Outra vez Stokel expõe uma situação clínica em 21 de outubro de 1908, onde se destaca a tentativa de encontrar diagnósticos precisos, de achar verdades, valorizando os significados hipotetizados, como se definitivos fossem. Freud intervém:

"Deve-se censurar um pouco o orador pelo fato de que ele introduz pronunciaamentos surpreendentes com 'como todo mundo sabe' -um maneirismo jornalístico...que não é, entretanto, de maneira nenhuma, sempre tóxico..." (Numbers e Federn, 1967, pg 19)

Freud também critica o apego a dados, a narrativas exatas:

"...o professor Freud pede ao orador para desistir de uma parte de sua técnica, isto é, de registrar literalmente tudo que o paciente diz...muitas das associações...são elaborações secundárias...e trata-las da mesma maneira que as valiosas poderia facilmente dar a impressão de falta de julgamento..." (Idea)

Em 4 de novembro de 1908, Freud alerta:

"...o paciente nada ganha se o médico confronta-lo diretamente com seus complexos (análise direta); pois mesmo quando um paciente eventualmente se dá conta da solução correta, ele a rejeitará se tiver alguma chance para isto." (idem, pg35).

procurando então ensinar como se trabalha analiticamente.

A reunião de 9 de dezembro de 1908 é marcada por algo raro de ser observado nestas discussões:

"...o professor Freud comenta...obviamente, o homem está infeliz por ser um judeu e quer ser batizado. (Neste ponto Wittels observa que o paciente é um judeu fervoroso)... (idem, pg74).

Ou seja, o feitigo se virando contra o feiticeiro, Freud considera óbvio o que talvez não o seja sempre. O mestre também se engana. Que bela lição.

A lição prossegue, já que, em 3 de fevereiro de 1909, comentando uma apresentação feita por Adler, Freud discorre sobre vários atendimentos que fizera com diagnóstico semelhante ao do analisando do narrador, contando alguns insucessos e deles extraindo reflexões clínico-teóricas. (idem, pgs128-129)

E assim vai. Freud faz muito de tudo nestas reuniões. Ensina, teoriza a clinica, limita excessos interpretativos, exige seriedade, requer aprofundamento permanente, inibe reflexões apressadas, alerta para possíveis enganos, controla e lidera, acalma ânimos, aponta o essencial e evita o supérfluo, exemplifica, conta fragmentos de seus atendimentos, incentiva os que se iniciam, censura, elogia, propicia espaço para a palavra de todos, engana-se, revela seus fracassos, etc.

Se lembrarmos que estas reuniões deram partida, e provavelmente serviram de modelo, pelo menos em princípio, ao movimento psicanalítico que se difundiu por todo o mundo, convém perguntarmos: que lugar é este ocupado por Freud?

Nesta passagem meteórica que empreendi por algumas poucas reuniões em que se tratava de situações clínicas a serem debatidas pelos psicanalistas que tiveram o privilégio de conviverem com ele de forma tão íntima, tão constante e por tanto tempo, é flagrante a posição sem paralelo em que se situava. Mesmo se tentarmos nos abstrair _tentativa puramente retórica_ da genialidade pioneira que nos brindou com algo totalmente novo e criativo, ficaria a pergunta: que lugar é este?

O famoso tripé de transmissão da psicanálise parece-me insuficiente para abranger todas as funções por ele exercidas e

que modestamente foram acima apontadas. Analista mor, professor primeiro, super-visor? é pouco.

Deixando no ar esta fascinante questão histórica, que me parece interessar aos que se envolveram e se vincularam com a descoberta infindável da psicanálise, retornemos ao contexto do trabalho psicanalítico que aqui se estabeleceu permanecer com a denominação de supervisão.

Não estaria aí, nesta profusão de vias possíveis indicadas por Freud, um indicio para que se considere um lugar especial e específico? Um lugar amalgamador, combinador, entrelaçador, onde se estaria tentando dar conta, na medida do possível, do que se passa na análise. Da experiência clínica à teoria generalizadora, do ato analítico à complexa trama conceitual que o justifica, da análise ao estudo, da vivência ao campo da razão.

E se chamássemos este lugar de lugar da supervisão?

Assim fazendo, ao invés de criar nova designação, estaríamos utilizando algo já existente, apesar de todas as contradições e confusões que a ela já estão associadas, e, com isto, poderíamos aproveitar as importantes lições que nos são transmitidas pelas considerações acima feitas.

Haveria possibilidade de conseguir com que este lugar, ao invés de se pautar por hierarquia _a meu ver absolutamente necessária no início da história da psicanálise_, tivesse suficiente abertura para dar conta, de forma diferenciada e típica de um campo psicanalítico, do que se considerasse importante abordar?

É uma tentativa neste sentido que passo a descrever, comentar e justificar.

3.3 - UM ESTILO

3.3.1 - APRESENTAÇÃO

A forma de supervisionar que aqui é apresentada baseia-se numa estrutura a estrutura do campo transferencial, numa atitude a busca permanente de significações para o que é suscitado pela inserção neste campo, e num método o método de trabalho "a posteriori".

Considera-se, neste contexto, que a mola propulsora de todo o processo analítico é dada pelas inquietações que o analisando traz para a situação analítica. No método da anamnese, próprio do modelo médico de tratamento, o médico indica o caminho a ser seguido na relação, na medida em que introduz questões que, ao serem respondidas pelo paciente, lhe permitem fazer diagnósticos adequados aos cuidados eficientes que vai tentar ter com a doença.

No método da associação livre, exclusivo do campo da psicanálise, o analista, ao contrário, não introduz previamente a direção do processo, aguardando que o analisando ponha em voga o que puder.

O analista portanto, ao utilizar este método, está em função do analisando, sendo então obrigado a seguir o caminho que este lhe impõe, passando a fazer parte integrante de um campo psíquico.

Instaurado pelo analisando, mas estabelecido e estruturado pela relação entre os dois, este campo o campo transferencial constitui-se então a partir da maneira de ser do sujeito que busca ajuda. Com isto, quaisquer acontecimentos que nele ocorram ou que dele derivem, podem ser associados ao funcionamento inconsciente do analisando, tal como fazemos com sintomas, sonhos, atos falhos ou todas as outras manifestações do sujeito com quem lidamos analiticamente. Aliás, como vimos na primeira parte deste trabalho, foi com uma reflexão deste tipo que Freud instituiu a associação livre como método de trabalho.

Trata-se então de um campo instaurado pelo analisando, apoiado no sofrimento que o aflige e nas expectativas que traz, ou seja, na sua história. Seu encontro com o analista, marcado por esta história, tem como veículo de circulação descobrimos com Freud a transferência.

Este campo que vai se formando é marcado então, em sua estrutura, pela transferência. Nele, o analista está irremediavelmente envolvido, sem neutralidade possível. Sua história, sua vida afetiva, ali está presente, tanto quanto a do analisando, transferindo igualmente. Ao observar os acontecimentos ocorridos neste campo, podemos reconhecer tramas inconscientes dos personagens que objetivamente o estão constituindo, isto é, podemos reconhecer os jogos transferenciais em ação.

Este campo, assim organizado, é um campo transferencial, na medida em que é um campo psíquico e um campo estruturado a partir da noção de transferência, ou seja, é a transferência que acreditamos que o organiza. Quando trabalhamos com o campo transferencial, investigamo-lo como tal, isto é, como um campo em que as significações obtidas em caráter eventual, o são basicamente em função do reconhecimento deste jogo de xadrez transferencial.

Mas, não podemos esquecer, é um jogo que começa a ser jogado pelo analisando; é em função dele que em última instância se busca significações, é ele que ali vai buscar e desenvolver como sujeito, mesmo que isto possa também ocorrer com o analista, em caráter secundário, não privilegiado.

O trabalho de supervisão em pauta, tenta investigar permanentemente este campo transferencial. São deste campo as significações que estarão sempre sendo buscadas. E é este desabrochar de sujeito, para o analisando, que estará em causa nesta busca, pois o analista-supervisando pode ser encarado como veículo privilegiado por estar constituindo igualmente este campo da presença do campo transferencial na situação de supervisão. Esta situação, neste lugar, fica portanto impregnada da estrutura trazida pelo supervisando, tanto no conteúdo quanto na forma de sua narrativa.

O supervisando, sendo o analista que constitui, junto com o analisando, um campo transferencial, escolhe e narra, em sua supervisão, os acontecimentos que viveu em função da análise de seu analisando, e a eles se tenta dar uma significação que permite reconhecer como se estrutura este campo transferencial. Trata-se basicamente de uma busca "a posteriori", onde se tenta elaborar estes acontecimentos.

Tudo de cada um e dos dois que acontece na e em torno da análise, pode ser remetido a esta busca permanente de significação no campo transferencial. Esta investigação

constante e sem fim é que vai permitir a paulatina ordenação representativa, caracterizando a inscrição no registro do simbólico, e tentando dar conta do transbordamento pulsional indicado pela repetição sintomática das idiossincrasias do analisando.

Interpretar, construir, esclarecer, apontar, marcar, cortar, pontuar... são muitas as maneiras pelas quais se pode trabalhar e que vão levando a uma diminuição das resistências do analisando. Cada analista escolhe as suas, de acordo com sua escola, seu grupo continente, seu estilo. Mas, nem a inclusão nem a exclusão de uma ou de outra delas garante que sua atuação se caracterize como sendo psicanalítica. O que lhe permite permanecer como analista, num lugar de analista, é a possibilidade de agir de uma forma que esteja em acordo com suas vivências clínicas como analisando que foi ou que ainda é, e como analista que é e com seus conhecimentos teóricos, e não pela utilização adequada de estratégias técnicas. Em outras palavras, o analista também tem de se inscrever como tal no campo do simbólico, necessitando igualmente estar sempre buscando significações para os eventos constituidores desta sua inserção.

O processo analítico de busca de inscrição para o que ainda não foi inscrito, não tem garantias de sucesso. Esta busca permanente de significação na supervisão também não o tem; é uma possibilidade com que temos de contar sempre neste trabalho. Isto não o impede porém; talvez, até pelo contrário, o instigue.

A supervisão então, é o lugar onde se está permanente e exaustivamente em busca de significação para as narrativas do supervisando, isto é, do analista, no contexto do campo transferencial composto por analisando e analista.

Logo surgem algumas consequências deste quadro.

Quando se busca significações, não se vigia nem se fiscaliza nada, não havendo certos nem errados naquilo que é narrado, nem se podendo aconselhar algo que se considerasse correto fazer. A idéia é de o supervisor, ao invés de especular sobre se o que foi narrado da análise deveria acontecer de outra maneira, exercer a tarefa de ajudar o supervisando a tentar buscar significações para estes acontecimentos, no contexto do campo transferencial, não lhe cabendo portanto como atribuição apontar para uma atuação analítica esperada, idealizada, corteta.

Consequente a esta forma de buscar, evidencia-se um método de trabalho dado pela idéia de que esta busca é feita sempre "a posteriori". Os acontecimentos são examinados não para prevenir ou indicar caminhos a serem seguidos na atividade posterior do analista e sim para neles buscar sentidos estruturadores que, entretanto, não permanecem fixos de um campo transferencial que queremos conhecer e elaborar.

— Estas considerações não obrigam, porém, a que o lugar da supervisão se sistematize de forma monolítica. Vimos, no item anterior, o eclétismo com que Freud organizou suas reuniões das quartas-feiras; o que estamos chamando de supervisão talvez também possa se encaixar numa visão eclética de trabalho. Discussões clínicas, teorização dos eventos clínicos, questionamentos teóricos, leituras diversas sobre psicanálise ou sobre qualquer assunto que se mostre associado; tudo enfim que for considerado como necessário pelo conjunto formado por supervisor e analisando(s) para dar conta das investigações iniciadas a partir do campo transferencial que de alguma forma é inculcado pelo analisando.

O estilo que se está tentando descrever permite que todas estas coisas se façam, desde que não se perca o olho no que privilegia. Nos próximos itens, em função de contribuições de vários autores para o tema da supervisão, serão um pouco aprofundadas algumas destas diversas possibilidades.

Ao falar da transferência inevitável que ocorre na supervisão, autores questionam se isto não causaria uma superposição de tarefas entre análise e supervisão, o que tornaria esta dispensável. Embora reconhecendo a inevitabilidade da transferência, em qualquer que seja a relação, inclusive na de supervisão, o trabalho com este estilo faz com que a transferência na situação da supervisão deixe de constituir uma preocupação, já que os indícios disto se incorporam ao método proposto. Isto significa que se estará sempre procurando entendê-los como fazendo parte da presença, simbolizada na supervisão, do campo transferencial que se investiga e que é introduzido por uma digamos espécie de associação livre do supervisando.

Diz Lacan:

"...pelo fato de que ... puderam reprochar ao meu seminário de ter, em relação à minha audiência, uma função considerada, pela ortodoxia da associação psicanalítica, como perigosa, por intervir na transferência... Isto indica que a causa do inconsciente, causa

a ser sustentada, ... deve ser fundamentalmente concebida como a causa perdida. E é a única chance que temos de ganhá-la."

(Lacan, 1964, pg122)

A possibilidade da supervisão poder estar servindo como uma demanda disfarçada de análise não deve causar maiores transtornos, pois é uma demanda jamais atendida, pela própria maneira como se dá esta supervisão, ou seja, tudo é incorporado à busca de sentido inconsciente em referência ao campo transferencial abrangendo analisando e analista; em consequência, o supervisando acaba por ter de abandonar a supervisão que não lhe oferece o que estaria querendo obter consciente ou inconscientemente, ou então acaba aceitando o lugar de supervisando, adotando como método de trabalho esta busca incessante.

Não haveria então necessidade de dizer o que o supervisor Conrad Stein pensa dizer para seu supervisando:

"Eu não sou seu analista" (Stein,

1988, pg232)

as formações inconscientes do analista, se mencionadas na supervisão, são sempre incorporadas à tentativa de compreensão da estrutura do campo transferencial no qual se insere junto com seu analisando.

O estilo de trabalho aqui anunciado, entretanto, leva a supervisão a ter duas características básicas.

Por um lado deixa de ser, necessariamente, mais um lugar de aprendizagem, de treinamento, e sim, primordialmente, um espaço de busca de significações para as pulsações, quaisquer que sejam.

Por outro, este processo contínuo de busca de significação para quaisquer eventos da sessão entre analisando e analista ou da reunião entre supervisando e supervisor, leva a uma forma psicanalítica de supervisionar; a mesma estrutura de trabalho da análise encontra-se na supervisão, sem nenhuma superposição. Enquanto na análise do analista lida-se com a investigação de seu desejo, com a busca de significação para o que narra de sua inserção no mundo, tendo como referencial crucial o campo transferencial que estabeleceu com seu analista, na supervisão do analista lida-se com a busca de significação para o que narra de sua relação de análise com seu analisando, em termos do campo transferencial que com ele constitui.

Fortanto, na supervisão, tudo se referencia, em última instância, ao campo transferencial instituído pelo analisando do analista que se supervisiona.

Mas, o que até agora foi dito, não impede a possibilidade de surgirem atrasamentos insuperáveis no trabalho de supervisão. Todas as dificuldades possíveis, quaisquer que sejam as formas e as origens, são colocadas sob um mesmo manto, o manto da suportabilidade. O estilo aqui exposto pode se manter ativo enquanto o supervisor suportar ficar num lugar em que, para quaisquer acontecimentos, se remete ao campo transferencial da narrativa. Se não o suportar quaisquer que sejam as razões que estiverem levando a isto, ele terá de abrir mão de ocupar este lugar.

Isto não é diferente do que ocorre com o analista, que se mantém no seu lugar de analista enquanto suportar, para quaisquer eventualidades, continuar a buscar significação para elas no campo transferencial de que faz parte integrante, para poder utilizar os instrumentos disponíveis da psicanálise, ao invés de agir interativamente como qualquer sujeito.

3.3.2 - SUPERVISÃO OU ANÁLISE

Diz Mijolla:

"...há...adolescentes que se casam imediatamente após sua adolescência para não ter de deixar sua família, e o casamento não é uma sudança. Da mesma forma, há pessoas que se precipitam para as supervisões para prolongar, de qualquer maneira, sua análise.

(Satrnoff, 1989, pg153)

e Berlinck corrobora:

"O analista procura uma supervisão para...aprofundar sua análise..." (Berlinck, 1994, pg13)

Parece-me perfeitamente viável que as coisas assim se passem. Da mesma forma que um casamento adolescente deste tipo não deixa de ser um casamento que pode ou não dar certo, uma supervisão assim iniciada não deixa de ser uma supervisão, com todos os procedimentos que a caracterizam como tal, podendo ou não ter sucesso.

Stein, tentando fazer uma diferenciação entre análise e supervisão apesar de vir afirmando que elas deveriam coincidir, afirma que na supervisão não há estabelecimento de neurose do transferencial tal como na análise. A supervisão

seria, para ele, o lugar das transferências [no plural], e deveria haver uma

"...justa apreciação pelo supervisor de suas próprias implicações na situação de controle..." (Stein, 1989, pg24)

Justamente porque não se trata de uma relação de análise e sim de supervisão, é que não há necessidade do supervisor se preocupar com isto; nem a transferência ou as transferências³⁴ nem como está implicado na supervisão, necessitam serem alvos de seu interesse específico. Basta que sejam encaradas como integradas ao campo transferencial em investigação, para que não se precise exercer nenhuma vigilância especial.

Zaltzman que diferencia análise e supervisão dizendo que na primeira a transferência é para o analista e na segunda é para a psicanálise (Zaltzman, 1989, pg47) acredita que a confusão entre os objetivos da análise e os da supervisão, seria causada por haver, na supervisão, uma "familiaridade regulamentada" e uma ausência de elaboração teórica (idem, pg44). Esta familiaridade, isto é, este empirismo que ela vê no trabalho de supervisão, estaria diretamente ligada à sua regulamentação, ou seja, ao fato de a supervisão não ser convenientemente teorizada, mas, ao contrário, apenas obedecer a hábitos estabelecidos. Já vimos acima, porém, que a não regulamentação da supervisão poderia estar apontando para um ecletismo altamente vantajoso de possibilidades de funções.

Zaltzman provoca interessante discussão: o primado da análise pessoal indiscutível faria com que a demanda da supervisão, e todos os acontecimentos dela decorrentes, inexoravelmente tivessem que derivar desta análise?

Ela cita Stein:

"...as questões que um analista se coloca, tanto na sua análise como na sua prática, têm a ver, em primeiro lugar, com sua análise....é mesmo em razão da dificuldade de sustentar a prioridade de sua análise que o analista enceta um controle, colocando nesta prática todo o peso de escolha que fez de vir a ser analista, sem ter realmente tido ocasião (ou o desejo) de explorar as questões que em princípio têm a ver com sua análise" (idem, pg45)

Discordando de Stein o que Rabain também faz (Rabain, 1989, pg69) diz ela que:

³⁴Stein parece contrapor, aí, "transferência" como neurose de transferência e "transferências" como maneira de ser.

"O primado da análise pessoal na transmissão da psicanálise, não exclui que o acento...se desloca de suas prioridades subjetivas às prioridades de seus analisandos, prioridades estas que provocam problemas e atividade de reflexão que não se referem prioritariamente à sua própria análise...A formação de um analista através da sua prática do controle... desenvolve seu direito e sua disponibilidade para se interessar às problemáticas e aos conflitos que não são mais prioritariamente os seus, ou que não se misturam mais com os seus" (Zaltzman, 1989, pg 45)

A tendência a lidar com misturas e separações pode levar a atividades complicadas:

"...a demanda terapêutica, subtraindo-se à análise, transporta-se clandestinamente para a demanda de controle...Algumas vezes, a mediação de um material traz a possibilidade limitada de um acesso analítico, discreto e indireto, lá onde a análise do analista encontrou resistências, defesas, insuperáveis. Mas, a carga de manobra nesta situação analítica não reconhecida como tal, fica limitada, suspensa diante da possibilidade de o analista ao controle se reapropriar de suas necessidades interiores, sem as amalgamar com uma preocupação de formação." (Idem, pg 50)

Ou seja, para tentar lidar com a preocupação pela possível mistura clandestina de análise e supervisão, acaba-se por inventar formas clandestinas de trabalho semi-psicanalítico, "discreto e indireto".

Stein propõe algo que também me parece complicador:

"...a preocupação do controlador de vigiar a especificidade do controle..." (Idem, pg 82);

"...a preocupação do supervisor é, evidentemente, velar pela especificidade da supervisão." (Stein, 1988, pg 232);

já que institui o supervisor no papel de vigia _atento e alerta_, que vela para que seu espaço não seja invadido.

Mijolla chega a recomendar que o supervisor resista à lisonjeira e megalômana cilada que lhe é armada pelo supervisando ao tentar instituí-lo como arremedo de analista (Mijolla, 1989, pg 126), também partidário, portanto, de uma postura fiscalizadora para o trabalho do supervisor.

NÁ, entretanto, quem ache que à supervisão

"...falta em geral...a disciplina da regra fundamental, o que implica, da parte do supervisor, que ele não opere com interpretações..." (Barros, 1989, pg 22);

considerando, portanto, que, pelo fato de não operar com interpretações no espaço da supervisão, o supervisor estaria

alijado de um campo psicanalítico, onde impera a regra fundamental da associação livre.

Na supervisão, é verdade, não se interpreta, pois

"Quando a interpretação deixa de se ligar à análise do analista, ela se converte num discurso para convencer e, com isso, perde sua função de revelação." (Mannoni, 1988, p.89)

A ausência de interpretações, exclusivas do contexto de análise, não impede porém que o supervisor seja psicanalista e aja como tal; da mesma maneira que, nas primeiras teorias freudianas, sintoma na patologia e sonho no estado de sono, são frutos do mesmo processo de recalçamento, o analista na análise e o supervisor na supervisão, trabalham igualmente com processos psicanalíticos. Em outras palavras, o supervisor tenta buscar significações e ajuda a que as interpretações se aprimorem, mas sempre em referência ao campo transferencial, o que não o expulsa do campo psicanalítico; ao contrário, seu trabalho é assim mais psicanalítico do que nunca.

Rachel Stajnbarg também se preocupa com

"...a não discriminação da supervisão de uma análise, com o supervisor se propondo a ocupar um lugar para o qual não está autorizado - interpreta o seu colega, pervertendo o 'setting'." (Stajnbarg, 1990, p.15)

além de achar que a supervisão corre o risco de se transformar numa atividade pedagógica onisciente:

"...riscos básicos...o supervisor se expõe a perverter a sua condição de analista, porque se propõe a 'ensinar' psicanálise, passando a desempenhar assim uma função pedagógica. Nesse contexto se pretende que alguém possa saber a respeito de uma relação da qual não participa mais do que um dos participantes nela envolvidos - o saber é a antítese da psicanálise, que justo trata do que não se sabe." (idem)

Para evitar que o supervisor faça de conta que está analisando seu supervisando e que se apodere poderosamente do lugar que ocupa, para acariciar sua cabedoria onipotente, ela propõe que ele seja

"...alguém capaz de criar um ambiente facilitador, suficientemente bom, que propiciasse o desenvolvimento de um verdadeiro self profissional." (idem)

Embora estando de acordo com a necessidade de alertar para tentar evitar uma "psicanálise selvagem" no que concerne ao campo da supervisão, temo porém que estas idéias de fundo

"winnicottiano" possam levar a uma espécie de infantilização da figura do supervisando.

Já Lebovici, no afã de também fazer a distinção entre análise e supervisão, aproximamos idealmente, dizendo que

"O supervisor deve assenhar-se a um analista com seu paciente. Mas esta é uma atitude ideal..." (Bracher, 1990, pg61),

e apresentando as razões que fazem com que este ideal não possa ser atingido.

Creio que, nem prioridade nem deslocamento de prioridade estão em jogo quando se trata de uma discussão sobre o que se passa na supervisão.

Exemplificando:

supervisanda: Disse-lhe então que...Mas, assim que disse, pensei que eu não tinha esse jeito, que estava sempre me vingando dos outros, que sua falta tinha me feito sentir rejeitada, que minha mãe...

Esta fala, dita por uma supervisanda, aparentemente daria razão aos autores preocupados com a separação entre análise e supervisão, pois a descrição da situação clínica revela enfaticamente a intromissão de eventos psíquicos do sujeito que analisa. Tratar-se-ia então da famosa contratransferência, que leva muitos supervisores a dizerem para seu supervisando: "leve isto para sua análise", ou "eu não sou seu analista"³⁵ ?

Mesmo os supervisores que apenas assinalam para o supervisando o que chamam de contratransferência, preocupando-se em não a analisar ali, frequentemente também dizem, ou deixam implícito, que este é um assunto para ser esmiuçado na análise pessoal e não na supervisão (Searnoff, 1989, pg149), (Grinberg, 1975, pg37-38).

Diz Grinberg:

"Se a filosofia do supervisor se orienta mais para...atender ao que se passa no inconsciente do estudante, encarando seus pontos cegos e sua contratransferência, a supervisão corre o risco de se converter em uma forma de terapia." (Grinberg, 1975, pg11);

"...a contratransferência deve ser resolvida no divã analítico e a contra-identificação projetiva na supervisão." (idem, pg37)

Voltado para o que chama de "filosofia do supervisor", Grinberg propõe que a contratransferência, isto é, as "situações conflitivas próprias" (idem), sejam por ele remetidas à análise do supervisando, enquanto que a contra-identificação

³⁵Afirmação que Hijoia considera ser uma denegação (Hijoia, 1989, pg126)

projetiva, ou seja, situações induzidas no analista pelo analisando, em forma de "ressonância afetiva" (*idem*, pg38), seja tratada na supervisão. Ele se mostra esperançoso, então, de poder separar o que é próprio do analista e o que lhe é induzido pelo analisando, para poder evitar que análise e supervisão se confundam; ele acredita poder separar gema e clara de uma omelete já pronta.

Dando continuidade, porém, ao exemplo:

supervisor: Lembro que você me disse achar que esta analisanda abandonava as pessoas de maneira disfarçada, despertando assim frustração e raiva. Sua reação e sua auto-reflexão talvez tenham a ver com isso.

supervisanda: É verdade. Tive mesmo vontade de desistir dela. E, fazendo disso, penso na mão dela, que sempre a critica, fazendo com que ela se sinta culpada de qualquer manifestação agressiva...

O que se fez foi desviar a auto-referência da supervisanda para o campo transferencial. Na sequência do diálogo, inclusive, elaborou-se a razão pela qual a supervisanda teria trazido a situação com a forma e tom de voz que usara para a narrativa, encontrando-se aí mais indícios da especificidade de seu funcionamento psíquico na relação com sua analisanda. Assunto aparentemente exclusivo da análise da analisanda _supervisanda_ converteu-se em busca de sentido, para manifestações inconscientes tanto da analisanda quanto da analista, mas no âmbito do campo transferencial, composto pelas duas e instaurado pela primeira, mas de que a segunda não somente participa, mas que também arresta consigo quando a ele vai se referir na supervisão.

Aquilo que foi suscitado na supervisanda, aparentemente a estaria roubando do lugar de analista, do "lugar de morto"; ao invés disso, a maneira como foi tratado na supervisão, permite que ela seja considerada mais que nunca ocupando este lugar, já que exatamente este lugar é que lhe propicia reações do tipo das que vivenciou e narrou.

Creio ser infrutífera a tentativa de separar o que é da análise e o que é da supervisão _tentativa_ que Zaltzman insiste em fazer (*idem*, pg30). O que se faz com o que é trazido é que dá a diferença: as mesmas palavras da supervisanda, se ditas em sua análise, certamente teriam tratamento adequado a esta situação. Na supervisão, o tratamento é específico da supervisão, isto é, o interesse é sempre deslocado para o incentivo à investigação "a posteriori" de sentido, por parte da supervisanda, e na referência permanente à trama inconsciente do campo

transferencial. Já dizia Freud que não há diferença qualitativa entre amor de transferência e amor. "tout court" (Freud, 1914b); como se lida com o amor é que dá a diferença.

Ao contrário do que foi aqui invocado pelo exemplo acima, falar de suas próprias vivências, em supervisão, pode ser considerado um tabu para o supervisionado:

"Não é tampouco uma de suas características, que o supervisionado use como matéria-prima preferencial de sua fala, o que se costuma chamar de suas "dificuldades pessoais". Se há dificuldades, elas se atêm em geral às que se referem ao ato. De ao peso do que Lacan chamou certa vez de horror ao ato." (Barros, 1989, pg22)

Portanto, somente o ato analítico ou a sua evitação é que tornariam válido poder falar de dificuldades; e dificuldades pessoais então, nem pensar, neste contexto. Mais uma vez tenta-se evitar misturas, mais uma vez surge implícita a questão da neutralidade.

Pois justamente as dificuldades pessoais que o supervisionado encontra e para as quais sente necessidade de compartilhamento, é que me parecem "matéria-prima preferencial" para o trabalho de supervisão. É principalmente através destes truncamentos, investigados em supervisão, que se pode compreender cada vez melhor o que se passa estruturalmente no campo transferencial; e não creio que eles precisem ser incentivados, pois o próprio trabalho que com eles é feito mostra sua importância e faz com que se os queira trazer à tona.

A continuação do diálogo introduzido como exemplo, levaria à constatação de que o sentido encontrado num momento de supervisão, se transforma, se dilui, modificando-se e revelando-se maleável. Não se quer, neste estilo de trabalho, sentidos encontrados e fixados, já que o que é enfatizado é buscar e não encontrar. Análise e supervisão têm em comum aquilo que é uma das características de um campo psicanalítico: desfazer sentidos fixos para que haja emergência do que não se sabe, levando a um novo modo de pensar. Esta busca permitiu que a supervisanda continuasse seu trabalho de analista e continuasse a aceitar encarar suas reações como fazendo parte do campo transferencial em que está inserida. Não se trata de tentar separar o que é exclusivamente dela e o que é do campo transferencial, e sim poder considerar tudo como fazendo parte

deste campo, simplesmente porque se trata de supervisão e não de sua análise pessoal.

Freud acreditava [acredito] que tudo que é trazido para a análise [supervisão] pelo analisando [supervisando] teria [tem] de ter a ver com o sofrimento [campo transferencial] que ele vem transferir [apresentar] para o analista [supervisor].

Assim vista, a supervisão decididamente se mostra não sendo uma análise, mas seu funcionamento, ao abranger a colocação em questão de saberes estabelecidos, não deixa de ter as características de um trabalho psicanalítico.

Continua Zalizman, entretanto:

"... o analista em controle procura, ignorando que o faz, descobrir ... uma interpretação possível para os impasses onde esteve aprisionado em sua análise, ... 'teorizar sua prática', e o estilo de seus propósitos revela sobretudo sua preocupação defensiva prioritária de manter as trocas no nível mais inapessoal, mais distante possível, na verdade mais falsamente teórico, ... forma, bastante distorçada e principalmente de muito difícil acesso, de demanda terapêutica." (Zalizman, 1989, p.49)

Estas interpretações generalizantes que ela faz de um analista em supervisão, parecem servir para reforçar a procura injustificada de uma linha separatória entre análise e supervisão. Mesmo quando as coisas ocorrem da maneira descrita, os indicadores deste processo estariam, segundo a linha adotada neste texto, sendo tratados como quaisquer outros aportes do campo transferencial trazido para a estrutura de supervisão, fazendo-os serem igualmente investigados. Não haveria nenhum interesse em enfatizar e operacionalizar esta demarcação, pois se não nos preocuparmos com ela, estaremos sempre mergulhando com exclusividade neste campo, trabalhando-o para que se beneficie o analista, que, ao afiar sua capacidade de investigação, vai também beneficiar o analisando no mesmo sentido.

Há sempre, entretanto, possibilidade de que esta forma de ação não impeça que a atitude defensiva apontada continue, por conta de conflitos transferenciais sérios com o analista, com o supervisor, ou mesmo com a psicanálise; a supervisão psicanalítica então acaba deixando de existir como tal, por não haver suportabilidade para que ela se faça.

Jankis, lembrando que tudo que interrompe o trabalho de análise é uma resistência, e citando como exemplo o fato de

Stekel ter interrompido sua análise com Freud em prol de um diálogo sobre seus analisandos, conclui que

"A supervisão é uma solução institucional para institucionalizar uma resistência à análise." (Jankin, 1979, pg.149)

considerando portanto que toda supervisão é mesmo resultado de uma prática defensiva, só que da própria instituição psicanalítica. Talvez ele esteja intuindo que a instituição psicanalítica tem de resistir ao modelo da psicanálise, por demais livre para poder se submeter às rédeas de uma organização que necessita de regras de conduta para subsistir.

Através da preocupação com a distinção entre análise e supervisão, estes autores estariam talvez revelando seu cuidado em tentar evitar que se faça um trabalho não psicanalítico sob o rótulo de supervisão psicanalítica; meritória preocupação que algumas vezes leva a um exagero de cautela.

Na pesquisa que Bracher faz para recolher opiniões de vários autores a respeito das características da supervisão, por exemplo, ela descobre que

"Vários autores assinalam a necessidade do setting da supervisão deixar bem clara a diferença entre a função de supervisão e a analítica. Foram sugeridas normas concretas mas sobretudo reafirmado que a clareza é obtida pela postura do supervisor facilitando ao estudante sua 'adesão a um corpo de padrões de um setting que expressa claramente a diferença entre a experiência educacional e a terapêutica', como nos diz Brinberg. Fazem parte dessa o respeito ao tempo e frequência igual ao que se tem com o paciente. Esta adesão firme ao setting é necessária para ajudar o controle de contratransferência do estudante."

(Bracher, 1970, pg.67)

Falando de "estudante" e atribuindo ao trabalho de supervisão uma atitude "educacional", o que se percebe aí é que o anseio pela boa atitude e por um controle contratransferencial, leva a uma invasão da casa do supervisor, chegando a propor-lhe posturas, busca de adesão a padrões e indicativos de nuances do seu trabalho.

Análise, estudo da psicanálise e supervisão psicanalítica, têm de ser diferentes, certamente levando os psicanalistas que ocupam os respectivos lugares de analista, orientador e supervisor, a adotar posturas diferentes, sem deixar de caminhar por um espaço psicanalítico. Justamente o fato de estarem todos num campo psicanalítico, pode às vezes levar a confusões observadas e até atuadas; justifica-se assim que se

alerte para possíveis apropriações indébitas de certos lugares. O que me parece injustificável é que se tente evitar este atropelo por uma atitude fiscalizadora, vigilante, superegótica.

Quando um supervisor diz para o supervisando, "não sou seu analista", ao nele captar movimentos transferenciais na relação de supervisão, está fazendo o equivalente a um analista dizer para o analisando "não sou seu pai", também ao nele perceber movimentos transferenciais. O analista, ao invés de dizer isto, interpreta, assinala, associa, constroi, corta, etc., isto é, tenta fazer, com os instrumentos de que dispõe, com que o campo transferencial se transforme, gradualmente, pela crescente esperar-se capacidade de elaboração do analisando. Na supervisão, o psicanalista em função de supervisor, pode fazer algo análogo, ajudando o supervisando a reenviar os seus movimentos psíquicos inclusive os que ressaltam da relação com o supervisor para o campo transferencial que constitui com o analisando, campo este em que está espera-se bastante imerso.

A supervisão não precisa se diferenciar da análise, ou do estudo da psicanálise, por uma negatividade do tipo supervisão não é análise. Ela pode ser singularizada o que alguns almejam conseguir pelo que chamam de teoria da supervisão por positividades.

3.3.3 - O SENTIDO DA BUSCA DE SENTIDO

Este estilo de trabalho de supervisão apoia-se na necessidade de permanentemente favorecer a busca de sentido para os acontecimentos que têm como referencial a relação analítica. Como justificar psicanaliticamente esta direção?

"...existe no psiquismo um descompasso estrutural entre a exigência da força [pulsional] e a capacidade simbólica do sujeito...o que confere ao sujeito a característica de um desamparo fundamental...; é necessária...a existência de um Outro que receba esta força pulsional..., que a acolha..., permitindo a sua inscrição no registro simbólico." (Birman, 1994b, pg34)

Invocando portanto a concepção de "desamparo fundamental" de Freud, que fala do ser humano como prematuro, Birman nos recorda que o sujeito sofre eternamente do descompasso entre sua dimensão energética a exigência poderosa da força pulsional, o "Trieb" freudiano, e sua dimensão representativa a capacidade de simbolização, não tão poderosa. A eternidade

desta diferença leva à permanente demanda de um outro, que ajuda com a ordenação facilitadora da simbolização, isto é, que permite que seja representada a força pulsional, garantindo assim uma circulação no campo simbólico. Com isto o sujeito é humano entre humanos; ele faz e tem...sentido.

Esta divergência entre a pulsão e o sentido é responsável por um constante ataque exigente ao eu, ou seja, por uma espécie de "sobressalto pulsional" (idem, pp.34-35) a ser sempre vivido, bela imagem que serve para percebermos como é irremediável a demanda do outro, já que sem ele não se escapa deste estado.

Caracteriza-se, na segunda tópica freudiana, a idéia de que esta diferença é insuperável, na medida em que não se pode atingir a totalidade da representabilidade da pulsão, ou seja, sempre haverá uma parte do isso que não pode passar por registro no campo das representações.

Trata-se da existência de uma energia sem representação, não simbolizável, que é responsável pela manutenção permanente de um movimento pulsátil. Aparece então o conceito de desejo, que busca satisfação permanente através do outro, ou que aceita a alternativa da metaforização, da sublimação, isto é, do sentido representativo da pulsão.

A vontade de escutar do analista, sua não resposta às demandas que o analisando lhe faz de ser um outro que satisfaça seu extravasamento pulsional, que o cure magicamente de seu sofrimento, e o conhecimento de que não está ali como um sujeito desejante qualquer, é que garantem a possibilidade de fazer aflorar o desejo do analisando, permitindo-lhe então inscrições no registro do simbólico, ou seja, propiciando-lhe a capacidade de uma estruturação de sentido para os seus enigmas existenciais. Trata-se de uma ajuda para que aquilo que se chama de sintoma possa participar:

"...do universo da palavra e do sentido..." (Birman, 1982, pg83),

A partir desta postura, o analista interpreta, isto é, passa de representações repetidas pelo analisando para outras que introduz na suposição de que lhes são equivalentes, mas que vão na direção da facilitação de busca de significações por parte do analisando; a pressuposição é de se estar diante de

"...experiências que receberam uma inscrição e que passaram por um código de linguagem e, por isso mesmo, poderiam ser interpretadas..." (Birman, 1991a, pg230)

Falando sobre o importante conceito freudiano de perlaboração, Birman adota, para configurar o trabalho analítico de interpretação, a imagem da insistência, justamente apoiada sobre a ênfase na repetição:

"...um processo de elaboração que se realiza 'através de', ou seja, um trabalho insistente de análise das resistências que se repete constantemente na cena analítica. Essa elaboração insistente... indica a maneira pela qual a compulsão à repetição vai sendo...recuperada para o registro da simbolização...; a insistente ruptura do automatismo de repetição...uma enorme multiplicidade de cadeias associativas que se constituem através do insistente trabalho sobre as resistências... um processo de insistente enunciação interpretativa ... registro insistente da compulsão à repetição" (Birman, 1991a, pg=227-228)

É a insistência do trabalho interpretativo do analista que gradativamente vai desmoronando as fortalezas instituídas pela insistência na manutenção de resistências ao acesso àquilo que já circulei no mundo dos significados do analisando.

Mas, além disso,

"A compulsão à repetição indica a existência de fenômenos que nunca foram inscritos no plano do sentido...A não-inscrição é que confere o seu caráter repetitivo...as coordenadas do processo analítico são remodeladas ... sendo necessário transformar sua textura para que a interpretação propriamente dita possa realizar-se...O processo de sua inscrição...teria que se realizar, no espaço psicanalítico, através da espessura dramática da experiência transferencial... Agora...cabe também realizar uma inscrição, ou seja, inscrever uma experiência que deixou marcas...; teria que procurar estabelecer uma ligação fundamental, que não se realizara até então na história do sujeito..." (Idem, pg=230-232)

Então, o analista também constroi, ou seja, cria uma história que tem o objetivo de preencher as lacunas que o analisando não pôde preencher com as recordações de sua história de vida. Isto se justifica, pois

"...a problemática do "excesso" da energia pulsional, resistente à inscrição no registro do simbolizável...indica que o trabalho analítico sustentado no eixo do sentido encontra o seu limite...define um novo lugar para a figura do analista no processo psicanalítico...abre para um mais além da interpretação..." (Idem, pg= 208-209)

"A estratégia da interpretação é considerada insuficiente quando a psicanálise se defronta também com a não inscrição, com

aquilo que está nos limites do sentido e do representável. A estratégia da construção se coloca então como uma operação fundamental, complementar à anterior mas de estrutura diversa... a interpretação opera sobre um texto que se supõe existente e realiza a sua tradução, sendo reconhecida a veracidade da tradução pelo processo de rememoração do analisando, que com isso também desdobra outras páginas desse texto a ser decifrado. Porém, com a construção se empreende um ato de criação sem contar com a possibilidade de rememoração... o analista cria algo até então não existente, promove uma inscrição... visando com isso o preenchimento de lacunas..."

(Birman, 1982, pg 93-94)

Interpretação e construção são então os polos onde se apoia o analista, que se movimenta no campo transferencial, para poder lidar com as inscrições e com as não inscrições das pulsões no simbólico, isto é, com seus transbordamentos não inscriuíveis. A interpretação permite lidar com o que já está inscrito e a construção com o que nunca o foi, e estas duas estratégias, empregadas no contexto trabalhável pelo analista, isto é, no campo transferencial, e com uma postura de escuta frustradora de demandas, vão levar a que ele possa se considerar ocupando seu lugar o lugar de analista no trabalho com o analisando.

Interpretando, o analista ajuda o analisando a encontrar sentidos a que se poderia recorrer, na medida em que já teria havido registro no campo do simbólico; construindo, a ajuda se faz para criar sentidos para aquilo da pulsão que ainda está sem registro. Um e outro, portanto, referem-se a sentido buscado.

O conceito de construção, enunciado quase ao final da vida de Freud (Freud, 1937b), traz um extraordinário alargamento para o trabalho do analista, mas ao mesmo tempo assinala a existência de limites para este mesmo trabalho, pois ao buscar uma simbolização nunca antes acontecida, ele se defronta com uma tarefa que pode ou não se realizar (Birman, 1982, pg 95).

O que nunca circula entre significados fica marcado pelo trágico destino de Sísifo o destino da repetição:

"...o resíduo é uma forma de má tradução e que é precisamente sua não inscrição que fornece o seu caráter repetitivo. A repetição seria uma forma de liquidação de uma experiência transbordante e que se repete, insistentemente, até encontrar sua significação, sua ordenação representativa"

(Idem, pg 91)

Portanto, enquanto uma significação não for encontrada e sedimentada, o destino da pulsão é a repetição, buscando uma inscrição impossibilitada, uma circulação impedida, no mundo do simbólico.

Mas,

"...manter em aberto a categoria do sentido, da verdade emergente da experiência do sujeito na análise, implica necessariamente que esta abertura também esteja presente em relação ao analista...Com isso, evidentemente, o suporte da experiência transferencial se coloca no primeiro plano do cenário psicanalítico
... (Bisseg, 1991a, pp42-43)

o que lembra que o trabalho de busca de sentido precisa se referir ao campo transferencial, que abrange os dois protagonistas desta dramaturgia psicanalítica.

Além disso,

"...mas além das funções abstratas, visando a apreender o sujeito; mais além da consciência, visando a captar o inconsciente; e também, quando esta problemática foi tematizada na segunda tópica, mais além do ego, visando a apreender o inconsciente...; este mais além indica a existência do inconsciente como fundamento da realidade psíquica, no qual se inscrevem as diversas marcas em que se sustenta o sentido de uma história singular e que constitui o eixo da verdade ética do sujeito." (idem, 1991a)

o que lembra que o trabalho é feito com as formações inconscientes que estruturam este campo.

O trabalho do analista inicia, então, um processo de inscrição, de abertura para circulação, que se apóia numa atitude permanente de busca de decifração dos enigmas do analisando, busca esta encetada permanentemente nas aparentes obscuridades inconscientes do campo transferencial e de suas repercussões. Esta busca não tem fim, pois representa a infinita gama de possibilidades de movimentação no campo do simbólico, no campo do que é humano.

O que interessa ao analista é que esta busca seja empreendida pelo analisando e da maneira que lhe seja a mais adequada possível. Em outras palavras, o analista deseja que o analisando deseje e descubra seu desejo e como pode e quer lidar com ele.

Se esta é a tarefa do analista, é a atitude de busca que se espera que ele vá desenvolver ao longo de sua trajetória como analista.

É portanto com a atitude de busca que a supervisão se preocupa, pois é nela que reside sua possibilidade de eficácia. Após acontecerem, todas as vivências referidas ao processo analítico, passam, na supervisão, por este processo contínuo de busca.

Mas, dir-se-á, isto significaria estabelecer, na supervisão, uma primazia do imaginário _aqui aparecendo com as acepções de sentido, significado ou significação_ sobre o simbólico. Estar-se-ia assim retornando a uma época pré-lacaniana e pré-freudiana, em que o sentido, por ser considerado fixo, teria de ser descoberto, bastando, para isto, que o encarregado de fazê-lo estivesse de posse de um código revelador. Seria a apologia da hermenêutica.

Desta forma reabilitar-se-ia

"...a caduca noção mentalista de que o sentido está, desde sempre, inscrito num lugar da "mente" ou do "inconsciente-mente", prestes a vir à tona, quando, num futuro qualquer, isto se fizer necessário. Esta idéia, Wittgenstein comparou-a àquela outra onde se diz que todos os movimentos possíveis de uma máquina estão inscritos na estrutura das peças, a título de esboço ou de sombras potenciais dos movimentos atuais." (Costa, 1989, pg 159)

Pois Lacan já dizia que

"...enquanto não se livrar da ilusão de que o significante responde à função de representar o significado, digamos melhor: que o significante não tem de responder sobre sua existência a título de qualquer significação que seja." (Lacan, 1964, pg 498)

O simbólico então, diz-nos Lacan, é que tem a primazia: a cadeia de significantes antecede o sentido, que dela emana.

Como então atribuir tamanha importância a uma busca de sentido?

Jurandir Freire Costa, questionando esta preponderância lacaniana do significante sobre o significado, diz, com fina ironia, que:

"...a linguagem, não obstante o teórico, teima em significar..." (Costa, 1989, pg 158)

E mais:

"...a crítica à teoria mentalista do sentido não tem que necessariamente apelar para a negação da dimensão significativa da linguagem por medo do mentalismo ou do psicologismo." (Idem, pg 159)

E ainda:

"...não existe linguagem fora do sentido ou do imaginário. Mas, entenda-se bem: isto não é o mesmo que dizer que existe um

registro imaginário topologicamente ligado ao registro do simbólico e do real. Isto quer dizer que somente podemos ter acesso à linguagem através dos jogos de sentido." (Idem, pg143)

E mais ainda:

"...não existe, na linguagem, algo "mais fundamental" que seja a "fundação" de todos os outros aspectos dos fatos linguísticos." (Idem, pg 144)

E finalmente:

"Não são os enredos imaginários e sim a força transferencial ou sexual investida nas palavras ou discursos que transformam a história do sujeito." (Idem, pg149)

Estes inestimáveis escritos permitem reafirmar a importância aqui atribuída aos significados que podem decorrer da investigação feita, ao redor do campo transferencial da análise visada, na situação de supervisão. Se não acreditarmos em nenhuma fixidez para estes significados, nem na sua possibilidade direta de levar a transformações, poderemos percebê-los como indicadores permanentes daquilo que se passa neste campo. Isto querendo dizer que neles buscamos referenciais para que o analista possa reconhecer e perseguir "as forças transferenciais investidas nos discursos", responsáveis pelas reestruturações objetivadas pela psicanálise. Isto significando que esta busca, por ser permanente, jamais se satisfazendo portanto com achados, tem por alvo justamente a manutenção do pertencimento a esta trama transferencial transformadora. Com isto, não se trata então de buscar "traduções" confortadoras de indícios de funcionamento inconsciente, e sim de procurar alargamento permanente de acesso ao simbólico. Através desta recorrência eterna _enquanto dura o trabalho analítico, ou seus prolongamentos_, vai-se ampliando o difícil caminho para a inscrição mais sofisticada, mais elaborada, no campo do humano, na liça civilizada do discurso.

3.4 - CONSEQUENCIAS

3.4.1 - O QUE SE PASSA

Diante das características apontadas para este estilo de supervisão, pode-se então discutir algumas recomendações, feitas por vários psicanalistas, para o que se faz neste trabalho.

Início

Quando se deve começar uma supervisão?

Para responder a esta pergunta, muitos autores indicam como referência a análise pessoal do futuro supervisando, colocando a questão em termos de antes, durante ou depois de iniciada a análise.

Implícita à questão, fica esta associação, bastante pertinente, entre análise pessoal e supervisão. Considero-a pertinente pelo próprio tema com que lida a supervisão; embora não sendo objeto de elaboração, o inconsciente do analista está em jogo, participando do campo transferencial, e, portanto, do trabalho de supervisão. As resistências assim despertadas necessitam de um lugar onde possam ser elaboradas, para que não emperrem o trabalho de supervisão; e este lugar é a análise pessoal do analista. É o que vários destes autores que venho citando chamam de "necessidade de resolver a contratransferência".

Quando então?

Quando estiver preparado, psicológica, teórica e tecnicamente, diz Grinberg, ou seja, somente quando a análise do supervisando estiver em vias de resolução da contratransferência (Grinberg, 1970, pgs 460-461).

A questão obviamente se refere a pessoas que estariam iniciando trabalho supervisivo, deixando de lado analistas com experiência de análise pessoal e de trabalho clínico; para estes é evidente que a supervisão começa quando a demandam.

Parece-me razoável considerar, para os iniciantes, que possam escolher igualmente o momento que quiserem para começar uma supervisão que estejam demandando, lembrando apenas que seria importante iniciar um processo de supervisão tendo algum lugar _a análise pessoal se mostra o mais adequado_ onde haja

possibilidade de elaboração para as inquietudes inevitavelmente despertadas pela inserção em um campo transferencial.

Decisões

Grinberg faz uma lista de outras decisões a serem tomadas quanto às características da supervisão, emitindo sua opinião a respeito de como cada uma delas deveria ser feita: escolha de supervisor e de supervisando, escolha de caso, número de casos, registro de sessões, horários, frequência, contatos sociais entre supervisor e supervisando, supervisão individual ou em grupo, etc. (Grinberg, 1970, pgs 459-482).

A responsabilidade de optar, em todas elas, é dos personagens interessados, sem estabelecimento de precondições. Em qualquer trabalho de supervisão que se mantenha pertencente a um campo psicanalítico, a maneira de realizá-lo, de um ponto de vista externo, é indiferente. Compete aos protagonistas estabelecê-la.

Experiência

Quanto à diferença, sempre assinalada, entre principiantes e veteranos, não há razões para incorporá-la ao trabalho que se faz, estabelecendo-se maneiras diferenciadas de lidar com um e com outro. Uma vez iniciado o trabalho, são todos, na concepção de supervisão aqui enfocada, considerados como psicanalistas; afinal de contas, são eles que dirigem o processo de análise. Mesmo quando, em algum momento, se opta por discussões teóricas, para tentar entender algum evento clínico em questão, o nível em que se fazem, vai ser função do estilo das pessoas e do grau de experiência e de conhecimentos clínico-teóricos dos que estiverem presentes incluindo o supervisor; não há necessidade de estabelecer diferenciações para a estrutura do trabalho. Os vocábulos candidato, postulante, aluno, etc., soam como enfatização infantilizadora dessa diferença, o que é, sem dúvida, indesejável.

Trata-se, aqui, de um tipo de supervisão onde não cabem estas distinções, na medida em que a maneira de trabalhar não se altera em função do tamanho da experiência dos supervisandos e do supervisor. Para este último, comete-se às vezes alguns equívocos, como por exemplo, considerar que tem de ser mais

velho que os supervisandos (Bracher, 1990, pg76), na tentativa de garantir hierarquia sapiente.

Tema

Afirma José Francisco da Gama e Silva que

"...o foco do seu trabalho [supervisor] será sobre o material apresentado e a relação paciente-supervisionando..., todavia, ...conflitos na relação paciente-analista e analista com seu próprio analista acabam por se manifestar na relação analista-supervisor e..., quando detectados, são discutidos preferencialmente em relação ao material clínico." (Silva, 1989, pg8)

Já Barande diz que

"...o único material em jogo somente pode ser a narrativa do postulante a esta escuta segunda, enriquecida de suas próprias associações, hic et nunc, e não o conteúdo relatado referente à análise de seu analisando, que é apenas o álibi da escuta assistida." (Barande, 1989, pg88)

e Mijolla, mostrando-se cético quanto a alternativas para isto, explica:

"...pois um supervisor não conhece a 'realidade' do caso narrado, tanto quanto um psicanalista não conhece a dos pais que seu paciente não cessa de lhe descrever..." (Mijolla, 1989, pg129)

Narrativas, associações, emoções, conflitos, silêncios, esquecimentos, atuações, transferências, etc., são todos válidos para que se encete uma busca de significados _que não é uma busca de "realidades" ou de "verdades" e sim de estruturas_ concernente ao campo transferencial que o supervisando transporta da sessão de análise para a reunião de supervisão; serve tudo _inclusive álibis, disfarces, distorções, etc._ que aqui se passa, sem restrições. Não há porque privilegiar um tema, qualquer que seja, a não ser pelo fato de que ele nasce privilegiado, na supervisão, pela escolha que dele faz o supervisando. É este o espírito da "regra fundamental da psicanálise".

Quando se diz que

"A escuta assistida nos mostra bem os riscos de objetivação, mesmo de reificação...; evitar a utilização esclerosante do indispensável terceiro, pela mediação de uma palavra distante e aberta que facilitará a fluidez econômica e dinâmica..." (idem, pg90)

creio que inclusive esta atitude _utilizar o espaço da supervisão para garantir a manutenção de uma petrificação defensiva_ percebida no supervisando, é passível de se tentar referenciar ao campo transferencial, sem que se a necessite afastar por meio de quaisquer artificios. Objetivação, coisificação, utilização, rigidificação, seja lá o que for, consideram-se, neste estilo, como sendo apresentados, não como cartão de visitas do funcionamento psíquico do supervisando, e sim como introdução de características de um campo transferencial específico, constituído por ele e por seu analisando.

Lei

Cournut também nos fala de lei em supervisão:

"...um controle ou é instituído ou não é. Instituído quer dizer garantido..., marcado e enquadrado por uma lei. Esta não precisa necessariamente ser enunciada do exterior por uma associação profissional que a ditaria a seus aderentes. Esta lei pode bastante bem se encontrar construída pelos parceiros..."

(Cournut, 1989, pg134)

Enquanto isso, Smirnoff duvida:

"Pode-se pensar em codificar esta prática? Não estou certo..." (Smirnoff, 1989, pg147),

e Orestes Forlenza Neto exagera:

"...a criatividade tem que estar de alguma maneira dentro de alguns parâmetros, porque senão o indivíduo pode imaginar qualquer coisa, a primeira idéia que vem na cabeça ele fala. Isso é dentro da loucura! O indivíduo diz: 'me veio a seguinte idéia'; então, vamos examinar essa idéia, se tem alguma coisa a ver ou se tem mais com uma problemática dele." (Forlenza e Forlenza Neto, 1990, pg47)

Ao falar de lei, Cournut talvez esteja se referindo à necessidade de uma organização que caracterize a existência de um trabalho reconhecível como sendo de supervisão. É justamente disso que se trata quando se enunciam as características do modo de supervisão em pauta neste texto. A lei que poderia ser instaurada, entretanto, seria a do desejo de estar em trabalho de supervisão psicanalítica com um determinado estilo. Sem regras prévias, sem garantias, sem enquadramentos, sem codificações; apenas um estilo, uma postura, que se possa considerar pertencente ao campo da psicanálise. Com isto a

criatividade não precisa ser envelopada e o supervisor pode dizer seja lá o que lhe vier à cabeça, sem interesse pelo que possa ter a ver com suas problemáticas. Isto quer dizer que não necessitamos de nenhuma lei que seja restritiva ou fiscalizadora de possíveis "loucuras" do supervisor; basta continuar com a mesma estrutura de trabalho, ou seja, buscando significações inconscientes para as ocorrências ligadas ao campo transferencial composto por supervisor e seu analisando.

Para quem

Para quem é feita a supervisão?

Por um lado, diz-se que

"...o controlado percebe que ele está implicado em algo que é bem mais seu que de seu paciente..."^(idem),

enquanto que de outro afirma-se que

"O controle está, em princípio, centrado na problemática do analisando do analista em formação."^(Acher e Masson, 1989, pg162)

Mas, diz Safouan:

"...o objeto próprio da supervisão não é o analista em supervisão, nem seu 'paciente', mas a própria prática psicanalítica..."^(Safouan, 1984, pg128)

A supervisão, feita com a presença do supervisor e a ausência do analisando, é feita para todos. Para o supervisor, na medida em que mergulha na profundidade da relação com o analisando, por aí também alargando sua inserção no campo da psicanálise; para o analisando, que obviamente se beneficia disso por se analisar com alguém que estabelece como prioridade a investigação; para o supervisor, que também é favorecido pela riqueza da troca e da participação em situações que não vivenciou; para a psicanálise, que busca sucesso e adeptos, ou seja, sua transmissão.

Alívio de ansiedade

Cournut fala de uma

"...simpatia necessária à situação de controle..."^{(Cournut,}

1989, pg134)

Não creio que se precise estipular a necessidade de simpatia, de empatia, de aliança, ou de qualquer outra coisa, para um trabalho de supervisão; desejos antipáticos que

conseguem trabalhar de forma produtiva, têm tanto valor quanto as simpáticas. Não me parece necessário determinar previamente nenhuma condição de relacionamento entre os participantes de uma supervisão; elas a realizarão da maneira que puderem, convivendo da melhor maneira possível...se a suportarem.

Silva sugere que

"...o supervisor pode..., reconhecendo a ansiedade, fazer o que for necessário no momento para aliviar o desconforto que ela acarreta ao terapeuta, devolvendo-lhe a capacidade para formular uma interpretação." (Silva, 1989, pg9)

Não vejo necessidade de tentar aliviar os desconfortos que o trabalho do analista lhe causam; nem acho que isto lhe devolveria capacidade de interpretar. Talvez até se estaria, assim agindo, dificultando alcançar estes objetivos, já que seria equivalente a tentar extirpar um sintoma sem elaboração. O que me parece aliviar e capacitar, é trabalhar psicanaliticamente, investigando e buscando; pois desta forma, acredito, a confiança em seu trabalho permite ao analista analisar. Além do que, a ansiedade do supervisando, tal como qualquer coisa por ele introduzida na relação de supervisão, é encarada é nisto que se vem insistindo neste texto como mais um indicio da maneira como se estrutura o campo transferencial em elaboração.

Transmissão

Smirnoff questiona a serventia da supervisão para a transmissão da psicanálise, afirmando que

"Nós não sabemos absolutamente o que transmitimos, nem o que queremos transmitir, nem o que se transmite efetivamente, nem o que...poderia ser transmissível." (Smirnoff, 1989, pg113)

o que é complementado por Barande, que lembra que

"...há transmissor, objeto transmitido e receptor, o que institui uma relação de submissão e de passividade e de dependência, onde entram em jogo todos os fantasmas do poder..." (Idem, pg114)

Já Soler considera que há uma transmissão na supervisão, e que, além disso, ela tem a especificidade de uma inscrição:

"é preciso portanto dizer como um controle poderia se inscrever no discurso analítico...Como trabalho, o controle submete ao teste de uma transmissão tudo o que se coloca em jogo sobre o saber no tratamento..." (Soler, 1987, pg113)

Creio que na supervisão se faz efetivamente transmissão da psicanálise, mas não no sentido de que haveria de um lado um transmissor _o supervisor_ e de outro, receptores _os supervisandos_, o que certamente redundaria na submissão e passividade consequentes apontadas. Ao se investigar permanentemente os indicícios da estrutura do campo transferencial, está-se adotando uma postura psicanalítica. Não é o supervisor que se encarrega de transmitir qualquer coisa que seja; ele apenas tem uma postura investigativa própria do campo psicanalítico, o que faz com que o trabalho de supervisão se caracterize por uma inserção neste campo.

Sabemos o que se pode transmitir num trabalho de supervisão: a postura adotada para este trabalho permite que se esteja num espaço caracterizado por se organizar em acordo com os princípios da psicanálise, tal como vimos na primeira parte deste texto. Transmite-se, portanto, a *maneira de ser* da psicanálise.

Os desejos

Diz Barros que

"A pergunta que está agregada à demanda de supervisão, 'cadê o analista',...é uma pergunta-teste:...saber em que ponto o supervisando se encontra em relação à análise, e...que ele [supervisor] possa saber a que discurso ou circulação de discursos conduz a demanda que ele acolhe...Como toda demanda, esta veicula e esconde o desejo, ao mesmo tempo...Um desejo particular, o do analista, que Lacan, recusando o desvio de contratransferência, definiu como o pivô do tratamento. Situar o analista e seu desejo, portanto, significa, no fundo, saber porque a análise acontece, o que é que faz trabalhar o analisando. E é isto que determina a técnica." (Barros, 1989, pg 23)

Transformando estas palavras para o repertório compatível com nosso estilo, um supervisor quereria então situar o supervisando e seu desejo, para poder saber o que acontece no campo transferencial e, com isso, agir em acordo. Não se trata de uma aprendizagem simples; ao trabalhar investigativamente, a inserção neste campo vai adquirindo _espera-se_ conotações cada vez mais reconhecíveis de trabalho psicanalítico, de modo a que possa ir transparecendo, para o supervisando, o que faz trabalhar o analisando.

Já Soler quer que o supervisor se faça causa de uma

"...junção disjuntiva entre a elaboração do saber e a necessária manutenção da disciplina da ignorância, e assim ele talvez terá focado o alvo de um controle em acordo com o discurso analítico _ aquele que diz não, que coloca limite para que o sujeito analista não 'ultrapasse seu ato'. Restrição: não é em todos os casos de demanda que este modo de controle é possível." (Soler, 1987, pg113),

ênfatizando assim que ele deveria se responsabilizar pela tentativa de zelar pela "disciplina da ignorância", mas sem deixar de propiciar "a elaboração do saber", e de maneira a junta-los disjuntivamente _ lembrando as aparentemente contraditórias funções de participante e de observador que Sullivan atribui ao analista_, para que _"talvez"_ possa ser considerado como membro aceito no clube do discurso psicanalítico. Segundo Soler, portanto, o supervisor quereria então que o saber psicanalítico tivesse elaboração no espaço de supervisão.

No estilo aqui anunciado, estas funções não seriam necessárias. Ao querer que se faça uma postura de investigação, o supervisor propicia automaticamente que haja busca de explicações teóricas para o que se investiga; digo automaticamente, porque creio ser difícil que se aborde a clínica sem recorrência à teoria, já que isto representaria uma forma de trabalho artificialmente dicotomizada. E esta recorrência, se desejada, certamente que cabe neste espaço.

Além disso, creio já estar suficientemente assinalado que, neste estilo, ao invés da preocupação com uma atitude de não saber, de não certeza, o interesse é por uma outra atitude, de busca ininterrupta de sentidos, onde a não interrupção prepondera sobre o sentido porventura encontrado em algum momento. Há aí uma equivalência, na medida em que, buscar, valorizando o buscar e não o encontro, impede que se fique emperrado em significados fixos e imutáveis, sem que se precise adotar atitude de zelo por disciplina.

Por outro lado, já vimos que não cabe, neste contexto, que o supervisor se encarregue da fiscalização para que o analista "não ultrapasse seu ato"; a filosofia presente é a do "in dubio pro réu", isto é, o supervisor em princípio acredita que o trabalho do analista seja analítico. Mesmo que este trabalho aparente estar fugindo ao campo psicanalítico, o processo de supervisão não se altera _sempre dentro dos limites de suportabilidade_ pois, acredita-se, a tendência será para que,

assim se mantendo, a estrutura psicanalítica acaba por se instaurar, qualquer que seja o caso de demanda.

Modelo

"...uma sessão leva cinquenta minutos e o candidato diz que no quinquagésimo minuto a pessoa levanta uma determinada questão, o analista não abre a boca porque fechou os cinquenta minutos;...Posso falar para aquela pessoa, se ela engoliu algum tratado de teoria da técnica, se numa situação como a pessoa funciona assim também. Se fosse aula de pintura, se ela teria o mesmo posicionamento; o que é que acontece pelo fato de ser análise, se isso tem a ver com delicadeza no trato humano ou não tem a ver, é teoria de técnica isso?" (Sapientza e Forlana Neto, 1990, pg50)

Deixando de lado a questão do sucesso da intenção, aí apresentada, de ser modelo de "delicadeza no trato humano", o que ressalta deste trecho é a vontade de se apresentar como modelo de trabalho analítico. Isto é claramente anunciado:

"...o supervisor expressa o que ele teria dito
..."(Idem, pg59);

"... o supervisor deve mostrar ao candidato seu modo de trabalhar..." (Idem, pg70);

"Lebovici nos fala da supervisão como "...um caminho para mostrar ao jovem analista como o supervisor funciona e como falar e agir..." (Bracher, 1990, pg96),

mas as vezes o é não tão claramente, podendo ser apresentado em forma de denegação:

"Os supervisores não se oferecem como modelo, mas simplesmente mostram como reagem frente a uma situação dada..." (Stein, 1988, pg33-34)

Não creio que a supervisão sirva de ponto de correção de estilos de trabalho analítico dos supervisandos. O supervisando certamente poderá ir formando, através de todas as atividades que fizer nesta direção, sua identidade analítica, sem que para isto necessite de auxílio corretivo. Sem nenhuma imposição de modelo, ele irá se modelando espontaneamente, já que o supervisor com quem trabalha é um modelo natural, tanto quanto o analista com quem se analisa ou os colegas, professores ou não, com quem convive profissionalmente.

Conta Luiz Carlos Menezes:

"Lembro...de ter agradecido o paciente acompanhamento que uma analista me ofereceu, durante os anos iniciais de minha prática de psicanálise, dizendo que o maior elogio que poderia fazer-lhe era que, ao final de 4 anos de supervisão, eu não sabia ainda como ela trabalhava." (Menezes, 1999, pg34)

A construção de um analista é estrutural, na medida em que são complexos os processos por que passa para poder ter a audácia de autorizar-se como tal. O supervisor participa deste processo, mas não por imposição, da mesma maneira que, na constituição do sujeito que se apresenta desestruturado para ser analisado, participa o analista, mas não porque determine como isto se dá, e sim porque faz parte importante do processo vivido. Fazer parte do processo, parece-me significar trabalhar psicanaliticamente, com os meios de que dispõe, na situação específica de que se encarrega.

"...toda análise é função, de cabo a cabo, do desejo do analista...esse desejo se limita ao desejo de fazer chegar a letra ao seu destinatário, isto é, de restituir ao analisando seus próprios significantes no que eles carregam de significações até então ignoradas ou desconhecidas para ele, e, portanto, na medida em que o analista, eu não diria 'se cala', mas sabe se calar, é nessa medida nessa que a conquista pacífica, quer dizer, simbólica, do inconsciente, tem possibilidade de se realizar." (Rafouan, 1984, pg125)

Um analista ou um supervisor que desejam convencer, eis aí situações excelentes para serem encaradas como emergentes de campos transferenciais. Na supervisão, cabe ao supervisor, em ambos os casos, responsabilizar-se pela retomada da direção adequada a estes eventos: buscando compreendê-los em referência à situação analítica em investigação.

Contratransferência e campo transferencial

André Renaud e Lucie Chouinard mostram-se ousados no uso que pretendem fazer do conceito de contratransferência na supervisão:

"É em supervisão que o psicoterapeuta toma consciência de sua dificuldade infantil...A elaboração da reação contratransferencial libera o psicoterapeuta e o torna disponível para receber de forma empática..." (Renaud e Chouinard, 1988, pg632)

Além de colocar na supervisão a possibilidade específica de o supervisando descobrir-se analiticamente, e de considerar

a empatia como qualidade a ser buscada neste trabalho, eles aloca na supervisão a tentativa de elaboração do que chamam de contratransferência.

Menezes também coloca que

"A supervisão é ... uma ocasião privilegiada para suscitar efeitos analíticos, a partir de pontos contra-transferenciais bloqueadores da escuta." (Menezes, 1988, pg 33),

enquanto Silva vai ao detalhe:

"O contexto da supervisão supõe uma aliança forte entre o supervisor e o terapeuta que possibilite ou facilite ao supervisionando suportar discussões detalhadas sobre sua contra-transferência e sobre seus problemas como analista." (Silva, 1999, pg 9)

Pode-se perceber, nos três trechos, a existência de interesse pela ação inconscientemente dificultadora, bloqueadora, da escuta do supervisionado enquanto analista, acreditando ser na supervisão o local de extensão da sua análise que vai permitir elaboração capaz de liberá-lo. Silva chega a querer discuti-los "detalhadamente".

Safouan faz a pergunta

"...o analista supervisor deve dirigir sua atenção ao material que lhe traz o analista em supervisão, ou antes disso à sua contratransferência?" (Safouan, 1984, pg 125),

A resposta que ele dá desconsidera um e outro dos protagonistas, para priorizar "a própria prática psicanalítica", tal como foi citado e comentado algumas páginas atrás. Mas a pergunta também coloca em evidência o conceito de contratransferência do supervisionado, em oposição ao "material" que ele traz.

A contratransferência já abordada na primeira parte, se considerada na supervisão, obriga-nos a ter de levar em conta o que se passa com o analista, em sua relação com o analisando, em termos de reação à transferência do analisando _concepção freudiana original_, ou em termos do analista como sujeito, para o caso deste conceito abranger todas as suas vivências emocionais em trabalho analítico.

A noção de contratransferência, entretanto, não é aqui considerada, substituindo-se-a pela de campo transferencial, em que ambos _analisando e analista_ situam-se num campo de relacionamento psíquico cuja conformação básica foi instaurada pelo analisando _na medida em que o método da associação livre a isto impele_, conformação esta que vai ser investigada, na

supervisão, através da apresentação que dela faz conscientemente ou inconscientemente o supervisionado.

Não se considera portanto aqui, nada que caracterize interesse pelo que se passa no supervisionado que não seja em termos de sua inserção num campo transferencial; suas possíveis reações, seus prováveis pontos cegos, são ignorados como tais, sendo tratados sempre como indicativos da estrutura do campo a ser investigado.

Chamando de "pensamento" a complexa trama inconsciente que se passa com o supervisionado, corrobora Fedida:

"De uma sessão, não há nada a contar a quem quer que seja...o que realmente conta são as formações sintomáticas que tocam o pensamento do analista ao longo do tratamento. Precisamente, a supervisão coloca em contato 'sistemas de representação' e afetos reativos que, como tais, são suscitados pelo paciente na vida psíquica do analista...É o trabalho de análise de supervisão parece então poder consistir na análise dessas representações (e afetos) que tendem a fazer prevalecer o factual sobre as palavras"(Fedida, 1995,pgs1148-1149)

Numa supervisão lugar de escuta da narrativa de uma escuta somente se tem, para poder trabalhar, a ação do supervisionado-analista. Esta ação arrasta para a supervisão a trama representacional-afetiva do campo transferencial.

Transferência para o supervisor

Apontase para a possibilidade de uma transferência enverganhada do supervisionado para o supervisor:

"...o desejo incestuoso da paciente por seu pai. A psicoterapeuta sente um desejo parecido deslocado para o supervisor...ela o idealiza e sonha ter um acesso privilegiado a ele...ela faz tudo para esconder seu desejo, mas não se sente menos culpada..."(Rohaud e Duchinard,1988,pg434)

Menezes generaliza e tranquiliza:

"Não se pode ignorar a mobilização transferencial suscitada pela situação de supervisão, ainda que as modalidades do setting e a abstenção do analista-supervisor em dar interpretações reduza a magnitude dos fenômenos regressivos próprios à situação analítica. Na supervisão, os efeitos de análise são mediatizados pelo relato clínico."(Menezes, 1989,pgs33-34),

colocando na negatividade, tanto da abstenção interpretativa do supervisor quanto das características impeditivas da própria

situação de supervisão, a principal razão para que se "reduza a magnitude" dos fenômenos transferenciais que são próprios de uma análise e não de uma supervisão.

François Rouetang é mais severo:

"...a transferência...tem cabimento apenas na cura analítica. (Rouetang, 1989, pg16)

Faz-se regularmente transferência para o supervisor, informa Safouan, afirmando que ela se agrava

"...quando este se atribui a reputação...de responder a tudo e a encontrar o 'truque' que dissipa toda dificuldade..." (Safouan, 1984, pg128),

Com isto fica frisada uma possível consequência para a tendência que o supervisor possa ter de se colocar num lugar idealizado, de modelo a ser admirado, e implícita a idéia de que a transferência na relação de supervisão, embora usual, não é bem-vinda.

Mas, pergunta ele,

"...o que é que o analista supervisor deve fazer para responder a uma transferência da qual ele é objeto?" (idem),

respondendo que

"...ele deve cuidar para que essa transferência permaneça uma transferência de trabalho." (idem),

e, para explicar o que é uma "transferência de trabalho", diz que

"...isto quer dizer que essa transferência é o domínio por excelência ao qual se aplica o conselho de Freud, segundo o qual não se deve tocar na transferência enquanto ela favorece o trabalho." (idem),

com isto indicando que, pelo menos parcialmente, encera esta circunstância da mesma forma como olha para uma situação comum de análise, sugerindo portanto que o supervisor tenha uma postura de analista, desde que considere favorável o movimento transferencial do supervisando em sua direção.

Mas, pergunta novamente,

"É se ela começa a atrapalhar?" (idem),

Aí então ele confia nos frutos da análise pessoal do supervisando:

"Na medida em que o analista em supervisão tenha um mínimo de presença aos seus próprios movimentos, pode-se confiar que ele se dará conta disso, e que, uma vez confirmada sua percepção, ele não deixará de analisá-la _ na medida, repito, em que esteja preparado para fazê-lo." (idem),

Mas, se o supervisando não estiver suficientemente preparado e não se der conta "disso"? Safouan nos diz que

"Senão, o resultado matemático será a tendência a falar mais dele mesmo do que das análises de que se encarrega. Neste caso, ou fica bem claro que a demanda de supervisão era de fato uma demanda de análise, ou bem o analista em supervisão se dará conta da insuficiência de sua própria análise..." (idem, pp.128-129)

O que proponho é que, ao invés de negatividades expressando como não se trabalha em supervisão, se possa caracterizar uma atividade positiva para este trabalho.

Pois, tanto este "resultado matemático" auto-referencial, quanto a transferência para o supervisor, assim como a demanda de análise subjacente inferida e a possibilidade de análise insuficiente, são todas situações para as quais não se estipula aqui nesta forma de trabalhar, nenhum tratamento diferenciado, que fosse então distinto do que se faz usualmente na supervisão.

Se o supervisando tiver a tendência de falar "mais dele mesmo", o fato de que todas as suas falas estão sempre sendo referidas ao campo transferencial que nos interessa em caráter único, tende a fazer com que ele se volte reflexivamente para este campo. É um processo análogo, isto é, que tem a mesma estrutura, daquele que Freud propõe, insistindo em referir todas as falas do analisando à transferência que descobria, para que ela, de narrativa, se convertesse em manifestação neurótica no aqui e agora da situação analítica.

O limite para esta expectativa é sempre a capacidade de suportar esta permanente tarefa, tanto para o supervisando quanto para o supervisor. Inclui-se aí qualquer evidência de movimento transferencial maior isto é, que possa ameaçar e atrapalhar a continuidade do trabalho de supervisão, já que este estilo de trabalho não permite que se enfatize nada que não se referencie ao campo transferencial; na ausência de ênfase, espera-se que o movimento desviante retorne ao campo adequado. Uma possível demanda de análise consciente ou inconsciente, como foi dito antes, igualmente não escapa a este contexto, sempre em função da suportabilidade necessária para que haja continuidade no processo. E, se o supervisando se mostrar, aos olhos do supervisor, como insuficientemente analisado, também é o grau de suportabilidade que marca fronteiras, pois o processo de supervisão continua.

Não é necessário, portanto, que o supervisor cuide de que a transferência para ele dirigida seja de uma forma ou de outra, ou melhor, que não seja de determinada forma; basta permanecer positivamente trabalhando com a estrutura descrita, para que o processo tenha continuidade.

Nenhuma situação psicanalítica, que não seja a situação de análise, pode considerar a transferência como elemento de trabalho. Por mais que se saiba que qualquer relação humana esteja repleta de transferências, não se pode lidar com uma relação não analítica como se fosse um campo transferencial a ser investigado; isto porque, se assim se fizer, deixa-se de estar com os objetivos específicos desta determinada situação, para transformá-la numa situação analítica.

Pedagogia e Associação Livre

Ensina-nos Forlenga Neto:

"Creio que a sensibilização do aluno para a percepção do inconsciente decorre do seu posicionamento no campo psicanalítico. Se você não dá os parâmetros de como é que o supervisionado deve se posicionar para observar os fatos do inconsciente, não vai haver essa sensibilização...a postura de observação, isso já é uma coisa que tem que ser de alguma maneira ensinada...vai permitir a captação do essencial" (Gapienza e Forlenga Neto, pgs40-41)

Este analista sugere uma postura para o supervisor em franca oposição ao método próprio da psicanálise, o método da associação livre. Esta forma de tentar ocupar um lugar de supervisor _dando parâmetros de como deve agir o analista_ "vai permitir a captação" de um "essencial" processo de aprendizagem em que há um aluno e um professor, este chamado de supervisor.

Mas eles não estão sós. Tanto em termos nacionais:

"...instrumentos para o aprendizado-ensino pretendidos pelo supervisionado e pelo supervisor...;

...o território do aprender-ensinar seja a experiência emocional do encontro supervisionado-supervisor...;

...vidas diferentemente pelo mestre e pelo discípulo..." (Pereira, 1991, p.61),

quanto internacionais:

"...parece tratar-se mais de um exame que de um verdadeiro processo de ensino." (Grunberg, 1970, p.150),

como enfatiza o argentino Grinberg, ao criticar a fiscalização julgadora que se faz ao "estudante". Ou, como ainda ele nos ensina:

"Procuro encarar a tarefa [de supervisor] com o acento posto na relação mestre-aluno (ensino-aprendizagem). Penso que é conveniente tomar o caso particular do paciente que se controla como base para um ensino clínico geral..." (idem)

Ou então:

"...se permite que aluno assista à elaboração do trabalho pessoal do professor. A maioria de nós pratica esta forma de ensino: dirigimos seminários de tratamentos supervisionados."

(Stein, 1928, pg33)

como vemos escrever nosso já conhecido psicanalista francês.

Justamente, o estilo de supervisão que venho desenvolvendo, tem caráter não pedagógico, e o supervisor, em respeito à "regra fundamental da psicanálise", ajuda o supervisionado a estar em permanente processo de busca de sentido para os eventos ligados ao campo transferencial, eventos estes que vêm à tona da maneira que o supervisionado os puder suscitar.

Não ser analista ao ocupar um lugar de supervisor não quer dizer deixar de ser psicanalista.

"...um campo terapêutico complexo, no qual todos os membros presente no campo (paciente, supervisor, analista do terapeuta, instituição, etc.) se influenciam reciprocamente. O que desejo enfatizar é a noção de campo terapêutico dinâmico no qual todos os elementos do conjunto estão intimamente relacionados." (Silva, 1969,

pg8)

É interessante a singularização presente na ausência do plural, certamente suprimido na datilografia, na medida em que prenuncia a ausência, neste "campo terapêutico dinâmico", do pobre analista _ou supervisionado_, relegado à desagregadora inclusão num "etc". Talvez esteja aí representada a ausência do analista, substituído pela figura do "aluno", que apenas observa o que mostra seu "professor", este sim considerado o verdadeiro responsável pelo processo de análise que aquele apenas intermedeia.

Regras e conselhos

Diz Lebovici:

"A primeira sessão relatada deve ser objeto de uma especial atenção desde que, como sabemos, ela condensa toda a organização

neurótica, apesar disso, os comentários do supervisor sobre ela devem ser simples." (Kracher, 1970, pg59);

"É necessário benevolência com as interpretações formuladas de modo muito rápido ou inadequado" (idem)

E.D.M. Frijling-Schreuder aconselha:

"...se o supervisor nunca insistir nos seus próprios conselhos técnicos mas sempre deixar a última palavra com o material clínico..." (idem, pag59-60),

o que também faz Isaakower:

"...aconselha o supervisor a iniciar não com as produções do paciente como anotadas pelo estudante, mas pelo conjunto das produções do paciente tal como filtraram pela mente do estudante." (idem, pg61)

Grinberg sugere:

"...falas triviais, do candidato, no início são muitas vezes uma espécie de associações livres conectadas indiretamente com o tema central do material que ele traz...mostrar-lhe isto tornará o candidato mais confiante e corajoso..." (idem)

Albert J. Solnit alerta:

"...o risco da tendência a guiar muito de perto o manejo técnico do estudante com seu paciente colocar seu desenvolvimento como analista ao perigo." (idem, pg42)

Lebovici continua a propor, tentando persuadir:

"Podemos propor uma intervenção ou até sugerir sua formulação." (idem);

"...a supervisão deve ser ao menos uma vez por semana, com a mesma duração de uma sessão." (idem);

"...devemos persuadir nossos candidatos a..." (idem)

Grinberg aconselha:

"...aconselho ao estudante preparar uma anotação para cada paciente..." (idem);

"...deve ser-lhe dito que não precisa ser absolutamente fiel ou tentar uma exatidão cronológica de tudo que ocorreu na sessão." (idem, pg66)

É infundável o número de citações que se poderia fazer a este respeito. Todas elas indicam estabelecimento de regras e conselhos técnicos para vários aspectos do trabalho de supervisão. São pessoas que há muitos anos lidam com o assunto, dirigindo-se para os que ainda vão se desenvolver, de forma paternalista e restritora.

Estruturando-se uma forma de trabalhar organizada, não há necessidade de tentar controlar as nuances deste trabalho; sem

regras, sugestões e conselhos, a supervisão cumpre bastante bem seu papel, através da tentativa constante de investigar os meandros do campo transferencial.

O supervisor não necessita ser uma espécie de mecânico que conserta as distorções que enxerga em seus supervisionados. Para isto, seria necessário que ele tivesse realmente o saber anunciado por estas taxatividades, como por exemplo parecem acreditar Schreuder:

"Eu apenas tento mostrar o mais objetivamente possível o conteúdo inconsciente do material do paciente." (*Idem*, pg 40),

e Perez:

"...ajudar o supervisionando a 'desaprender' as suas falsas concepções e...Paralelamente o supervisionando é capaz, com a presença catalítica do supervisor, de (re)descobrir a conexão que o leva ao significado verdadeiro." (*Perez, 1991, pg 3*)

Mas, retruca Menezes:

"É a partir de uma maneira de ver a psicanálise como saber acabado, que se introduz na supervisão a dimensão pedagógica...Ora, o supervisor não é um professor. O professor se propõe a comunicar ao aluno um conjunto bem definido de conhecimento, recorrendo a técnicas e artifícios didáticos; o analista em posição de escuta de outro analista terá que proceder a uma certa suspensão, ao menos provisória, de seus conhecimentos, entregando-se a uma atividade associativa e elaborativa em sintonia com o que está sendo dito ... Mas, a certeza suscita adesões" (*Menezes, 1988, pg 33*),

Seria então uma tendência pedagógica que levaria alguns adeptos de certezas a desafiar incontáveis preceitos técnicos a serem seguidos por seus seguidores. Ai haveria uma armadilha para os supervisores com esta inclinação, já que

"Quando a 'clarificação' que resulta de uma sessão de supervisão, transforma-se em excesso de clareza, de compreensão, este demasiado claro vai funcionar como um corpo estranho parasitando a escuta do analista." (*Idem*)

As incertezas são combustíveis para máquinas de pensar, alimentando os processos de análise e de supervisão, na medida em que produzem as aberturas que caracterizam os frutos esperados destes processos.

Mas também é interessante lembrar que é consensual, em psicanálise, não ser tarefa do analista aconselhar seus analisandos; a isto se considera como sendo resistência do analista. Seria irônica a situação em que um psicanalista aconselhasse outro psicanalista a não aconselhar seu

analisando, porque ... isto não se faz em psicanálise; uma espécie de faça o que eu digo mas não o que eu faço.

Ao invés de doutrinar, ensinar, sugerir ou aconselhar, que não se adequam ao espaço psicanalítico, um supervisor pode talvez seguir um caminho mais coerente com este espaço, se considerar que o campo transferencial está organizado de forma a que as coisas com o analista se passem da maneira como se passaram. Se um analista aconselha seu analisando, a investigação do campo transferencial que com ele constitui, talvez indique razões estruturais para que isto se faça, o que levaria ao alargamento de sua inserção analítica, e, conseqüentemente, à continuação do processo de busca.

Supervisor no campo transferencial

Há quem ache que a supervisão é

"...um oásis de tranquilidade onde a situação ansiosôfica já aconteceu e é agora um passado aprisionado numa gaiola de concreto, quem sabe até mumificada..." (Perez, 1991, pg1),

ou seja, vindo após a análise, nela tudo seria passado e, portanto, nada de vivo, de vibrante, poderia ocorrer.

Menezes, porém, afirma que:

"Quando ocorre de o analisando retomar com fidelidade o que lhe disse o analista...vejo nisto uma expressão de resistência...Resistência a dois que pode bem tornar-se resistência a três se no circuito for incluído mais um analista que, na condição de supervisor, sinta-se inibido do dever de explicar ao seu colega tudo o que está de fato se passando na análise do paciente" (Menezes, 1988, pg32),

com isto mostrando como as explicações do supervisor podem ter caráter tão defensivo quanto a imobilização do analisando na veneração às manifestações de seu analista.

Com isso, o supervisor é incluído num contexto psicanalítico em que não é preservado; ele resiste igualmente, ou seja, seu funcionamento inconsciente também é levado em conta. Ao invés de se colocar como aquele que dita as regras e as avaliações dos supervisandos, ele também é parte dos acontecimentos; o campo transferencial invade a supervisão.

Nada mais justo. Tudo que se passa neste campo transferencial está em função do sofrimento do analisando que o é por ter vindo tentar se socorrer deste sofrimento, que, por isto, é responsável pela sua instauração. O analista, por

se-lo, isto é, por trabalhar com o método próprio da psicanálise associação livre/atenção fluente, é capturado, tendo de fazer parte constituinte do campo, querendo ou não, tentando ou não evita-lo. Indo para a supervisão, este analista arrasta consigo sua inserção no campo, estando lá também em função do sofrimento do analisando. O supervisor, também psicanalista, portanto também adotando o método psicanalítico, escuta o agora supervisionado, assim sendo igualmente atraído para o mesmo campo transferencial. É verdade que, por não estar em contato direto com o analisando em pauta, e por participar de uma etapa mais distante deste complexo processo, ele tem sua inserção neste campo bastante amenizada; isto não impede, porém, que seja possível perceber, como o fez Menezes, que esta inserção existe, isto é, que são três e não dois a se defender na situação citada logo acima.

O que faz o supervisor que sabe que isto pode acontecer? Nada além de saber disto. Ao manter contínuo o incentivo à investigação, ele investiga suas próprias possíveis manifestações inconscientes, se as captar ou se para elas for alertado; e as investiga no mesmo contexto, ou seja, nos meandros dos acontecimentos relacionados com o campo transferencial originalmente composto pelo supervisionado e por seu analisando.

Construção de supervisor e teoria da supervisão

Como se faz um supervisor? Quais as condições para que o seja? Quais as garantias de que alguém possa ser supervisor? Quais conceitos teóricos são necessários conhecer para que se o seja? Que tipo de programa clínico-teórico deve ser empregado para isso? E, afinal, existe uma teoria de supervisão disponível, para poder fundamentar o que se faz?

Vários autores se queixaram da ausência de esforços, para teorizar a supervisão. Valabrega, por exemplo, informa que

*...jamais uma teoria analítica do controle foi esboçada, até estes últimos anos. (Valabrega, 1969, pg32)

e Zaltzman lembra:

*O controle, reconhecido como peça mestra na formação do psicanalista, foi promovido a golpes de uso, de codificações institucionais diversas, de avaliações dos talentos respectivos dos 'controlados' e dos 'controladores', sem que estes usos e talentos inspirem uma metapsicologia da originalidade dos processos

específicos desta experiência analítica, sem embargo tão difícil de praticar quanto uma psicanálise." (Zaltzman, 1989, pp44)

Além disso, também se reclamou da ausência de programas de treinamento de supervisores. Grinberg, expondo sua visão pedagógica do trabalho de supervisão, dizia, em 1969, que:

"...o problema [formação de supervisores]... não foi ainda encarado e resolvido na maioria dos Institutos de Psicanálise. Eu me refiro à falta de preocupação dos analistas didatas em adquirirem a capacidade de ensinar.

Essa deficiência contrasta de forma gritante com a formação psicanalítica completa (que inclui a própria supervisão) que qualifica o candidato para analisar pacientes. Frequentemente o neófito professor de seminário ou o jovem supervisor fica obrigado a improvisar ou simplesmente espelhar o que foi colhido na sua experiência de estudante. Apesar dessa assimilação ou identificação com seus professores ser de grande valia, não foi dado a ele um programa específico, orgânico e sistemático, tanto teórico quanto técnico, que o tivesse provido com a informação conceitual correspondente e treinado para um desempenho satisfatório de sua tarefa de ensino." (Bracher, 1990, pp578-79)

É verdade, não há teorizações do trabalho de supervisão, que sejam aceitas ou institucionalizadas universalmente, da mesma forma que não se tem nenhum esquema sistematizado de construção de supervisores nem de sua seleção.

Talvez esteja aí o que de melhor se possa dizer deste espaço. Quem sabe, pela inexistência de sistemas de treinamento de supervisores, possa o aforista Lacan estar sendo bem representado, se considerarmos que o supervisor é aquele que assim se nomeia, em razão de demandas que vêm encontra-lo disposto para se confiar na possibilidade de realizar esta função!

Na verdade, creio que se poderia dizer, mais amplamente, que é psicanalista quem se reconhece de si mesmo como tal. Da mesma forma que para o analista, a ousadia do supervisor, tanto quanto daquela que ajuda a estudar a teoria psicanalítica, estariam apoiadas no desejo, e na confiança adquirida ao longo das atividades exercidas no campo da psicanálise. Tal como dito dois capítulos atrás, haveria aí, implícita, uma necessidade de liberdade que impediria a institucionalização.

Como também foi dito nesta ocasião, a função estruturante teórico-clínica da supervisão pode ser preenchida por sua singularização; o trabalho feito por supervisores com seus

supervisandos é regulado pelo estilo justificado, que tem como pré-requisito único o de poder ser reconhecido como integrante de um trabalho próprio de um campo psicanalítico.

A construção de um supervisor pode então ser considerada como se dando de forma lacunar, em analogia a como Freud viu o termo (Freud, 1937b); insere-se o supervisor num campo simbólico _o da transmissão da psicanálise_, por movimentos desejados apresentados, o que é possibilitado em função de trabalho psicanalítico já realizado.

3.4.2 - FUNÇÕES

Os autores que dedicaram sua atenção à supervisão e à sua utilidade para a psicanálise, tiveram por preocupação estipular, definir, as funções que ela pode exercer no espaço psicanalítico. Além da variedade de opiniões a respeito, encontra-se também diversos graus de ênfase para a importância de cada uma delas.

Algumas citações de vários desses autores servem de referenciais para que se assinala as consequências do estilo de supervisão em apresentação.

O sujeito supervisionado

Em 1927, Deutsch dizia que

"A primeira tarefa do controlador consiste...em reconhecer as dificuldades e complexos do candidato," (Deutsch, 1927, pg90),

preocupando-se portanto, desde aquela época, com o sujeito supervisionado.

Continuou-se a dizer coisas do mesmo tipo:

"A psicoterapeuta reconhece seu sentimento de impotência diante de sua paciente, na incapacidade de sua filha nadar em água profunda e na sua própria impossibilidade de salvar a criança. Ela associa a agressividade...aos sentimentos em relação a seu pai...Assim se explica a surdez da psicoterapeuta...enquanto a paciente lhe fala de seu sofrimento...é bem a regressão que está em ação, pois ela confia seus sentimentos ao supervisor com bastante ênfase." (Renaud e Chouinard, 1988, pg635)

Também Maud Mannoni acha que

"...o analista em formação funciona com marcas ignoradas por ela, que vale a pena colocar em evidência..." (Valabrega, 1989, pg42)

o que é corroborado por:

"...papel do supervisor como uma pessoa que possa ajudar o candidato a olhar seus pontos cegos..." (Sapientza e Forlenza Neto, 1990, pg43)

e complementado por:

"Precuro [supervisor] captar qual é o estilo de personalidade da pessoa [supervisando]..." (idem).

Estas citações parecem revelar o interesse, no trabalho de supervisão, pelo sujeito supervisando, isto é, pelo funcionamento psíquico que o caracteriza como sujeito.

Seria esta então uma das funções do trabalho de supervisão: evidenciar o tipo de funcionamento psíquico do supervisando?

Heitor de Macedo afirma:

"A questão é bem a de saber porque eles sentem a necessidade de falar [de suas defesas] em outro lugar que não em seu tratamento, de falar delas a um outro que não seu analista. Ora, se o fazem, é porque há continuidade entre a função de analista e o lugar de analisando." (Zaltzman, 1989, pg 63)

Barande tem opinião parecida com a de Macedo:

"...uma sensibilização externa ao processo analítico evolutivo do descendente, complemento...de sensibilização interna a este processo que ele pôde abrir ao curso de sua análise pessoal..." (Barande, 1989, pg 88)

"...em seu começo, se encontra...numa posição de captação fática em relação à sua própria análise, para a qual, na melhor hipótese, o postulante somente pode desejar se desprender..." (idem, pg90)

Rabain considera que

"...este novo analista que é o supervisor na sua função de escuta e de interpretação, frequentemente leva o supervisando a se desfazer das idealizações e das ciladas narcísicas, como também das pálidas imitações que as vezes o ligam ainda a seu analista pessoal." (Rabain, 1989, pg69)

Ele vai ainda mais longe quando afirma que:

"Passar do divã para a poltrona e aposar-se dos poderes da função, não se faz sem conflitos nem sem culpa. O supervisor, como instituição, é sem dúvida aqui solicitado implicitamente para negociar a culpa inerente a esta transgressão..." (idem, pg70)

Todos esses autores acham, portanto, ser na supervisão o lugar para que o analista dê continuidade à sua investigação pessoal, usando como pretexto seu trabalho de analista. Do divã para a poltrona, e o agora analista passa, na supervisão, da poltrona para um arremedo de divã.

O analista é um sujeito, como outro qualquer, que tem história, que transfere, que dá indícios de manifestações inconscientes; e, portanto, ao narrar, em sua supervisão, suas experiências de analista, ele não as descreve com neutralidade, fazendo-o, ao contrário, a partir de sua história.

Supervisando falando de si, introduzindo aspectos de sua história e de suas características ou regredindo, nada disto impede que o trabalho permaneça sempre na esfera da referência ao campo transferencial que ele constitui com seu analisando. O supervisando como sujeito, seu estilo de funcionar psicologicamente, não interessam para o trabalho de supervisão; tudo se escuta com o interesse voltado para o incentivo a uma atitude de busca, sempre realizada com o ouvido voltado para o campo transferencial.

Se o supervisor continua a incentivar a busca de sentido, em tudo que ali aparece do supervisando como sujeito, em termos da relação inconsciente que este tem em seu trabalho de analista, espera-se que se ampliem as idéias quanto à estruturação desta relação, ampliando-se, em consequência, a capacidade de investigação.

Se, portanto, o supervisor continua a focalizar inexoravelmente o campo transferencial que o supervisando representa, em permanente busca, o que fica em foco não é o sujeito supervisando e sim a atitude de busca de significação para os eventos referidos a este campo transferencial.

Em outro contexto na análise pessoal do supervisando os mesmos indícios vão receber tratamento diverso, aí sim sendo escutados, por exemplo, como regressões que o analista viveu junto a seu analisando.

Transmissão e identidade

Prosper Chaboché acha que

"Um dos aspectos do conteúdo manifesto do controle é a
 demanda de formação." (Zeltzman, 1969, p.61),

e Zeltzman diz que

"O controle talvez seja mais propício, que qualquer outro modo de troca, para que um psicanalista encontre as lacunas de sua formação, seus prejulgamentos, suas resistências." (idem, 1943), enquanto Barande afirma que

"Este [o supervisor], durante algum tempo investido como continente do discurso que relata a transação incestuosa das primeiras análises...até que este [o supervisando] possa assegurar ele mesmo esta função de continente, quer dizer, até o momento onde a análise poderá estar plenamente assumida pelo analista..."

(Barande, 1989, pg90)

Aí se apresenta a supervisão como tendo por função fazer parte integrante e ativa do processo de transmissão da psicanálise, o que implica fazer parte do processo de construção de um analista.

"Pois é exatamente disto que se trata: da colocação em jogo de um trabalho concernente à identidade do analista, em sua função analisante." (Rabat, 1989, pg69)

"O controle 'ideal' não seria aquele que permitisse ao analista...aprender a manejar as forças da transferência e da interpretação...?" (Ascher e Maxson, 1989, pg163)

"...o lugar privilegiado de um autêntico processo de transmissão da psicanálise para o futuro analista, permitindo-lhe colocar em jogo, como na análise, toda uma série de experiências que vão elas mesmas (mas sobre outros registros) ser determinantes para o desenvolvimento futuro de sua identidade de analista."

(Bakanowski, 1989, pg77)

"...a importância do apoio e do favorecimento da 'atividade de construção' (a expressão é de Fédida) que o analista em supervisão pode encontrar junto ao colega e, do valor disto, para a sua prática e para a sua formação." (Menezes, 1988, pg34)

Estas opiniões parecem bem razoáveis, pois a supervisão, desde 1920, está incluída no tripé de transmissão psicanalítica, sendo então parcialmente responsável pela constituição de um analista.

Mas, ao invés de ter como alvos, preenchimento de lacunas, prejulgamentos e resistências, tentativa de se desfazer de idealizações, de tendências narcisistas e de imitações, ou de trabalhar a culpa pela ocupação do lugar de analista, podemos concebê-la como trazendo ampliação à sensibilidade psicanalítica, à confiança em ser psicanalista. Com isto, lacunas, prejulgamentos, resistências, etc., vão sendo estruturalmente cuidadas, e este cuidado vai sendo

observado, sem que se necessite, em consequência, lidar com elas diretamente neste espaço.

Quando Sztajnberg diz que

"...o supervisor teria de ser alguém capaz de criar um ambiente facilitador, suficientemente bom, que propiciasse o desenvolvimento de um verdadeiro self profissional.

É relação de poder que permeia os diversos segmentos onde se trata de Psicanálise obstaculiza em todos os níveis o desenvolvimento desse eu verdadeiro...

Como nos demonstra Winnicott, o processo maturacional fica interrompido se a necessidade adaptativa de se amoldar a exigências externas provoca a configuração de um falso self. Na supervisão tanto quanto na análise esse risco é iminente e dessa forma o processo criativo fica impedido de se manifestar, em favor de uma forma de ser mecânica e dissociada dos afetos, coibindo a capacidade para empatizar com o outro e se sentir realmente participando de uma relação." (Sztajnberg, 1990, p.15),

pode-se retrucar que esta intenção não faz parte das preocupações que movem o supervisor de que aqui se fala, pois que, sabendo que está participando de um processo de transmissão da psicanálise, ele acredita que sua forma de participação é transmissora, sem precisar tentar criar nada de específico além do que faz como supervisor. Riscos iminentes os há em todos os níveis de que participam os personagens da dramaturgia da transmissão psicanalítica; lida-se com eles pela estruturação de trabalhos psicanalíticos que o sejam efetivamente, proporcionando assim que se construam, se possível for, psicanalistas, sem se preocupar se "realmente" são "verdadeiros".

Interpretação e construção

"...para não induzir no analista do tratamento, o pensamento que o supervisor poderia ser a teoria e a memória de seu paciente, é portanto para tornar disponível a capacidade de construir que a supervisão deve colaborar e contribuir." (Fedida, 1968, p.1149)

Parece-me haver aí uma alusão à importante diferença entre interpretar e construir, introduzida na psicanálise por Freud. O supervisor não se encarregaria de "descobrir" como é e como se fez o analisando, interpretando, procurando memórias esquecidas, e sim ajudar o supervisando a incrementar sua

capacidade de construir histórias de vida, preenchendo lacunas que o inconsciente do analisando indica. Creio que esta busca investigativa propicia que o supervisor crie, invente _sempre referenciado ao campo transferencial_, para poder continuar a fazer elaborações em torno do funcionamento do analisando.

Continente

A citação de Barande, feita logo acima,

"...[o supervisor],...investido como continente do discurso...até que...[o supervisor] possa assegurar ele mesmo esta função de continente, quer dizer, até o momento onde a análise poderá estar plenamente assumida pelo analista..." (Barande, 1989, pg90)

traz-nos outra função para o supervisor, qual seja a de servir de continente para os sustos que o lugar de analista incute naquele que tenta ocupá-lo. Tratar-se-ia de uma posição provisória, onde aguardaria que o supervisor se apropriasse "plenamente" de sua função de analista, passando então a poder ser continente de si mesmo.

Sztajnberg concorda com isso:

"...o cuidado do supervisor em ser um continente das ansiedades persecutórias do seu supervisorando..." (idem, pg16)

Parece-me razoável que o supervisor possa tomar o supervisor como um porto seguro para suas aflições como analista, o que não implica que este cuide para que isto ocorra. Seu trabalho insistente de busca talvez seja suficiente para que o supervisor volte mais e mais suas energias para a investigação do campo transferencial, necessitando ocupá-las sempre menos em suas ansiedades.

Contratransferência

Uma das funções mais recomendadas para o trabalho de supervisão, é sem dúvida a que fala da necessidade do supervisor entrar em contato com suas contratransferências.

"...rapidamente o supervisor encontra-se confrontado com seus movimentos defensivos, com seus pontos cegos, ou com suas contra-attitudes; ou seja, com sua contratransferência, o que quer dizer, com a resposta de seu aparelho mental submetido às solicitações pulsionais, libidinais ou destrutivas, de seus pacientes." (Rabain, 1989, pg71)

"...a 'supervisão' representa o lugar possível de um esclarecimento dos imbrólios contratransferenciais..." (Majella, 1989, pg126)

Já tendo falado da substituição, aqui feita, do conceito de contratransferência pelo de campo transferencial, fica a ideia de que tudo o que o supervisionado traz para a situação de supervisão, inclusive o que os autores chamam de contratransferência, passa pelo mesmo processo já anunciado busca de sentido em relação ao campo transferencial, sem que se faça nenhuma tentativa de elaboração ou mesmo de simples descoberta, dos possíveis obstáculos ao processo, internos ao analista.

Erros

Henry Bauchau acredita que

"...a formação do psicanalista é largamente uma formação...em que se arrisca e se faz erros...Não se deve esquecer que em Berlioz, em 1920, o que se queria era retificar os erros..." (Zelkman, 1989, pg62)

A forma de supervisionar aqui em foco, permite que não se considere haver qualquer erro nas atitudes do analista, isto é, que não se atribua à supervisão uma função corretora de labor psicanalítico; tudo mesmo o que se chamaria de erro, qualquer que seja o tipo, se toma como resultado da existência de um campo transferencial ao qual pertence o analista, o que leva sempre a investigações e não retificações.

As opiniões de Daniel Sibony aproximam-se desta perspectiva:

"Geralmente a 'asneira' que se faz se crê ser única e nos arrependemos de tê-la feito, recusando honra-la como ponto possível de abertura, fazendo um ponto de parada, pensando mesmo em não continuar, não reinvestir, naquilo que está imobilizado neste ponto, na direção de um desdobramento mais aberto. O analista encontra-se então como detido por ele mesmo, inibido por seu 'papel', e aí o 'controle' tem todo seu valor de novo impulso. Todas as vezes que um analista veio a mim se queixar de ter feito uma 'asneira', estendendo-me, algumas vezes perversamente, a vara para que eu lhe bata, pude mostrar-lhe que a dita 'asneira' era um ponto de renovação que se recusa. Mas poucos são capazes de poder considerar de imediato sua 'asneira' como um efeito do inconsciente. Não se quer ser bom..." (Cournot, 1989, pg140)

Tentarse, aí e aqui, perceber a "asneira", o "erro", como fruto do funcionamento inconsciente de um sistema, como dificuldade de aceitação de novos significados que estariam buscando irromper na consciência do analista. "Estar inibido por seu papel" é muito parecido com a idéia de estar inconscientemente expressando a estrutura de um campo psíquico ao qual se pertence de forma específica.

Estilo

Falando da importância da supervisão para o trajeto que leva à constituição de um analista, diz-nos Smirnov que

"é preciso aspirar a que, no fim do percurso, cada um possa encontrar seu próprio estilo: os controles são um momento privilegiado para colocar em questão suas transferências, sua prática, a teoria e a si mesmo." (Smirnov, 1989, pg150)

Seria então conveniente que os psicanalistas encarregados de supervisionar outros psicanalistas, se preocupassem pelo estilo de analista que a supervisão auxiliaria a construir, ou descobrir?

Sztajnberg concorda:

"Parece que onde realmente o supervisor pode ajudar seu supervisionado seria na aquisição de uma ideologia de trabalho coerente com sua própria maneira de ser, ou seja personalizar-se no trabalho, de modo a se sentir o mais à vontade possível na sua realização." (Sztajnberg, 1990, pg25)

Zalcman, porém, discorda:

"...queria fazer uma observação a propósito do estilo do analista, porque esta tema aparece bem frequentemente associado ao controle. Creio que é uma ingenuidade pensar que um controle ajuda a adquirir um estilo. Ele ajuda a se desembaraçar do estilo que se queria adquirir, ou a se desembaraçar da cilada de ter um estilo." (Zalcman, 1989, pg42)

Não faz parte das intenções deste texto entrar pela discussão atraente a respeito de uma definição adequada para o termo estilo no que se refere ao sujeito-analista, nem de caracterizar com rigor aquilo que alude à fixidez noção implícita na idéia de "cilada" ou à flexibilidade do que se poderia chamar assim.

Prefiro manter a idéia de que este tipo de supervisão permite que a capacidade de investigação psicanalítica esteja em permanente elaboração, para o analista em supervisão e, em

consequência, para seu analisando. Creio que isto ajuda bastante a se fazer a transmissão da psicanálise, que está em jogo no trabalho de supervisão.

Neste contexto, a supervisão talvez propicie que o supervisando se dê conta das maneiras repetidas com que suas ansiedades, suas defesas, são tratadas ao longo de seu trabalho como analista. Esta angustiante tarefa de mergulhar num campo de ação onde se está em contato permanente com funcionamentos inconscientes, traz à tona não somente as ansiedades despertadas, mas principalmente a forma como se lida com elas. Isto representa um alargamento de auto conhecimento em termos do trabalho de analista.

Heitor de Macedo chega a dizer que

...uma primeira experiência de controle encontra sua origem nos impasses aos quais chega o sujeito na negociação entre sua função de analista e as defesas maníacas mobilizadas a serviço desta função: seja ele vindo encontrar um confrade para se assegurar que suas defesas não o impedem de escutar, seja ele vindo para testemunhar seu desmoronamento (e da inensa precariedade que este desmoronamento revela).⁽¹⁰⁰⁾,

colocando em causa então, justamente o temor de que não se passe incólume pela ousadia de ocupar um lugar de analista, de que não se resista à possibilidade de desmoronamento psíquico que a ocupação deste lugar permite.

A criação de um psicanalista _seu estilo?_ passe pelas vicissitudes ocorridas em todos os graus e níveis de seu percurso, inclusive, e principalmente, na sua atividade clínica.

Teoria

Macedo, ainda buscando funções específicas da supervisão, diz mais:

"...já sentado em sua poltrona para ajudar...seus pacientes, ele vai encontrar um colega para submeter sua teoria sobre a gênese do sujeito à prova da verificabilidade."^(Zaltzman, 1989, p.63),

considerando então ser função da supervisão obter verificação para o que o supervisando acredita ser explicação do funcionamento psíquico do analisando; ou, em outras palavras, tentar compreender melhor o jogo transferencial de que participa.

Com isto concorda Rabain:

"...demandam a colegas que julgam mais experimentados que supervisionem o tratamento de um de seus pacientes, quer dizer, de acompanhar a elaboração que eles mesmos fazem deste tratamento." (Rabain, 1989, pg68)

Mas, acrescenta Macedo:

"Falar a um colega de um paciente que o mobiliza, não é, para um analista, somente se assegurar que a teoria que ele elabora não é delirante... Trata-se aqui de uma experiência fundamental para todo pesquisador, a de compartilhar com um de seus pares o aparelho conceitual, a partir do qual e com o qual, ele tenta cercar o objeto que interroga e ambos." (Zelkman, 1997, pg63),

deixando claro, portanto, sua crença na necessidade fundamental de elaboração teórica na supervisão, ou seja, de que ali se faça correlação entre o que se passa na análise e o que se conhece do sistema conceitual psicanalítico.

Isto é corroborado por Grünberg:

"...base para um ensino clínico geral, com inclusão de conceitos teóricos e técnicos..." (Grünberg, 1979, pg12),

e por Mijolita:

"...aperfeiçoar e aprofundar seu conhecimento do método e da teoria psicanalíticas..." (Mijolita, 1989, pg123),

como também por Carlos Alberto Gicielli:

"Penso que o objetivo da supervisão é a integração da teoria com a clínica." (Gicielli e outros, 1990, pg33)

Menos elegantemente, outros autores referem-se à comprovação, na supervisão, de conhecimentos da teoria psicanalítica por parte do supervisionado:

"...se relação a algumas observações clínicas que a pessoa [supervisionado] faz, posso perguntar para aquela pessoa, em que é que ela está se baseando, quer dizer, vou querer saber quais são as teorias que aquela pessoa está usando. E, se notar que há algum déficit no nível de correlação, eu posso indicar alguma leitura, posso conversar, posso ficar detectando e apontando algumas questões que, para nós, os supervisores, ... são importantes ..." (Caplanza e Farlonza Neto, 1990, pg46)

"Você pode fazer a pergunta: 'Em que teoria você está se apoiando'. Pode vir uma resposta 'estou usando uma teoria que tem a ver com transferência'. Posso perguntar para a pessoa: 'O que é transferência'. A pessoa me dá a definição de transferência, eu pego o material clínico e digo para ela fazer o favor de me apontar como isso está no material clínico...penso em estar propondo ao

candidato em exercício prático relacionado ao tema teórico-clínico
'transferência' (Idea, pg 21)

"Há supervisores que se ocupam fundamentalmente do
estudante...e em julgar como interpretou, o que fez, o que entendeu
do material...parece tratar-se mais de um exame..." (Grinberg, 1970,
pgs 467-488)

Como já visto mais acima, teorias sobre o sujeito em
análise, indicação de textos, questionamentos teóricos,
discussões conceituais, são bem-vindos ao contexto de um
trabalho de supervisão com as características que aqui se vem
descrevendo. Tanto os supervisandos quanto o supervisor podem
introduzi-los a qualquer momento; Freud nos permitiu _as
minutas mostram_ perceber a importância de não se dicotomizar
experiência e teoria psicanalíticas. A busca de familiarização
crescente com a teoria psicanalítica é válida para todos os
contextos em que o analista puder tentá-la.

Isto entretanto não significa transformar a supervisão num
lugar de infantilização dos supervisandos através de
verificação de conhecimentos, de detecção de "déficits", de
tomada de definições, de exercícios práticos.

Trata-se, mais que isso, de trocas de elaborações clínico-
teóricas que possam ajudar a tentar compreender a trama dos
funcionamentos psíquicos em ação no campo transferencial
investigado.

Há, entretanto, quem se oponha a qualquer tipo de
teorização no seio da situação de supervisão:

"...toda tendência concernente ao ensino teórico deve ser
excluída. A teoria deve parar no umbral do controlador, para dar
livre curso à observação das ocorrências psíquicas. Isto somente é
possível mediante uma condição, a saber, que o candidato conheça a
teoria psicanalítica a ponto de possuir na ponta dos dedos as bases
teóricas daquilo que ele observa em sua prática. (Deutseh, 1927,
pg 92)

Faz-se assim a exigência de que o supervisando venha para
a supervisão munido de amplo repertório teórico, para que possa
ter melhor acesso à compreensão da experiência clínica de que
participa.

Embora válida a intenção, pois o trabalho de supervisão
talvez assim flua mais, possivelmente o próprio trabalho de
supervisão pode ajudar a que, por um lado se busque
aprimoramento teórico, e, por outro, se faça sempre mais
agudamente a amalgamação entre teoria e prática.

Levada à risca a exigência, o feitiço pode contrariar o feiticeiro, na medida em que ela pode gerar como consequência a acentuação da dicotomia teoria-clínica.

Substituição

A citação anterior é precedida por:

"A fim de preservar a função da análise sob controle todo substituta da observação clínica,...(idem),

o que traz mais uma função para a supervisão, ou seja, a de substituir a impossível observação da experiência analítica. Foi para cumprir este papel que nasceu a supervisão, na década de 1920 _como lembrado mais acima_, o que justifica uma autora daquela época ter esta visão.

A textura do processo aqui descrito para o que se faz na supervisão, porém, não leva em conta a possibilidade desta substituição, já que não se pretende olhar por um buraco de fechadura constituído pela presença do supervisando na supervisão, e sim considerar que esta presença traz com ela uma estrutura compatível com a da experiência analítica em causa. Com isso, ao invés de tentar reprodução impossível, busca-se fazer trabalho psicanalítico com aquilo de que dispomos _e que não é pouco_.

Aptidão

Rabain faz a pergunta:

"...como persuadir o mais rapidamente possível seu controlador do fato de que você funciona bem como analista?(Rabain, 1989, pg68),

percebendo portanto que os supervisandos têm a preocupação de logo se mostrarem aptos a ocupar o lugar de analista.

Stein afirma:

"No que concerne à resposta a dar a uma demanda de controle...ninguém se cerca de precauções, as maiores, para se assegurar da aptidão do candidato..."(Zaltzman, 1989, pg54)

mostrando-se preocupado com a possibilidade de alguém, não tendo aptidão para ser psicanalista, poder ocupar este lugar _tal qual Eitingon ao criar a função de controle_, revelando assim sua expectativa de se fazer uma vigilância qualitativa sobre os que pensam praticar a profissão de psicanalista.

Há, entretanto, quem se proponha a exercer ativamente esta vigilância, com a pretensão de avaliar competências:

"O candidato...deve ser capaz de reportar o material com confiança estando ciente de que ele é objeto de avaliação por seus supervisores'. Sendo assim, continua Lebovici, 'o analista que está dando supervisão deve facilitar os passos iniciais do candidato, seu futuro colega, ao mesmo tempo em que avalia a sua capacidade de tornar-se analista'." (Bracher, 1990, pgs5),

enquanto outros mantêm abertamente a postura protetora com que nasceu a supervisão:

"Schreuder coloca uma primeira definição muito restrita: 'ao candidato é requerido fazer supervisão por ser o meio pelo qual a Sociedade psicanalítica tem por fim proteger o interesse do paciente e o status da Psicanálise'." (idem)

Esta é mais uma preocupação aparentemente desnecessária.

Não se pode impedir a existência de níveis qualitativos _seja lá o que isto quer dizer_ em nenhuma profissão, inclusive na de analista. Nesta então, mesmo que se quisesse, seria ainda mais difícil exercer vigilância, pela sua natureza específica.

Para depurar o campo psicanalítico de entulhos inadaptados, não se faz mister fiscalizá-lo e sim preenche-lo de trabalho psicanalítico efetivo. Trabalha-se, supervisiona-se, de modo a que se possa instituir um espaço ocupado por quem por ele vivamente se interessa e por quem o suporte.

O próprio Stein repara que

"Alguns demandantes se apercebem que não são feitos para seres psicanalistas e logo renunciam..." (Zaltzman, 1989, pg64)

e também que

"...aquele que se engaja mas controle se vê confirmado na realização do projeto de se tornar psicanalista." (idem)

Espera-se então que, dentre os que se interessam em ser psicanalistas, alguns não suportem ocupar um lugar de analista, desistindo de se-lo; aqueles que resistirem e se engajarem, tendem a se envolver decididamente com o alvo em mira, e a busca de supervisão talvez seja um bravo indício de confirmação de escolha.

Além disso, é preciso contar também com a própria preocupação que os analistas têm quanto à sua competência. Eles estão permanentemente sob o jugo da dúvida:

"Será que sou psicanalista?...O que é preciso saber?"

(Barros, 1989, pg21)

levando a que possam procurar a supervisão para tentarem saber o que é preciso saber fazer para se considerarem como analistas.

Com isto, envolvem-se num processo que os dirige, pela sua própria estruturação, a efetivamente ocuparem um lugar de analista, sem que tenham de descobrir "pulos do gato".

Solidão

"O fato de o analista se encontrar só...face às projeções transferenciais de seus pacientes e portanto de sua contratransferência, o confronto necessariamente com a culpa e com a angústia provocadas pela intensidade das trocas incestuosas da situação analítica...

Assim, mesmo se a supervisão se limitar ao estudo do material verbal do paciente, a seus conteúdos, como às emergências transferenciais do tratamento e ao desenvolvimento do processo, o supervisor não pode fazer a economia de sua própria escuta contratransferencial." (Rabain, 1989, pgs 70-71)

Então, assinalando as dificuldades por que passa alguém que ocupa este lugar de analista, Rabain marca a solidão com que esta tarefa é realizada, levando à necessidade de uma escuta exterior às sessões.

Com isso, a supervisão poderia ter como importante função, entre outras, a de permitir que o supervisando tenha um colega com quem compartilhar esta tensão, de modo a que consiga se escutar, em termos de seu pertencimento ao campo transferencial de onde vem.

Como nos diz Berlinck:

"O analista procura uma supervisão para ampliar sua própria escuta...já que a escuta do psicanalista é, antes de mais nada a capacidade de se escutar enquanto ocupa o lugar que o faz objeto da transferência." (Berlinck, 1994, pg13)

Mas isto não quer dizer que ele vai trabalhar estas angústias na supervisão, e sim transformá-las em compreensão sobre o que se passa num contexto de que faz parte, e que, justamente por isso, pode angustia-lo.

Além disso, compartilhar dá prazer:

"...coloca-se a questão do 'prazer experimentado no funcionamento analítico' compartilhável e compartilhado..." (Bokanowski, 1989, pg77)

O supervisor pode então ser visto, pelo supervisando, não somente como para-raios de angústias, mas também como prazerosa companhia "a posteriori" para sua solidão de analista.

Perplexidade

Afirma Jean-Claude Sempé:

"Quando eles vêm me pedir qualquer coisa que se assemelhe a um controle,...meu trabalho será essencialmente de tentar lhes transmitir a perplexidade que é a única possibilidade pela qual uma interpretação pode ser criativa e não reducionista." (Sempé, 1989, pg109)

Eis aí uma outra função para a supervisão: transmitir uma postura psicanalítica em que as certezas são abolidas e a dúvida é que permite criação, onde o interesse pelo inusitado faz trabalhar. O novo se antepõe ao conhecido, ao sabido.

Isto é o que a busca de sentido aqui insistentemente apresentada parece provocar; e sem que se tenha de colocar nenhuma ênfase especial em "tentar transmitir perplexidade".

Diz Barros que, na supervisão,

"O que ...se configura, talvez na melhor das hipóteses, é uma iniciação, entendida aqui esta palavra no seu equívoco semântico, de 'ato ou efeito de iniciar', ou 'ato de receber as primeiras notícias de coisas misteriosas ou desconhecidas'" (Barros, 1989, pg18)

O que aí se configura como "iniciação", perde valor neste estilo de supervisão, pois, ao invés de dar "primeiras notícias", oferece-se procura permanente de "notícias" de significados sempre novas, e, no lugar de notícias de "coisas misteriosas ou desconhecidas", propicia-se postura constante de investigação.

A postura de desconhecimento e perplexidade é que serve de mola para que permaneça a vontade de criar, de produzir; de se vincular, portanto, a um campo desafiador e atraente. Isto vai de si neste trabalho; não se necessita nenhum esforço específico para incentivá-lo.

Autorização ou reconhecimento

Barros considera que

"A supervisão constitui, até, para muitos, a primeira tentativa de prestar contas de suas práticas, antes de fazê-las"

para um público mais amplo, de publicarem algum artigo, de dirigirem algum seminário clínico, etc." (Bacros, 1989, pg18),

o que indica a possibilidade de encará-la como local introdutório para quem deseja se integrar ao espaço social da psicanálise, em busca de aceitação para esta inserção.

Lembra Stein:

"O fato de ser admitido aos controles ou às supervisões _estes dois termos são sinônimos, o segundo tendo sido tomado do inglês_ numa instituição, ou de ser aceito por um controlador fora da instituição, é tomado frequentemente como uma autorização de praticar a psicanálise, embora não se saberia negar que o psicanalista deve autorizar-se por si mesmo, segundo a formulação de Lacan...;

Não se saberia autorizar, não por si mesmo, mas de si mesmo _o que não é a mesma coisa_, sem recurso a uma terceira instância, mas cuja função não é a de confirmar uma capacidade ou de interiorizar uma decisão. De uma parte, a autorização de si mesmo é promovida pela análise do desejo de ser analista...e, de outra parte,...ela deve ser submetida à prova, não de uma instância que daria um conselho, mas do sentimento de alteridade e, mais precisamente, do reconhecimento tácito da parte de colegas...

(Smirnoff, 1989, pg112)

Seria então na supervisão onde o analista iniciante, desejoso de ser reconhecido como analista, buscaria encontrar autorização para isso, na medida em que veria no supervisor a autoridade com poder para dá-la. Este então, exerceria a função de, por um lado, colocar-se na posição de um terceiro, de um "cúmplice" (Galer, 1987, pg110), para que aquele se submetesse à prova de se mostrar atuante como analista diante de um outro-psicanalista, e, por outro lado, de revelar que o considera como analista, o que não serviria de autorização e sim de reconhecimento.

Smirnoff acentua:

"Falar de prática do controle sem levar em conta o contexto simbólico que representa o reconhecimento de sua 'práxis' por seus pares, é um absurdo, pois se estaria desconhecendo a realidade da situação da psicanálise *hic et nunc*." (Smirnoff, 1989, pg143),

e dignifica:

"...o trabalho de controle assumia frequentemente a dignidade de uma aprendizagem _no sentido nobre do termo_ e um valor de reconhecimento que ele não tinha em outras circunstâncias;...que contribui para a constituição do sentimento

de identidade do futuro analista;...trata-se do sentido, da significação que toma um engajamento analítico quando ele é reconhecido por uma instância investida de um papel simbólico."(idem,pg149)

De forma sucinta, exclama Soler:

"Creio, com efeito, que a marca verdadeira de toda demanda de controle está aqui: 'assegurar que há um psicanalista'."(Soler, 1987,pg109),

dizendo logo em seguida que:

"Sem psicanalista, nada de psicanálise."(idem),
para por fim enfatizar com mote lacaniano:

"...um lugar onde se fazer reconhecer, se fazer representar pelo significante analista junto a um outro."(idem,pg110)

Sia mesma, entretanto, alerta para a possibilidade de que se procure, na supervisão,

"...se autorizar a partir de um outro, pois o analista, se ele o é, se autoriza de si mesmo em seu ato..."(idem),

colocando assim este supervisionado na posição de alguém que não ouseu considerar-se como analista, necessitando de um outro que o fizesse por ele.

Como dito mais atrás, neste tipo de trabalho de supervisão não se questiona o supervisionado como analista, considerando-o, desde sempre, estar agindo como tal, na medida em que desde o início ele se vincula a uma busca de sentido psicanalítico para os eventos ligados ao campo transferencial. O reconhecimento está então implícito no próprio método de trabalho _que assume o papel de instância simbólica, permitindo que a procura de uma "autorização de si mesmo" tenha sua construção feita ao longo da tarefa analítica que é investigada na supervisão, dentro dos limites de suportabilidade a que se dirige. Este reconhecimento _sem nenhuma tentativa de autorização_ é implícito, no sentido de que, independentemente das expectativas a respeito que possa ter o supervisor, que inexoravelmente mantém-se à cata de indícios para a estrutura do campo. Enquanto isso, esperase, a análise pessoal do supervisionado se encarrega de "analisar o desejo de ser analista".

Ferida narcísica

Pergunta _e responde_ Marielle David:

"...porque pessoas, essas pessoas, querem controle? Iguamente, porque tanta gente foi se controlar com Lacan? Creio que é porque, lá, estava-se certo de encontrar a questão da ferida narcísica. E que quando se é analista, é disso que se trata. Quando você está em análise o analista vai descobrir sua ferida, enquanto que, quando você é analista, vai encontrar sujeitos que vão tentar atingi-lo no que há de mais profundo de você, e isto é preciso resolver." (Cournut, 1989, pg139),

trazendo à baila a possibilidade de uma interessante função para a supervisão, ou seja, a de ser um lugar onde o analista pode tentar entender como ele mesmo funciona quando se sente profundamente atacado por seus analisandos. Com isso, ele estaria se preparando para enfrentar situações que lhe seriam muito penosas se por elas fosse pego de surpresa; a isto é que Cournut estaria chamando *parece-me* de "resolver".

A supervisão, fazendo parte de um processo de transmissão da psicanálise, é uma das formas de ação que levam a uma crescente firmeza *esperar-se* na atitude do analista. Como as outras, o analista nela tem um terreno onde sua inserção no campo psicanalítico pode ir se acentuando, trazendo como consequência que ele possa desenvolver habilidades para lidar com as situações que se apresentem como obstáculos. As feridas narcísicas sofridas são percalços, sem dúvida importantes, a serem também trabalhados, na supervisão, mas em termos de sua origem na relação transferencial e não como referenciais para a investigação do sujeito supervisionado.

Simetria e subjetivação

Soler critica uma possível "degradação" da relação de supervisão:

"...que o controle não seja: ... tornar a encontrar uma simetria bem contrária à dissimetria essencial da relação analítica;...restaurar um efeito de subjetivação lá onde a experiência impôs ao analista de ser objeto;...reanimar o sujeito suposto saber que a análise destituiu" (Soler, 1987, pg110)

Se isto ocorresse, continua, tratar-se-ia de

"...um complemento de análise, sem o dizer." (idem)

A "dissimetria essencial da relação analítica" não se transforma, na supervisão aqui professada, em uma "simetria" que lhe é oposta, já que supervisor e supervisionado realizam

suas funções de forma específica, tal como o fazem analista e analisando na análise.

A desubjetivação³⁶ que ela aponta como tentada na análise, não o é aqui, onde não se tem interesse pelos sujeitos que compõem a relação de supervisão, na medida em que o trabalho se faz permanentemente em busca de significados possíveis de serem indicados pelos acontecimentos provindos da trama transferencial analítica. Isto não significa, porém, que se esteja atento para que estes sujeitos não apareçam; a ênfase é no que se faz e não no que não se queira que aconteça. Lida-se com a permanente irrupção de manifestações da subjetividade da mesma maneira que tudo é tratado. A previsível imposição de um sujeito suposto saber passa pelas mesmas considerações.

Repese-se aqui o que já foi dito para a possibilidade de quaisquer incursões, no campo da supervisão, de eventos denunciadores de desejo _consciente ou inconsciente_ de transformá-lo num campo de análise: tendo como limite a suportabilidade que os protagonistas participantes da relação de supervisão têm de nela permanecer, o tipo de trabalho não se altera.

Neste estilo de trabalho não se tenta

"...corrigir o desejo do psicanalista..." (idem, pg111).

Testemunho, passe e cumplicidade

Entre outros, Macedo^(Zaltzman, 1989, pg62) e Soler^(Soler, 1987, pg 110) nos falam da supervisão como um lugar onde se pode estar buscando testemunho da existência de um analista.

Soler também procura uma analogia para isto em Lacan:

"...vê-se que o controle não deixa de ter afinidade com um outro dispositivo, este propriamente lacaniano, a saber, o procedimento do passe. Ele também visa o ato analítico. Ele o visa como seu agente, pois que se trata para o passante de testemunhar a metamorfose experimentada em sua análise e que condiciona sua passagem ao ato analítico, sendo que os passadores interpõem-se entre passante e júri como placa sensível desta mutação. No passe, o ato se aproxima da análise que o torna possível, enquanto que, ao inverso, no controle, ele é visado pela mediação dos tratamentos que o supõem e que sem ele não o seriam." (idem, pg111)

³⁶Cuja possibilidade é questionada no capítulo 3 da primeira parte deste trabalho.

O processo institucional do passe permitiria então que o analista possa ser reconhecido como tal, tendo na sua capacidade de captar modificações vividas em sua experiência analítica pessoal, o condicionante desta sua passagem ao ato analítico; é um processo em que o analista se vê diante, não de uma, mas de várias testemunhas mediadoras.

Ela vê na supervisão um processo semelhante, na medida em que nela também se testemunharia esta "passagem ao ato analítico" em sua realização, que serve de mediação.

Deixando de lado os questionamentos que o dispositivo "passe" pode levantar, creio que, na supervisão, aqui, tratar-se-ia mais de um processo de "cumplicidade" _como diz a própria Soler numa citação acima_ que de testemunho, já que o supervisor aqui considerado é ativo _um testemunho pode dar a idéia de uma presença passiva_ em sua tarefa de ajudar o supervisionado a poder crescentemente reconhecer-se como analista. Ele atribui, às ações de quem vem falar o supervisionado, o estatuto de ato analítico, o que, esperase, permite que elas o sejam sempre mais.

Discurso analítico e ética

Diz ainda Soler:

"...ele [controle] foi frequentemente contestado ao curso da história da psicanálise. Ferenczi, um dos primeiros, muito cedo denunciou sua estrutura de sugestão...Com efeito, para o controlador, não é tão impossível operar pela sugestão, seja colocando algum traço de doutrina em posição de organizar o conjunto do saber analítico..., seja professando sobre o caso..., ou mesmo encarnando a provocação histórica a uma elaboração de saber... é que faz falta, nesta prática, aquilo que contribui a figurar o eixo de uma psicanálise: as implicações do procedimento que Freud inventou sob o nome de associação livre. Desde então, a resposta do analista controlador encontra-se liberada das restrições do modo da interpretação. Ele tem portanto a escolha, por suas intervenções, de eleger o discurso no qual vai ser captada a demanda que lhe é feita, e, desta maneira, o impacto de sua posição ética se encontra super-multiplicado." (Soler, 1987, p.112)

Doutrinando, interpretando ou mostrando-se sábio, o supervisor realmente estaria em plena função sugestiva, fugindo portanto, pelo discurso que eleger, ao campo psicanalítico,

campo este que o obrigaria a obedecer ao método da associação livre.

Como visto até agora, esta não é uma função que se considere apropriada ao supervisor aqui anunciado, que trabalha com a associação livre e que tem uma posição ética perfeitamente plausível para um contexto psicanalítico. O discurso deste supervisor é pautado _tanto quanto na análise_ numa ética psicanalítica, já que se apóia numa busca de sentido para a trama desejosa inerente ao campo transferencial que abrange o analisando e o analista-supervisando, que vem livremente se apresentar na supervisão.

Talvez se pudesse considerar, aqui, a presença de uma ética da investigação.

Divisão

"é preciso então dizer como um controle poderia se inscrever no discurso analítico. Super-se-ia fazer do controlado um sujeito dividido no trabalho...Que trabalho?...Como trabalho, o controle submete ao teste de uma transmissão tudo aquilo que é colocado em jogo sobre o saber no tratamento....Este saber...é aquilo que, propriamente inconsciente, é decifrado no fluxo dos ditos analisantes, aquilo que de seu dizer é deduzido, aquilo que de saber-fazer operou com a transferência;...uma divisão opera, que não deve ser suturada...entre o que o analista em controle recolhe e elabora do saber original do qual ele faz vir à luz o tratamento, e a ignorância que deve animar sua posição se ele quiser levar um tratamento ao termo, onde ele se mostra ter sido uma psicanálise. Esta ignorância, longe de ser um 'Não quero saber de nada', é ao contrário o que há de mais próximo de um desejo de saber..."(Soler, 1997, pg113)

A descrição desta divisão, proposta por Soler, parece encaixar-se como luva, ajustada ao tipo de trabalho de supervisão que vem sendo transmitido neste texto.

Tudo que é relacionado ao campo transferencial de analista e analisando _"ditos", "dizeres", ações_ é investigado _"decifrado", "deduzido", hipotetizado_ em sua trama inconsciente, sem que os frutos desta pesquisa se rigidifiquem em significados fixos, mantendo então aberta a atitude de busca e de elaboração que permite lidar _psicanaliticamente_ com o que ocorreu como tendo sido uma análise.

Talvez, porém, não se precisasse considerar haver uma divisão, pois a investigação em busca de sentidos, aqui, não se confronta com a "ignorância" que caracteriza "desejo de saber"; os significados atribuídos à trama transferencial servem de ponte para a continuidade do processo de busca, e, portanto, ao contrário de se rigidificarem, incorporam-se a este processo. Assim, elaboração do "que faz vir à luz o tratamento" e atitude permanente de busca, garantem, para a supervisão aqui descrita, inscrição no discurso analítico.

O horror do ato e o mestre

"Os preceitos são a vã esperança do jovem supervisionando, no qual o horror do ato pode tomar a forma de um pedido às vezes angustiado de que o ato, no final das contas, possa ser por delegação. Delegação do Outro, que uma supervisão bem sucedida pode ajudar a esvaziar. Por supervisão bem sucedida, entenda-se aqui aquela onde o supervisor não é, justamente, um preceptor." (Barros, 1989, pg23)

Estaria sendo aí apontada como mais uma função para a supervisão, a ajuda para esvaziar o medo que o analista possa ter de ocupar seu lugar. Talvez por se sentir ameaçado, ao ocupar o lugar de supervisionando, ele tentaria fazer com que o supervisor se encarregasse da responsabilidade sobre os "quer-fazer" do trabalho do analista, transformando-se então em mestre.

Ao manter sua direção produtiva da forma aqui propugnada, o supervisor não ocupa este lugar de mestre, já que continua em seu processo de incentivo à investigação, o que é antagônico à postura de "preceptor". Com isso, é bastante razoável supor que na eventualidade de estar ocorrendo o que é alertado na citação, o horror ao ato possa se esvaír. Embora o trabalho do supervisor não tenha como um de seus propósitos específicos atingir esta consequência, ela faz parte da preparação de um analista, preparação esta que abrange a supervisão. A supervisão então pode ajudar bastante para que o analista se sinta cada vez mais analista, isto é, para que ele tenha sempre mais produtiva e prazerosa sua atividade de analista.

Questões

Em acordo com o método específico da psicanálise, em que enigmas são mais valorizados que respostas, Safouan apresenta, com sua ótica, a razão de ser da supervisão:

"A supervisão não ensina nada àqueles que não têm nada a aprender. Mas então qual é, mais uma vez, sua razão de ser? A seguinte: as lições que tiramos de nossa experiência sempre emergem, de início, em forma de questões. Questões referentes à justeza de um elo percebido, as razões de um efeito inesperado, a validade de uma constatação (se ela é corroborada por outras experiências), a propriedade de um procedimento, a legitimidade de um prognóstico, etc. São a estas questões que se refere uma práxis e não o sentido, ou melhor, a exegese hermenêutica de um 'aterial' ('Senhor, diga-me o que isto significa!'), que a supervisão restitui as respostas que elas incluem." (Safouan, 1984, pgs 123-124)

Este fragmento traria para a supervisão a tarefa de "restituir as respostas incluídas" nas questões suscitadas pela experiência psicanalítica.

O estilo aqui em causa também considera estas "questões" como sendo algo de maior relevância para o trabalho de supervisão; por isso elas são buscadas não somente "de início", mas sempre. Com elas é que se trabalha, mas na referência inconsciente do campo transferencial de onde se origina.

A questão a respeito de um "elo" qualquer, percebido na discussão "a posteriori" sobre os eventos clínicos, não é aposta em sua "justeza" e sim na própria questão; não se tenta fazer verificação confirmatória do elo e sim fazer elos, dentro de um contexto que inclusive não se quer verificar, já que também sua estrutura é investigada, sem veleidades de defini-lo.

São igualmente pesquisadas "as razões de um efeito inesperado", sem almejar finalmente explicá-lo, mantendo o peso do interesse na pesquisa das características do campo que para ele apontam, obtendo significados _razões_ momentâneos, que servem para que se mantenha a atitude de pesquisa.

"Constatações e corroborações" são, no caso, considerados como lampejos que, como tais, não se tenta validar, por servirem de pontos de passagem para um processo _o processo de busca_ que se quer manter sempre vivo.

Da mesma forma, "propriedades de procedimentos" e "legitimidade de prognósticos" não se sabe procurar, na medida

em que procedimentos e prognósticos são realizados para sustentar acesa a labareda da investigação dos meandros cintilantes do inconsciente transferencial em jogo, e não para tentar acertar.

Não que não se dê importância a elos, efeitos inusitados, afirmações, procedimentos e prognósticos, que constituem o conteúdo do trabalho de supervisão. Não que se trate de deslizamento etéreo, de busca pela busca. Trata-se, sim, de supor a possibilidade de realização do ato analítico, como decorrente de inserção ampla do analista no campo transferencial, de modo a poder sempre incentivar a inscrição no simbólico, pelo permanente questionamento do imaginário; e de modo a valorizar os instrumentos de que dispõe [interpretação, construção, etc.], pelo alargamento trazido no mergulho na trama transferencial de que faz parte e que foi instaurada pelo analisando.

Discurso, orientação e coerência

"...não resta a menor dúvida de que ao analista que foi preparado tanto por sua análise didática quanto pelos ensinamentos que seguiu, a supervisão permite (e é esta, em última análise, sua finalidade) constituir a análise como uma experiência de discurso, orientar-se melhor nessa mesma experiência, e conduzi-la com uma coerência que, embora respeite as regras que presidem o da análise considerada como um jogo, não se confunde com a aplicação sistemática de algumas receitas (por exemplo, 'interpretar a defesa antes de interpretar o material') ao nome de uma teoria que permanece surda aos efeitos que ela mesma engendra." (Rafouan, 1994,

pgs.124-125)

Temos aí uma função interessante para o trabalho de supervisão aqui exposto: através da constante busca de significação para a estrutura inconsciente da trama transferencial, caracterizar a análise como textual, como implicada na linguagem, favorecendo então a fala a partir dela, fale este que vai ajudando a "orientação" instrumentada e "coerente" que a atravessa.

Seriam orientação e coerência flexíveis, na medida em que não se pretende organizar o campo com regras externas a ele e sim em acordo com sua constituição e ritmo. Orientação e coerência implícitas neste trabalho, uma vez que o discurso do

supervisando é escutado como indicativo da estrutura da experiência analítica que o provoca.

O supervisor e suas projeções

Stajenberg alerta:

"Para que se pudesse favorecer a aquisição de uma verdadeira identidade profissional, o supervisor, a meu ver, teria que estar atento à sedutora provocação em que neste lugar poderiam estar ativados seu voyeurismo, seu sadismo, seu desejo de posse (dominação), sua inveja, seu exibicionismo e o triunfo vingativo sobre seus sentimentos de impotência e confusão no exercício de sua função de analista em relação a seus próprios pacientes. Sendo um lugar especialmente propício para o acting out, o cuidado do supervisor...incluiria a evitação da projeção de suas próprias ansiedades." (Stajenberg, 1990, pg16)

Realmente é assim; o supervisor está sujeito a voyeurismos, sadismos, dominações, vinganças e atuações, ao longo de seu trabalho. Tal como qualquer outro personagem da trama psicanalítica. Apesar disso...ele trabalha.

Como poderia ele, porém, cuidar para evitar suas projeções, a não ser pela dedicação à inserção no campo da psicanálise, que seu desejo impõe?

Não creio ser necessária esta postura de auto-vigilância que a sugestão de "estar atento" implica. Também não me parece ser este lugar mais _nem menos_ propício, que os outros lugares de atribuição de poder da psicanálise, para que se marquem os perigos de ação inconsciente.

Creio que os perigos da vida psicanalítica, no que tange à supervisão, somente são evitáveis na medida em que o trabalho se faz, com as características que permitem reconhecê-lo como psicanalítico. Fazer mais do que isso, parece-me sempre indicar fiscalização superegóica desaconselhável.

Como diz Fedida:

"...que o supervisor se subtraia da representação de uma função 'superegóica'..." (Fedida, 1985, pg1141)

Pouco se comenta sobre o supervisor como sujeito, portanto sujeito a também ser impactado pelos acontecimentos de que participa em seu trabalho.

Evidentemente que, também para ele, vale o método em descrição, ou seja, o que lhe é suscitado pela sua inserção no

processo de supervisão, é igualmente referenciado à trama transferencial cuja investigação incentiva.

Se quiser, tal como o supervisando, pode recorrer a outros espaços para cuidar especificamente de sua subjetividade impactada.

As três profissões

Bracher aponta as dificuldades do trabalho de supervisão, invocando Freud:

"...podemos verificar...o quanto a supervisão vem há tempo sendo objeto de reflexão, pelas dificuldades que seu exercício apresenta, uma vez que nela estão contidas as três profissões que Freud considerava impossíveis: governar-ensinar-analisar." (Bracher, 1990, pg79)

Creio ter ficado caracterizado, neste texto, que nenhuma destas funções se pretende realizar na supervisão aqui descrita.

Não se governa, isto é, não se tenta

"... pilotar ... regular o andamento de ... intervir em ... reter ... dominar ... exercer autoridade ... regular ..."
(Ferreira, 1975, pg694),

não se ensina, ou seja, não se tenta:

"... instruir ... transmitir conhecimentos ... educar ... adestrar ... treinar ... dar a conhecer ... indicar ... castigar ... punir ... lecionar ... dar aula ... pregar ... doutrinar ..."
(Idem, pg532),

e muito menos se analisa, quer dizer, não se investiga elaborativamente nenhum sujeito que participe do trabalho.

4 - CONCLUSOES

4.1 - ESCUTA

Este texto caracteriza-se por ser descrição e comentário de um estilo específico de fazer supervisão psicanalítica, e portanto de algo que pertence ao campo da psicanálise.

Isto leva à necessidade de recordar as características de um espaço psicanalítico: ele tem de ter um campo específico de ação, que possa ser reconhecido por uma postura adotada numa prática, realizada com instrumentos próprios que atendam aos rigores de um método original. Seu método é o da associação livre-atenção flutuante, sua postura a abstinência _o não atendimento das demandas do analisando_, seu campo de ação a transferência, e os instrumentos de trabalho de que se utilizam são, basicamente, a interpretação e a construção; seu ponto de partida inevitável é a análise pessoal do analista.

A transferência, estado afetivo abrangendo ambos os personagens em causa _analista e analisando_, tem então a prerrogativa de estabelecer um campo dramático de trabalho _o campo transferencial_. Foi necessário abandonar o conceito de contratransferência _muito importante historicamente para se poderem sofisticar as idéias sobre as funções exercidas pelo analista_, para que a noção de campo transferencial ganhasse a dimensão que aqui é assinalada e que impede que o analista seja considerado neutro.

O lugar ocupado pelo analista passa então por vicissitudes que se diferenciam das que vivia quando se achava capaz de buscar neutralidade em sua prática clínica. O caminho de chegada ao crucial conceito de campo transferencial foi longo e tortuoso, iniciando-se com Freud, passando pela originária ação instituída em 1920 no Instituto de Berlim, e se afirmando com Lacan, quando a busca de certezas é vantajosamente substituída pela radicalidade da dúvida propiciadora de movimento.

O que mais caracteriza o analista considerado neste estilo, é o questionamento de toda tentativa de a ele alocar a ocupação de um lugar de forma a obriga-lo a fiscalizar-se, a vigiar-se; e que, portanto, o condicione a adotar posturas corretas, facilmente transformáveis em regras de conduta. Este analista, não tendo então regras que regulamentem o trabalho analítico, não determina previamente o que se vai fazer, agindo analiticamente e tentando obter, num momento "a posteriori",

explicações e generalizações teorizantes. Inserido num espaço específico de ação _um campo psicanalítico_ ele também o é numa estrutura que não é por ele instaurada, mas à qual pertence e afeta _o campo transferencial_. O reconhecimento desta estrutura e de suas tramas é que facilita a ocupação de seu lugar, e não tentar evitá-la; aqui, quando se fala de estrutura, quer-se dizer "uma construção inteligível" (Mannoni, 1988, pg97)

Este reconhecimento propicia um caminho para ocupar o lugar de analista, de uma forma que permita permanentes questionamentos das certezas anunciadoras da compulsão à repetição: a busca de sentido. Não para encontrar, mas para manter o movimento de busca, para não se deixar fixar em nenhum deles, para se manter portanto em movimento psíquico, em pulsão.

Com isto, não se necessita fazer a separação analista-analista de analista-sujeito, como tentativa de impedir que este último afete o trabalho do primeiro. A atitude de busca, sempre apontando impositivamente para o campo transferencial, faz com que _acredita-se_ esta influência esteja inerentemente amenizada.

Os sentidos buscados, entretanto, não são sentidos quaisquer; eles têm de se afinar com a estrutura psíquica do sujeito, ou seja, com sua história, suas idiossincrasias e seu ritmo.

Esta maneira de ocupar um lugar de analista, caracteriza um estilo, uma forma específica de trabalho psicanalítico clínico. É este o caminho adotado para marcar o tipo de supervisão em questão.

4.2 - SUPERVISÃO

4.2.1 - INTRODUZINDO

A história da instituição psicanalítica confunde-se com a história da institucionalização do que se considerou formação psicanalítica.

O estudo e a discussão das idéias freudianas, desde o início mostraram-se indispensáveis e quase exclusivos para que pudesse haver inserção no campo da incipiente psicanálise. A oficialização da análise pessoal do analista, entretanto, é concomitante _único da década de 1920_ com o surgimento da obrigatoriedade institucional do "controle". Embora se possa reconhecer arremedos de trabalho supervisionado na atitude aconselhadora de Freud com vários de seus seguidores, é no Instituto Psicanalítico de Berlim que o controle é instituído _por Max Eitingon, seu primeiro presidente_, como forma de fiscalizar os pretendentes a psicanalistas. Tornando-se etapa obrigatória da transmissão psicanalítica institucionalizada, o controle não deixou, entretanto, de também atender à demanda dos futuros analistas de buscar, tanto verificação para suas atividades clínicas quanto reconhecimento da capacidade de o serem.

O termo "controle", iniciador _com seu poderoso espírito de homologação e de autorização hierárquica_ da nomenclatura indicadora do processo de acompanhamento do trabalho analítico, foi _e é_ bastante questionado pela comunidade psicanalítica.

Tentando passar da ênfase institucional para a predominância do campo psicanalítico, buscou-se terminologia compatível _"analista em controle", "analista controlador" e "análise de controle" (ou "tratamento controlado")_, abrangendo então, em consequência, além dos pretendentes a analistas, também os profissionais já assim considerados.

Busca-se evitar a ameaça controladora, por denominações que abandonam o termo original, tais como as pouco diferenciadoras expressões "experiência inter-analítica" e "comunicação oral de experiência analítica".

O surgimento do vocábulo "supervisão", de origem inglesa, acarreta críticas semelhantes às que se fizeram ao "controle", em função da posição de superioridade nele atribuída ao trabalho do supervisor. A estas críticas acrescenta-se a que

aponta a ênfase que ele coloca no ver, típico do dispositivo médico, que se contrapõe ao que predominantemente se faz na psicanálise, que é escutar.

Procurar acentuar que se trata de um campo psicanalítico, faz com que surjam mais denominações, como por exemplo, "escuta de controle" (novamente hierarquizante) e o interessante "escuta assistida" (assistir como homólogo de auxiliar).

Neste texto preferi manter _apesar da insatisfação que ele carrega_ o vocábulo "supervisão", já instituído em meu percurso _maneira cômoda de caracterizar a dificuldade de encontrar nome sintético que represente o que aí se faz_, na tentativa de substituir a polêmica pela descrição.

Há autores que criticam o trabalho de supervisão, considerando-o, de forma variada, como indiferente, desnecessário, substituível _tal como na análise quarta de Valabrega_, embuste, disfarce de busca de análise, perigoso. Outros, entretanto, o aceitam, vendo-o como útil em certas circunstâncias, interessante, necessário ou obrigatório. Este amplo questionamento, contra ou a favor, esmaecido ou acentuado, implica na aceitação de que ele é procurado, ou seja, implica na sua existência. Havendo demanda espontânea de supervisão, demanda esta que se insere no campo psicanalítico, e portanto em conjugação com as prerrogativas que o constituem, podemos e devemos questionar suas estruturas e os processos pelos quais ela é exercida, descrevendo-os e investigando-os.

O fato de que, ao longo de sua história, e bem ao contrário da análise, muito poucas tentativas se fez de tacrizá-la e de explicitar o percurso de constituição para os que pretendem ocupar o lugar de supervisor, talvez aponte para uma postura psicanalítica, justamente livre para escolher como lidar com dificuldades _eventuais ou estruturais_ que se atravessam permanentemente no trajeto do analista; fazer supervisão seria uma das possibilidades de escolha livre para esta busca.

Isto nos leva a tentar substituir a questão da necessidade da supervisão por sua singularização; o analista em função de supervisionando escolhe como quiser, supervisor e ocasião para se supervisionar, e o analista em função de supervisor terá direito ao estilo de trabalho que preferir e puder, estilo este que terá de defender e justificar, como pertencente ao campo psicanalítico.

A começar pelos húngaros _Ferenczi à frente_, muitos psicanalistas propugnam que se investigue psicanaliticamente o trabalho analítico do analista, exclusivamente em sua análise pessoal, ao contrário dos vienenses, que inventaram o "controle" externo à análise justamente para esta finalidade.

A exclusividade do espaço da análise apresenta o risco de poder tornar quase monolítico o caráter da análise, na medida em que o que lhe é externo fica expulso do campo psicanalítico. Além disso, o trabalho de investigação do funcionamento inconsciente do analista é próprio da análise _e não de nenhuma outra forma de inserção no campo da psicanálise_, abrangendo inclusive o que se chamou de "análise da contratransferência" _cuja necessidade vários autores consideram ser suscitada na supervisão. Aliás, assim acontecem as coisas na análise _em toda análise, incluindo a análise pessoal do analista_, quaisquer que sejam os temas livremente associados.

Parece-me mais razoável então, que se esquadrinhe os acontecimentos vividos pelo analista em seu trabalho analítico, externamente ao processo que vive em sua análise pessoal _onde sua trama vivencial é que está em causa_, pois com isso, estará mantida a primazia que o analisando tem neste seu trabalho clínico.

Em síntese, na análise é o sujeito analista que está em questão _qualquer que seja o tema em pauta_, e na supervisão externa à análise é a ocupação de um lugar que se elabora.

A institucionalização da psicanálise trouxe à tona uma supervisão regulamentada, responsável pela vigilância e controle do que é considerado _pela instituição_ eficiência analítica. Tutela e tutoria de autoridades observadoras de desempenho, atentas a possíveis desvios de preceitos inflexivelmente estabelecidos, este é o quadro desta supervisão instituída. Obrigatoriedade e pedagogia arrumando a busca de liberdade tão arduamente tentada por Freud e outros _muitos outros. O desejo cede à autorização e à homologação, o supervisionando sendo obrigado a se posicionar como intermediário fiscalizado e infantilizado, sempre ameaçado de perda de confiança dos "pais".

Esta tradição gerou a expectativa de uma supervisão aconselhadora, esclarecedora, modeladora, prescribente e, portanto, apriorística. Procura-se e precreve-se a coisa certa, colocando-se especial ênfase em técnicas desindividualizadoras e

serem aprendidas e aplicadas. A investigação e a criação ficam tendo muito pouco espaço neste esquema.

Talvez um embrião desta tendência esteja na figura sem par assumida por Freud no começo da história da psicanálise. Criador e psicanalista-pai da "horda" que gerou, era ele solicitado, em todos os níveis, a exercer o papel de guru interventor.

Os registros dos rascunhos das reuniões que ele realizava de início em sua própria residência com os primeiros adeptos da psicanálise, servem admiravelmente para que se tenha conhecimento do seu trabalho de transmissão. A amplitude de temas e formas de tratá-los que aí se apresenta, tem a marca de uma visão alargada de um processo de apoio ao desenvolvimento e elaboração do novo campo que se formava.

Isto também é relevante no que concerne às discussões em torno de atendimentos clínicos, fazendo reconhecer em Freud uma postura que abrange o que se poderia considerar como trabalho de supervisão psicanalítica. Tratava-se entre outros de tentar entender as narrativas das experiências vividas, em recorrência à teoria psicanalítica que então se formava, inclusive ali.

Este pequeno recorte freudiano serve de inspiração "a posteriori" para uma forma de supervisionar que se propõe a ter um caráter abrangente, para a transmissão da psicanálise, no que se refere ao trato com situações clínicas compartilhadas.

4.2.2 - DESCRREVENDO E VALORIZANDO

Ao contrário do método da medicina, onde o médico inicia o processo de tratamento com suas inquirições, o método da psicanálise caracteriza-se pela iniciativa do analisando, que tem liberdade para introduzir suas associações. Seguindo-as, o analista dirige um processo o processo analítico, que é, entretanto, pela livre introdução de suas inquietações, instaurado pelo analisando. Delineia-se assim um campo psíquico formado pelos dois, regido por uma trama transferencial de que ambos participam, e que se constitui a partir das idiossincrasias do analisando, embora direcionado pelo trabalho do analista. Este campo transferencial é que vai ser constante e irremediavelmente investigado na supervisão.

Propõe-se aqui que esta investigação seja caracterizada por busca de significações dos acontecimentos do campo transferencial, de forma a estabelecer e restabelecer -sempre provisoriamente- estruturação da teia inconsciente que lhe é própria.

Assim fazendo, não haverá necessidade, nem de exigir atitudes analíticas corretas nem de aconselha-las previamente. Todas as atitudes podem ser compreendidas à luz das estruturas que a cada momento se imputam ao campo transferencial, e esta compreensão momentânea é considerada suficiente, dispensando-se qualquer tendência apriorística e preventiva.

Esta proposta não impede haver ecletismo no trabalho de supervisão, pois questionamentos teóricos e culturais -ou outros-, se associados forem à investigação direta sobre o que se passa na sessão analítica, têm contribuição importante a prestar.

As transferências que ocorrem na relação de supervisão, criticadas por muitos autores -que a elas se referenciam como indicadores de sua impropriedade-, deixam de preocupar, na medida em que, como tudo que ali se passa, são trabalhadas como marcas do campo transferencial que o supervisionado livremente instaura ao introduzir sua narrativa. Busca ou prolongamento de análise, disfarçados por demanda de supervisão, também não necessariamente transtornam, pelas mesmas razões. Tal como na análise, na supervisão o sujeito analisando é sempre referência única, aqui através do campo transferencial que seu analista instaura.

Tal como na análise -onde analisando e analista assim permanecem enquanto suportarem-, na supervisão, supervisionado e supervisor mantêm-se ocupando estes lugares enquanto os suportarem.

Análise e supervisão não precisam ser especificamente diferenciadas -o que alguns autores tentam; se as autor-referências porventura suscitadas na supervisão, forem tratadas como manifestações inconscientes do âmbito do campo transferencial e não do sujeito supervisionado, elas não se confundem. Estas auto-referências indicariam que o analista está amplamente envolvido com seu trabalho analítico, mais que nunca ocupando seu lugar.

É justa a preocupação com evitar que se faça uma "supervisão selvagem" -preocupação que esta tentativa de separar análise e supervisão parece indicar-, mas a cautela

fiscalizatória pode ser substituída por um estilo de trabalho que a dificulte. A supervisão se diferencia da análise por suas positivities e não por negatividades: do tipo supervisão não é análise.

Mas, como justificar psicanaliticamente esta busca de sentido proposta, sem que ela signifique uma postura hermenêutica para o trabalho de supervisão?

Tanto a interpretação quanto a construção referem-se à busca de inscrição no campo simbólico, a primeira de algo que já aí se inscrevera e a segunda de algo que jamais o fez. Na interpretação tenta-se encontrar significações perdidas pela ação poderosa do recalque. Na construção persegue-se preencher lacunas sempre existentes na história do sujeito, e cuja presença é assinalada pela compulsão à repetição. Ambas, portanto, buscam sentido. E o buscam pela imposição que a isto leva o destino da pulsão, força exigente e transbordante que obriga à inscrição no mundo da palavra. É a possibilidade de crescimento de investimento neste mundo simbólico, que pode realizar as transformações que a psicanálise busca através de seus instrumentos de trabalho.

Os significados procurados vão permitindo que isto se passe, desde que não sejam considerados fixos; busca-se a busca e não o achado. É o movimento, a pulsação, que se tenta valorizar.

Vários autores alertam para perigos ou recomendam determinadas atitudes em relação à supervisão. A forma de trabalhar aqui anunciada traz algumas consequências para lidar com as diversas situações assim apontadas:

- quaisquer decisões sobre as características da supervisão _início, escolhas de pessoas, horários, registro, etc._ são de responsabilidade do par supervisando-supervisor, nenhuma delas sendo tomada previamente ao encontro.
- todos os supervisandos são considerados analistas, independente de idade ou experiência.
- não há temas privilegiados, a não ser por terem sido trazidos livremente pelo supervisando.
- a única ordem estabelecida _lei_ é a do desejo de estar fazendo supervisão psicanalítica de uma determinada forma.
- a supervisão é feita para todos: analisando, supervisando, supervisor e psicanálise.

- ao invés de tentar aliviar as ansiedades do supervisando, o que se faz é continuar no processo de busca encetado.
- este tipo de supervisão, por se inserir num campo psicanalítico, caracteriza um processo de transmissão da maneira de ser da psicanálise.
- o supervisor deseja ajudar o supervisando a situar-se _tentar entender o que faz trabalhar seu analisando.
- todas as manifestações transferenciais de uma análise _tanto do analisando quanto do analista_, na supervisão são tratadas como indicativas da estrutura do campo transferencial em investigação.
- o supervisor _tal como o analista_ é modelo espontâneo de identificação, qualquer imposição sendo tratada como emergente do campo transferencial investigado, o que também é feito com as tramas transferenciais porventura captadas na relação de supervisão.
- o trabalho de supervisão obedece ao método da psicanálise _associação livre_, não sendo portanto de caráter pedagógico, nem caracterizado por sugestões ou regras apriorísticas.
- o campo transferencial constituído por analisando e analista, é estruturador do que se passa na supervisão, pois o supervisando o arrasta para lá _na medida em que livremente fala a respeito_ e o supervisor é por ele capturado _já que é para ele que volta seus esforços de busca de significações.
- a ausência, de sistemas organizados de seleção de supervisores e de teorias de supervisão, pode estar indicando uma liberdade, que permite estruturação pela singularização de estilos de trabalho, justificados como pertencentes ao campo psicanalítico.

Quanto às funções atribuídas ao trabalho de supervisão, são muitas as possibilidades registradas:

- Alguns autores tentam, neste trabalho, evidenciar o tipo de funcionamento psíquico do supervisando, para lidar com dificuldades que estariam prejudicando sua atividade analítica, numa espécie de continuidade de análise pessoal; aqui se pondera que tudo que aparece do supervisando como sujeito, é encarado _porque assim se quer_ em termos de referência à trama transferencial por ele trazida para a supervisão. Isto tem o sentido

de incentivar atitude de busca, não cabendo portanto estimular ênfase em sua singularidade, o que certamente se vai querer fazer em sua análise pessoal.

-A função de participar de um processo de transmissão de psicanálise é originária na história da supervisão, na direção da construção analista, sem entretanto se superpor à atividade analítica; os riscos de fracasso neste percurso são inerentes a qualquer percurso, amenizando-se-os exclusivamente pelo esmero na efetividade psicanalítica do trabalho efetuado.

-A supervisão pode ajudar o desenvolvimento da criatividade construtiva do supervisionado em seu trabalho de analista, não se restringindo portanto à esfera da interpretação; isto parece estar sendo propiciado pela busca investigativa aqui sustentada.

-Supervisando tomando supervisor como continente para suas aflições analíticas não implica necessariamente que este tome para si esta tarefa como função; a continuidade da postura investigativa talvez dê conta do desvio das energias, das ansiedades, para o campo transferencial.

-Uma das funções mais propugnadas para a supervisão, seria a de descobrir e, às vezes, até elaborar, obstáculos internos ao analista _contratransferências_ quanto a seu trabalho analítico; o processo de busca de sentido referido ao campo transferencial _noção que aqui substitui a de contratransferência_, propicia sua desnecessidade.

-A tentativa de estipular, como mais uma função da supervisão, a retificação de erros porventura feitos pelo analista em seu trabalho, não é cabível neste contexto, já que aqui não se considera haver erros para qualquer atitude analítica do analista; tudo é visto como fruto do funcionamento inconsciente de quem participa de um sistema que, ao ser investigado, revela justificativas estruturais para suas atitudes _quaisquer que sejam, inclusive as que por ele forem nomeadas de erros.

-Supervisão tendo por função ajudar a estabelecer o estilo do analista, é algo que igualmente se discute; tratando-se aí de transmissão psicanalítica, a criação

- de um analista passa também pela supervisão, sem que se precise fazer nenhum desvio do processo em descrição.
- Da mesma forma, o tratamento teórico das situações clínicas é algo bastante pertinente ao trabalho de supervisão, podendo facilmente surgir no bojo do contexto aqui apresentado.
 - Por outro lado, não se atribui à supervisão a impossível tarefa de substituir a observação clínica, aceitando-se como suficientemente produtiva a presença da estrutura do campo transferencial que o supervisando propicia.
 - Ter ou não, o supervisando, aptidão para ser considerado analista, pode levar supervisores a se acharem investidos da função de julgamento. O método de trabalho aqui exposto permite que se faça engajamento crescente para, ou que não se suporte algumas vezes levando à desistência, a ocupação deste lugar, sem que o supervisor precise avocar a si a tarefa de decidir sobre a competência do supervisando.
 - A possibilidade de manter postura de perplexidade diante da tarefa interpretativa e construtiva do analista, é uma função valorizada neste contexto, justamente pela incessante busca de sentidos sempre novos aqui indicada.
 - A supervisão, como endereço introdutório para inserção no campo social da psicanálise, acaba por ter como funções testemunhar uma prática e reconhecê-la como psicanalítica. No tipo de supervisão que aqui se descreve, tanto uma quanto a outra lhe são inerentes, pois desde sempre o trabalho do supervisando é considerado psicanalítico, já que é psicanaliticamente que se lida com tudo que acontece, sem erros nem julgamentos. A instância simbólica com poder de propiciar reconhecimento, seria o próprio método se suportado, que o faria em forma de reconhecimento de si mesmo.
 - Como quaisquer outros eventos associados à relação analítica, as feridas narcísicas sofridas pelo supervisando em seu trabalho, são tratadas, na supervisão, em termos desta associação, indicando igualmente tramas inconscientes do campo transferencial que constitui com seu analisando.

- A preocupação com a possibilidade da supervisão servir para estabelecer uma simetria degradadora, que é perdida pelo analista em razão de sua posição de sujeito suposto saber, não cabe neste tipo de trabalho. Aqui, a supervisão não se avoca a função de preservar a dessubjetivação do analista _ou de "corrigir seu desejo"_, lidando com toda manifestação de subjetividade da mesma maneira que trata tudo que ocorre, ou seja, como referencial da trama do campo transferencial em investigação.
- Alguns autores alocam à supervisão a função de testemunhar a existência de um analista, havendo quem faça analogia disto com o dispositivo lacaniano do "passe". No que se refere ao estilo de supervisionar aqui em causa, seria preferível falar de um processo de "cumplicidade" _ativa portanto_, na medida em que o analista tem reconhecido seu estatuto de analista, a partir de sua vinculação ao trabalho que realiza na análise com seu analisando, vinculação esta que se mantém na supervisão.
- Não se confirma, aqui, a suspeita de que se possa atribuir à supervisão uma função sugestionadora, eticamente perigosa, revelada pelo poder que tem o supervisor de eleger um discurso de sua escolha; são respeitadas as características do campo psicanalítico, principalmente a "regra fundamental", em termos de _chamemos assim_ uma ética da busca.
- É interessante a idéia de que a supervisão, para poder se inscrever num discurso analítico, teria por função fazer do supervisionado um sujeito dividido entre deduções feitas sobre o inconsciente e sua manutenção na posição de "ignorância" propulsora de desejo de saber. Aqui neste contexto, porém, tanto a busca _e elaboração_ de significados para os eventos relacionados ao campo transferencial, quanto a permanência da atitude de busca, fazem parte integrante _sem se conflitarem_, do processo de supervisão; as duas visões, bastante próximas, separam-se, portanto, pela divisão proposta na primeira.
- Aponta-se para a supervisão a função de ajudar a esvaziar medos, que o supervisionado possa ter, de ocupar seu lugar de analista, medos que fazem com que atribua ao

- supervisor a característica de um mestre a ser seguido. No estilo em descrição, esta ajuda se realiza, sem entretanto transformá-la em tarefa. O supervisor, pelo próprio método de trabalho _e não porque se fiscalize_, não se posiciona como preceptor, mantendo-se, ao contrário, em sua postura investigativa, o que, espera-se, ajuda a diminuir o medo de ser analista.
- Coloca-se como função básica da supervisão, a de trabalhar primordialmente as questões _suscitadas na experiência analítica_ que emergem no seu início. Aqui se dá, igualmente, a maior importância a estas questões, a ponto delas serem incentivadas sempre, e não somente no início. Além disso, elas estão permanentemente sendo associadas ao campo transferencial investigado, buscando-se significações para elas, em termos de sua emergência desse campo. Nada se tenta constatar ou corroborar, nem verificar legitimidades ou propriedades de procedimentos, a não ser em termos da provisoriamente lampejante que se atribui aos significados em elaboração. Assim, uma postura de manutenção de enigmas se coloca, pela busca sempre insatisfeita de achados.
 - Atribui-se à supervisão a finalidade de constituir a análise como uma experiência de discurso, para melhor orientar-se e ter coerência, sem se transformar em receituário terapêutico. Esta função é compatível com o que se propõe na exposição de estilo que vem sendo feita, uma vez que se escuta o discurso do supervisionado em termos de sua coerência com a estrutura do campo transferencial que este discurso traz consigo, o que permite melhor orientação para uma busca sempre apoiada nesta estrutura.
 - Embora o supervisor, como qualquer outro, esteja sujeito a projeções, em seu trabalho, de vivências psíquicas, suscitadas pela posição que ocupa, nem por isto é função sua vigiar-se para que isto não ocorra. O próprio método aqui anunciado, permite que não haja necessidade disto, pois, inclusive para o discurso do supervisor, a referência é sempre o campo transferencial de analisando e analista-supervisionado. Por outro lado, como o supervisionado, ele também pode

tratar dos impactos que o atingem em seu trabalho, em uma análise pessoal, por exemplo.

-A idéia de que na supervisão estariam contidas as funções inerentes às três profissões consideradas impossíveis por Freud _governar, educar e analisar_, contrapõe-se tudo o que foi dito até aqui. Nenhuma delas faz parte deste estilo de realizar o processo de supervisão.

A supervisão, portanto, pode ter diversas funções: transmissão da psicanálise, ampliação da sensibilidade psicanalítica, construção de analista, reconhecimento público para exercer as funções de analista, reconhecimento teórico de atitudes clínicas, discussões teóricas, etc. Para este estilo de processo de supervisão _processo que faz parte da construção de um psicanalista_, seu objetivo imediato é sempre abrir caminho para o aflorar do desejo, para o incentivo à pulsão.

Isto, entretanto, não é feito de modo a que o supervisor se coloque num lugar de modelo a ser mimetizado, nem de forma a que se exponha como mestre que comanda os acertos a serem obtidos por sua indicação.

Aqui não se propõe, para o trabalho de supervisão, nenhuma nova teoria, nenhuma lei que a organize, nenhum rito de passagem que a legitime. O que aqui se indica, como mais uma possibilidade de trabalho psicanalítico, é um processo de busca. Acredita-se que ele possa ajudar a trilhar os caminhos na direção de um tratamento, que, em termos de uma ética de pulsão, traga consequências em acordo com o campo psicanalítico.

5 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Aberastury, A. - "Técnica de supervisión en el análisis de niños", em REVISTA DE PSICOANALISIS, vol. 29, Buenos Aires, 1972.
- Ascher, J. e Masson, M. - "Cures contrôlées: Introjection d'une technique ou mise en mouvement d'une créativité?", em ETUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Arbiser, A. - "Patología de la contratransferencia en los tratamientos interminables", em REVISTA DE PSICOANALISIS, Tomo XXXIV, Nº 4, Buenos Aires, 1977.
- Ariow, J. - "Some Technical Problems of Countertransference", em PSYCHOANALYTIC QUARTERLY, vol. LIV, New York, 1985.
- Arnoux, N. - "Contratransferência halogênica e autogênica: Duas noções auxiliares para a compreensão dos fenômenos contratransferenciais", em TEMPO PSICANALITICO, vol. 1, Nº 2, RJ, 1978.
- Bálint, M. - "On the Psycho-Analytic Training System", em THE INTERNATIONAL JOURNAL OF PSYCHO-ANALYSIS, VOL. XXIX, Nº 12, New York, 1948.
- Bálint, A e Bálint, M. - "On Transference and Counter-Transference", em THE INTERNATIONAL JOURNAL OF PSYCHO-ANALYSIS, vol. XX, New York, 1939.
- Sand, A. - "Supervisão e Contratransferência", em TEMPO PSICANALITICO, vol. VII, Nºs 1 e 2, Sociedade de Psicanálise Tracy Doyle, Rio de Janeiro, 1984.
- Barande, R. - "L'écoute assistée", em ETUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Barros, R. R. R. - "Sobre a Supervisão", em ATAS DAS JORNADAS CLINICAS PARA O CORTE FREUDIANO, Nº 0, Rio de Janeiro, 1989.
- Rasch-Kahre, E. - "Acerca de las dificultades que surgen en la transferencia y en la contratransferencia cuando analista y analizado tienen diferentes orígenes socioculturales", em REVISTA DE PSICOANALISIS, vol. 40, Buenos Aires, 1983.
- Betaille, L. - O UMBIGO DO SONHO; POR UMA PRÁTICA DA PSICANÁLISE, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1988(1987).
- Benetti, A. - "Supervisão e formação do analista: a questão da garantia", em FORUM INICIATIVA ESCOLA-RIO, Escola do Campo Freudiano no Brasil, Rio de Janeiro, 1993.

- Barlinck, M. T. - "Difusão e Construção", em Birman, J., FREUD CINQUENTA ANOS DEPOIS, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1989.
- Barlinck, M. T. - "Carta a um jovem psicanalista", em BOLETIM DE NOVIDADES, ANO VII, Nº 64, Pulsional, São Paulo, 1994.
- Bion, W. R. - ATENÇÃO E INTERPRETAÇÃO - UMA APROXIMAÇÃO CIENTÍFICA A COMPREENSÃO INTERNA NA PSICANÁLISE E NOS GRUPOS, Imago, Rio de Janeiro, 1973(1970).
- Birman, J. - "Repensando Freud e a Constituição da Clínica Psicanalítica", em TEMPO BRASILEIRO, Nº 70, Rio de Janeiro, 1982.
- Birman, J. - "A Razão da Impostura; a constituição do conceito de narcisismo no pensamento de Freud", em Birman, J. e Nicéas, C. A. (coordenadores) - O OBJETO NA TEORIA E NA PRÁTICA PSICANALÍTICA, Campus, Rio de Janeiro, 1984a.
- Birman, J. - "Sobre a Paixão; Comentários sobre o discurso Freudiano", em REVISTA DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE, Nº 1, 1989(1984b).
- Birman, J. - "Psicanálise e Judaísmo", em TEMPO PSICANALÍTICO, vol. X, Nº 3, Rio de Janeiro, 1987.
- Birman, J. - "Finitude e Interminabilidade do Processo Psicanalítico", em ANÁLISE COM OU SEM FIM, Campus, Rio de Janeiro, 1988.
- Birman, J. - FREUD E A EXPERIÊNCIA PSICANALÍTICA, Taurus-Tambre, Rio de Janeiro, 1989.
- Birman, J. - FREUD E A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1991a.
- Birman, J. - "A ética da Psicanálise e a Moral nas Instituições Psicanalíticas", em REVISTA DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE, Nº 3, Instituto de Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro, 1991b.
- Birman, J. e Nicéas, A. C. - "Constituição do Campo Transferencial e o Lugar da Interpretação Psicanalítica; um estudo sobre o pensamento de Freud", em Birman, J. e Nicéas, A. C. (coordenadores) - TRANSFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO, Campus, Rio de Janeiro, 1982.
- Bokanowski, T. - "La chasse au shark du supervisé, 2", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Brabant, E. - "Os psicanalistas húngaros no exílio. O luto e a renovação.", em REVISTA INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE, Nº 1, Imago, Rio de Janeiro, 1990(1988).

- Bracher, S. - "Repassando alguns autores sobre o tema da supervisão", em JORNAL DE PSICANÁLISE, ANO 23, Nº 45, Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, São Paulo, 1990.
- Brecht, K. - "A psicanálise na Alemanha nazista: adaptação à instituição, relações entre psicanalistas judeus e não judeus", em REVISTA INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE, Nº 1, Imago, Rio de Janeiro, 1990(1988).
- Brodsky, G. - "La vacilación calculada de la neutralidad", em ESCANCION Nº 3, Manantial, Buenos Aires, 1990.
- Burguer, B. A. - AVENTURAS DO BARÃO DE MUNCHHAUSEN, Vila Rica, Belo Horizonte, 1990(1787).
- Cesio, F. R. - "La Comunicación Extraverbal en Psicoanálisis. Transferencia, Contratransferencia y Interpretación", em REVISTA DE PSICODANALISIS, vol. 20, Buenos Aires, 1963.
- Cesio, F. R. - "Los Fundamentos de la Contratransferencia", em REVISTA DE PSICODANALISIS, vol. 20, Buenos Aires, 1963.
- Chediak, C. - "Counter-Reactions and Countertransference", em INTERNATIONAL JOURNAL OF PSYCHO-ANALYSIS, VOL. 60, New York, 1979.
- Chertok, L. e Stengers, I. - O CORDÃO E A RAZÃO; A HIPNOSE DE LAVOISIER A LACAN, Jorge Zahar, RJ, 1990.
- Clancier, A. - "Corps, Transfert et Contre-Transfert", em REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE, Tome XLV, Paris, 1981.
- Colonomos, F. - "Présentation", em Colonomos, F. (organizadora) - ON FORME DES PSYCHANALYSTES-RAPPORT ORIGINAL SUR LES DIX ANS DE L'INSTITUT PSYCHANALYTIQUE DE BERLIN: 1920-1930, Dencël, Paris, 1985.
- Correa, C. A. R. - "Reflexões Sobre o Tema Contra-Transferência", em BOLETIM CIENTIFICO Nº 10, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- Costa, J. F. - "Psicoterapia Breve: Uma Abordagem Psicanalítica", em Figueira, S. A. (coordenador) - SOCIEDADE E DOENÇA MENTAL, Campus, Rio de Janeiro, 1976.
- Costa, J. F. - "Narcisismo em Tempos Sombrios", em Birman, J. (coordenador) - PERCURSOS NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE, Taurus, Rio de Janeiro, 1989.
- Costa, J. F. - "As sombras e o sopra: a psicanálise na era da linguagem", em Birman, J. (organizador) - FREUD 50 ANOS DEPOIS, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1989.

- Cornut, J. - "De la solitude à l'échange contrôlé", em *ÉTUDES FREUDIENNES*, Nº 31, Paris, 1989.
- Couso, A. e Presta, J. - "Supervisar con Freud: del epistolario Freud-Weiss", em *IMAGO, REVISTA DE PSICOANÁLISIS, PSIQUIATRIA Y PSICOLOGIA*, Nº 8, Letra Viva, Buenos Aires, 1979.
- Dahl, H. e outros - "Countertransference Examples of the Syntactic Expression of Warded-off Contents", em *THE PSYCHOANALYTIC QUARTERLY*, VOL. XXXVII, New York, 1978.
- Deutch, H. - "Analyse sous contrôle", em *ORNICAR?*, XII^e ANNÉE, Nº 42, Navarin, Paris, 1907(1927).
- Devereux, G. - *DE L'ANGOISSE À LA MÉTHODE*, Flammarion, Paris, 1980.
- Doin, C. e outros - "Problemas Típicos das Análises de Supervisão Oficial", em *BOLETIM CIENTIFICO* Nº 3, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- Espstein, L. e Feiner, A. H. - "Contratransferência: a Contribuição do Terapeuta ao Tratamento", em *TEMPO PSICANALITICO*, VOL. IV, Nº 2, Rio de Janeiro, 1981(1979).
- Fedida, P. - "La Construction (Introduction a une Question de la Mémoire dans la Supervision)", em *REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE*, TOME XLIX, Nº 4, Paris, 1985.
- Feiner, A. H. - "Contratransferência e a Ansiedade de Influência", em *TEMPO PSICANALITICO*, VOL. I, Nº 2, Rio de Janeiro, 1978(1977).
- Ferenczi, S. - "Prolongamentos da 'técnica ativa' em psicanálise", em *ESCRITOS PSICANALITICOS 1909-1933*, Taurus, Rio de Janeiro, 1990(1921).
- Ferreira, A. B. H. - *NOVO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.
- Figueira, S. A. - "Invariância: Fascinante Metáfora", em Figueira, S. A. - *NOS BASTIDORES DA PSICANÁLISE*, Imago, Rio de Janeiro, 1991.
- Freud, S. - "Psychical (or Mental) Treatment (1905)[1890]", SE, VOL. VII.
- Freud, S. - "Project for a Scientific Psychology (1950)[1895a]", SE, VOL. I.
- Freud, S. - "Studies on Hysteria (1895b)", SE, VOL. II.

- Freud, S. - "The Interpretation of Dreams (1900)", SE, VOL. IV.
- Freud, S. - "The Psychopathology of Everyday Life (1901a)", SE, VOL. VI.
- Freud, S. - "Fragment of an Analysis of a Case of Hysteria (1905)[1901b]", SE, VOL. VII.
- Freud, S. - "Freud's Psycho-Analytic Procedure (1904[1903])", SE, VOL. VII.
- Freud, S. - "On Psychotherapy"(1905)[1904]", SE, VOL. VII.
- Freud, S. - "Analysis of a phobia in a five-year-old boy (1909a)", SE, VOL. X.
- Freud, S. - "Notes upon a case of obsessional neuroses (1909b)", SE, VOL. X.
- Freud, S. - "Five Lectures on Psycho-Analysis (1909c)", SE, VOL. XI.
- Freud, S. - "'Wild' Psycho-Analysis (1910a)", SE, VOL. XI.
- Freud, S. - "The Future Prospects of Psycho-Analysis Therapy (1910b)", SE, VOL. XI.
- Freud, S. - "The Handling of Dream-Interpretation on Psycho-Analysis (1911a)", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "The Dynamics of Transference (1912a)", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "Recommendations to Physicians Practising Psycho-Analysis (1912b)", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "On Regimen of the Treatment (Further Recommendations on the Technique of Psycho-Analysis I) (1913)", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "Remembering, Repeating and Working-Through (Further Recommendations on the Technique of Psycho-Analysis II) (1914a)", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "Observations on Transference-Love (Further Recommendations on the Technique of Psycho-Analysis III) (1915)[1914b]", SE, VOL. XII.
- Freud, S. - "Introductory Lectures on Psycho-Analysis - Lecture XXVIII: Analytic Therapy (1917)", SE, VOL. XVI.
- Freud, S. - "Lines of Advance on Psycho-Analytic Therapy (1919)[1916a]", SE, VOL. XVII.
- Freud, S. - "The Question of Lay Analysis (1926)", SE, VOL. XX.
- Freud, S. - "Analysis Terminable and Interminable (1937a)", SE, VOL. XXIII.
- Freud, S. - "Constructions in Analysis (1937b)", SE, VOL. XXIII.

- Freud, S. - "An Outline of Psycho-Analysis (1940)[1938]", SE, VOL. XXIII.
- Freud, S. - OBRAS COMPLETAS, VOLS. 1 e 2, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1948.
- Girotelli, C. A. e outros - "Vivências em supervisão", em JORNAL DE PSICANALISE, ANO 23, Nº 45, São Paulo, 1990.
- Gomes, I. C. D. - RELAÇÕES DE TROCA OU RELAÇÕES DE PODER?: SUPERVISÃO EM FONOAUDIOLÓGIA, Summus, Rio de Janeiro, 1990.
- Grieco, E. - "Transferencia y Contratransferencia en la Interacción Lingüística", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 40, Buenos Aires, 1983.
- Grinberg, L. - "Aspectos Mágicos en la Transferencia y en la Contratransferencia", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 15, Buenos Aires, 1958.
- Grinberg, L. - "Problemas de la supervisión en la educación psicoanalítica", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 27, Nº 3, Buenos Aires, 1970.
- Grinberg, L. - A SUPERVISÃO PSICANALÍTICA, TEORIA E PRÁTICA, Imago, Rio de Janeiro, 1975.
- Grinberg, L., Sor, D. e Bianchedi, E. T. - INTRODUÇÃO ÀS IDEIAS DE BION, Imago, Rio de Janeiro, 1973.
- Brunberger, B. - "De l'analyse d'Oedipe à l'Oedipe de l'analyste", em OEDIPE ET PSYCHANALYSE D'AUJOURD'HUI, Privat, Toulouse, 1978.
- Heidegger, M. - "Uma palavra de agradecimento", em REVISTA VOZES, Nº 4, Rio de Janeiro, 1977.
- Heinmann, F. - "Acerca de la Contratransferencia", tradução autônoma e não assinada, para o espanhol, de "On Countertransference", em INTERNATIONAL JOURNAL OF PSYCHOANALYSIS, XXI, Nº 1-2, New York, 1950.
- Heinmann, F. - "Counter-Transference", em BRITISH JOURNAL OF MEDICAL PSYCHOLOGY, Nº 33, London, 1960(1959).
- Hunt, W. e Issacharoff, A. - "Heinrich Racker and CounterTransference Theory", em JOURNAL ACAD. PSYCHOANALYSIS, VOL. 5, Nº 2, New York, 1977.
- Janin, C. - "Transfert, contre-transfert, supervision. Un thème et quatre variations", em REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE, TOME LII, Nº 4, Paris, 1988.

- Jarast, E. - "La Fantasia Contratrtransferencial como "Señal de Alarma"; em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 22, Buenos Aires, 1965.
- Jinkis, J. E. - "El control es contingente; la supervisión es necesaria; el análisis es imposible", em IMAGO, REVISTA DE PSICOANALISIS, PSIQUIATRIA Y PSICOLOGIA, Nº 8, Letra Viva, Buenos Aires, 1979.
- Katz, C. S. - "Capítulos da Psicanálise", em Birman, J. (organizador), FREUD CINQUENTA ANOS DEPOIS, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1989.
- Katz, C. S. - "Psicanálise, Instituição-Transmissão", em CADERNOS DE PSICANALISE, ANO 8, Nº 11, Rio de Janeiro, 1990.
- Kernberg, O. F. - "Transference and Countertransference in the Treatment of Borderline Patients", em STRECKER MONOGRAPH SERIES, Nº 12, New York, 1975.
- Kovacs, V. - "Analyse didactique, analyse sous contrôle", em ORNICAR?, XII^e ANNÉE, Nº 42, Navaire, Paris, 1987(1936)].
- Lacan, J. - "Le temps logique et l'assertion de certitude anticipée; un nouveau sophisme.(1945)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "L'agressivité en psychanalyse.(1948)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse.(1953)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "La psychanalyse et son enseignement".(1957), em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "La direction de la Cure et les principes de son pouvoir.(1958a)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "Remarque sur le rapport de Daniel Lagache: 'Psychanalyse et structure de la personnalité'.(1958b)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - "Subversion du sujet et dialectique du désir dans l'inconscient freudien.(1960)", em ÉCRITS, Seuil, Paris, 1966.
- Lacan, J. - O SEMINÁRIO; LIVRO 11, OS QUATRO CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PSICANÁLISE, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1988(1964)].
- Langer, M. - "La Interpretación Basada en la Vivencia Contratrtransferencial de Conexión o Desconexión com el

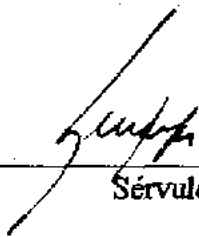
- Analizado", em REVISTA DE PSICODANALISIS, VOL. 14, Buenos Aires, 1957.
- Lewin, K. - TEORIA DINAMICA DA PERSONALIDADE, Cultrix, São Paulo, 1975(1935).
- Lina, M. I. A. - "O espaço da supervisão", em CADERNOS DE PSICANALISE, ANO 8, Nº 11, Rio de Janeiro, 1990.
- Loewald, H. W. - "PsychoAnalytic Curricula-Principles and Structure", em JOURNAL OF THE AMERICAN PSYCHOANALYTICAL ASSOCIATION Nº 4, New York, 1956.
- Loewald, H. W. - "Transference-Countertransference", em JOURNAL OF THE AMERICAN PSYCHOANALYTIC ASSOCIATION, VOL. 34 Nº 2, New York, 1986.
- Lowry, M. - AS AVENTURAS DE KARL MARX CONTRA O BARÃO DE MÜNCHAUSEN; MARXISMO E POSITIVISMO NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, Busca Vida, São Paulo, 1987.
- Mannoni, M. - DA PAIXÃO DO SER A "LOUCURA" DE SABER; FREUD, OS ANGLÓ-SAXÕES E LACAN, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987(1988).
- Mannoni, M. - "Risque et Chance de la Supervision", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Marx, K. - "Teses sobre Feuerbach.(1845)", em Marx, K. e Engels, F. - A IDEOLOGIA ALEMÃ, Editorial Grijalbo, São Paulo, 1977.
- McDougall, J. - EM DEFESA DE UMA CERTA ANORMALIDADE, Artes Médicas, Porto Alegre, 1983.
- McLaughlin, J. T. - "The Analyst's Insights", em PSYCHOANALYTIC QUARTERLY, VOL. LVII, New York, 1988.
- Menezes, L. C. - "Notas sobre a supervisão psicanalítica", em PERCURSO, REVISTA DE PSICANALISE, ANO 1, Nº 1, São Paulo, 1988.
- Mezan, R. - A VINGANÇA DA ESFINJE, ENSAIOS DE PSICANALISE, Brasiliense, São Paulo, 1988.
- Mijolla, A. - "Quelques figures de la situation de 'supervision' en psychanalyse", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Moreira, S. L. L. - "A propósito da contratransferência", em GRIFOS, Nº 6, Belo Horizonte, 1988.
- Nicéas, C. A. - "Sobre Clínica e ética", em CADERNOS DE PSICANALISE, ANO 8, Nº 11, Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

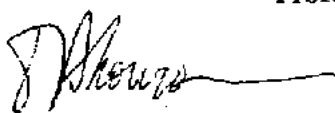
- Numberg, H. e Federn, E. (editors) - MINUTES OF THE VIENNA PSYCHOANALYTIC SOCIETY, VOL I: 1906-1908, International Universities Press, New York, 1962.
- Numberg, H. e Federn, E. (editors) - MINUTES OF THE VIENNA PSYCHOANALYTIC SOCIETY, VOL II: 1908-1910, International Universities Press, New York, 1967.
- Numberg, H. e Federn, E. (editors) - MINUTES OF THE VIENNA PSYCHOANALYTIC SOCIETY, VOL III: 1910-1911, International Universities Press, New York, 1974.
- Numberg, H. e Federn, E. (editors) - MINUTES OF THE VIENNA PSYCHOANALYTIC SOCIETY, VOL IV: 1912-1918, International Universities Press, New York, 1975.
- Perez, M. B - "Supervisión: aprender ou desaprender?", em BOLETIM CIENTIFICO Nº 11, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- Perrota, A. L. A. - "Psicoanálisis y supervisión", em REVISTA DE PSICOANALISIS, TOMO 35, Nº 5, Buenos Aires, 1975.
- Perrota, A. L. A. - "Contratransferencia y Metodo Cientifico", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 39, Asociación Psicoanalítica Argentina, Buenos Aires, 1982: 2-3.
- Pines, D. - "Trabajando con mujeres que sobrevivieron al Holocausto", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 42, Buenos Aires, 1985.
- Rabain, J. F. - "La chasse au snark du supervisé,1", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Racker, H. - "Correlaciones Especificas entre Transferencia y Contratransferencia", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 16, Buenos Aires, 1959.
- Radó, S. - "D) Le cursus pratique", em ON FORME DES PSYCHANALYSTES - RAPPORT ORIGINAL SUR LES DIX ANS DE L'INSTITUT PSYCHANALYTIQUE DE BERLIN: 1920-1930, Denoël, Paris, 1985(1930).
- Renaud, A. e Chouinard, L. - "Le contre-transfert à la lumière de supervisions de psychothérapies", em PSYCHANALYSE A L'UNIVERSITÉ, TOME 13, Nº 52, Aurepp-Réplique, Paris, 1988.
- Rolla, E. H. - "Transferencia y Contratransferencia Narcisistas", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 39, Buenos Aires, 1982.

- Roudinesco, E. - LA BATAILLE DE CENT ANS; HISTOIRE DE LA PSYCHANALYSE EN FRANCE.1, Seuil, Paris, 1986(1982).
- Roussang, F. - "A Horda Selvagem", em Birman, J. - FREUD CINQUENTA ANOS DEPOIS, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1989.
- Safouan, M. - "Respostas a algumas questões relativas à análise de supervisão", em CLINICA PSICANALITICA, Nº 2, Acutra, Rio de Janeiro, 1984.
- Sapicenza, A. e Forlenta Neto, O. - "Supervisão: aprendizagem é possível?", em JORNAL DE PSICANALISE, ANO 23, Nº 45, Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, São Paulo, 1990.
- Silva, J. F. G. - "Alguns aspectos da comunicação na supervisão analítica", em BOLETIM CIENTIFICO Nº 10, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- Silvestre, M. e outros - "Transferencia y Contratransferencia", em COMO SE ANALIZA HOY? (TERCER ENCUENTRO INTERNACIONAL DEL CAMPO FREUDIANO), Manantial, B. Aires, 1984.
- Silvestre, D. - "Le contrôle institutionnel", em ORNICAR?, XII^e ANNÉE, Nº 42, Navarin, Paris, 1987.
- Slama, F. H. - "La Question du Contre-Transfert dans la Recherche", em LA DEMARCHE CLINIQUE EN SCIENCES HUMAINES, Dunod, Paris, 1989.
- Smirnoff, V. - "Analyse et contrôle. Un problème de codification", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Soler, C. - "Quel contrôle?", em ORNICAR?, XII^e ANNÉE, Nº 42, Navarin, Paris, 1987.
- Stein, C. - O PSICANALISTA E SEU OFÍCIO, Escuta, São Paulo, 1988.
- Stein, C. - "En quel lieu, dans quel cadre, à quelles fins parler de ses patients?", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Sullivan, H. S. - LA ENTREVISTA PSIQUIATRICA, Psique, Buenos Aires, 1959.
- Sztajnberg, R. - "Identidade e falso self profissional-função da supervisão", em CADERNOS DE PSICANALISE, ANO 8, Nº 11, Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

- Tyson, R. L. - "Countertransference EVOLution in Theory and Practice", em JOURNAL OF THE AMERICAN PSYCHOANALYTIC ASSOCIATION, VOL. 34 Nº 2, New York, 1986.
- Valabrega, J-P. - A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA, Martins Fontes, São Paulo, 1983(1979).
- Valabrega, J-P. - "L'analyse quatrième", em ÉTUDES FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.
- Weissmann, F. (coordenador) - "Contratransferencia, su vigencia actual; mesa redonda", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. 39, Buenos Aires, 1982.
- Winnicott, W. - "El odio en la contratransferencia", em REVISTA DE PSICOANALISIS, VOL. XXVIII, Nº 2, Buenos Aires, 1971(1949).
- Wolf, H. R. - "Countertransference in the Classroom", em THE PSYCHOANALYTIC REVIEW, VOL. 59 Nº 3, New York, 1972.
- Zalzman, N. - "Demande de contrôle et résistance à l'analyse", em études FREUDIENNES, Nº 31, Paris, 1989.

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pelo aluno Ary Band intitulada "Supervisão psicanalítica: Um estilo" e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:


Sérvulo Augusto Figueira - PUC/Rio
Professor Orientador


Professor - Octávio Almeida de Souza - PUC/Rio



Professora - Cláudia Amorim Garcia - PUC/Rio


Professor - Mancel Tosta Herlink - PUC/SP


Professora - Leticia Martins Balbi - UFF

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1994.


Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas